

CARLOS EDUARDO PINTO PROCÓPIO

**PERTO DA RELIGIÃO, PERTO DA POLÍTICA:
A PARTICIPAÇÃO DO CATOLICISMO CARISMÁTICO ATRAVÉS DA
INSTITUIÇÃO, CANDIDATURAS E MÍDIA NAS ELEIÇÕES DE 2010**

Juiz de Fora
2014

Carlos Eduardo Pinto Procópio

**Perto da religião, perto da política:
a participação do catolicismo carismático através da instituição,
candidaturas e mídia nas eleições de 2010**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, área de Concentração: Cultura, Poder e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Ayres Camurça Lima

Juiz de Fora
2014

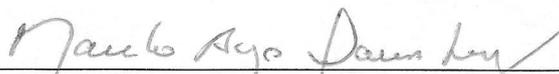
CARLOS EDUARDO PINTO PROCÓPIO

**PERTO DA RELIGIÃO, PERTO DA POLÍTICA:
A PARTICIPAÇÃO DO CATOLICISMO CARISMÁTICO ATRAVÉS DA
INSTITUIÇÃO, CANDIDATURAS E MÍDIA NAS ELEIÇÕES DE 2010**

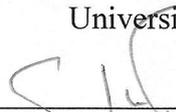
Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, área de Concentração: Cultura, Poder e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Aprovada em 21 de Março de 2014

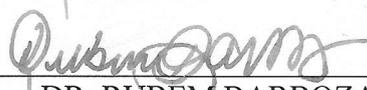
BANCA EXAMINADORA



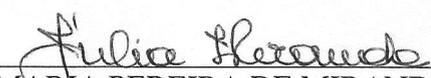
DR. MARCELO AYRES CAMURÇA LIMA
Universidade Federal de Juiz de Fora



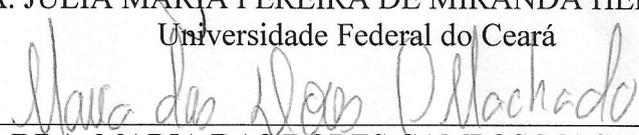
DR. JOÃO DAL POZ NETO
Universidade Federal de Juiz de Fora



DR. RUBEM BARBOZA FILHO
Universidade Federal de Juiz de Fora



DRA. JULIA MARIA PEREIRA DE MIRANDA HENRIQUES
Universidade Federal do Ceará



DRA. MARIA DAS DORES CAMPOS MACHADO
Universidade Federal Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

O trabalho que aqui submeto ao crivo da comunidade acadêmica não é apenas fruto da atenção e do cuidado que dispensei sobre ele ao longo de cinco anos. O resultado do esforço só pode ser avaliado hoje porque foi amparado por amigos e colegas que contribuíram, à sua maneira, para a minha trajetória ao longo desses anos. É difícil lembrar de todos, mas sem medo de cometer injustiças e esquecimentos, vou nominá-los, como gratidão pela contribuição que puderam me dar na elaboração deste trabalho.

Vou agradecer, em primeiro lugar, meu orientador, Marcelo Camurça. Para aqueles que não sabem, Marcelo se dedica à orientação de meu pensamento a mais de uma década, tendo sido o responsável pela minha inserção no universo das ciências sociais da religião. Não posso resumir o lugar dele em minha formação apenas por conta das leituras e críticas que fez sobre meus textos. Aquilo que aprendi com ele passa por aulas em cursos, palestras e seminários, seja falando sobre seus trabalhos ou de outros.

Quero agradecer também à minha esposa, Gabriela Martins, que compartilha comigo sua vida e o mesmo universo acadêmico. Sua presença neste texto vai para além das correções que ela procurou fazer ao longo das páginas, com marcações e anotações em relação ao sentido expressado no conteúdo das palavras e à sua composição. Ela disponibilizou seu tempo para conversar e apontar caminhos que, às vezes, pareciam obscurecidos, seja na confecção desta tese ou das decisões profissionais. Não é possível dimensionar a dívida que tenho com ela por conta de seu amor e dedicação para comigo. De modo especial vou agradecer aos professores e pesquisadores que dialogaram comigo diretamente, em seminários e congressos, pois suas críticas e comentários me levaram a tomar decisões teóricas importantes para levar a cabo minha análise. Seus nomes são: Brenda Carranza (PUC-Campinas), Cristina Dias (UFJF), Emerson Giumbelli (UFRGS), Emerson Silveira (UFJF), João Dal Poz (UFJF), Julia Miranda (UFC), Marcela Beraldo (UFJF), Maria das Dores Campos Machado (UFRJ), Otávio Bonnet (UFRJ), Pedro Borges (UFG) e Rubem Barboza (UFJF).

Também vale lembrar a importância dos colegas que me ouviram e conversaram comigo no âmbito dos encontros da Sociedade Brasileira de Sociologia (2009 e 2011), das Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina (2009, 2011 e 2013), da Reunião Brasileira de Antropologia (2012) e da Reunião de Antropologia do MERCOSUL (2013).

Um agradecimento especial deve ser dado a CAPES, pela bolsa e diárias concedidas, recursos que permitiram viabilizar muitas das discussões que previamente publiquei e que depois vieram a culminar nesta tese. A esta agência também devo a oportunidade de realizar o estágio de docência, com Elisabeth Pissolato (UFJF), no qual pude não só aprender mais, mas também dar meus primeiros passos na docência.

Preciso ainda agradecer aos colegas do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, em que trabalhei de agosto de 2011 a agosto de 2013 e do Instituto Federal de São Paulo, no qual trabalho desde agosto de 2013, por terem ajudado na flexibilização de parte de minha carga horária, quando foi preciso. Sem isso, o tempo para redação deste trabalho seria menor.

Não posso esquecer de agradecer a Paula Emília Almeida, Aline Ribeiro e Luana Procópio, que se dispuseram a transcrever um amplo material coletado na minha pesquisa. Esse agradecimento deve ser compartilhado com Bruna Triana, que realizou a revisão da versão final deste texto. O valor que elas receberam por isso não é nada em relação à qualidade e prontidão do serviço que elas me prestaram.

Por fim, agradeço a minha família (tanto a portuense quanto a brazopolense), em especial a meus pais, Irineu e Ana, que, pelo incentivo e sacrifício que tiveram ao longo da vida, lhes permitem usar o título que esta tese almeja como regozijo.

Aos citados e omitidos, muito obrigado!

*“There are more things in heaven and earth,
Horatio, than are dreamt of in your
philosophy”.*

(Hamlet to Horatio)

RESUMO

Este trabalho pretende analisar a inserção do catolicismo carismático nas eleições de 2010 no Brasil. Diante de um cenário político e acadêmico que viu o vetor religião ganhar parte da cena política em questão, a intenção é voltar o olhar sobre as práticas políticas feitas pelas pessoas que eram parte do catolicismo carismático, um dos segmentos que contribuiu para o evidenciamento daquele vetor. Ciente de que as direções tomadas pela religião em 2010 foram extremamente controversas, procurei enfatizar o modo de organização que o catolicismo carismático desenvolveu para lidar com as eleições, criando um órgão especializado em política; como as candidaturas de membros desse segmento se fabricaram dentro de limites e possibilidades inerentes a suas inserções político-religiosas; e como uma mídia vinculada ao segmento carismático conduziu uma cobertura política em sua programação televisiva. A maneira como esses setores foram observados levou em conta a existência de uma situação multiposicional, evidenciada diante da impossibilidade de se perceber uma atitude verticalizada e uniforme no envolvimento político do catolicismo carismático. As articulações que atravessam suas ações e atitudes permitiam a visualização de algumas conexões e pontualizações provisórias, difíceis de serem generalizadas. É esse processo que tentarei demonstrar.

Palavras-Chave: Catolicismo Carismático; Eleições 2010; Ministério Fé e Política; Candidaturas Políticas; Jornalismo Político.

ABSTRACT

This thesis discusses the insertion of the Charismatic Catholicism in the Brazilian elections in 2010. Faced with a political and academic setting that saw the religion vector as part of this political scene, the intention is to focus the attention on the political practices made by people who were part of Charismatic Catholicism, one of the segments that contributed to evidence that vector. Aware that the directions taken by religion in 2010 were extremely controversial, I tried to emphasize the organization way that the Charismatic Catholicism developed to handle the elections, creating a specialized organ in politics; how the candidacy of members of this segment are fabricated within the limits and possibilities of their political-religious inserts; and how a media linked to the charismatic segment directed a political coverage on its television broadcast. The way that these sectors were observed took into account the existence of a multipositional situation, evidenced toward the impossibility of realizing a vertical and uniform attitude in the political involvement of the Charismatic Catholicism. The articulations that pass through their actions and attitudes allowed the visualization of some provisional connections and points, difficult to generalize. This is the process that I will attempt to demonstrate.

Key Words: Charismatic Catholicism; Elections 2010; Ministry Faith & Politics; Political Candidacies; Political Journalism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE - Ceará

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DEM – Democratas

DF – Distrito Federal

FENASP – Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

MG – Minas Gerais

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PCO - Partido da Causa Operária

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PE - Pernambuco

PHS - Partido Humanista da Solidariedade

PMDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN - Partido da Mobilização Nacional

PNDH3 – Programa Nacional de Direitos Humanos 3

PP - Partido Progressista

PPS - Partido Popular Socialista

PR - Partido da República

PRB - Partido Republicano Brasileiro

PRP - Partido Republicano Progressista

PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSC - Partido Social Cristão

PSD - Partido Social Democrático

PSDC - Partido Social Democrata Cristão

PSL - Partido Social Liberal

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTC - Partido Trabalhista Cristão

PTdoB - Partido Trabalhista do Brasil

PTN - Partido Trabalhista Nacional

PV – Partido Verde

RS – Rio Grande do Sul

SP – São Paulo

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 INTRODUÇÃO	15
2 CATOLICISMO CARISMÁTICO, POLÍTICA E MÍDIA: ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CENÁRIO ACADÊMICO	23
2.1 CATOLICISMO CARISMÁTICO NA POLÍTICA: PROJETO E CANDIDATURAS	23
2.2 CATOLICISMO CARISMÁTICO E MÍDIA	33
3 ORGANIZAÇÃO E SEGMENTAÇÃO DO CATOLICISMO CARISMÁTICO EM FACE À ESFERA POLÍTICA	46
3.1 O MINISTÉRIO FÉ E POLÍTICA	46
3.2 O MINISTÉRIO FÉ E POLÍTICA COMO ORGANIZAÇÃO	47
3.3 AS REDES DA FABRICAÇÃO DO MINISTÉRIO FÉ E POLÍTICA NAS ELEIÇÕES DE 2010	50
3.3.1 As várias faces da Instrução Normativa	51
3.3.2 A propagação das diretrizes do Ministério Fé e Política a nível diocesano	56
3.3.3 Continuidades e controvérsias em relação às diretrizes do catolicismo carismático em suas bases locais	64
3.4 O MINISTÉRIO FÉ E POLÍTICA EM AÇÃO	68
3.4.1 Apresentação e “intercessão” dos políticos	68
3.4.2 A negação do apoio político	71
4 A PRODUÇÃO SOCIAL DA PERSONALIDADE POLÍTICA: A CANDIDATURA DE ODAIR CUNHA PARA DEPUTADO FEDERAL	76
4.1 A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ODAIR CUNHA	76
4.2 O PROCESSO RITUAL NA CONFORMAÇÃO DA CAMPANHA ELEITORAL	77
4.2.1 Inauguração de comitês	79
4.2.2 Caminhadas	84
4.2.3 Comícios	88
4.2.4 Participação em cultos religiosos	93
4.5 A JUSTIFICAÇÃO DO APOIO POLÍTICO	97
4.5.1 Apoiadores na RCC	99
4.5.2 Apoiadores na esfera política nacional	101
4.5.3 Apoiadores na esfera local	102
4.5.4 Os apoios como reciprocidade	104
4.5.5 Os apoios como <i>brokerage</i>	105
4.5.6 Os apoios e o saber-fazer da política	107

4.5.7	Os apoios e as redes entre religião e política	108
5	RECURSOS SIMBÓLICOS E ESTRATÉGIAS DE AGREGAÇÃO NA CANDIDATURA CARISMÁTICA PARA O SENADO	113
5.1	A TRAJETÓRIA DE MIGUEL MARTINI	113
5.2	A TOADA MELODRAMÁTICA NA PROPAGANDA ELEITORAL GRATUÍTA	115
5.2.1	O programa eleitoral de Miguel Martini: “Minas a favor do Brasil”	118
5.2.2	A ênfase melodramática no marketing político de Miguel Martini	121
5.2.3	O uso de símbolos e a mobilização dos sentimentos	124
5.3	INTIMIDADE CULTURAL E A CANDIDATURA DE MARTINI	127
5.3.1	O recurso da família como nostalgia estrutural	132
5.3.2	A dimensão icônica da propaganda eleitoral	135
5.4	A JUSTIFICAÇÃO DO APOIO POLÍTICO	143
5.4.1	O apoio de lideranças religiosas	146
5.4.2	A busca por uma unidade cristã	150
5.4.3	O apoio das bases	152
5.4.4	As direções do apoio a Miguel Martini	153
6	O JORNALISMO POLÍTICO DO CATOLICISMO CARISMÁTICO: O CASO CANÇÃO NOVA	155
6.1	O SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CANÇÃO NOVA	155
6.2	A NOTÍCIA DO PONTO DE VISTA SÓCIO-ANTROPOLÓGICO	156
6.3	O TELEJORNAL “CANÇÃO NOVA NOTÍCIAS”	161
6.3.1	O quadro Fique por Dentro	162
6.3.2	As reportagens no telejornal “Canção Nova Notícias”	173
6.3.3	A cobertura de debate eleitoral na mídia cançonovista	180
7	O DEBATE ELEITORAL NA MÍDIA CATÓLICA-CARISMÁTICA: CONTINUIDADE E RUPTURAS EM RELAÇÃO À MODA JORNALÍSTICA	186
7.1	A ORGANIZAÇÃO DO DEBATE	186
7.2	O DEBATE POLÍTICO COMO TEATRO	193
7.3	CONSENSO E CONFRONTO NO DEBATE ELEITORAL CANÇÃONOVISTA	199
7.4	AS TEMÁTICAS DO DEBATE: CENTRALIDADE CATÓLICA?	205
	CONCLUSÃO	209
	REFERÊNCIAS	217
	ANEXOS	225

APRESENTAÇÃO

Este trabalho pretende analisar a inserção do catolicismo carismático nas eleições de 2010 no Brasil. Diante de um cenário político e acadêmico que viu o vetor religião ganhar parte da cena eleitoral em questão, a intenção é voltar o olhar sobre as práticas políticas realizadas pelas pessoas que eram parte do catolicismo carismático – um dos segmentos que mais contribuiu para o evidenciamento desse vetor. Ciente de que as direções tomadas pela religião em 2010 foram extremamente controversas, procurei enfatizar: o modo de organização que o catolicismo carismático desenvolveu para lidar com as eleições, criando um órgão especializado em política¹; como as candidaturas de membros desse segmento se fabricaram dentro de limites e possibilidades inerentes a suas inserções político-religiosas; e, como uma mídia vinculada ao segmento carismático conduziu uma cobertura política em sua programação televisiva. A maneira como esses fatores foram observados levou em conta a existência de uma situação multiposicional, evidenciada diante da impossibilidade de se perceber uma atitude verticalizada e uniforme no envolvimento político do catolicismo carismático. As articulações que atravessam suas ações e atitudes permitiam a visualização de algumas conexões e pontualizações provisórias, difíceis de serem generalizadas. É esse processo que tentarei demonstrar.

Para tal propósito, esta tese foi dividida em sete capítulos. O primeiro deles (Introdução) procura clarificar os motivos que levaram a constituição desta tese, para depois marcar o conceito de situação multiposicional, fulcral para o processamento dos dados. O Capítulo 2 examina a forma como o debate teórico sobre o papel dos carismáticos na política e na mídia foi travado dentro da antropologia e sociologia da religião. Nessa medida, procuro considerar e apontar os problemas e limitações de parte dessas referências e a potencialidade analítica de outras. Nos três capítulos seguintes (Capítulo 3, Capítulo 4 e Capítulo 5), busco mostrar como o Ministério Fé e Política e duas candidaturas (Miguel Martini e Odair Cunha), que estavam vinculadas ao catolicismo carismático, se fabricaram. O Ministério Fé e Política (Capítulo 2), instância do catolicismo carismático incumbido de elaborar os procedimentos que deveriam direcionar a conduta política de grupos e comunidades do catolicismo carismático, será visto a partir do seu processo cotidiano de fabricação, na qual um conjunto

¹ Diversos segmentos religiosos possuem órgãos especializados, cuja meta é prover um quadro programático de ação diante de situações e demandas da esfera pública (política, economia, assistência social, etc.). Para o caso do catolicismo carismático, no que tange a ação política, esse órgão é o Ministério Fé e Política.

de elementos vai se articulando e formando as facetas políticas deste órgão especializado. Seu desenvolvimento tentará ser compreendido dentro da lógica das organizações sociais e pelo modo como elas são tematizadas nas ciências sociais. Odair Cunha (Capítulo 3), membro do catolicismo carismático, e apoiado por este na região sul do estado de Minas Gerais como candidato a deputado federal, terá sua campanha observada a partir da visualização feita *in loco* de sua atividade de campanha, que acabou culminando em sua segunda reeleição. Como modo de ilustrar suas articulações no cotidiano de sua campanha, os conceitos como focalização/transvalorização, nacionalização/paroquialização, redes e conexões parciais, serão utilizados como forma de ver mais de perto a realidade desta candidatura. Miguel Martini (Capítulo 4), carismático que se lançou ao Senado por Minas Gerais com o respaldo da própria Renovação Carismática, terá sua jornada agonística analisada a partir dos recursos visuais utilizados em sua campanha na televisão, sua aparição na mídia escrita e dos apoios conquistados. Para cada uma das peças de sua campanha eleitoral, suas redes serão percorridas, possibilitando sua interpretação em termos de poética social, melodrama, iconicidade e estabelecimento de vínculos.

Nos dois últimos capítulos (Capítulo 6 e Capítulo 7), a tentativa será a de mostrar como a mídia católica carismática Canção Nova retroalimentou o processo eleitoral brasileiro de 2010. Para tanto, lançou-se mão de um referencial oriundo da antropologia e da sociologia da notícia, bem como da antropologia da política. Os capítulos têm por intenção dar conta do que foi feito durante a programação televisiva e postado no site, por um lado, e do debate promovido por essa mídia com os presidentiáveis, por outro lado. No primeiro caso (Capítulo 6), foi observado o programa diário de notícias, o telejornal Canção Nova Notícias, levando em conta o tipo de conteúdo veiculado e a densidade do que era buscado propalar. No segundo caso (Capítulo 7), foi analisado o debate entre os presidentiáveis que a própria Canção Nova procurou organizar em conjunto com outra mídia católica, levando em conta os procedimentos utilizados na interrogação dos candidatos, bem como a reação destes às questões que lhes eram endereçadas.

Ao final da Conclusão, a bibliografia utilizada será referenciada, contendo a literatura usada no decorrer do texto, as quais foram as matrizes de inteligibilidade sociológicas e antropológicas para a interpretação do que se realizava. Além disso, ao final encontra-se, ainda, uma lista de anexos com documentos e imagens das candidaturas, e um CD com a amostra dos vídeos analisados. Com esses suportes é possível ter acesso a um pouco do que as argumentações e análises presentes nos capítulos tentaram apresentar ao longo dessa tese.

1 INTRODUÇÃO

O modo como o vetor religião apareceu nas eleições de 2010 causou um grande alarde entre os analistas, não só no meio jornalístico, que tornou público inúmeras matérias acerca do tema, mas também no acadêmico, que se esforçou para explicar os sentidos que possibilitaram/justificaram sua forte manifestação. No que tange a este último segmento, o que mais chamou a atenção foi o desconcerto que segmentos religiosos causaram no âmbito das candidaturas ao Palácio do Planalto, algo ainda não visto em eleições presidenciais no Brasil, pelo menos não de forma tão contundente². Isto não quer dizer, e os cientistas sociais sabem disso, que o segmento religioso nunca fez parte da cena republicana brasileira, presença que se sabe incisiva desde a década de 1890³. Acerca dessa questão da participação em processos eleitorais, Luis Werneck Vianna (2011), por exemplo, lembra o lugar da Liga Eleitoral Católica (LEC), da década de 1930, que imprimia uma forte influência sobre eleitorado, divulgando uma lista com nomes pró e contra suas posições religiosas. Ari Pedro Oro & Ricardo Mariano (2009), por sua vez, apontam que, desde 1989, existe a tentativa de influência, por parte de segmentos religiosos, sobre as eleições presidenciais⁴, principalmente por parte dos evangélicos.

Contudo, o que parece ser novo nas eleições de 2010 é a capacidade que alguns segmentos religiosos tiveram em agenciar as posições e os programas de governo dos presidenciáveis. Os contornos que esta posição tomou no decorrer do processo eleitoral produziram controvérsias que foram embutidas no interior das principais candidaturas, imprimindo limites para o debate de bandeiras mais liberalizantes, como no campo da cultura, por exemplo. Os segmentos religiosos envolvidos nesse processo pareciam querer assegurar um campo de certezas para suas demandas, quando exigiam o compromisso dos presidenciáveis com suas diretrizes e necessidades. Os presidenciáveis, por sua vez, receosos em diminuir sua credibilidade junto a esses setores, acabaram cedendo a muitas das posições que alguns desses segmentos religiosos lhes colocaram, sobretudo no campo dos valores

² Para uma reflexão sobre o momento citado ver: Oro & Mariano (2009); Pierucci (2011); Werneck Vianna (2011); Magalhães (2010); Machado (2012); Vital & Lopes (2013).

³ Sobre o comportamento político de grupos religiosos entre as décadas 1890-1980 ver: Mainwaring (1989); Lippi (1990).

⁴ Segundo Oro & Mariano (2009), em 1989 o apoio evangélico teria recaído sobre Fernando Collor, que foi eleito. Esse apoio se inclinou em favor de Fernando Henrique Cardoso (vitorioso em 1994 e 1998). Em 2002, depois de apoiarem Anthony Garotinho no primeiro turno, o apoio no segundo turno recairia majoritariamente sobre o candidato Lula, apoio que este manteve para sua reeleição em 2006.

morais. Tal cenário levou a um processo que se pode concordar ser de uma instrumentalização recíproca entre religião e política⁵.

Enquanto esta disputa no cenário presidencial ocorria, os segmentos religiosos, especialmente evangélicos e católicos carismáticos, conduziam uma peregrinação para a esfera parlamentar, esculpindo o perfil de candidato que seria mais condizente com os princípios do segmento religioso ou indicando o candidato que estaria mais sintonizado com aquilo que esses segmentos demandavam. Tal atividade se dava através de órgãos especializados que eram formadas no interior dos segmentos religiosos, feitos para pensar e agir na política; de candidatos alicerçados nos próprios segmentos religiosos; e de mídias que sintonizavam o fiel e eleitor com o processo político e com os projetos aí endereçados para a gestão da coisa pública. Nesse cenário, ao contrário do cenário presidencial, o que estava sendo constituído era um campo de possibilidades, já que a posição de órgãos políticos, a eleição de parlamentares ou a veiculação de notícias não garantiria nada de definitivo, a não ser o da conquista de um espaço para expressar as vontades e os desejos particulares dos segmentos religiosos.

Em 2010, muito se ouviu os segmentos religiosos falando sobre a política, como deveriam se comportar os seus fiéis diante das urnas, em quem votar e, também, em quem não votar. Esses segmentos falavam alicerçados em suas igrejas, voltando sua voz para todos aqueles que estavam dispostos a ouvi-los aí e alhures. Se todos os seus fiéis realmente incorporavam as diretrizes apontadas, os números coletados em pesquisas e no pleito colocam grandes dúvidas⁶. A posição dos segmentos religiosos, especialmente daqueles que aí possuem uma posição de dirigente, dificilmente conformam a totalidade da membresia da igreja. Nesse contexto, outros pontos de vista tendem a emergir, minimizando a possibilidade de um comportamento homogêneo. Uma posição, uma indicação ou uma opinião sobre determinada situação política, produzida dentro do segmento religioso, raramente vai culminar em assimilação passiva do fiel. Isso se prova pelo fato de haver nestes contextos um processo que oscila entre a aceitação e a rejeição diante da demanda por um tipo de comportamento político, o voto em determinado candidato ou a reflexão sobre determinadas matrizes para a ação política⁷. Com isso quero afirmar que mesmo que existam princípios a

⁵ Sobre esta incorporação das demandas religiosas nas campanhas presidenciais de 2010, ver Oro & Mariano (2009); Machado (2012).

⁶ Para este caso ver Pierucci (2010); Machado (2012); Santos & Dávila (2013); Vital & Lopes (2013).

⁷ O trabalho de Santos & Dávila (2013) traz uma interessante reflexão sobre os limites da verticalização do voto no interior do segmento evangélico no Rio de Janeiro. Machado (2012), por sua vez, apresenta um dado ambíguo sobre a questão. Ela mostra que apenas 2% dos entrevistados teriam assumido ter recebido orientação de voto em suas igrejas ou templos e que destes apenas a metade teria levado a cabo a orientação em 2010. Pensando

serem levados em conta pelos segmentos religiosos no âmbito da política, a forma como estes princípios são direcionados e compreendidos mudam, pois são relativizados pelo horizonte interpretativo de cada um daqueles que participam da vida em seu interior.

Pelo lado dos órgãos especializados produzidos pelos segmentos religiosos, na medida em que um processo eleitoral se aproxima, eles se veem na necessidade de criar parâmetros para a participação e apoio político. Diante de certas demandas, que as eleições colocam para os segmentos sociais, uma normatização da conduta e de como isso deveria ser feito se colocava como uma necessidade. Isso se devia ao fato de que era latente o desejo de membros e dirigentes em se lançarem à cena política representativa, especialmente parlamentar, pedindo o arrimo de seu segmento religioso, bem como de candidatos oriundos especificamente do sistema político, que flertavam com aquela a possibilidade de apoio. Por conta disso, parâmetros são criados, como uma forma, talvez, de assegurar um controle sobre a participação e apoio do e no segmento religioso, sobretudo procurando evitar converter suas igrejas em massa de manobra política, já que elas são criadas para serem, antes de tudo, esferas de experiência e prática com o sagrado. No entanto, diga-se de passagem, esses parâmetros não se colocaram de modo vertical, haja vista os vários tipos de participação e apoio que cada segmento religioso desenvolveu diante das demandas e compreensões dos parâmetros e a partir da realidade com a qual se confrontavam. Os próprios segmentos religiosos corriam o risco de serem taxados de curral eleitoral e manipuladores de seus fiéis caso fossem enfáticos em verticalizar parâmetros.

É pensando nessa situação ampla que sugiro olhar para a disputa na esfera parlamentar. Nesta disputa, a presença da religião não só se mostrou nas eleições de 2010, como já se constituía como um processo que vinha ocorrendo cada vez mais forte ao longo das últimas duas décadas⁸. Segmentos evangélicos e católicos, principalmente carismáticos, vêm elegendo representantes que, catapultados para Câmara dos Deputados e Senado, procuram atender demandas advindas desses segmentos. Uma ressalva, entretanto, é necessária. Talvez seja correto pensar que tais candidatos consigam se eleger com o apoio de

estatisticamente, apenas 1% dos entrevistados, nesse caso, seguiram padres e pastores, o que é relativamente baixo e pouco significativo eleitoralmente. Por outro lado, não se pode negligenciar o efeito da indicação que, **quando feita**, atingiria metade dos fiéis, que passariam a assumir o voto de acordo com sua liderança religiosa. Em ambos os casos, a verticalização é ainda relativa, apesar desse último dado parecer alarmante e apontar para uma tendência de verticalização. Pierucci (2010) é o que mais insistiu em negar a força da religião nas eleições de 2010, apontando para a relatividade deste vetor, que teve que disputar sua influência com as políticas públicas materialistas em voga, que predominaria no agenciamento de voto.

⁸ Sobre essa participação política de grupos religiosos, algumas leituras são sugestivas. Para o caso evangélico ver: Oro (2003); Oro & Schoenfelder (2006); Machado & Burity (2006); Machado (2006). Para o caso carismático ver: Prandi (1996; 1998); Miranda (1999); Carranza (2000); Silveira (2008).

seus segmentos de origem. Desde que haja, para tanto, um contingente de eleitores dentro desses segmentos ou unidades intereclesiais, em torno de um nome, é possível contar que o vetor religião seja decisivo para a conquista de uma cadeira parlamentar. Contudo, creio que este não é um cálculo razoável para garantir um cenário de certeza de vitória nas urnas. Tal assertiva se deve ao fato de que a proporção de candidatos que se dizem vinculados a segmentos religiosos ou compartilhadores de seus valores é muito maior em relação ao número de fiéis e eleitores que estão certamente inclinados a serem convencidos por argumentos puramente religiosos⁹.

Diante disso, a conquista de uma eleição dependerá aqui de alguns vetores: o candidato do segmento religioso deve convencer os fiéis e suas lideranças em verticalizar o apoio a favor de seu nome. Para isso, deverá levar em conta as particularidades de cada uma dessas partes, o que muitas vezes fará com que o candidato minimize seu perfil religioso em benefício de um perfil mais político, ou que conduza as passagens de um para o outro, estabelecendo conexões entre elas. Caso seu segmento religioso não baste para lhe garantir uma cadeira no parlamento, o candidato deverá ampliar sua esfera de ação, procurando outros segmentos que possam verticalizar apoio sobre ele. Entretanto, o candidato vai ter que saber minimizar o efeito de seu perfil religioso sobre segmentos que talvez não sejam muito afeitos a tal perfil. Além disso, deve evitar a perda de seu lastro religioso por conta da conquista de apoio de outro segmento, correndo o risco de perder o apoio religioso. Tal posição se manterá estável caso o candidato conduza de forma razoável as conexões entre os diferentes segmentos sociais com os quais mantém relação¹⁰.

A presença de segmentos religiosos no âmbito político ocorre também através de suas mídias religiosas, evangélica ou carismática¹¹. Nessas esferas, elas são usadas mais como instâncias informativas e formativas – e talvez isto se deva a concorrência que enfrentam das mídias seculares no que tange a atenção dos seus fiéis e telespectadores – do que instâncias capazes de orientar definitivamente o voto ou a visão política daqueles que folheiam seus jornais, acessam seus canais na internet ou assistem seus programas televisivos e radiofônicos voltados para a questão política. Por mais que as mídias religiosas possuam um horizonte pautado na evangelização através dos meios de comunicação de massa, a cobertura de processos como o eleitoral demanda uma especialização na linguagem do jornalismo político,

⁹ O caso do Bipo da IURD Marcelo Crivella, explorado por Geraldo (2012), é emblemático. Geraldo aponta que a campanha do então Senador à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, em 2004, foi marcada por uma identidade fragmentária, levando o candidato a produzir para si um perfil para além do especificamente religioso.

¹⁰ Essas controvérsias podem ser notadas em alguns exemplos dados por Machado (2006).

¹¹ Existe uma literatura sobre a relação entre mídia evangélica e política no Brasil. Para um panorama desse cenário ver: Fonseca (2004); Rothberg & Dias (2012); Lima & Werneck (2012).

sem o qual ela não conseguiria inteligibilidade. Isto porque se a mídia religiosa oferece uma programação política, a performance como isso se dá demanda uma adequação de estilo, correndo o risco de se desprender do universo cultural do fiel e telespectador. É deveras ingênuo acreditar que membros de grupos como o evangélico e carismático ficam plugados *full time* nas mídias de suas religiões atrás uma condução única e transcendente para escolhas político-sociais que devem ou estão propensos a fazer. Se dispensam uma atenção a essas mídias, é porque elas conseguem produzir uma linguagem condizente com as demandas que o mundo coloca para eles, e isso passa por uma cobertura política que atenda aos aspectos cognitivos do fiel e telespectador, forjados a partir do mundo onde vive.

Os estudos sobre recepção de produtos midiáticos mostram uma capacidade de refração daqueles que usam tais produtos diante da tentativa de agenciamento pelos setores que os fabricam (Almeida, 2003; Abu-Lughod, 2004). A situação de contato que envolve leitor-internauta-telespectador e jornal-internet-televisão evidencia mais uma relação de partilhamento entre esses segmentos do que uma verticalização da recepção. Ciente que seu leitor, internauta ou telespectador não é passivo diante das mensagens, essas mídias interagem com eles, procuram assimilar aquilo que pensam e desejam. Seus pensamentos e desejos são retroalimentares dentro da mídia mesma, visando manter algum grau de fidelidade de seus interlocutores. Quando o assunto é política, não faltam informações especializadas sobre os acontecimentos. Se o leitor, internauta ou telespectador deseja informação, uma visão morna dos acontecimentos é a moeda mais estável, correndo o risco de abusar de seus interlocutores, por conta do excesso de estímulos retroalimentados ou da tentativa de considerá-lo demasiadamente passivo. Nesse cômputo, o abuso pode ter como consequência a instauração de um processo de desligamento entre emissor e receptor.

Tanto para os órgãos especializados, quanto para os candidatos ou mídias religiosas, uma situação multiposicional se coloca em evidência. Os dilemas com que se defrontam na época das eleições vão conduzir os envolvidos a um processo de fabricação de estratégias de comportamento visando conseguir adesão – palavra-chave para aqueles que desejam ter sucesso em suas empreitadas eleitorais. Adesão das bases e de seus anseios, por parte dos órgãos especializados. Adesão a apoios e performances, por parte de candidatos. Adesão a formatos de produção de notícias e conteúdos noticiosos, no caso das mídias. Tudo isso muitas vezes se dá para além dos vínculos originais de cada setor ou personagem envolvido.

Nesse contexto, a busca pela aceitação, no caso dos órgãos especializados e das candidaturas, e a busca pela objetividade, no caso das mídias, serão coisas perseguidas firmemente. Isso leva os envolvidos a negociarem dentro de um cenário amplo que envolve a formação de opinião, conquista de voto e veiculação de informação. O círculo vicioso que isso faz pode levar a excessos e decorrentes frustrações, na medida em que órgãos especializados, candidatos e mídias podem se afastar de suas propostas iniciais no afã de estender suas redes para além das originais. Nesse sentido, eles vão ter que conviver com uma tensão permanente e, portanto, tecer correlações, que se não as mais produtivas, que sejam as menos desastrosas nos espaços em que vão ser estimulados a adentrar.

Quando aponto para a situação multiposicional desse processo, o que quero sublinhar é que órgãos especializados, candidaturas e mídias ultrapassam seus vínculos originais e estendem sua ação para outros coletivos, como forma de ampliar suas inserções na esfera política e aumentar suas chances de êxito. Esse conceito multiposicional foi elaborado por Odaci Coradini (2009; 2011) para o estudo das condições de ampliação e sustentação de candidaturas políticas quando do processo eleitoral, cuja extensão se faz pertinente não só para candidaturas religiosas, como também para a atividade de um órgão especializado ou mídia religiosa. Para Coradini (2001: 14), “a quase totalidade de candidatos lança mão de mais uma [base] de recursos e esferas sociais, de acordo com o seu trajeto e inserção social e política e as afinidade possíveis”. Essa situação multiposicional pressupõe princípios de legitimação que “remetem tanto às diferentes esferas sociais às quais esses candidatos se vinculam de algum modo, no atual ponto de suas trajetórias, como também àquelas com as quais mantiveram algum vínculo em alguma fase do passado e que podem ser reatualizadas” (Coradini, 2001: 14). Nessa medida, Coradini nota que esses vínculos vão desde uma ótica corporativa, quando os candidatos (e também os órgãos especializados e as mídias, para o nosso caso) são apresentados como representantes legítimos de certos setores sociais, até uma ótica meritocrática, quando envolve a questão do saber fazer e da competência. Tal situação envolveria uma definição polifônica da função de representação que, na política, “significa tanto o direito de falar em nome dos outros como o de demonstrar através da própria pessoa aqueles em nome dos quais se fala” (Agrikolianski *apud* Coradini, 2001: 11).

Entretanto, vale marcar que, apesar de se constituírem sobre uma situação multiposicional, a conduta desenvolvida por órgãos especializados, candidatos e mídias não é um projeto totalmente desarticulado, que assimila bases indiscriminadamente¹². Nas eleições,

¹² Coradini não havia se preocupado em marcar, dentro de sua perspectiva, o fato de que as adesões sofrem com limites, já que não é possível assimilar todas as frentes que se queira sem levar prejuízo. Isto será o responsável

paradoxalmente, mais pode ser menos, já que o excesso de bandeiras pode acabar implicando em uma lealdade duradoura com nenhuma. Mesmo que as diferentes bases acionadas não possuam afinidades entre si, é preciso assegurar que não há entre elas secessão. Não há problema em representar vários segmentos, desde que as ideias que se quer referendar não sejam simetricamente excludentes, e que, pelo menos, mantenham algum grau de continuidade. É preciso que se produza alguma continuidade, argumentativa ou simbólica, que converta as esferas dissonantes em conjuntos harmônicos, na qual a assimilação das necessidades das bases de um órgão especializado, os apoios e estratégias de campanha de um candidato, ou a notícias fabricadas por uma mídia, consigam ecoar como uma só voz, coerente em princípios e orientações diante daqueles a quem se apresentam.

Para que o multiposicional possa assim ser visualizado, órgãos especializados, candidaturas e mídias vão ser vistas de forma segmentar, como parte de um processo inerente ao acompanhamento político, campanha política e cobertura política, na qual estão imersos. É justamente aí que faz sentido observá-las, já que, quando se entra na política se faz política: candidatos agem como candidatos políticos e a cobertura política de uma mídia age nos moldes do jornalismo político. Mas é claro que, quando entra nessas esferas, se articulando com elas, a referência anterior, no caso nosso, a religião, não se perde, mas se converte em forma política que possa ser compreendida. E é a partir desta forma política da religião que seus órgãos especializados, candidatos e mídias materializam e passam a dar forma à política que se dispõem a fazer. Desse modo é que os órgãos especializados terão que assimilar aquilo que suas bases demandam; que candidatos irão procurar ampliar suas redes de apoios e estratégias de campanha; e que as mídias irão ampliar a atenção sobre sua mensagem de acordo com tipo de notícia que aprenderam veicular¹³.

Já que são olhadas desde dentro das relações que estabelecem, a análise precisa contar com elementos complementares para facilitar a compreensão sobre o que os órgãos especializados, candidatos e mídias religiosos fazem. Os sujeitos observados permitem ver ou tornam possível ver determinadas situações, pontualizações, por meio das redes que conectam

pelo contorno da própria ação política como um ato performativo. Tentei levar isso em conta na argumentação desenvolvida na sequência.

¹³ É preciso marcar aqui que o fato de um órgão especializado em política produzir parâmetros não significa que estes são um lugar comum que não sofre com reações e questionamentos por parte de seus fabricantes. No caso de candidaturas, o candidato até pode ser inspirado por Deus e se achar defensor de sua religião, quando se dirige para esfera política, mas seus eleitores muitas vezes não são assim. O mesmo ocorre com as mídias que, mesmo religiosas, tem um público que não necessariamente vive a religião durante o dia todo. A consequência disso é a adequação tensa entre *o que se deseja ser* e *o que precisa ser*, que passam a ser friccionados diante das necessidades que se tem em relação a agenciar programas políticos, conseguir votos e manter um público conectado que, sem os quais, eliminariam as chances de sucesso.

(Goldman, 2006a). Para que estas possam ser vistas, faz-se necessário dar suporte à análise sobre as passagens/conexões realizadas por esses atores entre religião, política e mídia. A esse suporte se pode denominar, seguindo o pensamento de Márcio Goldman (2006b), de matriz de inteligibilidade. Esta matriz envolveria “elementos muito concretos coletados no trabalho de campo e por outros meios a fim de articulá-los em proposições um pouco mais abstratas, capazes de conferir inteligibilidade aos acontecimentos e ao mundo” (Goldman, 2006b: 460-61). Tratar-se-ia, assim, de uma tentativa de elaboração de uma inteligibilidade que permita uma melhor compreensão do sistema político, sendo preciso, para isso, “recorrer-se certamente a acontecimentos muito concretos, mas também teorias nativas muito perspicazes e a formulações mais abstratas, quando estas podem ser úteis” (Goldman, 2006b: 460-61).

Feito isso, resta se debruçar sobre o que foi realizado e verificar de que grau foi o esforço de perseguir o caminho percorrido pelo catolicismo carismático nas eleições de 2010. O que foi analisado se circunscreve aos dados coletados dentro de um período bastante restrito e preciso: de janeiro a maio de 2010 e de julho a outubro de 2010, sendo este segundo momento referente às eleições parlamentares e ao primeiro turno das eleições presidenciais e estaduais. Nesse período, o acompanhamento dos processos inerentes ao Ministério Fé e Política, de candidaturas lançadas à Câmara dos Deputados e Senado, bem como as ações da mídia Canção Nova, através do acesso aos seus programas de televisão, produziram numerosos dados que depois foram selecionados para a avaliação. O material foi selecionado de acordo com a capacidade que tinham de tornar visível a situação multiposicional que se queria mostrar, pois passíveis de gerar estímulos que permitiram a interpretação.

2 CATOLICISMO CARISMÁTICO, POLÍTICA E MÍDIA: ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CENÁRIO ACADÊMICO

2.1 CATOLICISMO CARISMÁTICO NA POLÍTICA: PROJETO E CANDIDATURAS

A produção sócio-anropológica sobre carismáticos e política é muito incipiente. Ainda mais se comparados ao número de estudos sobre a inserção política de grupos evangélicos (protestantes e pentecostais) ou, até mesmo, com estudos sobre grupos católicos tradicionais e progressistas¹. A resposta para isso não está certamente na apatia que se acredita ter o movimento carismático diante da realidade política, que estaria presente desde a fundação de suas bases a partir de 1968, ano de seu aparecimento nos Estados Unidos. Stephen Hunt (2008) tem, na sua revisão dos raros estudos que encontrou sobre carismáticos no contexto estadunidense dos anos 1970/80, um contraponto a essa concepção de apatia. O mesmo se dá com a pesquisa de Pedro Ribeiro de Oliveira (1978) sobre o Brasil que, apesar de ter concluído (apressadamente, acredito) que os carismáticos não são afeitos para a ação política, apresenta dados que permitem imaginar uma predisposição para a prática política nesse segmento.

A razão para um menor interesse pelo estudo da relação entre catolicismo carismático e política talvez seja devedora de um momento histórico em que: no caso estadunidense, despontava um evangelismo mais a direita da política; na Europa, o laicismo ganhava contornos mais bem definidos, ao mesmo tempo em que alguns estados nacionais tiveram que começar a lidar com a questão do islamismo imigrante; na América Latina, as Comunidades de Base católicas, com sua Teologia da Libertação, aparecia com um discurso sociopolítico próximo às opções partidárias de esquerda. Nesse ínterim, raríssimos eram os estudos sobre a participação política entre carismáticos. Entretanto, Hunt (2008) menciona que, no caso estadunidense, os carismáticos não eram, desde o início, antagônicos, mas ambíguos em relação à ação política. Para ele, esse segmento “nem era substancialmente tradicionalista ou

¹ Particularmente, não conheço nenhum trabalho que tenha realizado uma revisão sobre o panorama acerca da produção acadêmica no tange a relação entre religião e política no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos. Minha afirmação se baseia na evidência de que revistas, como “Religião e Sociedade”, “Ciências Sociais e Religião” e “Debates do NER”, publicaram raros estudos sobre a relação entre catolicismo carismático e política. Nessas revistas, o tema dos pentecostais e política desponta, seguido, de longe, pelos estudos sobre catolicismo liberacionista e política. No caso euro-estadunidense, a “Social Compass” não foge dessa tendência, apesar do número de trabalhos sobre carismáticos ser um pouco maior, embora concentrados nos anos 1970.

progressista, nem substancialmente liberal ou conservador” (Hunt, 2008: 31). Hunt afirma isso por conta de uma assertiva próxima à de Fichter (*apud* Hunt, 2008), que pensava que a posição dos carismáticos era radical, se comparadas com a dos demais católicos, apesar de se colocarem mais a direita no geral. Já Harper (*apud* Hunt, 2008) acreditava que o fator classista tenderia a levar os carismáticos para uma posição mais a esquerda, pois detentores de um padrão de vida e escolar acima da média americana. Por outro lado, na mesma época sobre a qual Hunt produz sua leitura, outros estudos sinalizavam para uma acomodação cultural por parte dos carismáticos à cultura americana. Ellwood, Neitz e McGuire (*apud* Hunt, 2008), por exemplo, acreditavam que os carismáticos eram os responsáveis pela adequação do catolicismo à vida religiosa americana, na medida em que traziam, para dentro da instituição romana, uma ideia de individualização da religião e de uma cultura mais liberal.

Pedro Ribeiro de Oliveira (1978), no que tange a realidade brasileira, deixa entrever que, apesar de sua análise enfatizar que o grau de militância dos carismáticos fosse baixo, duas tendências despontavam. A primeira tendência estaria relacionada com certa vocação para o engajamento social, presente já nos primórdios do movimento no Brasil. Isso se deveu ao fato de que Ribeiro de Oliveira encontrou, entre seus entrevistados, 17,8% dos membros e 28,6% dos dirigentes com engajamento social declarado. Se por um lado, isto o levou a afirmar que a RCC “não é um estímulo ao engajamento social de seus participantes”, por outro lado, também o levou a aceitar a ideia de que é entre os dirigentes que “o engajamento já se faz notar” (Ribeiro de Oliveira, 1978: 38). Além disso, o autor (Ribeiro de Oliveira, 1978: 36-37) acentuava a existência de um imaginário socialmente engajado entre os carismáticos, por conta tanto da existência de um “estreito vínculo entre experiência espiritual e o engajamento social”, expressado nas “Orientações Teológicas e Pastorais...”, quanto da existência de casos em que haveria “uma preocupação maior com a sociedade na qual [o carismático] está inserido, e, assim, uma atuação no sentido de torná-la melhor”, a partir do amadurecimento espiritual adquirido no meio. A segunda tendência pode ser encontrada em uma entrevista que Ribeiro de Oliveira (1978) cita, apontando para a necessidade de amadurecimento enquanto condição de possibilidade para um maior engajamento social entre os carismáticos. A ideia era de que

[...] o movimento ainda é recente no Brasil e ainda conta com pouco apoio do episcopado, condições [que] dificultam bastante o amadurecimento dos seus membros, e por isso a passagem da renovação apenas no âmbito interior à renovação da Igreja e da sociedade torna-se mais demorada (Ribeiro de Oliveira, 1978: 37-38).

O amadurecimento então, segundo o entrevistado, dependeria de tempo e de apoio, para que tornasse possível o desenvolvimento pleno do engajamento social dos carismáticos, que, na fala citada por Ribeiro de Oliveira, encontrava-se em processo de germinação.

Depois dessas referências, situadas nas décadas de 1970/80, que nos apresentam Hunt e Ribeiro de Oliveira, será apenas a partir da segunda metade da década de 1990, e depois na década de 2000, que outra pequena quantidade de textos sobre carismáticos e política aparecerá. Nesse contexto, as ações dos carismáticos na cena política serão avaliadas tanto por uma perspectiva euro-estadunidense, com os trabalhos de Christine Pina (1997; 1999) e Hunt (2008), quanto por uma perspectiva brasileira, com os trabalhos de Reginaldo Prandi & Fernando Valentin (1998), Brenda Carranza (2000), Rodrigo Portella (2011), Emerson Silveira (2008), Julia Miranda (1999) e Marjo de Theije (2002).

Para o caso francês, Pina (1997: 113) procura pensar como é que “uma experiência espiritual forte (o encontro com Deus que chega a marcar a vida do sujeito entre o antes e o depois) poderia reconstruir a imagem da sociedade e da política”. Nesse sentido, ela tenta marcar que os tipos de inserção social e política dos carismáticos vão ser relativos às experiências grupais e/ou comunitárias que cada fiel vai desenvolver. Comparando as comunidades Chemin Neuf e Béatitudes, a autora vai traçando diferenças entre elas, no que tange ao modo como suas visões de mundos imprimem seus estilos e comportamentos sociais e políticos, mesmo que compartilhando uma mesma cosmogonia.

Para Pina (1997), o membro da comunidade Chemin Neuf pensa a sua experiência religiosa como algo adquirido de modo contínuo, como parte de uma busca religiosa permanente, dando um caráter lógico para sua presença na comunidade. Isto produziria “uma noção de roteamento e itinerário que insiste sobre a necessidade do reencontro com Deus para garantir uma consistência para a vida como um todo, evitando a separação entre a existência e o mundo como coisas distintas” (Pina, 1997: 117). Essa comunidade se aproximaria de um tipo de conduta que articularia o laicismo com o ascetismo. Laicistas porque “buscam no mundo as condições de realização da mensagem evangélica, pela e graças à comunidade” e ascéticos porque procuram, através de seu comportamento e maneira de ser “demonstrar que são um instrumento de Deus” (Pina, 1997: 118). Nessa medida, o engajamento político e a atividade social são compreendidos “como uma entre outras que se aproxima da experiência religiosa dos envolvidos com a comunidade” (Pina, 1997: 123), já que ambas fariam parte do mundo o qual o membro da comunidade coabita.

Essa conduta se mostra mais clara quando Pina (1999) encontra uma inclinação desse tipo de comunidade para problemas da cidade, na medida em que se viam como responsáveis

pelo seu desenvolvimento, bem como se mostravam dispostos a compartilhar os problemas dela com seus contemporâneos não comunitários. Comportando-se como cidadãos interessados, não viam contradição entre envolvimento na Igreja Católica e a ação na sociedade, tendo

[...] um interesse na gestão dos assuntos públicos, demonstrando principalmente seus membros mais velhos um envolvimento mais explícito com a cidade, a familiaridade com os números atuais da política francesa, o desejo de verem políticos debaterem com líderes religiosos, além de terem um bom conhecimento sobre o que se passava na cena política no país (Pina, 1999: 94-95).

Assim, o Chemin Neuf prova executar uma negociação “mais marcada pelo diálogo e à gestão aberta da esfera pública” (Pina, 1999: 96).

Por outro lado, o membro da comunidade Béatitudes, segundo Pina (1997), pensa-se como fruto de uma experiência religiosa constituída por uma existência de ruptura com a sua vida pregressa. A consequência disso é a proposição de “uma visão de mundo pautada em termos binários” (Pina, 1997: 117). Essa comunidade se aproximaria de um tipo de conduta em que se aproximariam, ao mesmo tempo, as figuras do monge e do místico. Monge diante do fato de que seu discurso é “profundamente reativo em face da sociedade e da política em geral”, e místico por causa de sua “contemplação e piedade como caminhos para a salvação e, portanto, necessários ao estado de graça” (Pina, 1997: 118). Logo, o engajamento político é visto como sujo e doente, por ser um produto humano, o que produziria uma visão sempre patológica da atividade política (Pina, 1997).

Exemplo disso, fornece Pina (1999: 95), quando nota que, nessa comunidade, os “indivíduos tem uma grande dificuldade não só em ver a si mesmos como cidadãos, mas também para livrar-se de uma representação maquiavélica da política”. Por conta disso, os membros da comunidade não se preocupam em “tomar alguma iniciativa para modificar a cidade ou até mesmo melhorá-la, pois isto não é visto como uma necessidade”, uma vez que partem do princípio que “a política assusta e que, como os sindicatos, fazem parte do passado e da cidade” (Pina, 1999: 95). Este tipo de conduta se justifica pelo fato de que, “no Béatitudes, transações são expressas mais em termos de ruptura espacial e certeza em face das questões nascidas da modernidade”, como resposta dessa comunidade para “gerir as contradições de uma sociedade urbana moderna, buscando equilíbrio e tranquilidade” (Pina, 1999: 96).

Hunt (2008), para o caso americano, nota uma composição ambígua no comportamento político do catolicismo carismático. O autor sugere, por sua vez, que “os

católicos carismáticos são puxados em direções diferentes a respeito de opiniões e alianças políticas, estando sujeitos a influências de dinâmicas contrastantes e lealdades concorrentes, dificultando conclusões” (Hunt, 2008: 27). Nesse sentido, a hipótese de Hunt é que o catolicismo carismático tanto pode se aproximar das posições políticas da própria hierarquia católica, por um lado, quanto assimilar, passiva ou ativamente, elementos políticos locais, por outro. Dessa forma, o catolicismo carismático não seria, substancialmente, nem tradicionalista nem progressista, nem substancialmente liberal ou conservador, podendo suas orientações se aproximar ora da direita ora da esquerda política (Hunt, 2008). De acordo com o autor, há uma inclinação liberal nos primórdios do movimento nos Estados Unidos, na medida em que procuravam marcar uma renovação de elementos tradicionais pela experiência individual, ligada à realização de si (Hunt, 2008). Contudo, conquanto passam a se voltar de forma crítica para uma sociedade taxada por eles como permissiva, os carismáticos acabam por se inclinar para uma dimensão política fundamentalista e conservadora, na qual defendem uma “regeneração moral”, em contraste com o comportamento disseminado pela cultura considerada como secular, ligada ao materialismo e à promiscuidade (Hunt, 2008).

Entretanto, Hunt (2008) esclarece que, mesmo quando ocorre uma tendência mais para a direita no meio carismático, um grande embaraço se dá entre eles quando o assunto é pena de morte, ensino do criacionismo nas escolas, bem estar social das mulheres, desenvolvimento de armas nucleares, postura antigay. Estas posições são defendidas por aquilo que se define por Nova Direita Cristã, que congrega a maioria dos grupos “spirit-filled” protestantes, de quem o catolicismo carismático, pertencente à mesma linhagem revivalista, na leitura do autor, se aproximaria muito relativamente. Segundo Hunt (2008: 42), nesse cenário, os carismáticos “provaram ser mais liberais em suas atitudes”. Além disso, os carismáticos procuram marcar que “o catolicismo ensina sobre o respeito da dignidade inerente a cada pessoa, insistindo que nada na bíblia ou na doutrina católica poderia ser usado para justificar atitudes e comportamentos preconceituosos ou discriminatórios” (Hunt, 2008: 43).

Para o caso brasileiro, a presença dos carismáticos na política tem se mostrado um ponto controverso no interior do pensamento da ciência social dedicada ao tema. Por um lado, acredita-se que os carismáticos privilegiam uma agenda política mais conservadora, na medida em que procuram tocar em temas ligados à evangelização e à moralização do Estado e da sociedade, posicionando-se de modo corporativo na esfera política (Prandi & Valentin,

1998; Carranza, 2000; Portella, 2011). Por outro lado, passa-se a considerar que a experiência individual dos carismáticos, projetada para fora de si em direção ao outro, motivaria muitos carismáticos para a inclinação política, com posições variadas (Miranda, 1999; Theije, 2002; Silveira, 2008).

Dentro do primeiro grupo de autores, que enfoca a ação política dos carismáticos como corporativa, evangelizadora e moralizadora, Prandi & Valetin (1998) apontam que o objetivo primeiro da vida carismática é a transformação interior, uma vez que qualquer atuação na vida social só será exitosa se for fruto de um forte amadurecimento, produzido desde o íntimo do indivíduo. Essa perspectiva dos carismáticos decorreria, segundo os autores, de uma fórmula conservadora-individualista, pois mudar o indivíduo seria a força motora para mudar a sociedade, focada sempre em um projeto de moralização. Além disso, de acordo com esses autores, se os carismáticos apresentam certo desinteresse pela política enquanto participação e atuação militante, diferenciando-se das comunidades de base, “eles não rejeitam a política partidária, [votando] com posições políticas bem definidas e ten[do] eleito como seus representantes deputados federais e estaduais, além de vereadores” (Prandi & Valetin, 1998: 175). Tal atitude faria com que os carismáticos demarcassem uma posição, ao mesmo tempo, defensiva e de conquista no interior da esfera política, na medida em que apresentam uma postura moralizante (defesa da família) por um lado, e de catequização (divulgação da Renovação Carismática), por outro.

Carranza (2000: 157), por sua vez, enfatiza que “desde fins da década de 1970, o movimento começou a articular-se para ter cargos parlamentares e ocupar espaço na política nacional e local”. A autora afirma (Carranza, 2000) que a participação da renovação carismática é ativa, eleitoral e partidariamente, seja lançando candidaturas próprias, seja votando nelas. Para ela, a inserção política dos carismáticos é fruto antes de “uma trajetória interna de liderança que responde a um esquema estratégico de formação de quadros para ocupar cargos efetivos em nome da RCC e usufruir de privilégios” (Carranza, 2000: 163), do que de um ato pessoal espontâneo em nome de Deus. Para a autora, isso tem tido como resultado uma articulação interna nas esferas da representação política, articulando, muitas vezes, setores conservadores e evangélicos, em que a meta é a procura de prerrogativas que possam favorecer seus interesses (Carranza, 2000). Dentro dessas esferas representativas, argumenta, os carismáticos desenvolvem um posicionamento “contra projetos de leis que visam incorporar como direitos sociais questões tais como orientação sexual (união estável entre pessoas do mesmo sexo) e sobre os direitos reprodutivos da mulher (aborto)”, aureolando a representação com a presença confessional (Carranza, 2000: 165-66).

Esse posicionamento da Renovação Carismática teria como marca a identidade e o pertencimento à Igreja Católica, que identificaria, para Carranza (2000: 168) “um traço de neocristandade constatada [que] responde a uma postura saudosista daqueles que pretendem governar em nome de Deus e articular-se ancorados no prestígio da igreja”. Tal marca não reconhecera, aponta Carranza (2000), a autonomia moderna das esferas política e religiosa, o que implicaria, subentende-se, em uma dupla consequência: produção de uma visão corporativista, na qual se busca privilegiar a Igreja Católica e criar estratégias para recuperação de sua hegemonia; vínculo partidário instrumental, em que os partidos políticos se tornariam instâncias casuais de ascensão ao poder. Carranza (2000: 173) demonstra a existência da primeira consequência quando afirma que “a RCC apresenta uma concepção política baseada na troca de favores, na procura de privilégios [...] fundamentada na noção de ação política voltada para o sócio-caritativo”, o que reforçaria “as estruturas e os sistemas políticos vigentes, perpetuando o status quo”. Já a segunda consequência é demonstrada quando a autora aponta que “o mundo partidário é para RCC uma instância acidental que o candidato utiliza para ascender a um mandato e a partir daí assegurar os interesses do movimento” (Carranza, 2000: 171), uma vez que o interesse dos carismáticos é utilizar os partidos como uma plataforma pela qual endereçam seus interesses, sobretudo os de ordem moral e privilégios para a Igreja Católica.

Por sua vez, Portella (2011: 645) aposta na tese de que, no catolicismo carismático, existiriam “ideias-força que, de uma maneira ou de outra, alinhavam um rosto básico do movimento, inclusive em suas inserções políticas”. Nesse sentido, argumenta que “o ethos sociopolítico da Renovação Carismática, grosso modo, tenderia a refletir uma postura mais individualista, típica de determinada espiritualidade católica de antanho e de valores das classes médias urbanas” (Portella, 2011: 646), produzindo uma conduta política mais ligada ao caritativo do que à consumação de direitos. Assim, a Renovação Carismática estaria (re)produzindo

[...] uma concepção de campo social e político – e intervenção nele – de estreitas afinidades com concepções políticas e sociais assistencialistas que não questionam o *status quo* socioeconômico presente na sociedade – e sua estrutura reprodutora e ideológica –, mas apenas busca minorar os efeitos desta estrutura, a mantendo (Portella, 2011: 646).

Além disso, a presença política do catolicismo carismático, de acordo com Portella, estaria ligada a duas dimensões. Por um lado, os carismáticos colocariam na política uma

dimensão dualista soteriológica e agonística acerca do social e da política, quando as relações nessas esferas passariam a ser vistas como fruto de uma disputa metafísica entre Deus/Diabo e Céu/Inferno. Isso os colocaria em um cenário “não só da desqualificação da reflexão e do debate político enquanto sua autonomia necessária e diferenciação das esferas, como também de um perigoso viés que tornaria a dimensão política vassala e refém de orientações religiosas, e exclusivistas delas” (Portella, 2011: 647). Por outro lado, igualmente se produziria no catolicismo carismático uma visão que Portella (2011) denomina de ufano-espiritualista, pautada em um discurso de harmonia entre classes, na medida em que se passaria a acreditar na ideia de que todos são irmãos e filhos de Deus, anestesiando os conflitos presentes nos campos sociais e políticos.

Para o autor, a presença política do catolicismo carismático muitas vezes se faz sentir quando questões ligadas a valores morais são colocados à baila. Segundo Portella (2011), isto está fortemente atrelado à ausência de uma reflexão entre fé e sociedade, produzida nas bases, na medida em que a hierarquia do movimento é que elege os temas a serem levados em consideração, quando o assunto é consciência política, temas estes sempre inclinados mais a direita do pensamento teológico. Desse modo, figuraria na Renovação Carismática

[...] bandeiras que, grosso modo, ignoram a dimensão explicitamente socioeconômica da política, fixando suas lutas em questões de consolidação do espaço de influência católica e em assuntos de teor ético referenciados em posições teológicas tradicionais da Igreja: bioética, educação católica, questões sobre direito reprodutivo, etc. (Portella, 2011: 650-51).

Por conta disso, independentemente da opção político-partidária que os carismáticos individual ou coletivamente possam ter, esses “provavelmente encampam as tendências mais à direita do movimento quanto às questões bioéticas e reprodutivas, dentre outras que permeiam o campo da moral” (Portella, 2011: 652).

Diante desse panorama, que motiva a ação política dos carismáticos, estes estariam dando vazão a uma plataforma política reformista, segundo Portella. Ele argumenta nessa direção, quando afirma que, na RCC, existe uma compreensão de direito a vida resumida ao direito a nascer, que se desdobra para a normatização de direitos ligados à união homoafetiva, configurando uma visão e ação política que “se restringe ao micro (instância do núcleo familiar e do direito, ou não, de pessoas decidirem sobre seus corpos e sexualidade)” (Portella, 2011: 655). Tal situação seria caudatária de uma teologia política em que o espiritual ganha a dianteira frente ao racional. A consequência disso seria “o encantamento da

dimensão política e o enfraquecimento de sua dimensão secular e racional, ou o sequestro dessas dimensões para articulá-las a serviço do imaginário religioso e de seus representantes” (Portella, 2011: 656).

Do lado oposto a estas perspectivas, Miranda (1999: 119), argumentando sobre a inserção dos católicos carismáticos na política, sinaliza que a adesão de candidaturas realizadas nesse âmbito depende da elaboração de “um discurso bem articulado [...] onde fique estabelecida a ligação necessária entre ambas as esferas, de forma a garantir-lhe o lugar de ‘porta-voz’, transformando interesses pessoais na humildade da disposição de assumir a prática política como ‘missão’/‘ministério’”. Ao mesmo tempo, essas candidaturas necessitam fugir dos perigos que rodeiam a política, como a corrupção e o assistencialismo, colocando “a fé a serviço da política, pautando a ação nessa área pelos valores do Evangelho” ao mesmo tempo colocando sua pertença religiosa como um “selo ético [para] o exercício cristão da política” (Miranda, 1999: 123).

Theije (2002), olhando para os carismáticos em Garanhuns, no estado de Pernambuco, pensa que o comportamento político desse grupo está estreitamente ligado ao contexto em que esse coexistiria. Olhando para um cenário em que catolicismo carismático e liberacionista compartilhavam o mesmo território, ela afirma que existiria um processo de articulação entre ambos, porém, mediado pelo imaginário liberacionista que marcava culturalmente a região (Theije, 2002). Nessa direção, quando os carismáticos enfatizam a caridade ou votam em determinados candidatos, eles o fazem sobre influência desse meio culturalmente influenciado pelas Comunidades Eclesiais de Base (Theije, 2002).

Por sua vez, Silveira (2008: 204) afirma que existe uma “mistura de códigos, performances, uma hibridação de dois mundos, o da intersubjetividade carismática e da política”, quando da inserção política do catolicismo carismático. Desse modo, aponta que os termos vontade e missão tornam-se estruturantes para a prática política desse segmento, ao mesmo tempo em que “visões e imagens no lugar de pesquisas de opinião, santinhos no lugar de gastos enormes, [...] mobilizam todo um ethos compartilhado por milhares de pessoas” (Silveira, 2008: 206). Para Silveira (2008: 205), o que as candidaturas carismáticas católicas fazem é deslocar princípios da religião para a política visando construir adesões, fazendo isto quando usam a “liturgia do rito do político cotejado e abalroado pelas batinas, bíblias e louvores, estridentes, guitarra, violão, site e chats do movimento carismático católico”.

A vantagem dos trabalhos de Prandi & Valetin (1998), Carranza (2000) e Portella (2011) está em poder apreender um projeto político carismático claro e bem definido. Não se pode negar a existência desse projeto político carismático que, muitas vezes, pode esbarrar em uma dimensão estritamente corporativista. Entretanto, a prática política dos carismáticos não se resume a isso, pois, se por um lado a religião penetra na política, por outro a política penetra na religião. Nesse sentido, se há corporativismo, também pode haver cooperativismo, e se há particularismo, também pode haver pluralismo. Apesar de não se poder negar o posicionamento conservador, por parte da Renovação Carismática em matéria de política, cujas preocupações são moralizantes e corporativas, é importante frisar a ideia de que os carismáticos são tão reformadores quanto o são outros movimentos sociais, sobretudo quando esses temas moralizantes se inclinam para a injustiça social e a corrupção, que têm, de alguma forma, um lugar cativo dentro da esfera política. Se os carismáticos desejam uma reforma do estado e da sociedade, sem dúvida seu universo moral pesa, seja pelo lado do valor da família, seja pelo lado da caridade. Contudo, a caridade que os carismáticos procuram fazer pode ser pensada articulada com o “dever do estado”, e sua defesa da família com temas como liberdade, direito a vida e autonomia. Que suas bases de atuação são as religiosas, isto não se pode negligenciar, mas elas podem ser conjugadas com o civismo, o republicanismo, entre outras formas de síntese políticas consideradas mais progressistas.

Já a vantagem dos trabalhos de Julia Miranda (1999), Marjo de Theije (2002) e Emerson Silveira (2008) está em poder perceber os arranjos e mudanças que ocorrem quando da inserção política dos carismáticos. Movidos pela variedade das ações que os carismáticos desenvolvem, esses autores têm sinalizado para a composição de uma esfera política como porosa na canalização das demandas e na inserção de agentes religiosos nessa esfera. Entretanto, o signo que rege essas perspectivas é o da conversão automática de valores religiosos em valores políticos, fabricando um comportamento político aureolado por uma simbologia religiosa. A passagem de uma esfera para outra, no entanto, não é automática. A porosidade das fronteiras não reduz os relevos a serem contornados. A relação entre religião e política é dependente de continuidades e justificações, que vai além de uma simples troca de signos. Envolve processos permanentes de mediações, conversões, sistematizações, anulações, entre outras.

As críticas dirigidas a esses autores, entretanto, são uma questão de ponto de vista, ainda mais quando se deseja ver a relação entre carismáticos e política desde o interior de uma parte do processo político, como o das eleições. Essa é a dimensão temporal sobre a qual se dá a relação que observo. Isso, na perspectiva que aqui se pretende tomar, é fulcral para se pensar

as conexões que religião e política tomam dentro da realidade brasileira. Essa dimensão temporal, a que me referi, ocorre a cada dois anos, envolvendo um complexo jogo de disputas, cisões e alianças. Sua existência é sazonal e acaba mobilizando inúmeros setores, que se mostram audíveis e visíveis, no afã de se fazerem representados. Para tanto, lançam candidaturas ou se inclinam a apoiar alguma outra, vinda de um setor qualquer e cujas ideias são compatíveis com as suas.

2.2 CATOLICISMO CARISMÁTICO E MÍDIA

As análises sociológicas e antropológicas sobre as relações entre catolicismo carismático e mídias têm colocado em movimento um conjunto de reflexões que podem produzir alguma inteligibilidade para a compreensão que aqui se quer, isto é, acerca da situação multiposicional sobre a qual a Canção Nova se colocou, quando de sua relação com a cobertura do processo eleitoral brasileiro de 2010. Trabalhos como os de Antônio Braga (2004; 2005) têm procurado mostrar como o catolicismo carismático, particularmente a Canção Nova, procura usar as práticas midiáticas presentes nas mídias seculares colocando-as a serviço de seu projeto evangelizador, em que o fato de estar usando uma lógica inerente às mídias não implicaria pertencer à lógica própria desta. Por outro lado, Brenda Carranza (2000; 2011) e André Ricardo de Souza (2005) têm acentuado que pode estar ocorrendo uma capitulação do discurso carismático à lógica do meio midiático, em que aquilo que é veiculado e o modo como isto é veiculado proporciona uma incorporação das táticas presentes no universo midiático de forma geral, como estratégia necessária para conquista de espaço dentro desse mercado. A partir dessas perspectivas e para além delas, Marcelo Camurça (2006; 2009), Eliane Oliveira (2009a; 2009b) e Emerson Silveira (2003; 2009) procuram notar que a relação entre catolicismo carismático e mídias se movimenta de modo mais amplo, em que os carismáticos tanto usariam os recursos das mídias seculares para fazer valer seu projeto de evangelização, quanto se articulariam com o universo midiático, produzindo uma nova tônica de ação no mundo mimetizada com este.

Quando Braga (2004: 114) analisa a Canção Nova, ele procura enfatizar que a procura desta rede de comunicação em tentar demarcar, ao mesmo tempo, um posicionamento afim com a esfera midiática e fora dela coloca em movimento a recusa de “uma opção tácita no

sentido de não precisar submeter-se ‘às regras do mercado’”, por um lado, e uma “autonomia diante das demandas externas que possam entrar em confronto ou que possam gerar desconforto em relação à visão de mundo e ao ethos cançonovista”, por outro. Contrapondo providência e compromisso como parte do imaginário assumido, na contramão de um imaginário pautado no mercado e no consumismo, a Canção Nova, na perspectiva de Braga (2004), conseguiria converter toda sua programação para a satisfação de uma necessidade religiosa, a evangelização. Ela toma as práticas das mídias seculares, catequiza-a e utiliza-a como se fossem bens de salvação. Daí o fato de suprimirem as propagandas seculares (bebida alcoólica, cigarros, preservativos, etc.), em prol da propaganda de seus próprios produtos religiosos, bem como a configuração de uma programação basicamente orientada pela religião, mesmo que, em muitos casos, estas se pareçam com as propagandas e programas das mídias não religiosas.

Dessa maneira, a Canção Nova estaria produzindo, na concepção de Braga, uma resposta para novas demandas dos próprios católicos, que tem procurado

[...] encontrar ou gerar dentro da própria Igreja Católica a possibilidade de vivenciarem uma experiência religiosa mais participativa, menos anacrônica em relação à modernidade (ou se preferirmos, à pós-modernidade), de maior contato com o sagrado e, também, com suas realidades cotidianas, com seus anseios e necessidades enquanto homens imersos na contemporaneidade (Braga, 2004: 118-119).

Isso justificaria o antagonismo da própria ação da Canção Nova, que, segundo Braga (2004: 119):

[...] ao mesmo tempo em que representa uma experiência transformadora dentro do catolicismo e da Igreja Católica, também representa um movimento de conservação. Ela é transformadora porque introduz no catolicismo e dentro da Igreja Católica a possibilidade dos fiéis experimentarem novas formas de ser e de se sentirem católicos [e] ela é conservadora porque não pretende se distanciar da dimensão institucional da Igreja Católica [que] ela procura propagar, enfatizar e reificar os dogmas, as doutrinas e as práticas sacramentais.

Essa postura ascética da Canção Nova, que relaciona mudança e conservação, levaria a uma catequização da mídia pela religião, na qual esta seria a condição de possibilidade para que se possam experimentar as coisas consideradas próprias do mundo. O que tornaria essas práticas não confundíveis com aquelas práticas mundanas seria, justamente, a mensagem religiosa de fundo que é veiculada, uma vez que esta mensagem possibilitaria “que antigas sensações, outrora vistas como ‘do mundo’, possam agora ser encaradas como ‘de Deus’, ‘da

Igreja” (Braga, 2005: 72). Nesse sentido, haveria “uma mudança de conteúdo que não implica necessariamente numa mudança em relação ao tipo de sensação que dado [estilo] provoca [em que a pessoa não] precisa abdicar de todas as sensações de outrora para se sentir católico” (Braga, 2005: 72). Braga aposta que tal cenário não apenas catolicizaria a vida cotidiana, mas também cotidianizaria o catolicismo, em um processo que, de qualquer forma, produziria, ao que me parece, um enclausuramento do mundo por uma ótica católica, posto que a Canção Nova não só se posiciona sobre as coisas que considera do mundo, reconvertendo-as em símbolos de ordem religiosa, como também possibilita ao seus adeptos que vivam sua vida cotidiana dentro de um cotidiano já catolicizado.

A análise de Souza (2005: 46-47), por sua vez, procura marcar que a ação midiática dos carismáticos tem se desdobrado, em vários casos, para o que ele chama de renovação popularizadora católica, marcada pela “propaganda explícita da religião”, por meio de missas-show, estratégias de marketing e publicidade, estruturação dos segmentos católicos em moldes empresariais, aprimoramento na venda de produtos religiosos, entre outros. Assim, quanto maior o sucesso dessas atividades, entre católicos em geral e entre carismáticos em particular, mais dependentes eles se tornariam delas. Souza (2005) parece querer mostrar que há uma força irresistível dentro do sistema midiático, que mercantiliza toda e qualquer ação, inclusive aquela religiosa dos católicos e dos carismáticos. O exemplo do padre Marcelo Rossi é emblemático nesse sentido. Souza (2005) apresenta como este religioso, utilizando elementos seculares como a aeróbica e *rits* populares, consegue atrair, em torno de si, uma massa imensa de fiéis, que exigirá dele novas estratégias para manutenção de suas atividades, como aparições em programas de rádio e TV, a montagem de uma turnê para divulgação de sua imagem e de sua mensagem, pelo país e exterior, a gravação de CDs, a veiculação de seu nome, através de comerciais para autodivulgação. Uma estratégia de evangelização que, articulando o moderno, acaba convertendo Marcelo Rossi em uma vedete religiosa, capitulada às necessidades midiáticas.

Para Souza (2005: 99), “Marcelo Rossi efetivamente passou do status de ‘um padre que canta’ para o de um artista popular, que é também sacerdote”, o que o constitui inegavelmente como uma vedete, apesar dele mesmo não se considerar um artista. Isso se deve ao fato de que “o sucesso do padre acabou por sobressair às amarras de natureza religiosa [tornando-o] uma celebridade do mundo secular, digna de culto” (Souza, 2005: 99). Apesar das reclamações que o padre costuma fazer sobre o modo como a mídia o trata, uma imagem caricata dele acabou se formando, levando em conta sua condição de padre, jovem e moderno, que valoriza a expressão corporal, por meio da dança e da linguagem simples

(Souza, 2005). Esse modelo, de associação com a linguagem midiática e mercadológica, como salienta Souza, seria encontrado em outros casos dentro do catolicismo, envolvendo não apenas padres que se mostram vocacionados para a música, mas também centros de peregrinação, como Aparecida (N^a Sr^a Aparecida) e Guaratinguetá (Frei Galvão), canais de rádio e televisão católicas, e também a própria personagem do Papa. Em todos estes casos, a primazia do midiático, frente ao discurso religioso, faz-se presente fortemente, e há uma necessidade, cada vez maior, em ampliar o mercado de bens religiosos dentro de um campo que é muito mais econômico do que religioso, oferecendo ao fiel formas modernas para exercer sua devoção, experimentando a religião que cabe no seu gosto e no seu bolso.

Nessa direção, Souza procura ressaltar que houve, dentro do catolicismo, “uma opção pela mídia e pelo marketing” (Souza, 2005: 118), como estratégia da Igreja Católica para retomar seu lugar no espaço público. Com essa opção, procurou-se propagar a religião, buscando fazer “propaganda muito mais da religião católica do que da mensagem religiosa de fundo, o cristianismo, com o objetivo de atrair o maior número de pessoas possível” (Souza, 2005: 122). Souza (2005: 123) evidencia que “o envolvimento com a indústria cultural acaba por dar à religião o caráter profano de mercadoria ou um serviço que se produz, anuncia, vende e consome, como outros bens culturais”, em um processo em que “ele perde sua aura e se vulgariza”. Uma vez que essa capitulação gera produtos que são rentáveis para o catolicismo, produz-se um círculo vicioso no qual esta “religião afeitada ao espetáculo e ao marketing procura oferecer atrativos e fomentar a demanda pelo serviço religioso [em que] as pessoas que vão às celebrações, movidas pela devoção e pelo desejo de entretenimento acabam compondo massas de consumo” (Souza, 2005: 123). As mudanças que ocorrem com o catolicismo seriam, por esta perspectiva, “afeitadas à sociedade de prevalência dos valores comerciais, da ideologia do mercado” (Souza, 2005: 125).

Carranza (2000; 2011), por seu lado, tem procurado ressaltar como a relação entre catolicismo carismático e mídias têm sido marcada por uma ofensiva de recatolicização, que produz um quadro ambíguo, no qual assumir a linguagem midiática como agenciador de um discurso religioso tem como consequência a incorporação de procedimentos mercadológicos que deslocam o sentido da própria mensagem religiosa que se quer transmitir. Para Carranza (2000: 235), na medida em que a Renovação Carismática comanda uma vasta estrutura de comunicação, televisiva, editorial, radiofônica, fonográfica e cinematográfica, ela assume um discurso próximo de um “mundo do som e da imagem que forma parte da vida moderna, compondo o imaginário das pessoas, conectando com seus sentimentos e pensamentos”. Para ela, tal presença do catolicismo carismático, nos meios de comunicação, associa-se às

estratégicas de marketing, procurando converter os bens religiosos em bens de consumo, cenário em que “a religião passa a ter um caráter de mercadoria que a faz passível de venda como outras mercadorias, além de ser uma experiência de simulacro quando manipulado nos espaços midiáticos” (Carranza, 2000: 285-286). Passando a disputar espaço em um mercado de bens e serviços religiosos cada vez mais espetacularizados, os carismáticos têm ido à “procura de meios econômicos para fins religiosos” (Carranza, 2000: 294), em que, ao utilizarem o marketing religioso, “não controlam o processo que desencadeiam, [já que] o fato de escolherem esta técnica para ser aplicada na oferta da religião já é uma escolha afinada com a visão de mundo voltado para o mercado” (Carranza, 2000: 295).

Desse modo, segundo Carranza (2000), pelo menos três aspectos precisariam ser levados em conta, enquanto subjacentes ao discurso empreendido pelo catolicismo carismático dentro do jogo midiático: 1) a promoção da salvação cristã como produto, cuja obtenção de benefício institucional é dependente do fiel que, visto como cliente, precisa ser cativado; 2) elaboração de uma propaganda que possa ajudar a expandir um modelo conservador de igreja; e 3) configuração de um sistema de visualização, via mercado de consumo, que revoluciona os modos como a tradição católica é afirmada, produzindo produtos que ajudam na visualização do catolicismo como marca (*bottons*, bonés, adesivos, etc.). Apesar de apontar limites para a ampliação desse horizonte mercadológico, por parte da Renovação Carismática, Carranza (2000) assume que existe um novo cenário dentro do catolicismo, que procura apontar a direção para toda a Igreja Católica romana. Este cenário, segundo a socióloga, vem substituindo

[...] figuras emblemáticas das décadas de 60 e 70, como Dom Hélder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns, que se perfilaram nas lutas políticas e sociais do país e disputaram seu espaço religioso na mídia, por novas figuras emergentes que disputam seu espaço religioso em programas como os do Faustão, Xuxa, Gugu Liberato e Hebe Camargo (Carranza, 2000: 298).

A emergência desse tipo de catolicismo, que Carranza (2011) chama de midiático, tem se feito visualizar pela presença de padres-cantores, que convertem missas em shows e shows em missas, pela emergência de um mercado fonográfico católico, com jovens cantores que se apresentam individualmente ou formando bandas, tocando e cantando músicas religiosas dentro de qualquer variação musical secular, pela construção de um sistema de comunicação cada vez maior, que envolve a produção de conteúdos imagéticos dos mais variados aspectos. Esses casos, com Pe. Marcelo Rossi como o emblema, seriam fruto de “uma conjunção de

fatores socialmente atravessados por lógicas e sinergias atreladas à sociedade de consumo”, sendo preciso levar em conta a “construção de um imaginário de sucesso, enquanto produção da mídia”, por um lado, e as “mudanças de sensibilidade dos indivíduos contemporâneas, expressas nos discursos e práticas de uma vida mais saudável”, por outro lado (Carranza, 2011: 33). Essas direções, de acordo com Carranza, olhando detidamente para o caso Pe. Marcelo Rossi, estariam afinadas “com as novas espiritualidades ‘performáticas’ e ‘difusas’, presentes no universo urbano do sacerdote e de seus seguidores, que às vezes são fiéis, outras vezes comportam-se como fãs, ou ambos, simultaneamente” (Carranza, 2011: 33).

Esse contexto produziria, para Carranza (2011), um duplo processo que exerceria uma força irresistível dentro do próprio catolicismo. Por um lado, a legitimidade artística, dentro da lógica da produção midiática, apoiada em dispositivos de circulação, seja junto de outras celebridades seja na participação em círculos específicos, “permite ao público associar os artistas a determinadas linhas de produção, criando conexões afetivas que o consolidam como *pop star*, presentes em todos os ambientes e lugares” (Carranza, 2011: 42). Esse processo permite que a mídia retire do anonimato indivíduos que começam a ter visibilidade, ganhando afamação, “desenvolvendo neles dispositivos de vedetização e glamorização que permitem personalizar figuras emblemáticas que concentram imaginários de felicidade, com os quais o público se identifica e nos quais projeta aspirações” (Carranza, 2011: 41). Por outro lado, a conversão da vedete artística em vedete religiosa, no qual é somado “aos mecanismos de projeção e de identificação, de dramaticidade, emotividade e empatia [...] a promessa de vincular o terreno com o divino, o profano com o sagrado” (Carranza, 2011: 43). O profano, aqui, ao ser somado ao imaginário religioso, qualifica-se, ampliando “não só as potencialidades mercadológicas, mas, também, as interações culturais expressadas de maneira religiosa” (Carranza, 2011: 43).

Ao mesmo tempo em que a atividade do Pe. Marcelo Rossi pode ser considerada uma ação evangelizadora, atraindo para a Igreja Católica seus membros afastados, fazendo de sua ação midiática um serviço prestado à igreja, ela ganha uma visibilidade que vai demandar um comportamento, de sua parte, cada vez mais próximo das linhas do mercado e do consumo. O que implicaria em modos exclusivos para manter sua posição de visibilidade, aparecendo em todos os meios de comunicação e se colocando à disposição para o consumo deleitoso de seus fiéis-fãs. Isso faria de Marcelo Rossi uma personagem “ancorada nas dinâmicas culturais que o contextualizam como filho de seu tempo”, pois “herdeiro e portador de determinados estilos de vida urbanos” (Carranza, 2011: 45), nos quais se faz presente “o imaginário de

rejuvenescimento, de culto ao corpo, de transformações dos esquemas corporais, de construção da própria identidade ligada ao universo de consumo, de superação dos próprios limites, de renovação constante” (Carranza, 2011: 51). Nesse sentido, não só Marcelo Rossi, mas toda a teia midiática carismática, constituem-se como concretizadores das mudanças modernas na esfera da religião, imprimindo aí “estilos de vida e de consumo disponíveis nas práticas culturais que afetam a sociedade como um todo” (Carranza, 2011: 51). Por conta disso, sinaliza Carranza (2011: 51),

[...] não é de se estranhar que na sociedade brasileira os seguidores do fenômeno midiático padre Marcelo, submersos no imperativo de ser jovens, com novas sensibilidades emocionais e corporais, identifiquem como modernos os gestos aeróbicos de suas performances litúrgicas, magnificadas no processo de valorização midiática que foi percorrendo o imaginário do ideal jovem, atrelado à sociedade de consumo.

A aproximação do religioso com a materialidade midiática coloca em movimento um processo pelo qual esta última dá o tom para o modo como o primeiro deve ser operacionalizado. Carranza (2001: 62-63) pensa que Marcelo Rossi, “ao incorporar a aeróbica nas liturgias, libera a expressão cultural dos corpos, abençoa a prática das academias de ginástica, inseridas nas práticas cotidianas, e retira a vergonha do prazer ao culto ao corpo”. Tal atitude marca tanto atividades que pertencem ao religioso quanto ao consumo, tendo este último se tornado religioso, em si mesmo, na medida em que o religioso lhe dá significado. Esse processo é retroalimentado em um conjunto de atividades que fazem de Marcelo Rossi uma marca, presentificada na gravação e divulgação de CDs, lançamento de livros, shows e participações em programas de auditório, entrevistas em rádios e revistas, entre outros, que produzem uma ordem midiática voltada para o consumo, gerando uma onipresença do sacerdote. Tal onipresença, enfatiza Carranza (2011: 75), faz parte da “cotidianidade de consumo própria do universo das mercadorias, que personifica objetos e coisifica relações, naturalizando, de certa forma, a identificação de pessoas como produtos, e o consumo de produtos como satisfação parcial das aspirações”. Convertido em entretenimento, esses eventos, cuja intenção é disponibilizar gratuitamente um bem espiritual, uma experiência religiosa, são cooptados pela lógica do mercado, fazendo com as pessoas que “usufruem do rejuvenescimento trazido pela vedete religiosa [vivenciem] a experiência religiosa em tempo espetacularmente vivido na interação de imagens e aparências” (Carranza, 2011: 80).

A visibilidade ganhada pelo padre Marcelo o colocaria em uma linha de “construção midiática do carisma”, em que

[...] atributos naturais do padre-cantor performático foram sendo tecidos pela mídia junto à valorização do culto ao corpo [...] ao mesmo tempo que a mídia repõe os mecanismos de projeção e identificação que sintonizam com certos modelos de masculinidade e modernidade que se impõem como estereótipos sociais [que] começou a circular como uma imagem padronizada (Carranza, 2011: 125).

Para a autora, esse processo tem como uma articulação possível a “vedetização do sacerdote [que] sintetiza e expressa de forma religiosa uma série de aspirações coletivas disseminadas nos ideários de culto ao corpo, presentes na cultura contemporânea” (Carranza, 2011: 127). Esse cenário serve para justificar uma ação mais voltada para o consumo, presente na ação dos carismáticos, cuja prática do padre-cantor serve como matriz de inteligibilidade, que se estende para outras formas de visibilidade midiática. Marcelo Rossi poderia estar servindo de base inspiradora para outros sujeitos do catolicismo em geral, e do catolicismo carismático em particular, seja motivando ações individuais de ação midiática, incentivando a emergência de cantores e escritores, seja motivando ações coletivas, inspirando a fabricação de programas televisivos, radiofônicos ou cinematográficos.

Com outra perspectiva, Camurça (2009) procurou marcar que os estilos de vida moderna são porosos, abertos a combinações, o que torna possível que ocorram mutações dentro de uma religião como a católica, dado que, nela, tradição e modernidade produzem uma relação permanentemente interativa. Isso se daria principalmente dentro da dimensão midiática, presente no catolicismo contemporâneo, especialmente no carismático, em que há uma forte tensão e articulação entre cultura religiosa (tradição) e cultura midiática (modernidade). Para Camurça (2009: 74), estaríamos diante de um cenário em que haveria,

[...] de um lado, o desenvolvimento de determinadas lógicas e práticas do meio secularizado em nome do ideal religioso/espiritual [que redundam] em realidades onde o ‘espiritual’, o ‘interior’ resultam colonizados por essa ordem materialista, utilitária e pragmática [...] e de outro lado, [o uso] de recursos e artefatos do meio técnico do consumo [como modo de] chegar a processos ‘imaginativos’ que se passam no plano do indivíduo e proporcionam um prazer de cunho ‘espiritual’.

Um efeito disso seria o de “levar a um processo na direção da formação de uma ‘identidade’, de um *self*, que se expressa como uma consciência moral diante de si e do mundo” (Camurça, 2009: 75) –, mesmo que se possa pensar que uma religião que se envolve com o mercado tende a produzir um estilo raso e superficial de vida, fazendo com que um ideal a ser vivido se converta em banalidades e formas de distração e divertimento.

Essa perspectiva tem procurado compreender como o catolicismo incorpora e recombina-se com “novas formas, tendências e estilos de percepção e simbolização” (Camurça, 2006: 267) em sua extensão ao longo do tempo, possibilitando a irrupção de uma reflexividade que não leva a um processo de destradicionalização, “mas a convivência e negociação entre autonomia e tradição, que têm como resultante inserções das novas formas de estrutura consolidada, no entanto, sem se reduzir a ela e até ultrapassando-a, mas não confrontando-se com ela de maneira a suprimi-la” (Camurça, 2006: 268). Dessa forma, o catolicismo seria um produtor de efeitos diversos, conquanto se mantenha em interface com outros segmentos, confrontando-os e incorporando-os, gerando novas matrizes de sentido e significação. Se, por um lado, tem-se a tradição católica, que “norsteia” o imaginário daqueles cristãos que se colocam em face do aparelho midiático, por outro lado, é a forma subjetiva, moderna, pela qual essa tradição ganha inteligibilidade, que marca os caminhos que ela vai tomar na sua relação, tensa/articulada, com a modernidade.

Por sua vez, Eliane Oliveira (2009a; 2009b) procura demonstrar que tradição e modernidade, metaforizados nas expressões “novo” e “velho”, que os carismáticos utilizam na Canção Nova, articulam-se visando marcar uma identidade que, voltada para outro mundo, acaba tendo que se realizar dentro deste mundo para que se possa alcançar o outro. Para Oliveira (2009a; 2009b), existiria uma cosmologia em que o velho e o novo se contradizem ao mesmo tempo em que se complementam. O novo, de que fala a Canção Nova, é tudo aquilo que está relacionado à revelação divina no que diz respeito à vida no espírito e seu significado, cujo movimento é o de reconhecimento permanente, uma vez que a revelação de Deus vai acontecendo na medida em que esta revelação é descoberta por aqueles ligados à Canção Nova. O velho, por sua vez, é tudo aquilo que diz respeito ao que existe no mundo, está no mundo e é do mundo, como o desrespeito das regras católicas no que tange a moralidade, sobretudo em relação à sexualidade e à família, entre outras. Isso produziria, segundo a autora, uma tensão, na medida em que a Canção Nova ainda está no mundo e aí espera a revelação do que seja a vida no espírito em sua totalidade. Para ela, “se não se sabe totalmente o que é ‘a Vida’ e o que é o ‘novo’, as fronteiras entre ‘Vida’ e não-vida, entre o ‘novo’ e o ‘velho’ ficam permanentemente abertas” (Oliveira, 2009a: 218).

Nessa direção, em que novo e velho estão friccionados, produzindo uma zona de liminaridade entre sagrado/tradição e secular/modernidade, existe uma diferença entre forma e conteúdo que permitirão a interpenetração entre esses dois polos, dispostos em relação de antagonismo. Oliveira (2009a: 219) afirma que a Canção Nova “reconhece que a forma que ‘o mundo’ usa é ‘nova’, mas o conteúdo é ‘velho’ [sendo] preciso, então, infundir o ‘novo’

naquilo que, ‘no mundo’, é falsamente ‘novo’ na forma, mas ‘velho’ no conteúdo”. Nesse caso, o velho é recurso para a introdução do novo, pelo qual o mundo é adotado, ao invés de ser rejeitado, pois “se trata de transformar o ‘velho’ em ‘novo’”, produzindo uma inteligibilidade para um velho renovado que “não só é permitido como recomendado” (Oliveira, 2009b: 164). Um exemplo disso é a evangelização utilizando-se recursos fonográficos e imagéticos próprias do mundo, que são convertidos em bens religiosos e passam a ter uma função profética. No caso da política, isso ocorre quando candidatos são apoiados porque são reconhecidos como portadores de uma cultura política renovada, que supera as vicissitudes de uma política mundana e inaugura um novo tempo, fazendo deles homens novos, mesmo que pertencendo a um segmento considerado velho (Oliveira, 2009b). Diante do fato de que estas práticas são reconhecidas por possuírem feições modernas, Oliveira (2009b: 166) salienta que a

[...] Canção Nova explica que, embora a forma seja a mesma daquelas ‘do mundo’, o conteúdo é diferente [reconhecendo] que a forma que ‘o mundo’ usa é ‘nova’, mas o conteúdo é ‘velho’ [sendo] preciso, então, infundir a eterna ‘novidade de Deus’ naquilo que, ‘no mundo’, é passageiramente ‘novo’ na forma, mas invariavelmente ‘velho’ no conteúdo.

Contudo, há sempre um alerta para que esta passagem do velho para o novo não padeça diante da tentação e sedução dos elementos do mundo que são considerados velhos, uma vez que a Canção Nova tem consciência de que “evangelizar o ‘mundo’ com uma perspectiva ‘fora do mundo’ resulta em tensão, porque há sempre a possibilidade de ser convertido pelo próprio mundo que se quer converter” (Oliveira, 2009a: 219). Esse perigo parece ser diluído quando, na Canção Nova, ocorre um processo que reconhece que, apesar de o novo e o velho se transformarem, o velho se transforma em novo, pois o novo catequiza o velho. Mas o novo poder se converter em velho, quando tentado ou seduzido pelo velho, fazendo necessário a introdução da novidade. A esse processo Oliveira (2009b: 167) chamou de “mito do eternamente novo”, que coloca a novidade, a vida do espírito, em processo constante de revelação e descobrimento, o que faz deste novo um agente permanente para transformação da vida.

Essa tensão entre sagrado/tradicional e secular/modernidade aparece em Silveira (2009: 128), que vem procurando pensar como “a religião irrompe dentro das próprias formas e linguagens da modernidade”, gerando uma “comutação entre fronteiras e significados” (Silveira, 2009: 130). De acordo com Silveira (2003), estaríamos diante de uma realidade

societária em que hibridações entre religioso e secular se dão de forma permanente, possibilitando, por um lado, a demonização de tudo aquilo que é profano, e, por outro lado, uma reapropriação desse universo profano que, depurados, passa a ser usado para prolongar a experiência religiosa no mundo. Silveira (2003) pensa que os carismáticos, em sua jornada de oposição e complementaridade com a modernidade, produzem um discurso no qual se diferenciam desta última, negando seu conteúdo e marcando uma identidade contrastiva com ela, ao mesmo tempo em que assimilam a modernidade, enquanto universo de ação que é legitimada pelo fim ao qual almejam. Essa passagem geraria uma troca de sentidos, criando um espaço hibridizado, uma “mixagem de contrários” (Silveira, 2003: 155), que permite a visualização de um cenário em que a religião, enquanto experiência extramundana, apropriase do mundo para sugerir uma experiência intramundana.

Retomando o ponto referente à cobertura eleitoral produzida pela Canção Nova, é possível pensar alguns desdobramentos a partir das abordagens apresentadas. Litografada para a cobertura política realizada pela Canção Nova, a perspectiva de Braga ajuda a compreender o modo como essa mídia católica e carismática imprime, ao longo de sua cobertura política, uma postura de aconselhamento político e religioso, no que tange ao modo como deve ser a condução da coisa pública. O tom aí embutido é, muitas vezes, profético e evangelizador, na medida em que deseja delimitar um perfil de candidato que deve ser o representante não só dos católicos, mas de toda nação brasileira. Além disso, se, por um lado, purificaria a esfera política, sugerindo uma conduta cristã, no que tange a coisa pública, pautada na ética e na moralidade, no compromisso e na caridade para com o próximo, por outro lado, permitiria ao próprio fiel encontrar, em sua programação, uma cobertura política próxima ao que encontra em seu cotidiano nas outras mídias, em que o fiel não precisaria sair das franjas do catolicismo para se informar e se conscientizar sobre o que se passava à época do pleito. Por esta perspectiva, a política veiculada na Canção Nova seria caudatária de seu movimento de estar no mundo sem ser do mundo, no qual busca a catequização deste mundo pelas suas diretrizes religiosas.

As perspectivas de Carranza e de Souza, desdobradas para a cobertura eleitoral em análise, poderiam revelar uma tentativa da Canção Nova em se posicionar dentro desse cenário de modo similar às demais mídias, que não se reconhecem como diretamente ligadas a algum segmento religioso. O modelo de cobertura da Canção Nova, com reportagens,

entrevista com analistas e a estrutura do seu debate político é próxima daquelas coberturas encontradas em outras mídias não confessionais. Uma pequena diferença está no fato de que o episcopado católico é chamado a opinar e que temas de interesse católico são colocados em pauta em alguns momentos da cobertura, que ganham *status* de opinião e temática ao mesmo nível das outras opiniões e temáticas disponíveis dentro do cenário midiático. Apesar de ser uma mídia católica, a Canção Nova não se exime de se posicionar em afinidade com as diretrizes do processo eleitoral em vigor, alertando o eleitor sobre a conduta republicana do voto, apresentando seus direitos e deveres, mostrando para ele os problemas estruturais que precisam ser resolvidos, mesmo que, algumas vezes, os temas propriamente católicos sejam abordados. Entretanto, estes problemas dão eco também a exigências republicanas como a liberdade de expressão e a valorização da vida, comutando o discurso religioso em secular.

Por outro lado, tendo como pano de fundo as abordagens de Camurça, Oliveira e Silveira, a Canção Nova poderia estar usando a investidura política como forma de ser reconhecida dentro desta esfera, como uma instituição capaz de dar conta de questões que não são apenas de cunho religioso e que faz um trabalho de cobertura como se fosse uma mídia secular. Entretanto, a Canção Nova não perderia seu discurso conversionista, que se apropria do político em uma tentativa de marcar uma identidade religiosa na esfera pública. Sua posição permaneceria defensiva em relação a ela, excluindo de sua prática elementos que considera perversos na política. Uma vez que sua cobertura tenta se equivaler a outras coberturas encontradas no rádio, na televisão ou na internet, é preciso ressaltar que isto não se converte em uma perda da religião em benefício do político, mas em uma reconfiguração dessa a partir da política, que se amplia marcando sua identidade, ao mesmo tempo em que vai contribuindo para a observação do processo político, seja à nível de imagem, informação ou persuasão.

Estes dois conjuntos de perspectivas permitem pensar a mídia como uma estrutura que o catolicismo carismático assume em sua relação com o mundo. Ao mesmo tempo em que, através dessa mídia, ele se assume diante do próprio mundo, como se fosse uma mídia secular, reproduzindo formas reconhecidas como parte desta, utiliza-a para levar a frente suas preocupações e pressupostos religiosos. Entretanto, a forma de se assumir perante o mundo, após ter incorporado uma estrutura midiática, implicará fortemente na forma como o catolicismo carismático projetará sua assunção no mundo. Nesse ponto residirá sua ambiguidade, porque terá que assumir um discurso próprio do mundo, ao mesmo tempo em que terá que colocar seu ponto de vista sobre ele, o que se reflete enfaticamente na cobertura das eleições realizadas pela Canção Nova.

A Canção Nova necessita incorporar a estrutura midiática em relação à cobertura eleitoral como condição para veicular sua mensagem religiosa, já que ela quer estar presente em todas as frentes. Seu noticiário se confunde com os das demais mídias, pois dá informações a seus eleitores, apresenta entrevistas e programas sobre política e chega, inclusive, a transmitir um debate entre os presidenciáveis, o que normalmente se encontra nas coberturas eleitorais nas mídias em geral. Também assume um discurso político que salienta diretrizes acerca do bem comum, programas de desenvolvimento social e econômico, e defesa de princípios republicanos, como a ética e o decoro com a coisa pública. Por outro lado, a Canção Nova tenta colocar em movimento fundamentos religiosos que serviriam como guia para a leitura do processo político de seu ouvinte/telespectador/internauta, uma vez que bispos são convidados a opinar, ou quando temas reconhecidamente católicos são colocados em discussão, tal como uma postura contrária à descriminalização do aborto, à desautorização das pesquisas com células-tronco-embriônicas, à oposição ao casamento homoafetivo, à aplicação de um novo programa referente aos direitos humanos, entre outros. Entretanto, ao assumir uma estrutura de cobertura eleitoral do mundo, a Canção Nova, no seu afã missionário, acaba hibridizando suas diretrizes religiosas com as do mundo que foram incorporadas, gerando um tenso processo que articula religião e política.

3 ORGANIZAÇÃO E SEGMENTAÇÃO DO CATOLICISMO CARISMÁTICO EM FACE À ESFERA POLÍTICA

3.1 O MINISTÉRIO FÉ E POLÍTICA

O catolicismo carismático tem procurado pensar sua inserção política a partir de uma organização denominada Ministério Fé e Política (Carranza, 2000; Ozaí da Silva, 2008), cuja função é fazer “o serviço dentro da Renovação Carismática Católica para a evangelização da política, a partir da experiência do Batismo no Espírito Santo” (Ministério Fé e Política, s/d). Nesse sentido, seu “objetivo não é formar partidos políticos ou realizar campanhas eleitorais, é conscientizar os cristãos a utilizarem o voto de modo justo, e apoiarem o candidato(s) conforme a consciência de cada um” (Ministério Fé e Política, s/d). Além disso, seguindo a intenção da Renovação Carismática, o Ministério Fé e Política “também apoia e incentiva a participação na política daqueles que sentem chamados a este serviço”. Para tanto, o Ministério Fé e Política possui um Coordenador Nacional, além de coordenadores estaduais e, quando o caso, coordenadores diocesanos.

Em nível nacional, o Ministério Fé e Política já desenvolveu dois livros voltados para a formação de ministérios regionais e para conhecimento geral, bem como tem organizado eventos e pregações sobre o tema da política. O livro “Fé e Política – noções gerais e propostas para estruturação do Ministério Fé e Política nas dioceses do Brasil”, de organização coletiva, tem por intenção “apresentar as noções gerais para a criação e a estruturação do Ministério de Fé e Política nas Dioceses do Brasil, partindo do Projeto Político Nacional, aprovado pelo Conselho Nacional da Renovação Carismática Católica do Brasil” (Ministério Fé e Política, s/d). Como ponto nevrálgico da obra, chama a atenção o fato de que Fé e Política devem ser conhecidos como condição para “construção da civilização do amor”. Por sua vez, o livro “Fé e Política”, escrito por Sérgio Zavaris, constitui-se como uma apostila voltada para “reforçar diretrizes e alinhar as ações do ministério em nível nacional” (Ministério Fé e Política, s/d). Paralelo a isso, a RCC organiza o “Encontro Nacional de Promoção Humana e Fé e Política”, no qual temas ligados a organização e ação política são discutidos. Além disso, o Ministério Fé e Política tem uma instrução normativa que foi fabricada no intuito de balizar as atividades dos carismáticos no tempo das eleições, a “Instrução Normativa nº 01/2009”.

No que tange aos ministérios estaduais e diocesanos, estes têm produzido, quando das eleições, documentos e instruções sobre a ação política. Alguns eventos também podem ser encontrados, como forma de congregar os fiéis interessados na questão da organização e ação política a nível estadual e diocesano. Entretanto, nessas instâncias, mesmo que exista uma tentativa de verticalização das propostas oriundas do Ministério Fé e Política Nacional, a forma como os participantes recebem e pensam as diretrizes articuladas desde a instância nacional do catolicismo carismático é variada. Assim, o que pensa o Ministério Fé e Política acaba, muitas vezes, sendo deslocado por aquilo que pensam sobre ele, a nível estadual e principalmente diocesano, já que são nesses segmentos que as colocações da organização são recebidas e retroalimentadas.

Dentro desse cenário amplo de pensamento e ação política, o Ministério Fé e Política esteve presente nas eleições de 2010, participação que se iniciou na publicação da Instrução Normativa, em outubro de 2009, passando pela tentativa de esclarecimento de seus princípios a nível diocesano, por articulações desenvolvidas pelas lideranças, e pelas tentativas de receber apoio do segmento religioso, por parte de candidatos. Desse modo, visando mostrar como esse processo complexo se deu, um olhar sobre as cláusulas da Instrução Normativa podem ajudar a compreender como o Ministério Fé e Política lidou com uma ampla gama de expectativas, no que tange a ação na política por parte do catolicismo carismático. Direcionando o olhar para uma realidade diocesana do Ministério Fé e Política, a presença de Sérgio Zavaris, coordenador nacional deste órgão, em uma comunidade carismática no sul do estado de Minas Gerais, serve para pensar algumas mutações que ocorrem na tentativa de transladar os princípios do nível nacional para o local. Nessa comunidade carismática, o comportamento de dois de seus membros em relação ao modo como o Ministério Fé e Política deveria conduzir sua ação política, prolonga a possibilidade da visualização de mutações na recepção das instruções da organização. Além disso, como forma de visualizar os efeitos desse processo de fabricação e refabricação do pensamento e da ação política dos carismáticos, a tentativa de acionar o apoio do movimento por parte de candidatos e seu consequente apoio ou cerceamento por parte da organização da RCC e do Ministério Fé e Política local, podem servir como exemplos.

3.2 O MINISTÉRIO FÉ E POLÍTICA COMO ORGANIZAÇÃO

A literatura corrente nas ciências sociais sobre catolicismo carismático no Brasil enfatiza que ele é fortemente organizado (Carranza, 2000; Mariz, 2003). Essa organização possibilitaria que esse segmento religioso tivesse sua experiência mantida e disseminada, levando a religião para além dos muros da Igreja Católica, já que procurava atingir outros setores do mundo da vida. A organização que desenvolveu permitiu, de certa maneira, planificar a sua ação religiosa, uma vez que tornou possível pensar inserções pontuais dentro de cada setor que esse segmento religioso julgava como importante para ser trabalhado. A meta, nessa expansão, seria a de levar o “batismo do Espírito Santo” para todos os cantos da vida, convertendo o mundo profano em um mundo arrebatado para Deus e para a Igreja Católica. O significado desse processo de organização, entretanto, toma direções distintas.

Carranza (2000: 59) sinaliza que “todos os programas e atividades da RCC são articulados por um projeto mais amplo”. Por conta disso, existiria uma consequência certa na ação dos carismáticos em procurarem atingir “todas as dimensões sociais, litúrgicas, eclesiais, familiares, espirituais, lúdicas, políticas e informativas” (Carranza, 2000: 61). Para a autora, tal abrangência organizativa seria característica de um projeto de “sociedade inclusiva”, cuja meta é se colocar como “a totalidade referencial de seus seguidores”, aproximando o catolicismo carismático de uma postura de neocristandade, voltada para a retomada da hegemonia da Igreja Católica, que outrora ela possuía no cenário brasileiro (Carranza, 2000: 61). Para tanto, sugere Carranza (2000: 61), o catolicismo carismático estabelece “uma atitude apologética na oferta da experiência religiosa, dentro e fora do universo católico”.

Por sua vez, Mariz (2003) enfatiza que, se, por um lado, a organização da RCC anda *pari passu* com sua expansão e sobrevivência, por outro, a sua própria atividade organizativa seria a responsável pela limitação e contenção de propostas estabelecidas em seu desenvolvimento inicial. A autora parte do princípio de que o desejo de ser “Igreja”, gestada nos primórdios do catolicismo carismático, foi paulatinamente sendo relativizado dentro da estrutura da Igreja Católica. A organização desta pressupõe “dispositivos que permitem uma diversidade controlada”, atitude esta voltada para “manter um diálogo e evitar rupturas” (Mariz, 2003: 173). Na medida em que segue a perspectiva da Igreja Católica, que incorpora e controla a diversidade interna, a RCC não apenas se adéqua ao modelo organizacional daquela igreja, mas passa a adotar esse modelo em sua própria organização. Desse modo, conforme Mariz (2003: 173), o catolicismo carismático passa a ser “capaz de incorporar dentro de sua própria organização grupos de oração e comunidades de aliança e vida que conservam uma grande diversidade de estilos, discursos, e relativa autonomia”.

De um lado, o que se coloca diante da situação dos carismáticos é a demarcação de eixos que servem como norteadores para sua organização, quando voltados sobre as diversas ordens da vida. De outro lado, esse norteamento das práticas não parece ocorrer de modo uniforme e passivo, sem resistências daqueles que são inseridos na organização ou mesmo que se conformam como desdobramento dela. No primeiro caso, o catolicismo carismático *tende* para a verticalização, na medida em que organizações como o Ministério Fé e Política levam seus argumentos a cabo, procurando convencer aqueles com quem interage o tempo todo. No segundo caso, entretanto, a verticalização é sempre refratada por aqueles que transportam os argumentos ou simplesmente os recepcionam, dificultando uma conduta homogênea das organizações sobre a vida social.

Dentro dessa ótica, focar na noção de “modos de organizar” (Law, 1992) poderia ser uma alternativa para pensar a organização que o catolicismo carismático faz. Essa ideia enfatiza a materialidade das relações sociais (Law, 1992), ou seja, tudo aquilo que os atores envolvidos em uma trama disponibilizam para ser acionado dentro de uma determinada ação (verbal ou corporal), cuja disposição é atravessada por redes heterogêneas que dificultam a padronização e a conformação permanente das condutas. O que se coloca em jogo, nessa perspectiva, pode ser considerado da seguinte forma: 1) “preocupação relativa a ‘como’ atores e organizações mobilizam, sobrepõem e dão coesão à infinidade de pequenas peças que os compõem” (Cavalcanti & Alcadipani, 2013: 563); 2) “como estes arranjos formados por pequenas partes conseguem mantê-las unidas e coesas de tal forma que conseguem fazer as vezes de ‘um’ ator pontual (e não meramente um conjunto de peças)” (Cavalcanti & Alcadipani, 2013: 564).

Ao observarmos a organização do catolicismo carismático dessa maneira, sua mecânica do poder é passível de uma melhor compreensão. Nessa mecânica, “atores e coletividades tentam constantemente dominar agentes e objetos que podem resistir à investida” (Cavalcanti & Alcadipani, 2013: 564). Ao fazerem isso, as organizações tornam visíveis suas artimanhas e estratégias voltadas para a consecução de suas metas. Mas essa empreitada ocorre dentro de um cenário em que as redes a serem conectadas são heterogêneas. Diante disso, no processo de ordenação que fazem, “os atores modificam, deslocam e transladam seus variados e contraditórios interesses na tentativa de torná-los comuns” (Alcadipani & Tureta, 2009: 409). Ao proceder desse modo, a organização vai ganhar uma aparência multiposicional, recolocando a análise da organização do catolicismo carismático dentro de uma toada mais horizontal.

A perspectiva até agora apresentada coloca a formação do Ministério Fé e Política enquanto organização que se dá dentro de uma situação multiposicional, que soma perspectivas distintas, que vão se amalgamando paulatinamente. Não só o interesse da hierarquia da RCC bastaria para definir o Ministério Fé e Política como o básico para lhe configurar uma identidade. À esse interesse, juntam-se as demandas locais e os dilemas com que todos os setores do catolicismo carismático têm que conviver no seu cotidiano, e que são vividos não só no seio da Igreja Católica, mas também na sociedade civil. Diante disso, a preocupação com a formação e autonomia do voto de cada membro passa a conviver com o apoio e o incentivo desses em participarem da vida política. Além do mais, a dimensão teleológica da “civilização do amor”, enquanto razão de ser da organização de um Ministério Fé e Política, vê-se obrigada a coexistir com a definição de horizontes normativos e delimitações de participação na esfera política, que vão ser delimitadas no âmbito da Lei do Estado. Isso é visível tanto nas posições grafadas no site do movimento, quanto naquilo que seu material de formação e seus eventos colocam à disposição de seus membros. Tal situação multiposicional é uma realidade presente no universo do catolicismo carismático, observada desde as práticas desenvolvidas em torno da fabricação do Ministério Fé e Política.

Nesse sentido, é correta a assertiva de que as organizações são fabricadas como territórios abertos e descentralizados, já que o que a perfaz é fruto de um conjunto de elementos que vão sendo partilhados e divididos em seu interior. Por conta disso, o que ela é e como ela deve se desenvolver vai ganhando contornos provisórios, pois sua existência vai se tornando mais uma referência do que algo fundado em um tempo específico e com atividades particulares. Destarte, o modo como ela vai se operacionalizando acaba dependendo das forças em jogo e da maneira como elas dão conta de se manterem afinadas com uma proposta reconhecida como comum. Esse complexo jogo só é possível dentro de um terreno de relações marcadas pelo heterogêneo. Todos os atos de formação do Ministério Fé e Política comungam das dinâmicas desse jogo, sobretudo por conta da inexorável capacidade dessa organização, bem como das demais organizações humanas, em se manter em movimento, o que só é possível pela igualmente inexorável condição de movimento que tem as coisas que compõe a organização.

3.3 AS REDES DA FABRICAÇÃO DO MINISTÉRIO FÉ E POLÍTICA NAS ELEIÇÕES DE 2010

3.3.1 As várias faces da Instrução Normativa

A Instrução Normativa 01/2009 (ANEXO 1) foi o instrumento utilizado pelo Ministério Fé e Política como forma de marcar sua posição diante da cena eleitoral brasileira. Ela foi referendada em 11 de Outubro de 2009, na cidade de Fortaleza/CE, durante a Reunião do Conselho Nacional da Renovação Carismática, tendo sido assinada pelo então presidente do Conselho Nacional da RCC, Marcos Volcan. Essa Instrução Normativa, conforme grafada em seu próprio texto, “dispõe sobre Normas e Diretrizes para regulamentar a ação e os limites de atuação do Ministério de Fé e Política durante o período eleitoral”. A Instrução Normativa foi produzida levando em consideração pressupostos recolhidos de uma carta pontifícia, de um documento da CNBB, de um documento do Ministério Fé e Política e de demandas surgidas ao longo dos anos para o catolicismo carismático em períodos de eleição. Todos esses elementos se desdobraram em oito capítulos, que passaram ser considerados como o parâmetro para os carismáticos.

No próprio corpo da Instrução Normativa está inscrito a carta encíclica DEUS CARITAS EST, de Bento XVI, como uma referência inspiradora para as instruções referendadas. Conforme se pode visualizar no primeiro inciso da Instrução Normativa, a referida carta encíclica estabelece que a responsabilidade na promoção do bem comum é um chamamento pessoal feito a todo leigo-cidadão. Nesse sentido, a política não poderia ser ignorada, tal como apregoava o Doc. 40 da CNBB, igualmente sustentadora do que a Instrução Normativa argumenta: a política é “instrumento necessário de organização da vida social” e “expressão de opções e valores que definem os destinos do povo e a concepção de homem”. Desse modo, já que o bem comum, advindo de um chamamento para a participação na política, e a esfera política, sobrevalorizada como um espaço do fazimento da organização e dos valores, são colocados na ordem do discurso, o que reza o Doc. 1 do Ministério Fé e Política também se faz inspirador. Ele salienta, conforme a Instrução Normativa, que o objetivo geral do Ministério Fé e Política é “evangelizar, formar e exortar a RCC a participar, com coragem e discernimento, da atividade política para gravar a lei divina na cidade terrestre”, e está disposto nas instruções como que sintetizando as propostas eclesiais elencadas.

Ainda no corpo introdutório da Instrução Normativa, nos incisos IV, V e VI, encontra-se a explicitação de preocupações derivadas de demandas colocadas ao próprio Ministério Fé e Política, no que tange a relação do catolicismo carismático com as eleições no Brasil: “a

necessidade de implementar medidas institucionais de orientação ao acompanhamento da política partidária, principalmente relativas ao período eleitoral e a forma como se estabelecem as relações entre a instituição RCC e o mundo político”; “a necessidade de definir o escopo e os limites de ação do Ministério Fé e Política, através de uma regulamentação dos direitos e deveres, no âmbito desta instituição, para atuação na política”; “a responsabilidade da RCC que deve, contínua e permanentemente, estimular e valorizar a participação cívica de seus membros na política, como ato de responsabilidade civil e amor à nação brasileira”. Essas demandas, não só de acompanhamento das inter-relações entre o movimento carismático e a política, mas de explicitação dos procedimentos para tal, e também de ação cívico-patriótica, se imbricam nas anteriores, fabricando os capítulos posteriores, que se constituem enquanto o *topos* de ação do Ministério Fé e Política.

O Capítulo I da Instrução Normativa constitui-se por um único artigo, desdobrado em quatro parágrafos, além de um inciso constitutivo do 3º parágrafo, e de quatro incisos do 4º parágrafo. Com o nome “Dos objetivos gerais, recomendações e conceitos”, este capítulo acentua o *leitmotiv* da instrução: “reger os aspectos relacionados com acompanhamento do período eleitoral e a forma como se estabelecem as relações entre a instituição RCC e os vocacionados à vida pública”. Seus parágrafos e incisos, conforme o caso, desdobram-se para mencionar aqueles sobre os quais a Instrução Normativa se direciona: a RCC e seus conselhos em todos os níveis. Além disso, volta-se para a definição do acompanhamento das eleições, enquanto postura da RCC como um todo diante das eleições; a comunhão das decisões junto ao episcopado, com quem as decisões devem ser consonantes; a consideração de termos, como metodologia de acompanhamento do processo eleitoral, projeto de metodologia, estágio de acompanhamento e cronograma de ação. Esses termos têm a intenção de determinar as regras e os meios sobre se aceitam e/ou recusam o apoio a candidatos, registrar os procedimentos inferidos, discernir sobre o estado de maturação em relação ao debate político antes da tomada de decisão, e planejar as atividades metodicamente, para que estas possam ser seguidas e observadas.

A discussão sobre “responsabilidade e competências” aparece no Capítulo II da Instrução Normativa, organizada em artigo único, desdobrados em dois parágrafos, mais os três incisos introdutórios e os dois incisos do 2º parágrafo. No artigo que formata o capítulo, o texto se inclina para definir as responsabilidades de cada conselho e seu horizonte de participação e acompanhamento. Nos seus incisos, define-se que cabe ao conselho nacional discernir sobre os pleitos presidenciais e as candidaturas para o senado, ficando ao conselho estadual a responsabilidade do discernimento no campo de eleições de governadores e

deputados federais e estaduais, restando ao conselho diocesano o discernimento para prefeitos e vereadores. A autonomia das instâncias inferiores é resguardada, apesar do direito das instâncias superiores em intervir, visando orientação e correção das decisões das bases. Por outro lado, as instâncias inferiores têm a responsabilidade de informar às instâncias superiores tudo o que foi discutido e decidido no contexto local. Quando isso se fizer necessário, as instâncias inferiores devem justificar suas decisões, como forma de facilitar o entendimento das instâncias superiores em relação ao que se passa na realidade local.

O Capítulo III, que versa sobre a “metodologia de acompanhamento do processo eleitoral”, tem três artigos, com dois parágrafos cada, além de três incisos, dispostos no 2º parágrafo do 2º artigo do capítulo. Eles atentam para a definição do tipo de metodologia a ser utilizada nas eleições e a condição unívoca do prazo para que isso seja realizado. No primeiro caso, a Instrução Normativa marca a inexistência de uma metodologia padrão, ao mesmo tempo em que considera a possibilidade de oferecer metodologias, enquanto modelos exemplificadores, para que outras possam ser desenvolvidas. No segundo caso, a instrução determina “o final do ano que antecede o ano de eleições” como prazo, quando cada conselho deve apresentar uma ata assinada por todos os seus constituintes. Caso decida participar das eleições, o conselho deve, além da ata, proceder dentro de três dimensões: “Apresentar, por escrito, um Projeto de Metodologia que servirá de base para a implementação da metodologia pelo Ministério de Fé e Política, ligado a esse conselho”; “aprovar este Projeto de Metodologia em reunião do conselho, registrando-o em ata”; e “anexar o Projeto de Metodologia à ata de reunião do conselho que tratou do assunto [,] [em que] tal projeto deverá também ser assinado pelos membros do conselho atestando sua aprovação”.

O que se seguiu, na elaboração dessa Instrução Normativa, foi a reflexão “da evolução da metodologia ao longo do tempo e da necessidade de um planejamento”, constituindo o Capítulo IV da instrução em artigo com parágrafo único. Este capítulo teve por meta sinalizar a necessidade de atualização de toda decisão, participação, acompanhamento e metodologia, sempre que uma nova eleição se coloca no horizonte. Nesse sentido, a sugestão era criar espaços institucionais nos quais o que foi feito e o que pode ser feito em relação às eleições possa ser discutido e planejado.

O “estímulo ao discernimento do conselho” figurava no Capítulo V, desdobrado em dois artigos contendo respectivamente dois e três parágrafos. Aqui, a vontade humana, no que tange as decisões, é ultrapassada pela força da oração, do jejum e da adoração, mas também da escuta e discernimento. Diante disso, sugere-se prudência e responsabilidade no apoio político, evitando, assim, o risco de “frustrações e dissentimentos irreparáveis”, levando ao

um retrocesso da RCC, sobretudo local, “na sua caminhada de maturidade política”. O motivo disso, apontava ainda a Instrução Normativa, seria a “antecipação de etapas ou desconsideração da vontade popular”. Por essa razão, a Instrução Normativa sugeria, veementemente, que cada conselho levasse em conta: o resguardo da autonomia de cada conselho, a observância da responsabilidade para com o bem comum e o respeito do momento de amadurecimento e vocação de cada região.

O Capítulo VI da Instrução Normativa, “do afastamento dos serviços na RCC”, composto por dois artigos, no qual o primeiro artigo, que se desdobra em três parágrafos, visa ponderar acerca da renúncia de funções de coordenação na RCC, a qual deve se submeter todo aquele que, por ventura, resolvesse se lançar candidato nas eleições. O prazo estipulado nas primeiras linhas do capítulo diz que a renúncia deveria se dar em até 180 dias antes da eleição. Tal exigência era justificada pela “incompatibilidade do exercício de uma coordenação da RCC e a condução dos trabalhos de campanha”. Entretanto, renunciar às funções de coordenação não eliminaria a possibilidade do membro continuar exercendo atividades religiosas, como a pregação. O retorno às funções de coordenação, por seu turno, poderia ser retomado, independentemente do resultado das eleições, logo após findasse o período eleitoral, desde que houvesse discernimento quanto a esse retorno. A Instrução Normativa evidencia, nesse ínterim, que só quando da participação nas eleições a exigência de renúncia de atividades e/ou posições na RCC deve ser efetivada, o que não se aplicaria para o caso de membros que, por ventura, viessem a ser convidados para cargos de confiança ou de caráter político.

O capítulo que se segue, o de número VII, denominado “Das leis, candidaturas e mandatos políticos”, organizado em dois artigos, se resume em acentuar a necessidade da observância da legislação eleitoral em voga, bem como o direito brasileiro, marcando a sobreposição destas a qualquer determinação interna do catolicismo carismático. Nesse sentido, a Instrução Normativa aproveita para sugerir a constituição de um “Conselho de Mandato”, cuja meta é “acompanhar as ações e os trabalhos conduzidos pelo mandatário”.

Por fim, o Capítulo VIII traz as “disposições gerais” da Instrução Normativa, descritas em quatro artigos. Aqui havia um apelo à unidade, identidade e missão da Renovação Carismática, principalmente em matéria de política. Além disso, a instrução descreve que deve-se encaminhar para a decisão do Presidente do Conselho Nacional da RCC, assessorado pelo coordenador nacional do Ministério Fé e Política, os casos omissos que demandarem urgência. Estes apenas serão levados à apreciação do Conselho Nacional caso haja tempo

hábil. No mais, a Instrução Normativa conclui despachando sua aplicação a partir da data de sua publicação, revogando qualquer disposição que lhe seja contrária.

Levando em conta a situação multiposicional sobre a qual se faz uma organização, o caso da Instrução Normativa é emblemático. Sua fabricação se dá alicerçada em uma série de anseios que passam por vários estímulos, que se direcionam para e por meio do catolicismo carismático. Junto a uma visão teleológica, proveniente do seio pontifical e episcopal, que motiva a própria ação do Ministério Fé e Política, no que tange à prática política, coloca-se um conjunto de demandas feitas desde o interior dessa organização, que revelam a necessidade de pensar a política em termos operacionais, sobretudo por conta das questões de participação política que aí emergiam. O aparecimento do vetor teleológico sugere uma situação etapista, voltada para a consecução de um projeto político definido. Contudo, o que parece concretamente existir, no caso do Ministério Fé e Política, é uma situação de convivência múltipla, já que o teleológico convive com o pragmático, que, por sua vez, preocupa-se mais com a sistematização da ação do que com o fim nela articulado. Para tal cenário, basta notar que a configuração de valores e projetos se coloca *vis-à-vis* com a regulamentação de direitos e deveres, visando o enquadramento da ação política.

Essa situação é explicitada ao longo de toda Instrução Normativa, quando dispõe que os objetivos, recomendações e conceitos a serem implementados, devem se pautar tanto por uma metodologia voltada para regular a relação com o mundo da política, quanto por uma confluência com aquilo que pensa o universo episcopal, com o qual os Ministérios Fé e Política deveriam estar sintonizados. Nesse sentido, apesar da autonomia local para decidir, a influência vinda de instâncias superiores do Ministério Fé e Política deve ser levada em conta. No entanto, com a especialização da decisão, quando parâmetros passam a ser usados para ajudar na tomada de decisões, os segmentos nacional, estadual e diocesano do Ministério Fé e Política estariam mais próximos da confluência do que o contrário. Isto se dá por conta da tentativa de verticalização causada pelo saber-fazer contido naqueles parâmetros. Respaldados em uma metodologia, toda ação se constituiria como plausível, apesar de que a importância da unidade, sobretudo local, devesse resguardar toda decisão, com o risco de recair em um cenário de tensão por conta de determinada postura política. Desse modo, a regra da desvinculação de candidatos de coordenações se coloca como importante, visando não misturar religião e política e os riscos de descaracterização de funções por conta disso.

Ademais, a valorização da lei constitucional do estado acaba entrando na formação do Ministério Fé e Política, como recurso último sobre a qual a prática política dos carismáticos se desdobraria, quando necessário.

Tudo aquilo que forma o Ministério Fé e Política é disposto de modo diacrônico. Sua Instrução Normativa agrega vetores que fazem parte de um amplo universo sobre a qual se realiza como organização. A Instrução Normativa não se configura como um marco para a ação política dos carismáticos, mas como um ponto de encontro de uma miríade de situações que lhe eram prévias. Sua flexibilidade é tão grande, que se mostra quando a Instrução Normativa sugere que sua aplicação se desenvolva com o tempo, não podendo ela indicar o melhor caminho a ser seguido, por conta da própria diversidade sobre a qual cada comunidade e Ministério Fé e Política se constitui. Talvez haja um ponto de partida relativo a cada elemento que atravessa os Ministério Fé e Política e a Instrução Normativa que lhe dá direção, mas a convivência com elementos outros acaba por relativizar a potência de cada um desses centros a que se faz alusão, reduzindo, por isso, sua capacidade de agenciamento total.

E, nesse sentido, não resta outra saída a não ser procurar pontos de convergência que possam criar acordos provisórios entre os envolvidos na fabricação do Ministério Fé e Política. A Instrução Normativa dá mostras de que há certa necessidade de valores religiosos e cívicos andarem juntos, por mais que desacoplamentos ocorram, tendendo mais para uma motivação religiosa em um momento, ou para uma motivação mais cívica em outro, no que tange a ação e ao pensamento político. Isso fica evidente porque ora o que conta para a Instrução Normativa é a busca da civilização do amor, ora é a responsabilidade cívica e o amor à pátria. Nessa direção, é a própria organização jurídica do estado o lugar que os carismáticos vão procurar para sustentar seus dispositivos operacionais de apoio, sistematização, proteção e acompanhamento da sua participação política.

3.3.2 A propagação das diretrizes do Ministério Fé e Política a nível diocesano

As diretrizes que foram fabricadas pelo Ministério Fé e Política Nacional foram divulgadas junto aos contextos diocesanos do catolicismo carismático, tarefa muitas vezes realizada por Sérgio Zavaris, então coordenador nacional do ministério. Ele percorreu, em 2010, várias comunidades e grupos carismáticos, visando esclarecer a Instrução Normativa 01/2009, que havia sido elaborada para a regulação da participação política dos carismáticos

para o ano eleitoral. Uma dessas pregações se deu na Comunidade Javé Nissi¹, em Pouso Alegre, Sul do Estado de Minas Gerais, região onde se desenvolvia meu trabalho de campo (ANEXO 2). Em um domingo, no dia 22 de Janeiro de 2010, ele procurou apresentar o que o Ministério Fé e Política pensava sobre o processo eleitoral, tanto para os leigos presentes no encontro, quanto para políticos da região, que frequentavam a comunidade ou alguma de suas casas de formação na região. Cada um desses encontros se deu em horário específico: de manhã, com todos os presentes na comunidade; e de tarde, com os políticos e com os que se interessassem sobre o tema. Apesar de momentos distintos, o tom da conversa de Zavaris foi uniforme. Os pontos e aconselhamentos dados pela manhã foram reforçados pela tarde, não se podendo notar uma mudança de conduta diante da mudança de plateia. Isso se justifica, inclusive, pela ausência de reação dos presentes no período vespertino da conversa, convertendo em um tom mais pastoral a fala do então coordenador nacional do Ministério Fé e Política.

Quando tomou a palavra pela manhã, Zavaris se esforçou em salientar que a preocupação do Ministério Fé e Política era colocar a política sustentada sobre um tripé, que envolveria formação, evangelização e acompanhamento. Na perspectiva do coordenador, a formação serviria para colocar candidatos e eleitores cientes da Doutrina Social da Igreja Católica e do que ela fala sobre política, direitos humanos, economia, entre outras questões. Para Zavaris, seria necessário ter uma opinião formada, a partir desta Doutrina, acerca de tudo o que é discutido na política, procurando firmar o pensamento antes em uma convicção de crenças/conhecimentos do que em um conjunto de alegorias, muito comuns em discursos e campanhas políticas. O candidato afirmar que vai fazer isso ou aquilo não bastaria, sendo preciso conhecimento de causa e saber por onde começar a desenvolver propostas e projetos, aponta o coordenador do Ministério Fé e Política.

Para atingir esse tópico, Zavaris sugeriu que a formação fosse observada nos mesmos moldes de uma formação acadêmica, na qual pelo menos três fases se sucederiam: uma inicial, uma continuada e uma avançada. Essas etapas seriam atravessadas pela iniciação e aprofundamento no conhecimento produzido pela Igreja Católica no assunto da política, por meio da Doutrina Social da Igreja Católica e de documentos e diretrizes, elaborados tanto a nível pontifical quanto episcopal. Essa formação seria dada no âmbito da Escola Paulo

¹ Essa comunidade foi fundada em 1977, em Pouso Alegre/MG, logo após o III Encontro Nacional da RCC. Ela se organiza em casas de formação espalhadas pelo Sul de Minas Gerais, tendo Pouso Alegre com a Central. De acordo com as informações que consegui junto à comunidade, essas casas de oração chegam a quase 40, atingindo aproximadamente 35 mil frequentadores. Sobre o lugar das comunidades no catolicismo carismático, ver o trabalho de Carranza & Mariz (2009).

Apóstolo, órgão da RCC responsável pela formação em diversas áreas de conhecimento. O nível do que viria a ser ensinado, alertou Zavaris, deveria estar articulado com o público a que o estudo se destinaria, indo da linguagem popular à científica, sobretudo quando a meta for trabalhar com vocacionados para a vida política.

No que tange à evangelização, o que foi colocado pelo coordenador durante sua fala tem a ver com a disposição que devem ter tanto candidatos quanto eleitores em procurar converter o meio político. O eleitor, através da prática do voto consciente, e o candidato, por meio da representação idônea. Tal conversão deveria exprimir uma conduta interessada por ambas às partes em promover a vida humana e zelar pelo bem comum. O Ministério Fé e Política teria, assim, como pano de fundo, uma ação missionária, de levar a palavra de Deus para todos os lugares em que se fizessem presentes os carismáticos. Tal missão, por outro lado, pressuporia a identificação das especificidades dos problemas encontrados em cada realidade, já que, junto com ela, viria uma ação de serviço ao próximo que seria complementar à anterior.

Por fim, o acompanhamento foi colocado por Zavaris como um instrumento de fiscalização, tanto do processo político, quanto do desempenho dos candidatos eleitos, que deveriam ser observados em relação às atividades desenvolvidas e se mostram-se ativos em sua missão e vocação de político. Seria esse o principal motivo que levou a RCC a estabelecer uma Instrução Normativa, dando subsídios para o acompanhamento das eleições, dentro do império da democracia e da transparência, evitando, por seu lado, o monopólio da decisão tomada por um grupo ou pessoa presente em alguma instância organizativa do movimento carismático. Nesse sentido, o acompanhamento das eleições se desdobraria em duas direções possíveis: o apoio aos candidatos e o acompanhamento do mandato.

O apoio aos candidatos deveria se sustentar por aquilo que a Instrução Normativa sugeria como um projeto, em que se encontra expresso uma metodologia passível de acompanhar o processo eleitoral, caso se decidisse por apoiar um ou mais candidatos. Nesse âmbito, quando a decisão de apoio a alguém fosse negativa, o uso do nome do movimento enquanto instância de apoio seria proibida. Zavaris acrescentou, ainda, que, diante das complexidades inerentes ao Brasil, por conta de sua diversidade, sobretudo política, a necessidade de se compreender os casos de apoio em sua particularidade seria fundamental. O que falar, quando falar e quando se calar são saltares para o amadurecimento da relação com o mundo da política, somado ao inevitável esforço de compreender o que se passa em realidade, antes de se tomar uma decisão. Já o acompanhamento dos mandatos parlamentares poderiam se dar tanto com a criação de Comissões de Mandato, quanto do apoio, incentivo

e/ou participação dentro do que já se produziu, no que Zavaris chamou de Grupos de Acompanhamento aos trabalhos Legislativos. Para o coordenador do Ministério Fé e Política, estas seriam outras formas de participação nas eleições de modo cívico e democrático.

Dentro dessa ótica, Zavaris, pensando sobre este tripé formação-evangelização-acompanhamento, disse que a “política é a vida colocada a serviço do povo”, o que nortearia o posicionamento da Renovação Carismática quando da decisão em apoiar alguém em uma eleição. Para ele, o estabelecimento de apoio político significa, antes, organizar e formalizar esse apoio, visando evitar que a Renovação Carismática se transforme em um espaço de instrumentalização e de “voto de cabresto”, transformando grupos e comunidades em currais eleitorais em potencial. Por conta disso, alguns critérios foram definidos, segundo Zavaris. Para o movimento católico carismático, toda decisão de apoio eleitoral deve ser diocesana, exceto quando a eleição é para os cargos de presidente e senador, quando a decisão passa para mão da direção nacional da Renovação Carismática. Apesar da autonomia local para a definição de apoios, Zavaris salientou que isso deve ser feito de forma muito consciente, para não desvirtuar o sentido do apoio do movimento. Além disso, disse que mesmo com a direção nacional da Renovação Carismática observando sempre todas as decisões, ela vai se posicionar apenas quando o apoio diocesano a um candidato local estiver em disparidade com os princípios da RCC.

Além de enfatizar esse tripé pastoral, Zavaris ainda comentou, naquela manhã em Pouso Alegre, sobre a forma como deve ser a conduta dos carismáticos, em particular, dentro do processo eleitoral, bem como procurou explicar algumas questões que se colocavam latentes à própria Instrução Normativa, em relação ao apoio explícito a candidatos. Para Zavaris, a conduta do carismático na política deve ser balizada pela ética. Nesse sentido, ética não tem a ver com os fins justificando os meios, mas sim com o que é certo e verdadeiro, o fazer o bem. De acordo com ele, é a ausência desta perspectiva na política que faz com que ela se torne impopular e crie aversão nas pessoas. Zavaris acreditava que o fato de que “tudo vale em política” cria uma “maldição na política”, fazendo com que muitos fiquem desinteressados por ela. Contra isso, sua sugestão era não deixar se vencer por essa visão do vale tudo, que corrói a esfera da política, e participar dela visando transformá-la, introduzindo aí a ética do certo e do verdadeiro, mesmo sendo “uma voz que clama do deserto”.

Por conta disso, salienta Zavaris, a RCC, através do Ministério Fé e Política, elaborou instruções para normatizar a prática política no movimento. Assim, mesmo estando o apoio a candidatos formalizado e autorizado no interior da RCC, Zavaris enfatiza que “ninguém vai para o inferno se não votar no candidato da Igreja”. A RCC não seria um curral eleitoral, no

qual todos estariam verticalizados por aquilo que ela viesse a deliberar. O apoio deve resguardar a consciência e a liberdade do eleitor, que, por sua vez, deve ser convidado a pensar e refletir sobre o que se passa na política. Essa conduta, para Zavaris, ajudaria a oxigenar a esfera política, contaminada por grupos políticos que se elegem às custas do povo, sem nada lhe retribuir. O valor explícito na autonomia do voto, contudo, deve ser articulado com a necessidade de se posicionar e ter compromisso com este voto, na medida em que, conforme Zavaris, isto seja um ato coerente com a fé cristã de cada um.

Quanto à decisão de apoio a um ou mais candidatos, Zavaris salientou que a participação de membros do catolicismo carismático nas eleições implica, tal como reza a Instrução Normativa, sua renúncia a cargos de coordenação no momento. No entanto, isso não o proíbe de pregar ou cantar nos encontros, durante o período de eleição, exceto se o arcebispo disser o contrário. Além do mais, a conversão desses espaços de pregação e canção em palanques tem na legislação em vigor, segundo Zavaris, uma fonte de vigilância, indicando respeito pela lei e os limites que ela impõe. O coordenador, a guisa de exemplo, cita a Lei 9.504/97, o artigo 13 da resolução 22.718/2008 e a Lei 11.300/06², como instâncias reguladoras da conduta dos candidatos em espaços considerados de uso público, incluindo aí templos e igrejas. Por fim, Zavaris lembra que é importante levar em conta, para o apoio a um candidato, não a sua participação ocasional junto a Igreja Católica e/ou à comunidade carismática, mas sua trajetória de vida junto a estas instituições. Ademais, ter propostas convincentes é essencial, dando provas de que seu mandato se alicerçará sobre orientações consistentes, lastreadas nos valores e na moral da Igreja Católica e nas derivações desta para o meio político e social, como sua Doutrina Social.

Diante desses dados, algumas considerações podem ser feitas, para dar sentido às colocações que foram feitas à Zavaris na comunidade Javé Nissi e àquilo que ele tentou disseminar. Essas colocações, diga-se passagem, reforçam a dimensão multiposicional, que vem sendo colocada como central na composição de uma organização como o Ministério Fé e

² O conteúdo dessas leis não foi mencionado pelo coordenador. Para informação, segue a explicação: a Lei 9.504/97 estabelece as normas para o processo eleitoral, tais como os cargos a serem preenchidos, os critérios de elegibilidade, a formação de coligações, a realização de convenções para a indicação de candidatos, o registro de candidatos, a arrecadação de financiamento para campanhas, a prestação de contas do dinheiro arrecadado, a realização de pesquisa, dispõe sobre o uso do espaço público para a fixação de propaganda eleitoral, acentuando limites e sanções para a questão. Por fim, a Lei 11.300/06 versa sobre propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais.

Política, acentuada com a posição de seu coordenador nacional, através de incursões pelas dioceses brasileiras, como no caso da Comunidade Javé Nissi. Nesta, ele procurava sublinhar alguns pontos da Instrução Normativa que considerava importante a serem levados em conta na hora do movimento carismático se articular politicamente. Zavaris elege três temas e sobre eles desenvolve sua fala junto aos presentes na Javé Nissi, em Pouso Alegre. Formação, evangelização e acompanhamento ganham espaço na empreitada do coordenador em esclarecer a Instrução Normativa. Esta iniciativa de esclarecimento, entretanto, acaba maximizando a situação multiposicional presente no Ministério Fé e Política, já que os elementos que compunham as posições de Zavaris provinham tanto de dentro do universo católico e carismático – como a Doutrina Social da Igreja Católica e a Escola Paulo Apóstolo –, quanto da esfera democrática, como a prática da fiscalização a partir de grupos de acompanhamento e da legislação eleitoral.

A fala de Zavaris revela um cenário que envolve um posicionamento preocupado com a contaminação eleitoral no meio católico-carismático, por um lado, e uma preocupação com a qualidade do voto, por outro. É certo que a Renovação Carismática vem sendo constantemente flertada por candidatos, que veem nos grupos e comunidades do movimento religioso um manancial de votos que não pode ser negligenciado. Às vezes, surge também, no interior de alguns grupos e comunidades carismáticas, a vontade de alguns membros quererem se lançar em disputas eleitorais, procurando defender as causas do catolicismo carismático e contar com o apoio dos fiéis-eleitores. É nesse contexto que emergem as orientações de que fala Zavaris, voltadas para defender grupos e comunidades do aparelhamento eleitoral, seja vindo de fora da Renovação Carismática, seja vindo de dentro dela.

Os valores evocados pelo coordenador geral são apresentados como os valores políticos orientadores da conduta dos carismáticos católicos diante das eleições: autodeterminação (quando aponta que devem ser respeitados os interesses particulares de cada segmento do movimento, bem como a vontade das pessoas que fazem parte destes segmentos); legislação eleitoral (que deve ser utilizada toda vez que algum grupo ou comunidade for ameaçada por candidatos, que querem se promover as custas desses grupos e comunidades); e representatividade (quando se exige dos candidatos oriundos do movimento algum tempo de vivência e caminhada, além de ser uma liderança reconhecida consensualmente no meio, evitando com que candidatos pouco ambientados com o universo do movimento, mesmo dele participando, procurem usufruir dos votos do movimento).

Afora a preocupação com uma sempre iminente contaminação eleitoral, a posição de Zavaris apontava para um valor qualitativo do voto. Ao mesmo tempo em que sugeria que não

se votasse em qualquer candidato, mas em alguém que tivesse comprovado compromisso com o zelo pela coisa pública, que tivesse um passado idôneo e que não tivesse se deixado levar pelos arranjos do poder, sugeria a atenção para o compromisso cristão do candidato para com a vida, os direitos humanos e a defesa dos necessitados. Além disso, Zavaris enfatizou o que se tem chamado hoje de mandato participativo, quando propõe que deveriam se formar grupos de aconselhamento e assessoramento em torno das candidaturas, visando acompanhá-las e fiscalizá-las.

O valor qualitativo do voto, no interior do catolicismo carismático, coloca em evidência a despolarização entre religião e política, quando o assunto é eleição. Se são os valores cristãos que são colocados como um vetor importante para o voto, só o são se consubstanciados com o princípio político do cuidado, da integridade das coisas públicas e das pessoas. Se são os princípios políticos os vetores, como representatividade e idoneidade, esses só o são se também consubstanciados com valores religiosos como o compromisso com o outro e honestidade. De um ponto de vista democrático, a sugestão que Zavaris faz acerca da vigilância dos mandatos coloca em evidência um princípio político da participação qualitativa, que não se resume simplesmente ao voto, ao mesmo tempo em que exprime o caráter defensivo do voto católico, que através de legislaturas e sua fiscalização pretendem marcar seu espaço em arenas decisórias.

Ainda na fala de Zavaris, podemos encontrar uma ambivalência que ajuda a reconhecer uma precaução da Renovação Carismática com respeito às eleições (quando pretende evitar a contaminação pelas eleições), por um lado, e a sua inserção nelas (quando indica uma determinada condução do voto), por outro. O distanciamento do catolicismo carismático de proposições mais incisivas em processos eleitorais não pode ser correlacionada a um tipo de alienação política. Ela apenas pretende impedir uma contaminação do seu ambiente religioso pelas eleições e garantir um consequente afastamento de classificações aleatórias como “de direita” ou “de esquerda”. À medida que evita essa contaminação, oriunda de um posicionamento mais incisivo, a Renovação Carismática se resume a conduzir o voto dos seus membros através de sugestões, que compartilham visões religiosas e políticas, voltadas para uma conscientização e uma vigilância cristã e cidadã sobre os candidatos e mandatos.

Além disso, a fala de Zavaris aponta para uma inversão de um princípio em que meios e fins devam ser colocados em uma mesma medida. De tal forma, uma sociedade justa só poderia ser implementada por meio de procedimentos baseados no que é justo. Nesse momento, os carismáticos católicos, para o coordenador do Ministério Fé e Política, não

parecem estar interessados em conquistar o poder, de forma intransigente, para transformar a realidade a seu gosto. Seu posicionamento é mais democrático, baseado na conscientização política e no voto como compromisso com o bem comum. Neste particular, para o coordenador do Ministério Fé e Política, o voto carismático deve ser um voto programático, e não pragmático.

Entretanto, mesmo aceitando que este posicionamento está afinado com princípios modernos de inserção democrática, a concepção carismática de democracia apresenta uma dualidade que não pode ser negligenciada. Por um lado, ela exprime um lastro de Cristandade, quando o *demos* e o seu bem comum são a personificação do cidadão cristão consubstanciado com sua religião, fazendo do governo do povo o governo do povo cristão. Nesse sentido, toda prática política fica enveredada por motivações de cunho religioso expressados no Evangelho ou na Doutrina Social da Igreja Católica. Por outro lado, este posicionamento democrático pode igualmente exprimir uma dinâmica de defesa do bem comum enquanto melhoramento, expresso, por sua vez, em uma lógica de cuidado religioso. Aqui o governo do povo é governo para o povo, não somente cristão, mas o cristão pelos outros, cristãos ou não. Mesmo que haja uma explícita referência ao Evangelho ou à Doutrina Social, o que se busca são formas de contribuir para o melhoramento da vida coletiva, uma vez que esta é a motivação para uma política cristã.

Ainda nesse cômputo, é preciso enfatizar que no, meio católico carismático, gesta-se uma definição de política enquanto saber-fazer, expressado na necessidade de se ter conhecimento de causa para poder exercer um cargo político, de um lado, e o entendimento de que política é um serviço prestado ao povo, por outro. Isso reflete bem a lógica que está difundida no meio social, através de partidos, mídias e setores intelectuais, o que faz do posicionamento da Renovação Carismática, por meio de Zavaris, nesse quesito, bem próximo ao espírito do tempo da política. Apesar disso, a ideia de conhecimento de causa colocado pelo movimento também se direciona para o lado da religião, na medida em que tal conhecimento deve ser espelhado no conteúdo do Evangelho e na já referida Doutrina Social. Tal proposição coloca que conhecer a política é também conhecer o que a religião diz sobre ela, formando um candidato ou um eleitor híbrido que conjuga os procedimentos próprios da política com o profetismo próprio da religião.

Outra posição que se evidencia, a partir da fala de Zavaris, diz respeito ao significado dos apoios do movimento a candidatos. O que fica explícito é uma variação entre uma posição impositiva e centralista e uma posição flexível e federalista, que leva em conta as decisões de nível local. No primeiro caso, o que se pode concluir é que a Renovação Carismática, ao

tomar para si a decisão de declarar apoio para candidatos à presidência e ao senado, estaria acenando para um tipo de unidade orgânica com o Estado, uma vez que presidente e senadores representam, respectivamente, nação e estados. Nesse sentido, o apoio poderia ser compensado com o comprometimento do candidato em determinadas áreas de interesse do movimento (sobretudo a concessão de sinais de rádio e televisão e a defesa de princípios católicos, no que tangem à vida e à família). Além disso, tanto a presidência quanto o senado são as instâncias últimas pelas quais passam qualquer deliberação, o que pode reforçar o argumento do monopólio da decisão carismática para estes cargos. No segundo caso, ao contrário, quando é dada autonomia aos grupos e comunidades regionais e locais para apoiar algum candidato, mesmo que haja alguma fiscalização do Conselho Nacional da RCC, o que fica referendado é um tipo de política que valoriza mais as necessidades pessoais e comunitárias das candidaturas diante da representatividade religiosa e do quadro partidário do lugar, acentuando mais uma inserção local do que uma inserção global. Dessa forma, fica difícil poder articular grupos e comunidades em torno de macro projetos políticos, que acabam sendo desubstancializados em prol de projetos de cunho micro, que só esporadicamente podem estar em confluência entre si e, mesmo assim, apenas quando temas morais estão colocados em jogo.

3.3.3 Continuidades e controvérsias em relação às diretrizes políticas do catolicismo carismático em suas bases locais

O catolicismo carismático encontra em suas bases diocesanas um cenário de fabricação do Ministério Fé e Política ainda mais multiposicional. Os responsáveis, a nível local, pela organização dessa instituição procuram trabalhar a partir de perspectivas cuja direção é fruto de suas trajetórias pessoais dentro do movimento carismático sul-mineiro. Se a fabricação do Ministério Fé e Política, de sua Instrução Normativa e da tentativa de apresentá-la aos segmentos diocesanos do catolicismo carismático, constituem-se dentro de uma situação multiposicional, com o segmento diocesano não é diferente. Os atores envolvidos nesse universo provam o quanto as propostas políticas da RCC segmentam-se para todos os lados, sem lhe conferir uma imagem uniforme. Vejamos os casos de Adonias e Joel, coletados nas cidades sul-mineiras de Paraisópolis e Itajubá, respectivamente.

Adonias, membro da comunidade carismática da Javé Nissi, coordenador do Ministério de Fé e Política da RCC do Sul de Minas, filiado ao PHS e assessor do deputado federal Odair Cunha do PT, recebeu-me em sua casa, na cidade de Paraisópolis/MG. Em pelo menos duas horas de conversa, ele me falou sobre como os carismáticos da região vinham se envolvendo com o tema e como eles estavam pensando o Ministério Fé e Política. Logo que iniciei a conversa com ele, Adonias fez questão de pegar três livros em sua pequena estante para me mostrar. Um deles era o “Fé e Política”, publicado pela RCC, outro era a “Doutrina Social da Igreja Católica”, e o último o “Fé e Política – fundamentos”, que era organizado pelo sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira, ligado às Comunidades de Base católicas. Esses livros possuíam passagens grifadas, mostrando ser ele um leitor interessado. Sua razão em ter livros tão distintos do ponto de vista sócio-teológico se devia ao interesse que dizia ter sobre o tema fé e política. Ele acreditava ser necessário procurar na Igreja Católica material para formação de um pensamento político que desse conta dos dilemas que são colocados para a instituição. Esse capital político-intelectual que dizia adquirir, segundo me afirmou, era compartilhado por ele junto aos seus colegas no catolicismo carismático, independentemente do grupo ou movimento em que a perspectiva foi produzida. Adonias acredita que todos os segmentos da Igreja Católica estão articulados em uma causa comum, o Reino de Deus, estando por isso, propensas ao diálogo.

Quando perguntei sobre o Ministério Fé e Política, ele me disse ser um ministério ainda jovem na região, tendo sido criado em 2008. Apesar de ser um grupo jovem, conforme o relato de Adonias, já vinha conseguido algum sucesso, na medida em que mobilizou os carismáticos vocacionados para concorrerem a cargos públicos a nível municipal, seja para vereador, prefeito e até mesmo para o conselho tutelar. Adonias estava convicto de que a ação dos carismáticos devia se dar a nível arquidiocesano, o que justificava uma preocupação política a nível mais local, a partir da qual a necessidade de levar a risca a Doutrina Social da Igreja Católica e os ensinamentos da instituição e do Papa se faria mais eficaz.

Sobre as eleições de outubro de 2010, Adonias adiantou que a RCC do Sul de Minas já havia decidido sobre o apoio a Odair Cunha (PT) e Eros Biondini (PTB) para a câmara dos deputados, a Maria Laura (PT) para a assembleia legislativa do estado e a Miguel Martini (PHS) para o senado. Adiantou também que, talvez, alguma candidatura local poderia ser apoiada, mas que a decisão ainda não tinha sido tomada junto à comunidade. Entretanto, afirmou que os nomes de Laudelino, vice-prefeito de Itajubá e ex-deputado estadual, Ulisses (de Itajubá e assessor de Odair Cunha) e João Mauro, ex-prefeito de Brazópolis, todos eles do PT, eram nomes potenciais. Mencionando o perfil de candidato que a sua comunidade

desejava, Adonias disse que era importante ter caminhada na comunidade, pois achava que a política era sedutora, sendo apenas alguém com experiência religiosa e vivência a pessoa mais indicada para saber discernir sobre o que é preciso fazer quando se é eleito.

Em nossa conversa, reforçou que estava procurando organizar uma série de atividades de cunho político, como uma Semana de Fé e Política, na Câmara de Vereadores de Paraisópolis, bem como apontou uma série de eventos que a RCC vem organizando em torno do tema da política, como o I Encontro de Orientação para a Vida Política, de responsabilidade da TV Século XXI e o Encontro Nacional de Fé e Política, organizado pela direção nacional da RCC. Por fim, salientou um movimento que vinha ocorrendo na cidade de Senador José Bento (Sul de Minas Gerais), onde alguns membros da comunidade Javé Nissi conduziram um processo que invalidou a eleição municipal da cidade, na medida em que conseguiram provar uma situação de compra de votos. Nessa cidade, estava para ocorrer nova eleição, na qual um candidato proveniente da comunidade tinha grandes chances de ser eleito³, segundo a fala de Adonias.

Joel era vereador em Itajubá (Sul de Minas Gerais), filiado ao PSDB, quando me recebeu na Casa de Formação Nossa Senhora de Guadalupe, filial da Comunidade Carismática Javé Nissi, da qual era membro e pela qual, por sugestão da mesma, disputara uma vaga na Câmara Municipal, no pleito de 2008. Apresentou-se para mim, durante a conversa, como um católico-carismático interessado e preocupado com a política, o que o levou a participar da referida esfera decisória representativa. Joel iniciou sua atividade política em 2008, num escrutínio que lhe endereçara aproximadamente 2000 votos. Em quase meia hora de conversa, Joel procurou enfatizar sua posição dentro da câmara de vereadores, na qual disse procurar ser um representante da Igreja Católica, respaldando suas afirmações e argumentos no Evangelho. Tal situação lhe colocou dentro de um cenário marcadamente tenso, uma vez que outros vereadores procuravam, segundo ele, incessantemente lhe contrariar, afirmando-lhe que a Câmara de Vereadores não era uma igreja, em que um argumento religiosamente orientado não seria inteligível. Em contrapartida, Joel me disse que reagia dizendo que se foi a Igreja Católica que lhe colocou ali, fazendo alusão certamente ao apoio recebido pela sua comunidade religiosa, ele teria por compromisso representá-la. Joel procurou enfatizar que era um “católico político”, cujo fim de “sua ação é a comunidade” que lhe transfere responsabilidade, diferente daqueles que poderiam ser considerados, segundo ele, “políticos católicos”, que “usam a religião como trampolim”. Neste caso, chega a citar o

³ Alguns meses depois soube do sucesso da eleição do candidato carismático àquela prefeitura.

nome do deputado federal Odair Cunha, do PT, que foi formado e apoiado pelo catolicismo carismático e cuja atuação no Congresso Nacional não estava correspondendo, de acordo com Joel, às expectativas e necessidades do movimento carismático, sobretudo em relação à manutenção da criminalização do aborto, no qual o referido deputado “não se mostrou tão engajado”. Por conta disso, ressaltava que sua meta era agir como um católico na política, não só em sua ação na Câmara de Vereadores, em Itajubá, mas também na defesa de “mais engajamento cristão das candidaturas cristãs” de uma forma geral. Como iniciativa correlata a essa sua posição de criar um ciclo de compromisso de candidaturas cristãs, o vereador itajubense disse estar participando ativamente do Ministério Fé e Política no Sul de Minas, que contava então com seis pessoas. Este órgão, no seu entendimento, visava “atuar no sentido de formar e exigir compromissos destas candidaturas”, cuja principal tarefa era a de “acompanhá-las e ver o desenvolvimento das propostas e iniciativas”.

Diante desse dados, algumas considerações podem ser apresentadas. Olhando para o nível diocesano, o Ministério Fé e Política se configura de modo multiposicional, tal como foi adiantado no início deste tópico. Adonias parece colocar a atividade política dos carismáticos dentro de uma ótica que não é apenas a do seu ministério especializado, nem deste conjugado com a Doutrina Social da Igreja Católica, mas também com outro universo do interior da igreja, mais academicizado no que tange à reflexão política: as Comunidades de Base. Ele acaba colocando para o Ministério Fé e Política um contexto de reflexão mais amplo, aproximando-o de outros setores da Igreja Católica que também pensam a política⁴. Além disso, sua preocupação é mais micro, desejando voltar a ação política para a esfera diocesana, contemplando prefeituras, Câmaras de Vereadores e Conselhos Tutelares. Isso se prova tanto na sua fala quanto na ação que ocorrera no município de Senador José Bento, onde membros da comunidade Javé Nissi se organizaram num movimento pela impugnação da eleição municipal, que refeita, fez um deles prefeito.

Além disso, Adonias chamou a atenção para a formação política e sua interface com a fé, que ele mesmo procurava desenvolver na sua região, ação que, segundo ele, a RCC estava organizando em outros níveis. Essa fase de formação política faz eco àquilo que a Instrução

⁴ A aproximação entre Comunidades de Base e Renovação Carismática já foi tema de pesquisa de Mariz & Machado (2000) e Mariz (2001).

Normativa e Zavaris enfatizaram, como forma de colocar os interessados afinados com os meandros da relação entre fé e política. Destarte, se os eventos da RCC se davam dentro de esferas propriamente religiosas, o evento promovido por Adonias se desenvolveu dentro de uma esfera mais política, a Câmara de Vereadores de sua cidade. Se, no caso da RCC, o político poderia ficar contido em uma referência exclusivamente religiosa, mesmo que pudesse aí se apresentar enquanto tal, no caso de Paraisópolis o que ocorre é um movimento duplo: presença do elemento religioso como matriz de entendimento para o político; valorização do espaço político como um espaço de participação daqueles que também se envolvem com a matéria da fé.

A situação multiposicional permanece na atuação de Joel na Câmara de Vereadores de Itajubá. Aí, quando ele se diz questionado por querer misturar religião e política, reage dizendo que está defendendo aqueles que o elegeram, o que se configura como uma linguagem inteligível no cenário político de uma Câmara de Vereadores, já que todos ali representam algum setor. É daí que aparece sua categoria de católico político. Esta definiria o sujeito que milita em favor das causas da instituição que pertence, não fazendo dela, como é o caso dos políticos católicos com os quais contrasta sua posição, um meio de ganhar votos. Nesse sentido, critica aqueles que, se dizendo católicos, não assumem suas bandeiras, já que seriam seus representantes, como é o caso do deputado de quem Joel reclama. Nesta concepção, o Ministério Fé e Política parece se colocar como um instrumento de cobrança da cristianidade àqueles que se colocam no meio político como parte da Igreja Católica e que dela recebem apoio.

3.4 O MINISTÉRIO FÉ E POLÍTICA EM AÇÃO

3.4.1 Apresentação e “intercessão” dos políticos

No mesmo evento em que Zavaris apresentou as teses do Ministério Fé e Política para as eleições, dois momentos, no que diz respeito à relação entre o catolicismo carismático e os políticos, podem ser citados. No palco/púlpito em que se deu a fala de Sérgio Zavaris, o coordenador da Comunidade Javé Nissi, denominado Tatá, ao lado do coordenador do Ministério Fé e Política, protagonizou os acontecimentos que se seguem. O primeiro

momento foi a apresentação de cada político presente, que, então, acenavam com a mão do lugar em que se encontravam, e o segundo foi a convocação de cada um deles para serem consagrados no palco/púlpito (ANEXO 3). Os políticos que participaram deste ritual já exerciam cargos executivos ou legislativos, sendo alguns deles pessoas ligadas há muito tempo à comunidade. A proposta de apresentar e convocar os políticos presentes serviu para demarcar um posicionamento defendido pela Renovação Carismática em política: oração e vigilância. Orou-se pelos políticos, que no palco/púlpito estavam ajoelhados, ao mesmo tempo em que se fazia com que as pessoas os conhecessem e pudessem lhes identificar enquanto os vocacionados do catolicismo carismático para o meio político. Pelo menos essa foi a ênfase dada pelos oradores do evento.

Nome por nome, esses políticos eram chamados para subir no palco/púlpito. Ali, se colocavam um do lado do outro, de modo a poderem ser vistos pelos presentes. Com todos perfilados, Tatá e Zavaris pedem para que os políticos fiquem ajoelhados. Em seguida, pedem para que os demais presentes voltassem suas orações para aqueles que detinham a representação política nas mãos. Em particular, e depois publicamente, orações são proferidas. A de cunho público pedia para que o Espírito Santo atuasse sobre os políticos no sentido de orientarem suas práticas, evitando com que se desvirtuassem de sua missão. Unísono, todos faziam coro a este pedido, em voz baixa ou alta, dependendo dos estímulos vindos dos oradores. Tatá e Zavaris, quando faziam a oração pública, colocaram suas mãos sobre cada um dos políticos presentes, ato que pediram para que todos repetissem, porém dos lugares mesmos em que estavam. Os oradores solicitaram a cada um que estendessem sua mão direita em direção ao palco/púlpito, impondo simbolicamente as mãos sobre os políticos. Assim que esse processo de oração e intercessão termina, os políticos desceram as escadas do palco/púlpito, se misturando mais uma vez entre os participantes do evento.

Dentre os políticos presentes, quero ressaltar dois posicionamentos: o de Odair Cunha (PT), deputado federal do Sul de Minas Gerais, e o de João Mauro (PT), ex-prefeito de Brazópolis/Sul de Minas Gerais aspirante ao cargo de deputado estadual. Odair Cunha, que já era frequentador da comunidade tanto como fiel quanto como servo, tomou a palavra no palco/púlpito e corroborou as afirmações e assertivas de Tatá e Zavaris, ação que ocorreu depois do evento supracitado (ANEXO 4). Sua fala revelou um pouco mais sobre o tipo de candidato que a Renovação Carismática se diz interessada: ligado ao movimento, perto do povo, dedicado no serviço à Igreja Católica e conhecedor do saber-fazer político. Por ser uma personagem já conhecida, Odair dispensou falar de sua atuação – Tatá já o tinha feito por ele antes de lhe passar a palavra –, concentrando-se em falar da missão do político cristão. Já

João Mauro, que estava ali no evento procurando divulgar seu livro sobre Fé e Política, no qual contava sua experiência na prefeitura de Brazópolis (Sul de Minas Gerais) à luz de um chamado evangélico, só teve projeção quando anunciado seu nome no meio das pessoas e quando foi dito que ele tinha escrito um livro contando sua experiência de fé e política. Apesar de não ter dito nada para o público presente em relação a sua experiência, a postura que a Renovação Carismática teve em relação à apresentação de João Mauro aponta para mais um interesse que ela possui em política: políticos conscientes de sua missão e que estão dispostas a anunciá-la.

Entretanto, olhando para a situação na qual João Mauro foi colocado ao longo de todo o evento em Pouso Alegre, a análise pode se configurar um pouco menos otimista em relação à sua presença naquele encontro. João Mauro estava ali para ganhar espaço junto à comunidade e faria isso divulgando e falando sobre seu livro. Este momento estava combinado entre os coordenadores da Javé Nissi e o então pré-candidato à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, conforme relato que o próprio João Mauro me deu após este evento. Isso poderia ocorrer tanto durante a parte da manhã do evento, logo após a fala de Zavaris ou a de Odair Cunha, ou então na parte da tarde, quando Zavaris conversaria com os políticos presentes e/ou com os interessados no tema da política. Tal situação nunca ocorreu e os motivos disso se devem, certamente, a uma tentativa da comunidade em se resguardar de candidatos que não lhes são ainda assimiláveis. O próprio João Mauro não soube me explicar porque seu contato direto com a comunidade não ocorreu. Contudo, é certo que o livro de João Mauro procurava uma brecha no sistema cognitivo carismático, sobretudo porque fé e política juntas se convertiam em tema de interesse daquele segmento católico, mesmo que seu livro não tivesse sido escrito para isso. E é nesse sentido que o pré-candidato procurou dar exemplares de seu livro para várias pessoas que ali se faziam presentes, sobretudo políticos e membros do *staff* da comunidade Javé Nissi. Contudo, tal empreitada de se tornar um candidato em potencial plenamente visível e afinado com a RCC se apresentou como fracassada, já que pouco audível naquele evento, porque não priorizado pela hierarquia do movimento com a qual flertava.

A presença e a apresentação de políticos no encontro da Javé Nissi merece uma atenção particular. Quando os políticos são chamados a se mostrarem, o catolicismo carismático parece expressar o grau de preferência em relação dois tipos característicos de

político. A primeira característica típica é a da presença. Para o movimento carismático católico, estar presente junto à comunidade é um pré-requisito para representá-la, o que pode significar estar suscetível à vigilância dos fiéis-eleitores, por um lado, e estar em contato com os ensinamentos da Igreja Católica, por outro. A segunda é a da missão. Ser missionário é ser um bom porta-voz dos princípios do movimento carismático, demonstrar sua posição de cristão onde quer que esteja e se empenhar pelas mudanças no mundo inspirado na fé e na doutrina religiosa. Tanto o deputado Odair Cunha, que através da voz de Tatá teve sua missão desvelada ao público presente, quanto João Mauro, cujo livro foi mencionado enquanto um relato acerca de uma experiência de fé e política, são exemplos para o tipo missionário.

Além disso, a oração ganha lugar dentro desse universo, enquanto mediação visando estabelecer o compromisso e responsabilidade do político com sua comunidade⁵. A oração se converte tanto em uma forma de vigilância quanto em uma forma de unificação dos políticos. Ela é vigilante porque serve como um pedido do fiel/eleitor para que o político seja protegido da contaminação da política e que seja iluminado por Deus e pelo Espírito Santo, para que exerça de modo correto sua missão. A oração, nesses termos, se faz como uma alternativa última para que a política e os políticos se mantenham protegidos. Mas a oração também pode ser unificadora, por conta da comunhão de princípios que ela aciona, já que proferida dentro de um universo cristão católico e voltada para performar uma conduta orientada por este universo. Por conta dessa união, aos políticos é exigida uma responsabilidade com a comunidade de fé que partilham, no sentido de retribuí-la através da atividade política que desenvolvem.

3.4.2 A negação do apoio político

João Mauro, filiado ao PT, ex-prefeito da cidade de Brazópolis (Sul de Minas), pretendia sair candidato a deputado estadual. João Mauro, que me recebeu em sua casa, disse que além de filiado ao Partido dos Trabalhadores, era membro da Pastoral da Juventude e coordenador de um grupo de fé e política na cidade de Pouso Alegre (grupo diferente daquele de Adonias e Joel, já que envolvia quadros ligados mais ao catolicismo de libertação). Ele me

⁵ A noção de oração é pensada aqui em seus termos maussianos (Mauss, 2009; Salazar, 2008; Pina Cabral, 2009). Para tentativas de aplicação do conceito é sugestiva as abordagens de Reesink (2009), Pereira (2009) e Mapril (2009).

contou que começara sua trajetória de participação católica mais incisiva na RCC, em 1985, na qual permaneceu até 1992, quando começou a trabalhar na Pastoral da Juventude de sua cidade, participando ativamente, conforme seu relato, da Campanha da Fraternidade, que tinha por lema “juventude, caminho aberto”. Ao mesmo tempo em que trocou o catolicismo carismático pelo liberacionista, João Mauro se lançou na política, saindo candidato a vereador, ainda em 1992, obtendo, segundo ele, 80 votos, o que, entretanto, não lhe garantiu lugar entre os vereadores que comporiam a legislatura após o pleito, em Brazópolis. Desde essa época, havia escolhido o PT como partido político, escolha que se deveu, tal como me falou, há uma simetria de princípios deste partido com os que apontava serem os princípios da igreja da qual fazia parte, na medida em que ambas colocavam na dianteira de suas ações o compromisso com os desfavorecidos. Mesmo não tendo sido eleito naquele momento, disse não ter desistido, pois dessa primeira experiência, buscou amadurecer na fé e no aprendizado de que “a política é uma missão”. Saiu como prefeito na eleição seguinte (1996), perdeu. Continuou seu serviço articulando fé e política, argumentou. Nas eleições de 2000, se elegeu prefeito. Em 2004 é reeleito.

João Mauro, na conversa que estabeleceu comigo, marcou a ideia de que o cristão, bem (in)formado, deve “reinventar a política, fazer diferente”, colocando fé e política “juntas, a serviço da mudança e do povo”. Esta tônica é a que ele desejava levar para a campanha a deputado estadual, caso viesse a disputar uma vaga para a Assembleia Legislativa, esperando receber apoios de vários grupos da Igreja Católica, inclusive da RCC, com quem estava conversando sobre a possibilidade de apoio. O principal meio de divulgação de sua experiência e pensamento, num primeiro momento, era um livro que escrevera sobre fé e política, que era pré-requisito para a conclusão de uma Especialização em Políticas Públicas, que havia feito na PUC/RJ, sob orientação do teólogo e sociólogo Ivo Lesbaupin (ligado a Teologia da Libertação). Para tanto, João Mauro pretendia lançar o livro em paróquias e eventos da RCC nas cidades do Sul de Minas Gerais.

Com esse livro, João Mauro disse procurar quebrar uma caixa preta que existiria na política, o que ajudaria a romper e anular os medos e receios em relação à política, ampliando seu significado e a direcionando para um “serviço para o povo”. Seu mandato, caso fosse eleito, seria, segundo o candidato em potencial, de cunho participativo, “porque não há como fazer política sem o povo”. Ressaltou que, caso viesse a ter 50 mil votos, que inclusive era sua estimativa, manteria um conselho na proporção de um conselheiro para cada mil votos, com os quais teria reuniões trimestrais, e cujo intuito era ouvir as necessidades de cada comunidade. João Mauro achava que um mandato tem que vir de baixo para cima, no qual o

político faria o trabalho de mediação entre estado e comunidade, não podendo frustrar aqueles que o elegeram. Nesse sentido, se, por um lado, o político teria que explicar para o povo como a máquina pública funciona, por outro lado, o povo deveria questionar e colocar suas necessidades diante do político, pensava João Mauro. Salientou que esta fora a forma como administrou sua cidade, cujo modelo de gestão, que denominou participativa e que motivava “as pessoas de boa vontade para participarem da vida política”, gostaria de expandir para outras cidades, na condição de deputado. Esta seria para ele a contribuição que gostaria de deixar na política, na medida em que dizia estar comprometido com a fiscalização, a legislação, a mobilização e a formação em defesa do povo, ao mesmo tempo em que seria um intermediário daquele com o estado.

Em tom de pré-campanha, João Mauro salientou que já estava conseguindo alguns apoios, tanto na Igreja Católica quanto no PT, mas sinalizou sua vontade em receber um apoio mais leigo do que eclesial no meio católico, apesar de dizer não recusar apoios de padres e bispos, fato que tem ocorrido, como o de um padre, próximo da RCC, que, segundo ele, vinha declarando apoio antecipado à candidatura. Tal fato, em sua opinião, não só seria fundamental, mas também garantiria, para sua candidatura, um acréscimo de credibilidade. Essa aproximação, que ele procurava manter, entre RCC, de um lado, e um PT ligado ao catolicismo liberacionista, de outro, ficou evidente quando ele me mostrou alguns livros que estava lendo: o “Fé e Política”, publicado pela RCC, e “Cristãos em ação Política”, que era uma publicação de J. E. Pinheiro, das CEBs. No final de nossa conversa, relatou que imaginava uma “comunhão na campanha”, articulando, em torno de um mesmo princípio/ideal, pessoas oriundas de vários segmentos, uma vez que estava se colocando disposto para conversar com grupos e comunidades.

Fora do universo de pertencimento da comunidade Javé Nissi, João Mauro procura estabelecer uma retórica que pudesse reaproximá-lo do catolicismo carismático no sentido de conseguir apoio deste para a eleição legislativa estadual. Ele procurava se mostrar enquanto um católico engajado e inclinado para os problemas sociais, por conta de sua experiência no universo das pastorais católicas, para as quais migrou depois de uma estadia dentro do universo religioso carismático. Visando retomar seu elo com o catolicismo carismático, tenta se apresentar como um conhecedor dos debates políticos que se dão no interior da Igreja Católica, mostrando saber dos livros de grupos como o carismático e o de libertação.

Articulando fé e política, João Mauro coloca seu livro como uma tentativa de se transformar em alguém reconhecível na Igreja Católica em geral, mas também na RCC em particular, sobretudo porque essa era uma meta do então pré-candidato. Contudo, a fé aqui é uma questão motivacional, que seria responsável pela ação mais voltada para o social que ele dizia ter desenvolvido enquanto prefeito, justificando que seu serviço era um serviço voltado para o povo. Paralelo a isso, uma questão ligada à democracia participativa também ganha evidência, na medida em que coloca sua proposta como calcada em grupos, que serão mediadores da sua ação política, caso eleito.

A posição de João Mauro como alguém passível de saber conectar fé e política, expressa em seu livro, e também ciente da necessidade de diálogo com as bases que lhe depositam confiança, poderiam aproximar o pré-candidato daquilo que o Ministério Fé e Política ponderava como exigência na hora de decidir sobre o apoio ou não a uma candidatura. Se João Mauro tivesse tido chance de se mostrar, ele sinalizaria pelo menos esses dois aspectos de seu pensamento político. Entretanto, mesmo que seu nome fosse cogitado para receber um apoio formal do Ministério Fé e Política e da comunidade Javé Nissi, sua participação no evento dessa comunidade (supracitado) colocou uma incógnita sobre esse apoio em potencial. Por um lado, seu nome foi lembrado, seu livro foi mencionado e distribuído estrategicamente pelo próprio João Mauro, bem como foi visualizado pelos presentes quando subiu no palco/púlpito para receber uma oração junto com outros políticos que ali se faziam presentes. Por outro lado, a limitação de sua participação no encontro da Javé Nissi, se comparada com a participação do deputado federal Odair Cunha, coloca em evidência uma situação de cautela por parte do catolicismo carismático, que talvez duvidasse da capacidade de João Mauro em defender os princípios do movimento, sobretudo porque ele não era parte daquela comunidade com a qual procurava estabelecer contato. Nesse sentido, a distinção, que foi vista na entrevista com Joel, entre católicos políticos e políticos católicos talvez tenha servido como elemento cerceador da projeção do pré-candidato nessa comunidade carismática, já que João Mauro estaria, no ponto de vista do catolicismo carismático, mais para a segunda dimensão do que para a primeira.

A posição de Joel sinaliza para uma cautela diante do apoio a candidatos a cargos políticos, cautela que também pode ser vista na posição de Adonias. Este coloca a caminhada na comunidade um elemento essencial para conseguir apoio, o que dificulta a penetração de João Mauro junto à comunidade carismática e a conquista do apoio desta. Mesmo que João Mauro tentasse criar um lastro com a sua presença junto a um evento como aquele, realizado na Javé Nissi, sua intenção oscila entre o reconhecimento e a desconsideração. Os apoios que

Adonias enfatiza serem certos são para aqueles que são parte do catolicismo carismático. Odair Cunha era membro da comunidade Javé Nissi e já vinha de longa participação em outras comunidades carismáticas. Isso igualmente se aplica para Biondini, Maria Laura e Martini, todos com histórico dentro da RCC. Mesmo que outros nomes pudessem surgir, Adonias ressalta que o apoio dependeria do respaldo da comunidade. Nesse sentido, o que parece realmente contar para o apoio político na RCC é a pertença junto a ela. Na medida em que se apoia alguém da comunidade, o catolicismo carismático inviabiliza com que suas comunidades sejam contaminadas por aspectos puramente políticos, que poderiam ver aquelas como contingente eleitoral a ser conquistado diante de acordos e concessões.

4 A PRODUÇÃO SOCIAL DA PERSONALIDADE POLÍTICA: A CANDIDATURA DE ODAIR CUNHA PARA DEPUTADO FEDERAL

4.1 A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ODAIR CUNHA

Odair Cunha (PT/MG) tentava sua segunda reeleição em 2010¹, sendo um proeminente candidato a deputado federal, dentre as dezenas de outros que a coligação “Todos Juntos por Minas” (PT/PRB/PCdoB/PMDB) lançou em Minas Gerais. Seu número de inscrição era 1307 (13 era o número de registro de seu partido e 07 o número escolhido pelo próprio candidato, de modo aleatório, numa escala de 00 a 99). Em sua tentativa de reeleição, Odair Cunha contava com uma plataforma extensa, que procurava agregar adeptos ao longo de um amplo espectro de códigos. Estes emergiam na medida em que o candidato incorporava e reincorporava adesões. Para tanto, como na maioria das candidaturas, independentemente do cargo pleiteado, Odair Cunha realizava variadas atividades de campanha. Essas atividades serviam como uma maneira do candidato conseguir visibilidade e, conseqüentemente, adeptos. O principal recurso para isso era entrar em contato com eleitores em potencial e com eles falar, conversar, abraçar, oferecer, pedir. Elas também serviam para o candidato demonstrar força, já que trazia para junto de si lideranças dos mais diversos níveis, como uma maneira de se mostrar vinculado a determinadas bases, como uma demonstração de que possui prestígio.

Ao longo de sua campanha, Odair Cunha inaugurou vários comitês, próprios ou de candidatos a deputado estadual, com os quais fazia o que, nativamente, chamavam de “dobradinha”² (ANEXO 5). Esses comitês, por sua vez, eram implementados em cidades que se julgavam estratégicas, seja pelas ligações políticas que o candidato ali mantinha, seja pelas ligações pessoais com elas estabelecidas. Esses comitês eram esporadicamente visitados, através de “caravanas”, em que ou se fazia uma carreata ou uma caminhada para a cidade que

¹ Odair Cunha se lançou pela primeira vez a deputado federal em 2002, sendo eleito com aproximadamente 35 mil votos. Em 2006, sua reeleição é garantida após a contagem de quase 75 mil votos a seu favor. Em todas essas eleições o candidato esteve filiado ao PT, partido ao qual se mantinha vinculado em 2010.

² A dobradinha é uma ação de articulação entre dois nomes que estarão concorrendo a cargos semelhantes, porém, em esferas distintas, em que um apoia o outro, em uma tentativa de fazer transferir os votos entre si. A dobradinha ocorre quando um candidato a deputado federal faz uma articulação com um candidato a deputado estadual; quando um candidato a presidente faz articulação com um candidato a governador; e quando um candidato senador faz articulação com outro candidato a senador, quando duas vagas estão em jogo.

os abrigava. Nessas localidades, algumas vezes, eram realizadas plenárias e/ou reuniões com parte da comunidade e/ou grupos, nas quais a população poderia colocar seus problemas e ouvir o que o candidato pensava sobre isto. Em outros momentos, Odair Cunha aproveitava sua estadia em uma cidade para participar de atividades da Renovação Carismática ou da Igreja Católica. Essas ocasiões, tal como os discursos públicos pronunciados em comícios realizados nessas mesmas localidades, serviam para a promoção do candidato e daqueles que julgava necessário promover, convertendo esses momentos em uma festa política recheada de articulações.

A interpretação que se segue leva em conta a fabricação de um processo político que ajuda a explicar a situação multiposicional do candidato a deputado federal, cuja compreensão implica em reconhecer dois movimentos: um processo ritual, que intensifica a visibilidade do candidato e sua busca por adesões, na qual Odair Cunha se apresenta enquanto alguém que é conhecido, processo esse que levará o candidato à procura de adesões não só por conta daquilo que dele emana, mas também por conta daquilo que é proveniente dos centros com os quais mantém alguma relação; e a formação de um conjunto de apoiadores, que procurou mostrar Odair Cunha como representante à altura dos segmentos declarantes, uma vez que era apresentado como capaz de canalizar as crenças e os desejos daqueles. Na medida em que a análise é desenvolvida, a situação multiposicional dessa candidatura se revela, reforçando o ponto analítico que venho justificando para a ação política no catolicismo carismático.

4.2 O PROCESSO RITUAL NA CONFORMAÇÃO DA CAMPANHA ELEITORAL

A presença de candidatos em lugares públicos, ao longo das suas campanhas, marca um rito político significativo que tem por intenção agregar ao candidato não apenas apoio, mas também colocá-lo como um representante legítimo de determinados agrupamentos coletivos. Aqui, seu corpo presentificado é uma metáfora que vai encarnar a própria vontade dos eleitores de se verem representados. Por conta disso, cada candidato procurará aparecer num meio do qual se vê como representante em potencial. Nesse meio, busca uma agenda de contato face-a-face, em que suas bases de apoio e aquilo que se diz dele pelos grupos que lhe conferem crédito, possam ser estendidas aos demais votantes de uma localidade. Entretanto, esse processo não ocorre como fruto de uma ação espontânea, diante de circunstâncias aleatórias. O comportamento público do candidato só surte efeito porque uma “ação ritual” o

conforma, justificando a realização de determinada conduta e seus desdobramentos. Essa ação consistiria em “uma manipulação de um objeto-símbolo com o propósito de uma transferência imperativa de suas propriedades para o recipiente” (Peirano, 2002: 27), permitindo ao candidato usar os recursos disponíveis em seu contexto social para gerar vantagens para sua candidatura e para aquelas que ele se inclina a apoiar.

Conceber o ritual político nesses termos implica em considerar dois pares conceituais, que de certa forma são bons para pensar o cotidiano de uma candidatura. O primeiro par conceitual é focalização/transvaloração, que pode ser utilizado na compreensão de como eventos locais e questões em pequena escala vão, cumulativamente, desdobrando-se em uma escala maior (Tambiah, 1997; Comenford, 1998; Peirano, 2002). De acordo com Tambiah (*apud* Comenford, 1998: 181), se a focalização “desnuda progressivamente os incidentes e disputas locais de suas particularidades contextuais”, a transvaloração “distorce, abstrai e agrega esses incidentes em questões coletivas de interesse [micro] ou [macro]”. O modo como esse par conceitual opera “implica um processo de agregação e generalização de baixo para cima, da periferia para o centro” (Tambiah, 1997, s/p). O segundo par conceitual é nacionalização/paroquialização, que ajuda a pensar como questões macro são reproduzidas e engajadas em contextos micro (Tambiah, 1997; Comenford, 1998; Peirano, 2002). Para Tambiah (1997, s/p), nacionalização é o desdobramento de um processo [macro] em cadeia, enquanto paroquialização tem a ver com a “reprodução de uma causa [macro] em diferentes lugares, onde ela explode de múltiplas maneiras”. Esse par conceitual realiza um “processo de cima para baixo [e] do centro para a periferia” (Tambiah, 1997, s/p). Mesmo que diametralmente opostos, estes pares conceituais ganham lugar em uma campanha política, haja vista que a inauguração de comitês, comícios, caminhadas, visitas, reuniões e frequência em cultos vão se colocar como o *locus* do entrecruzamento de questões vindas de várias ordens, motivadas pelos candidatos, seus apoiadores e seus pretensos eleitores.

A presença de Odair Cunha em atividades de campanha nas cidades do Sul de Minas Gerais serve como exemplo prático dos pares conceituais supracitados. Para este caso, é possível afirmar que todo o movimento, voltado para marcar sua presença nessas localidades, contribui para a sua projeção, ampliando aos poucos, a partir de suas articulações, colocando o candidato dentro de um amplo espectro de apoios inclinados para a conquista do êxito eleitoral. Em cada cidade que passa, o candidato inaugura um comitê, depois volta, faz uma reunião com a comunidade, reza, comunga, realiza uma caminhada ou uma carreata, conversa com as pessoas, apresenta-se junto de pessoas da localidade ou que dentro dela possam ter alguma projeção, e aos poucos vai marcando seu território no corpo e no imaginário da

cidade. Na medida em se coloca como a personificação de demandas e necessidades, expressas por apoios recebidos ou nos compromissos firmados em *viva voz*, pode-se falar em uma focalização/transvalorização, de forma que a presença de Odair Cunha em cada cidade vai agregando adesões que, no dia das eleições, converte-se em quantidade. As causas, que o candidato se prontifica a fazer não são, nesse sentido, propriamente suas, mas fruto dos anseios dos eleitores da localidade.

Por outro lado, Odair Cunha vai conduzir várias questões macro a nível micro, colocando em movimento situações políticas desconectadas localmente, mas que podem fazer sentido e desencadear processos de adesão àquilo que é proliferado. Essa nacionalização/paroquialização, na campanha de Odair Cunha, pode ser observada nas falas que realiza em defesa de projetos políticos que não são diretamente os seus, ou que não interessam, de modo imediato, à localidade na qual reclama votos. O mesmo ocorre quando pede votos para outras candidaturas ou sinaliza para valores políticos que estariam desconectados com a concretude das demandas e necessidades daqueles com quem fala. Ao agir dessa maneira, o candidato não estaria sofrendo um efeito das bases, mas o contrário, exercendo efeito sobre elas. Contudo, esse processo pode ter um efeito inverso, em que o efeito do candidato sobre suas bases pode, reversamente, ressoar sobre ele novamente, tanto quanto aquilo que sobre ele desencadeou pode, a partir dele mesmo, retornar sobre aqueles cuja ação lhe ressoou.

Nas campanhas que pude acompanhar ou obter informação, realizadas nas cidades sul mineiras, Odair Cunha colocou em evidência um cenário de focalização/transvalorização, quando vários atores se colocaram a falar e a agir em seu favor, ou mesmo quando o candidato fala como que assimilando uma demanda local. Ao passo que um cenário de nacionalização/paroquialização se colocou em destaque quando o próprio candidato tomou a palavra ou agiu em defesa de outros candidatos, projetos e valores, ou, ainda, quando seu vínculo com determinada localidade serviu para disseminar políticas que destoavam das comumente realizadas pelo candidato junto à própria localidade.

4.2.1 Inauguração de comitês

A inauguração de comitês se constitui como estratégia para o candidato desenvolver sua campanha dentro de uma cidade. Por um lado, esse espaço se conforma como sua base de

apoio, no qual panfletos, banners, adesivos, bandeiras, placas e outros materiais de campanha são recebidos, alojados e distribuídos por seus correligionários. É por essa instância que passam a entrar em circulação na parte pública da cidade, sendo entregues a transeuntes, fixados em postes e muros ou exibidos nas fachadas de casas ou dentro de terrenos privados. Estes comitês também servem para que outros candidatos, coligados com o candidato responsável pelo comitê, possam também usufruir da infraestrutura física e logística e por ali circular seus materiais de campanha. Esse arranjo é comumente visto durante os processos eleitorais e acaba servido como uma forma do candidato se fazer visível.

Por outro lado, os comitês também servem como espaço de referência para que o candidato possa começar ou terminar uma caminhada, e é o local de onde saem ou para onde vão seus correligionários, quando precisam abastecer as ruas com a figura e a mensagem do candidato. São também espaços em que discursos públicos podem se constituir, já que toda inauguração de comitê implica na formação de um palanque no qual o candidato, seus apoiados e apoiadores têm a chance de ganhar voz e falarem uns para os outros e para todo interessado que queira ouvir. Nesses ritos, o comitê é colocado como um marco da campanha, que presentifica o candidato para seus eleitores potenciais e inaugura um ponto de encontro para a própria campanha. Assim, o comitê funciona como uma “mancha”, que cobre e resignifica a cidade, geralmente de modo parcial, e enquanto durar as eleições³.

Na eleição que Odair Cunha disputou em 2010, muitas foram as cidades que receberam um comitê seu. Na maioria delas, o comitê possuía uma composição que era dupla, porque Odair Cunha, então candidato a deputado federal, compartilhava o espaço com algum candidato a deputado estadual, com quem fazia “dobradinha”. Estes comitês recebiam vasto material de campanha, não só dos candidatos, mas também dos candidatos ao Senado, Governador e Presidente, que faziam parte da coligação dos candidatos. A cada comitê inaugurado, um palanque era montado, e a cada retorno à cidade onde estava localizado, o comitê era visitado. São nesses momentos de inauguração dos comitês que perceberemos como os processos de focalização/transvalorização e nacionalização/paroquialização se fazem presentes. Vejamos alguns exemplos.

Uma das inaugurações de comitê ocorreu em Pouso Alegre, no dia 31 de Julho (sábado). Nesse evento, mais de cem pessoas puderam ver e ouvir Odair Cunha e seus correligionários falarem sobre os motivos de se votar no candidato. Várias personalidades

³ O conceito de mancha que utilizo aqui se aproxima daquele utilizado por Magnani. Este definiu mancha como “áreas contíguas do espaço urbano, dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam, competindo ou complementando-se, uma atividade ou prática predominante” (Magnani, 2002: 178).

regionais participaram da inauguração, como o deputado federal Virgílio Guimarães, o prefeito de Pouso Alegre, Agnaldo Perugini, o prefeito de Heliódora, Cilinho, o prefeito de Carvalhópolis, Gilsão, o diretor de Gestão Corporativa de Furnas, Luís Fernando Paroli, o chefe de gabinete de Odair, Sebastião Milanez, e os candidatos a deputado estadual, Ulysses Gomes e Dulcinéia, além de vereadores e secretários municipais⁴. A presença deles foi lembrada pela pessoa que fazia às vezes de “mestre de cerimônia”, mas nem todos ganharam a palavra. A inauguração teve início com uma oração realizada pelo prefeito de Pouso Alegre, que pediu pelo sucesso do candidato, instaurando um rápido momento de louvor e agradecimento. Finda a oração, a palavra é passada a Virgílio Guimarães, que fala de Odair Cunha enquanto parlamentar:

Sou seu amigo e seu admirador, você é um exemplo de dedicação, solidariedade e firmeza. Está sempre aberto, recebendo os prefeitos e as lideranças aqui da região. Você é um parlamentar muito capaz, assumiu relatorias difíceis, e assume posições necessárias na comissão e no plenário. Como Terceiro-Secretário⁵ demonstra coragem e determinação para assumir medidas necessárias para valorização da casa.

Logo após o término da fala do deputado federal, Agnaldo Perugini ganha novamente a palavra:

Nós temos razões para agradecer. A realidade de Pouso Alegre está sendo mudada, principalmente, das classes mais pobres. Odair apostou no nosso projeto, e hoje nossa cidade pode dizer que Odair Cunha é um deputado que faz a diferença.

Odair Cunha, como última fala da noite, agradeceu a presença de todos, falando que suas ações como parlamentar são reflexos de um mandato que julgava como sendo participativo.

Nós precisamos continuar mudando a história de Pouso Alegre, assim como do Sul e Sudoeste de Minas. Ainda há muito para se fazer. A nossa reeleição está nas mãos de cada um, o sucesso do nosso mandato se dá pela coletividade, juntos temos feito a diferença na nossa região.

⁴ Ignorei as filiações partidárias desses personagens por conta de seu não uso quando da nomeação dos presentes pelo “mestre de cerimônias”. Pelo que pude me informar, a maioria deles era filiada ao PT. O vínculo partidário, em algumas ocasiões, parece se constituir como um mero detalhe, recaindo a ênfase mais sobre a pessoa do político. Essa ênfase na pessoa do político é amplamente abordada no livro de Chaves (2003).

⁵ Odair Cunha tinha essa função do Congresso Nacional quando concorria à reeleição, em 2010.

Com esta fala a inauguração é encerrada. O candidato, após ser ovacionado, direciona-se aos presentes, cumprimenta alguns e conversa com outros. Enquanto esse processo se dava, muitas pessoas comentavam sobre Odair Cunha e coisas que ele teria feito por uma ou outra cidade, bem como comentavam coisas ditas nos discursos, sempre em uma toada positiva.

Nessa inauguração, a focalização/transvaloração se mostra no contingente de pessoas que ali se uniram, em comunidade, para prestigiar e reconhecer o lugar de Odair Cunha na cidade de Pouso Alegre. A oração do prefeito da cidade mostra a unidade em torno de seu nome e a canalização de forças a favor de sua reeleição, fato que se prova pelo pedido de interseção religiosa pelo deputado, que ganhou eco entre os presentes. A fala de Virgílio Guimarães acentua o sucesso de Odair Cunha pela sua capacidade e empenho em resolver questões ligadas ao Sul de Minas Gerais. Essa posição coloca Odair Cunha dentro de um ciclo de compromisso local, que inclusive ganhou lugar na fala de Agnaldo Perugini. Nessa perspectiva, Odair Cunha só é um bom deputado porque representa as necessidades de sua região. A fala do candidato se mostra em continuidade com essa temática, já que sela o seu compromisso na luta pela mudança da região.

Ainda nessa inauguração do comitê, as falas colocam em evidência alguns efeitos que podem ser considerados como nacionalização/paroquialização. Virgílio Guimarães mostra Odair Cunha como parte de uma estrutura de poder que demanda capacidade técnica, ao mesmo tempo em que deixa entrever que as ações do candidato na Câmara têm servido para uma valorização desta. Tal colocação serve para levar de “de cima para baixo” e “do centro para a perifeira” uma concepção de política que não se resume a resolver os problemas das cidades que o candidato representa. Assim, Virgílio Guimarães dissemina uma visão técnica e ética que, de certa forma, entra na consciência dos presentes e que poderia servir como recurso de justificação do próprio voto, para além de uma dimensão clientelista. Essa dimensão se torna possível por alguns comentários que ouvi ao final do evento, que levavam em conta os elementos salientados por Virgílio Guimarães.

Outra inauguração aconteceu no dia 13 de Agosto (sexta-feira), na cidade de Campos Gerais, ato presenciado por dezenas de pessoas. Nesse evento, Odair Cunha e o candidato a deputado estadual Professor Dimas (PT), não só discursaram como ouviram falas favoráveis vindas do presidente do PT local, Vicente, e de um vereador daquela cidade, Lázaro. Logo após chegarem ao comitê, junto com os políticos citados, Odair Cunha e Professor Dimas

abraçaram e conversaram com as pessoas presentes. Na sequência, um palanque é improvisado, no qual os candidatos e alguns de seus correligionários, dentre eles o presidente do PT e o vereador, tomam a palavra e discursam para o público presente. O primeiro a falar é Vicente, que, dirigindo-se para Odair Cunha, procurou justificar os motivos pelos quais acredita que todos deveriam lutar pela sua reeleição:

Você nos impressiona pela coragem e simplicidade, nós temos a missão de reelegê-lo e com isso levantar a bandeira da igualdade, da justiça e da fraternidade.

Na sequência é o vereador Lázaro que ganha a palavra:

Odair é um grande parceiro de Campos Gerais, fez casas populares e duas quadras poliesportivas. Vamos reeleger o deputado Odair Cunha, pois nós precisamos dele.

Após aplausos e murmúrios, que se iniciavam ao final de cada fala, é o Professor Dimas que ganha a palavra, e, por ela, tenta enfatizar as vantagens de sua parceria com Odair Cunha, e deles com a comunidade:

Parceria só se faz coletivamente, de braços e mãos dadas. Juntos temos mais vontade e motivação para realizar os sonhos e melhor desempenho pelas causas públicas. Junto com o deputado Odair faremos muito mais pela nossa cidade e nossa região.

Por fim, Odair Cunha assume o microfone e fala ao público presente:

Ninguém é candidato de si só, somos candidatos de um projeto. E vocês me motivam a buscar a reeleição, pois são a resposta que preciso para ver que ainda temos muito a fazer. Tivemos inúmeras ações nestes dois mandatos, mas hoje temos mais experiência, podemos ir mais longe e crescer mais.

[...]

Podem ter a certeza de que não faltará suor e comprometimento de minha parte e da parte do Professor Dimas.

[...]

Nos últimos 8 anos nós crescemos produzindo inclusão social, 24 milhões de pessoas saíram da miséria. Tudo isso vem [ao] encontro com que o presidente Lula disse na posse do seu 2º mandato, que três verbos regeriam o seu governo: Acelerar, crescer e incluir. Nós temos um Governo que olha para aqueles que mais precisam, e agora temos a oportunidade de dar continuidade a este processo com a eleição de Dilma.

Em vários momentos da inauguração do comitê os efeitos perifeira para o centro e baixo para cima ganham seus contornos. A primeira fala de Odair Cunha só ganha sentido se vista como reflexo do apoio de uma parcela da população de Campos Gerais, como sinal do reconhecimento do seu trabalho. Este reconhecimento é personificado na fala de Lázaro, que exalta alguns feitos do deputado, possibilitando ao candidato fazer alusões, em seu próprio discurso, àquilo que realizara para a localidade em que o comitê estava sendo inaugurado. Já a fala do prefeito coloca Odair como um expoente de valores políticos universais e que por isso deve ser reeleito. A posse de tais valores estabelece, para o candidato, uma credibilidade que vai alçando-o a condição de representante dentro daquela cidade. Os valores colocados pelo prefeito fazem parte de um lugar comum da representação política e, por isso, sendo considerados como parte de alguém, serve como a base para sua projeção como representante.

Além disso, é possível visualizar um efeito inverso ao da focalização/transvalorização. De cima para baixo e do centro para a periferia se colocam a posição do candidato a deputado estadual e a do próprio Odair Cunha. O Professor Dimas aproveita a fala do prefeito e do vereador para se mostrar atrelado ao deputado federal, tentando mostrar não só que está com ele, mas que, por isso, pode fazer as mesmas coisas, porque são parecidos na ação de ajudar e promover a cidade. Odair Cunha, em sua segunda fala, tenta facilitar a penetração da candidatura do Professor Dimas, acenando para uma ação conjunta, tal como este último preconizou em sua fala. Por fim, Odair Cunha coloca em movimento o projeto macro político a que dizia pertencer, promovendo os feitos do governo federal e a necessidade de se progredir nesse caminho, através da eleição da presidenciável Dilma. Nesse momento, Odair Cunha tenta mostrar que os feitos ressaltados para a cidade são frutos de um macro projeto político, e cuja continuidade depende da manutenção do modelo político em vigor.

4.2.2 Caminhadas

As caminhadas se constituem em espaços de enunciação (Barreira, 1998), utilizadas como recurso por candidatos a cargos representativos como forma de se mostrarem e se fazerem presentes junto a determinadas localidades. Quando ocorrem, as caminhadas procuram percorrer trechos importantes da cidade, que não só servem como meio para o candidato encontrar com possíveis eleitores, e ser reconhecido como alguém que conhece a cidade, mas também como uma forma de valorizar o próprio espaço percorrido, que ganha valor por conta da presença física daquele. Por conta disso, ruas afamadas no imaginário local, monumentos e praças são os alvos preferenciais das caminhadas. Na medida em que é desenrolada, elas se convertem em “grandes cartazes ambulantes, à moda do panfleto ao vivo, cuja eficácia está na busca da atenção mínima à passagem do cortejo” (Barreira, 1998: 84). Apesar de uma participação caracteristicamente efêmera, caminhadas, enquanto ocorrem, são extremamente intensas performaticamente. Essas características, de acordo com Barreira (1998: 84), “não se efetivam em falas ordenadas, mas em cânticos e gestos que lembram procissões”, em que a participação do candidato é “acompanhada de *slogans* e manifestações de adesão que lembram congraçamentos coletivos”.

Embora seja uma estratégia comum em campanhas eleitorais, as caminhadas se destacam pela promoção do candidato enquanto alguém que se coloca para ser visto e, na efetividade de tal ato, como alguém que tem sua passagem pela cidade reconhecida e reverenciada. Isto se prova pelo misto de atividade e passividade que compõem os espectadores da caminhada, que independentemente da reação, estão não só a admirar aquele que passa, mas o motivando a caminhar, já que, quando olham, demonstram a eficácia do ato. Essa disposição vai justificar o fato de que as caminhadas se conformam a partir e através do candidato, porque ele não só se coloca como o protagonista da cena, mas também como ator, cujo ato só se faz admirado se fruto da atenção e interesse daqueles que se predispõe a vê-lo. Nesse processo, o interesse dos espectadores coloca em movimento o fato de que a candidatura é reconhecida ou passível de sê-la, fazendo da existência da caminhada uma relação de dependência entre o que quer ser visto e o que vai ser efetivamente visto.

Odair Cunha realiza várias caminhadas nas cidades do Sul de Minas Gerais, com correligionários, candidatos a deputado estadual e também com os candidatos ao Senado e ao Governo do Estado. Nesses eventos, partindo geralmente de seus comitês ou de pontos da cidade para depois culminar nos primeiros, procura ser visto e receber apoio dos transeuntes. Na medida em que vai andando e vendo sinalizações de apoio a seu favor aparecendo, Odair Cunha vai intensificando seu contato, conversando e abraçando as pessoas que encontrava ou que iam em sua direção para cumprimentá-lo. Quando caminhava com Fernando Pimentel

(PT), candidato ao Senado, e/ou Hélio Costa (PMDB), candidato ao Governo do Estado, esse processo se maximizava, aumentando com isso o público que, ao querer ver esses dois últimos candidatos, acabava vendo Odair Cunha e, de alguma forma, se aproximando dele.

Como exemplo, tomemos a caminhada de Odair Cunha com Hélio Costa na cidade de Alfenas, que se realizou no dia 29 de Julho (quinta-feira). Os candidatos aterrissaram com um pequeno jato na parte da manhã, no também pequeno aeroporto da cidade, de lá se direcionaram, de carro, até a Praça da Bandeira, na região central da cidade. Essa Praça é referenciada como sendo um lugar de intenso trânsito de pessoas, por abrigar o terminal de ônibus urbano da cidade. Além disso, suas dimensões permitem a distribuição de bancos e jardins, o que a converte em um lugar que pode ser facilmente apreciado e utilizado para o descanso por aqueles que passam por ela. Ademais, pode ser adicionado como referência desta Praça o fato de que à sua frente está o prédio que sediava a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA)⁶. Este prédio, que não é mais usado para fins educacionais, é patrimônio da cidade, mas pertencente à UNIFAL. Em frente do ponto de ônibus, situa-se o Mercado Municipal, e, do outro lado da Praça, uma padaria que é considerada, pelos alfenenses que conversei, como sendo a melhor da cidade, por conta da variedade e da infraestrutura. Odair Cunha e Hélio Costa chegaram nessa Praça e aí se somaram aos correligionários que os esperavam com bandeiras e adesivos nas roupas. Eles entrecortaram o lugar cumprimentando e conversando com transeuntes e pessoas que paravam para observá-los. Na medida em que a caminhada se desenvolvia, chamavam a atenção do público, que se avolumava para vê-los. Algumas pessoas comentavam quando observavam, falando dos candidatos, quem eles eram, o que representavam, o que eles faziam, mas também criticavam, desdenhavam seus comportamentos ou expressavam indiferença. De qualquer modo, a visibilidade buscada foi conquistada, o que se provava a cada passo dado por Odair Cunha e Hélio Costa.

A partir da Praça, os candidatos se direcionaram para o Mercado Municipal de Alfenas. O Mercado se configurava como um lugar de acesso a produtos rurais, principalmente frutas e verduras, mas também abrigava pequenos bares e lanchonetes, muitos deles especializados na fabricação de pastéis, produto que, segundo contam na cidade, é o mais consumido no lugar. Continuando a peregrinação, parando, cumprimentando e abraçando as pessoas com quem encontravam ou paravam para lhes dirigirem a atenção, os candidatos adentraram o Mercado, causando curiosidade dos feirantes, donos de bares e

⁶ A referida EFOA é, desde meados dos anos 2000, a Universidade Federal de Alfenas, cujos cursos funcionam em outros prédios na cidade de Alfenas.

lanchonetes e dos seus fregueses, que espiavam com curiosidade a presença dos dois e de seus correligionários no interior do Mercado. Entre uma conversa e outra, uma aperto de mão e um “tapinha nas costas”, os candidatos a deputado federal e a governador pararam em uma das lanchonetes para provarem os pastéis, certamente sabiam da fama deste. Do Mercado eles continuaram a caminhada até outra Praça, de nome Getúlio Vargas, que fica a aproximadamente quatro quadras do Mercado. O trajeto foi feito por uma rua movimentada, que concentrava estabelecimentos comerciais, de onde as pessoas saíam para ver o acontecimento. Sem cessar de parar para se aproximar de potenciais eleitores, a caminhada continuou até chegar a Praça Getúlio Vargas, onde os candidatos aproveitaram para fazer discursos em uma “concha acústica”, que já estava preparada para tal atividade. Após os discursos, eles se dirigiram para o comitê de Odair Cunha, que ficava em uma rua próxima dessa última Praça, e de lá partiram para outras atividades de campanha na região.

Ao escolherem começar a caminhada pela Praça da Bandeira, Odair Cunha e Hélio Costa penetraram em uma parte central da cidade, já que ela é ponto de passagem para quem precisa vir ao centro da cidade. Suas candidaturas, nesse sentido, atuaram de cima para baixo e do centro para periferia usando um ponto nevrálgico da cidade como mediador. Através deste puderam ser vistos por pessoas vindas de vários lugares da cidade, facilitando a proliferação da notícia da presença deles, e, também pela Praça, tiveram acesso a outros lugares da cidade. A partir de cada pedaço da cidade, procuravam se fazer notados, marcando suas posições de candidatos que querem entrar em contato com eleitores em potencial. A cada passo, o eleitor podia identificar os personagens, sobretudo Hélio, cuja figura era mais facilmente reconhecida por suas tentativas de eleição ao Governo do Estado e pelo fato de ser senador. Aqueles que cumprimentam Hélio Costa, em seguida veem a mão estendida de Odair Cunha, para que possam apertar. Muitos atos do primeiro acabam sendo repetidos pelo segundo. Por conta disso, Odair Cunha usa a notoriedade de Hélio Costa para também se fazer reconhecido. Algumas pessoas com quem encontravam sabiam quem era Odair Cunha e lhe faziam reverência. Contudo, é certo afirmar que este candidato fez da sua presença ao lado do senador uma forma de se fazer mais visível.

Por outro lado, a peregrinação dos candidatos, em meio à multidão, dá indícios de um processo significativo do tipo de baixo para cima e da periferia para o centro. Ao iniciarem a caminhada, a partir de um ponto central de Alfenas, os candidatos não só estariam reconhecendo o lugar como importante, mas também sendo reconhecidos como pessoas que conhecem o lugar e sabem seu significado. Isso faria com que se confundissem com a própria atividade da Praça, fazendo legítimas suas projeções na cidade a partir dela, já que

conformada como porta de entrada e saída de pessoas e suas trajetórias. Assim, é a Praça que faz com que eles sejam vistos, diante da importância que ela ocupa na vida alfenense. Tal projeção se acentua no mercado, se comportando ali como qualquer pessoa do lugar, quando param para comer um pastel, o que vai reforçando a intimidade dos candidatos com a cidade e abrindo para eles o caminho da visibilidade. É significativo o fato de negligenciarem a Padaria, do outro lado da Praça, como caminho, dirigindo-se para o local em que a aglutinação de pessoas é muito maior. Fazer o que a maioria das pessoas faz naquele pedaço da cidade reduz a distância entre candidatos e eleitores, justificado nos trajetos por pontos que são de conhecimento e uso comum. Ao invés de marcarem uma diferenciação com o público, os candidatos vão atrás da equalização. Aqui, parece que as pessoas veem os candidatos porque eles se comportam, num certo sentido, como elas, fazendo da caminhada deles na cidade algo marcado pela familiaridade, permitindo as aproximações. Se não fosse essa familiaridade, talvez não galgassem tamanha afamação nas ruas por onde caminharam.

4.2.3 Comícios

Os comícios são recursos amplamente utilizados no período eleitoral, configurando-se como um adereço obrigatório para a consecução da performance política dos candidatos. Sua realização implica em uma maneira de marcar força, agregando em torno do candidato uma multidão que dará significado para o acontecimento, já que dispensam ao palanque uma atenção especial, reagindo a ele com aplausos, gritos, palavras de ordem e murmúrios. Por outro lado, apoiadores renomados comporão o palanque e vão avalizar a candidatura como detentora de legitimidade em falar pela comunidade, já que aqueles que estão no palanque representam a voz local e, portanto, tem capacidade para selar compromissos com terceiros. Nessa acepção, o lugar que recebe um comício ganha “uma posição de centro” (Palmeira & Heredia, 2010: 32), um centro em que gravitam princípios e posicionamentos que podem servir para orientar a candidatura, fazendo com que essa agregue lógicas locais e assumam compromissos com ela.

Quando ganha corpo, um comício vai se mostrando como um espaço no qual uma hierarquia ganha evidência⁷. Não há diálogo nas colocações dos falantes, apenas reação àquilo

⁷ Conforme as análises de Palmeira & Heredia (2010), os comícios marcam uma separação entre dois públicos, o dos políticos e o dos ouvintes. Diferentemente das reuniões, em que são os candidatos que escutam reclamações,

que eles falam, cujo êxito vai depender da forma como o público lida com as indagações ouvidas. Cada aplauso ou murmúrio pode servir como termômetro para o sucesso da fala empreendida. Com exceção do apresentador, todos aqueles que estão no palanque, ou que ganharão voz nele, são assimilados como detentores de uma atividade política, legitimando o ato de falar ao público presente. Na medida em que vão assumindo a palavra, os oradores elaboram um discurso que ajuda a dar significado ao ato final a que se pretende o comício. Se o comício é para dar apoio a um candidato, os oradores fazem discursos contando os feitos do candidato, mostrando a vantagem de todos se manterem empenhados em elegê-lo. Quando o candidato assume a fala, sempre ao final do evento, procura assumir, diante do público, um conjunto de promessas e compromissos que venham a dar continuidade ao clima de aliança propiciado pelas falas que o antecedeu.

Por conta disso, os comícios colocam em evidência “uma espécie de jogo público entre mostrar-se (ao público) e reconhecer-se (nos que falam)” (Palmeira & Heredia, 2010: 50). Essas duas dimensões são associadas quando passamos a pensar que o candidato só se mostra porque sabe que é reconhecido e só é reconhecido porque deseja se colocar a mostra. Para além de um mero jogo de palavras, esta disposição coloca em movimento a intimidade que existe entre palanque e público, que não se configuram como instâncias separadas, mas em relação constante, já que uma é dependente da outra. É por isso que é correta a afirmação de que “os comícios se tornam elementos de uma tessitura de relações que passa englobar a campanha” (Palmeira & Heredia, 2010: 65). Nesse sentido, os comícios se caracterizariam como *locus* do receptáculo de demandas, que se encerrariam na fala do candidato que as assume. No caso de Odair Cunha, seus comícios reforçam essas assertivas, e é por meio deles que Odair não só conseguirá disseminar sua candidatura, como também torná-la fruto daquilo que seus apoiadores e o público que o acompanha desejam.

O comício realizado na cidade de Boa Esperança⁸, realizado na noite do dia 13 de Agosto (sexta-feira), pode servir como ilustração. Na ocasião, Odair Cunha se mostrou para centenas de pessoas, cujo volume ocupou grande parte de uma avenida da cidade. Na ocasião, o comício foi realizado em cima de uma caminhonete *pick-up*, que foi adaptada para o evento com caixas de som e microfones. Ao lado da camionete, foi projetado um telão, pelo qual os presentes puderam ver a exibição de um vídeo institucional de Odair Cunha, em que ele apresentava as obras que viabilizou para Boa Esperança. Por conta do espaço, a aglomeração

reagindo com respostas, nos comícios são os candidatos que falam, restando ao público a tarefa de reagir dentro de um plano cultural, no qual só não lhes é permitido o uso do recurso verbal direto no palanque.

⁸ Odair Cunha foi criado nessa cidade durante quase duas décadas e foi nela que iniciou sua militância política.

de políticos aguardava o momento para falar no o palanque, que se localizava ao lado da *pick-up*. Entre os presentes estavam a candidata a deputado estadual, Geisa Teixeira, os prefeitos de Boa Esperança (Jair Alves) e de Varginha (Eduardo Carvalho), os vereadores de Boa Esperança (Tatão e Juarez), o presidente da Câmara de vereadores local (Divino Costa), o vereador de Varginha (Rogério Bueno) e secretários de Governo das prefeituras da região, e foram referenciados.

Em momento oportuno, o prefeito da cidade de Boa Esperança, Jair Alves, subiu no palco adaptado e discursou.

O deputado Odair trabalha incansavelmente para o Sul de Minas, temos a obrigação de elegê-lo. É um deputado que olha para as classes menos favorecidas e está sempre em sintonia com o presidente Lula. Juntos com Odair, na nossa administração, vamos assumir todos os compromissos que assumimos. Nós podemos e queremos mais.

Em seguida o prefeito de Varginha subiu na *pick-up* para falar.

O que Odair fez por Boa Esperança fez também por Varginha. O deputado Odair é sinônimo de desenvolvimento para o Sul de Minas.

Em seu discurso, Odair Cunha agradeceu a todos os presentes e firmou a importância da continuidade de seu projeto:

Desenvolvemos hoje um trabalho que vai além das nossas expectativas. Este número 13, que elegeu o prefeito Jair, o prefeito Eduardo Carvalho, e tantas outras lideranças, queremos que se repita neste lugar. O nosso projeto é consistente e precisa continuar. Honramos cada voto que nos foi confiado, podemos andar de cabeça erguida e dizer que fazemos a diferença por onde passamos.

Na sequência, Odair falou também da importância de eleger Geisa Teixeira para a Assembleia Legislativa:

O que estamos fazendo em Boa Esperança e no Sul e Sudoeste de Minas, quero que se repita a nível estadual, com Geisa Teixeira. Precisamos de um representante na Assembleia Legislativa, deputado federal e deputada estadual trabalhando juntos.

Nesse comício, Odair Cunha tem a vantagem de ser conhecido como alguém que é parte da cidade, já que foi criado nela⁹. Essa situação favorece seu reconhecimento, que se soma à credibilidade diante daquilo que conseguiu por Boa Esperança, e que é exibido em um telão e passível de ser reconhecido por todos que são do lugar. Nesse caso, Odair Cunha acaba sendo legitimado não por si mesmo, mas por aquilo que ele fez pela cidade, desde que isto seja reconhecido pelo público presente. Se, por um lado, a intenção do telão é mostrar a atividade do candidato, por outro, ele também torna possível que o público no comício dimensione o cuidado e compromisso que Odair Cunha tem com a cidade. É essa conduta que, certamente, espera-se de alguém que é do lugar, convertendo-o como representante que não foge da tarefa de trazer melhorias para sua localidade de origem. Nesse sentido, as obras mostradas são uma extensão de seu compromisso, estabelecido com a cidade, e não necessariamente uma forma de capital político visando agregação e/ou manutenção de votos. Esse efeito focalização/paroquialização se mantém nas falas dos prefeitos, que enfatizam que Odair Cunha é um canalizador de vantagens e, por isso, tem o crédito e a confiança deles. Quando os prefeitos falam, falam em nome das suas cidades, colocando Odair Cunha em uma situação que culmina um fluxo de demandas cumpridas e expectativas que podem vir a ser realizadas. Diante disso, Odair Cunha assume que, de fato, é capaz de fazer aquilo que esperam dele, o que transparece em sua fala inicial. Já que tudo leva à crença em sua capacidade de realizar projetos e viabilizar recursos, que todos veem no telão, e que é reforçado nas falas dos prefeitos, o candidato não poupa esforços em se vangloriar, mostrando-se como o baluarte das necessidades dos presentes.

Entretanto, o comportamento de Odair Cunha não deixa de operar em uma lógica de nacionalização/paroquialização, na qual sua própria conduta de se mostrar como um político que fala e faz pode ser diluída em um imaginário que aceita e reconhece que uma promessa feita deve ser uma promessa prontamente cumprida. É do palanque que esta situação se prolifera, ganhando eco entre os presentes, que certamente vão comentar com pessoas ausentes no comício aquilo que ali se passou e o que Odair Cunha mostrou ser capaz de fazer pela cidade, diante daquilo que provou já ter feito. Isso se prova pelos comentários que se pôde ouvir ao final do comício, que talvez tenham virado “notícia do dia” na manhã seguinte. Além desse cenário, Odair Cunha aproveita seu reconhecimento e credibilidade emergentes para tentar favorecer a candidatura de Geisa Teixeira para deputado estadual. Cola a imagem

⁹ Segundo sua acessoria, Odair Cunha nasceu em Piedade, interior do Estado de São Paulo, mas viveu sua infância e adolescência em Boa Esperança. O candidato ainda viveu em Varginha, onde estudou, e em Três Corações, onde participou da Comunidade Carismática Magnificat, e em 2010 residia em Pouso Alegre.

desta à imagem dele, afirmando que a candidata será tão presente quanto ele no trabalho de melhorar a região.

Outro exemplo de comício é o realizado em Nova Resende. Sob um palanque, montado na praça central da cidade, na noite do dia 27 de Setembro, segunda feira, Odair Cunha, junto com o candidato a deputado estadual Emidinho Madeira, foram ouvidos por dezenas de pessoas, algumas das quais acenando bandeiras com os nomes dos candidatos. Ao lado dos candidatos, somavam-se outras personalidades políticas, como o prefeito Ronei, de Nova Resende, o vice-prefeito Celson, o prefeito Roberto Luciano, de Guaxupé, Claudinei, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais e os vereadores Geraldo, Jorge, Lazinho e Tid Carreiro, todos de Nova Resende. Após um momento no qual músicas ligadas a campanha eram tocadas e murmúrios entre os presentes eram ouvidos, as falas começam a ganhar espaço. Todas as falas que antecederam os discursos dos candidatos se constituíam em falar das atividades realizadas por Odair Cunha na região e da vantagem em reelegê-lo, e eleger o candidato a deputado estadual.

Temos as portas abertas nos Ministérios. Tudo isso graças ao Odair, que é um dos parlamentares mais importantes e mais influentes do nosso país (Ronei, prefeito de Nova Resende).

Com o caráter e a disposição de Emidinho e Odair, Nova Resende, Guaxupé e Minas Gerais só tem a ganhar (Roberto, prefeito de Guaxupé).

Quando a fala passa para Emidinho Madeira, ele procura elogiar Odair Cunha e apontar suas próprias prioridades se for eleito.

Ele [Odair Cunha] transformou nossa cidade. Sempre nos tratou como irmãos e sempre trouxe diversos recursos para Nova Resende. Odair é um homem transparente e da verdade, é fácil falar dele.

[...]

Temos carência de deputados estaduais que olhem para o setor agrícola. Vou lá “pra cima” para lutar e honrar cada voto. Vou trabalhar pelos produtores rurais e pela saúde de todos os moradores.

Em meio a aplausos, por conta da fala do candidato a deputado estadual, Odair Cunha assume a palavra e discursa, enfatizando seu compromisso político de ajudar Nova Resende. Além disso, aproveita para pedir apoio para Emidinho Madeira.

Ele tem sua história e serviço pautados no cidadão. Com sua eleição, Nova Resende terá um parceiro importante. Com Emidinho na Assembléia de Minas faremos muito mais.

Findada a fala de Odair Cunha, as músicas de campanha ganham lugar, enquanto os presentes se dispersam. Os políticos presentes descem do palanque e cumprimentam os cidadãos que a eles se dirigiam.

Nesse comício, Odair Cunha tem sua ação referenciada pelos prefeitos, fazendo dele um representante das cidades deles, pois atrelado a seus interesses e necessidades. A plateia sente-se representada na voz dos oradores e acaba dando indícios disso, aplaudindo e/ou acenando bandeiras. Tal cenário indica que o comício em Nova Resende gerou um efeito de baixo para cima e da periferia para o centro, já que a candidatura de Odair Cunha sai fortalecida, pelo reconhecimento, como fruto de um desejo coletivo. Nesse comício, Odair Cunha não procurou contar seus feitos, já que os participantes do palanque o faziam por ele, restando ao candidato dizer que está atento às demandas e que vai continuar trabalhando pela cidade e região.

Já parte da fala de Emidinho Almeida opera em uma lógica distinta, dentro do efeito de cima para baixo e do centro para periferia. O candidato a deputado estadual aproveita a afamação de Odair Cunha, propalado pelos prefeitos, e acentuado pela reação positiva do público presente, para se atrelar ao candidato a deputado federal. Faz isso elogiando Odair Cunha, que em sua fala, feita na sequência, reverencia o trabalho de Emidinho Almeida, dizendo que sua presença no meio político vai se converter em uma parceria importante que pode trazer mais vantagens para a cidade e região. Se o candidato se compromete em fazer melhorias na cidade, o apoio de Odair Cunha vai dar a ele legitimidade e credibilidade junto ao público presente no comício, provando que suas promessas não se dariam no limbo, pois passíveis de ganharem a ajuda de alguém que já estava sendo reconhecido como capaz de fazer cumprir promessas estabelecidas.

4.2.4 Participação em cultos religiosos

Durante o período eleitoral, a frequência em cultos religiosos costuma ser uma constante entre candidatos políticos que, por seu vínculo com alguma igreja ou comunidade, aproveita o momento para estreitar vínculos ou pelo menos não desfazê-los. É também um momento em que a aproximação com lideranças e leigos renomados de uma organização religiosa é efetuada por candidatos que querem usufruir do carisma destes personagens. Essa atitude visa, através de lideranças e leigos, aproximar-se de fiéis que, por influência desses, possam assimilar a candidatura e optar por seu nome na hora de votar. Entretanto, o sucesso desta empreitada não se constitui por um cálculo simples, em que a aproximação basta na hora de conseguir votos. A aproximação às igrejas e comunidades na época das eleições é extremamente tensa. Isto se aplica, a meu ver, tanto para candidatos cuja intimidade com a organização religiosa já é conhecida, como para aqueles que o laço com esta organização ainda está em processo de fabricação.

Quando se aproximam de igrejas e comunidades, o candidato pode ser visto como alguém que quer usufruir da organização religiosa apenas para seus interesses políticos pessoais, oferecendo em troca algum benefício ou favorecimento. Isso geraria um cenário de desconfiança, ainda mais quando o candidato se mostrar como alguém que assume, intransigentemente, os valores religiosos com os quais flerta. Desse modo, o efeito gerado por parte do candidato é reverso, já que seu esforço para ser assimilado acaba sendo pautado pela suspeita e/ou desconsideração. Quando rejeitado, o candidato parece sofrer o impacto de um “efeito fariseu”. De acordo com Pierucci (2001: 12), tal efeito se dá na medida em que um candidato produz “uma simulação de si como alguém ‘mais santo’ que o outro”. Agir dessa maneira acaba levando a uma autoinolucção daquele que assim se revela, gerando uma situação de inconveniência diante do uso que se faz da religião. Isto é percebido, diga-se de passagem, a partir do próprio segmento religioso, que rechaça o abuso. Nesse caso, apercebido “que sua fé está sendo exageradamente cortejada para satisfazer a interesses meramente eleitorais daquele que o bajula como um bom cristão, só que em busca de benefícios próprios nem de longe religiosos”, o homem religioso responde com a sua rejeição (Pierucci, 2011: 13).

Para que tenha êxito, ou pelo menos para reduzir a possibilidade de rejeição imediata, o candidato encontrará na prudência, em sua relação com igrejas e comunidades, a solução. Essa prudência implica na busca pela aceitação a partir de uma postura de boa vontade com os valores defendidos pela média dos fiéis, mais do que sua pronta defesa intransigente. Esses valores costumam ser reinventados na relação do candidato diante da organização religiosa, que opera trocas de sentido entre valores religiosos e ações cívicas. Quando isso se dá, não é

só o candidato que consegue ganhar inteligibilidade religiosa, mas a própria religião que passa a ganhar inteligibilidade política. Essa sensação de *continuum* tende a reduzir as tensões e facilitar a aceitação. Odair Cunha se situa dentro desta perspectiva, não só quando vai a encontros do catolicismo carismático e missas católicas, mas também de outras igrejas e comunidades religiosas cristãs. Se tal ação não lhe rendeu votos, é certo que ela minimizou atritos que poderiam despontar no seu contato com o segmento religioso, que poderia ver sua presença como estranha e eleitoreira, tornando a aceitação possível de ser consumada.

A relação de Odair Cunha com a RCC não cessa no período eleitoral. Sua participação em encontros do catolicismo carismático se dá em paralelo às atividades de campanhas nas cidades sul-mineiras. Uma dessas participações acontece na cidade de Varginha, no dia 15 de Agosto (domingo), onde o candidato participou do encontro do Ministério Fé e Política da RCC local, no qual atuou na condição de pregador. O encontro foi realizado na parte da manhã e contou com a presença de dezenas de pessoas, destacando-se dentre elas coordenadores do catolicismo carismático e vereadores da região. O início do evento se deu com a fala de uma coordenadora do Ministério Fé e Política local, que enfatizou a importância do ministério na ação política, cuja atividade estaria permitindo “levar o Evangelho para muitos lugares”. Nesse fala, a palavra Evangelho foi usada de modo genérico, ora fazendo menção a questões ligadas a uma missão religiosa, de levar a “palavra de Deus”, ora a questões ligadas ao amor e compromisso com o próximo.

Após essa fala, como todos os eventos da RCC, orações em vários tons ganhavam lugar, produzindo um coro que variava do uníssono ao polifônico¹⁰. Antes de cada pregação, que aos poucos se realizavam, um pedido de interseção a favor do pregador era proferida. Quando anunciado o nome de Odair Cunha como pregador, o processo não foi diferente. Dois coordenadores do movimento colocaram suas mãos sobre a cabeça de Odair Cunha, que estava de joelhos, em frente aos presentes, pedindo que “a luz do Espírito Santo” iluminasse sua pregação. Esse pedido ganhou o reforço dos demais presentes, que também pediram pelo candidato com orações e súplicas. Odair Cunha assume a fala e procura enfatizar a importância que a política tem na resolução dos problemas sociais. Ele faz uma menção a uma carta encíclica de Bento XVI, cujo tema, disse, trata da “verdade da caridade”. Nesse momento, conforme explanou o candidato, a caridade “não é um sentimento de dó, mas sim uma motivação vinda do próprio Deus”. Depois disso, pregou da seguinte forma:

¹⁰ A dissertação de Silveira (2000) apresenta um panorama sobre a estrutura dos eventos do catolicismo carismático.

Jesus questionou as estruturas de seu tempo, e sempre buscou uma sociedade mais justa e fraterna. Nós somos chamados a buscar também uma sociedade mais humana. É preciso questionar as estruturas, e com isso, eu fico mais motivado ainda a ocupar este espaço de missão que o Senhor me confiou.

Quando se direciona para o fim de sua pregação, Odair Cunha cita uma fase que computa ao Papa Paulo VI, que dizia: “se a solidariedade humana é capaz de aliviar a fome do pobre, a política é capaz de eliminar as causas da pobreza”. Com isso, agradece a Deus pela inspiração, conduz um momento de oração e passa a palavra para os coordenadores do evento.

A postura de Odair Cunha bem pode significar um processo de nacionalização/paroquialização ao utilizar um evento do Ministério Fé e Política para se fazer presente junto à comunidade carismática. Através da função de pregador, o candidato se coloca como portador de uma missão política, além de se apresentar como alguém em continuidade com os valores ligados ao Evangelho e suas interpretações papais. Ademais, alguns trechos da fala de Odair Cunha colocam a política como lugar de ação evangélica, no sentido de buscar uma sociedade marcada pela justiça e pela fraternidade. Ao fazer isso, atinge as bases, que também estariam inclinadas a um comportamento condizente com o evangelho e que, por isso, lutariam pelo questionamento das estruturas vigentes, podendo encontrar em Odair Cunha a personificação desses desejos, levando-os a votar no candidato.

Entretanto, se sua presença ali, em época de eleição, poderia parecer eleitoreira e interesseira, o fato de ser apresentado como um pregador minimiza a tensão e o efeito fariseu passível de gerar impacto no seu comportamento diante da comunidade carismática. O pregador, nesses momentos de encontro religioso, tem sua pessoa anulada, já que será o Espírito Santo que falará através dela. A oração feita pelos coordenadores e pelos demais presentes prova esta disposição. Desse modo, o pregador tem sua presença ali e ato legitimados, convertendo-o em alguém que fala pela comunidade. Assim, o processo de focalização/transvalorização ganha espaço. Odair Cunha fala uma língua inteligível na comunidade, colocando sua ação política mais como uma missão dada do que uma ação desejada. Logo, antes que uma vontade sua, aquilo que ele faz é uma vontade de Deus. Nesse caso, o candidato não estaria fugindo do chamado, mas se empenhando a realizá-lo em seu máximo. Mas não só estaria operando dentro de uma linha unicamente revelada divinamente. Sua ação também se projeta pela ligação com a Igreja Católica, expressa nas citações dos papas e de suas falas. Tal atitude coloca Odair Cunha dentro de um cenário de pertencimento católico igualmente compartilhado pelos presentes, convertendo-o em mais um deles, que

reconhecesse a importância daquilo que a Igreja Católica, através de suas lideranças, fala sobre a realidade e a interferência nela por parte do fiel.

4.5 A JUSTIFICAÇÃO DO APOIO POLÍTICO

A produção da candidatura de Odair Cunha para a Câmara dos Deputados encontra nas propagandas e campanhas, nas ruas e nas mídias, um elemento importante para sua justificação enquanto proposta política viável. Ao lado do próprio candidato aparecem outras personagens que estão a demonstrar apoio a ele e a sua proposta. Demarcam, com sua presença, um pacto de confiança, falando, ao mesmo tempo, para e pelo segmento social a qual pertencem. Isso se dá virtualmente, fotografando-se ao lado do candidato ou aparecendo em alguma propaganda filmada ou gravada em defesa dele, ou presencialmente, andando com ele nas ruas e no interior de determinado agrupamento ou compondo o palanque dos comícios com ele. Quando se colocam a falar, falam daquilo que o candidato fez e/ou poderá fazer pelo segmento da qual o apoiador pertence. A razão desse comportamento está na necessidade da candidatura política de se fazer razoável o suficiente para ser escolhida como a preferida dos eleitores, sendo a adesão de apoios a melhor forma de se fazer ouvida, pela visibilidade que isso acarreta.

Ao que parece, somar em favor do candidato nomes de referência serve para dar a ele plausibilidade, tornando a candidatura viável diante de determinados segmentos. Os apoios encontrados em relação à candidatura de Odair Cunha se desdobraram em pelo menos quatro direções: clérigos ligados ao catolicismo carismático; coordenadores de setores do movimento carismático mineiro; políticos e lideranças de expressão nacional; políticos e lideranças de expressão regional. Nesse sentido, quanto mais qualificado o apoio conseguido, maior a chance de ganhar projeção e sucesso dentro do segmento no qual pretende se inserir. Sem o reconhecimento daqueles nomes de referência, a eleição ao cargo pretendido parece ficar cada vez mais distante. Por isso que esses apoios afloram durante as eleições e acabam sendo utilizados pelo candidato enquanto um recurso para produzir adesão. Dentro dos segmentos, o candidato tem disponibilizado para si uma constelação de declarações, cuja visualização é perceptível em suas propagandas nas ruas e na internet, bem como dentro dos próprios espaços a que pertenciam os declarantes.

A conquista de adesões, buscada por candidaturas a cargos políticos, são produzidas por causa da própria ação do candidato na época da política (Palmeira & Heredia, 2006: 48). Fazer isto é importante pelo fato de que “na hora de votar, as pessoas acompanham a facção a que pertencem ou em quem votam as pessoas com quem tem compromissos (com que estão comprometidas e/ou com que se sentem comprometidas)” (Palmeira & Heredia, 2006: 48). Nesse contexto, os vínculos estabelecidos são a prova de que o candidato está no caminho certo, uma vez que estes vínculos, sobretudo com aquelas pessoas destacadas, dão um indício de que ele está em condição de ser aceito por parte do eleitorado do segmento com o qual flerta. Isso se deve ao fato de que o eleitor, segundo Max Weber (1974: 73), “procura o nome do notável que lhe seja familiar [, pois] desconfia do homem que lhe é desconhecido”. Conhecendo-o, “a ele se apega firmemente”.

Diante desse cenário, composto por pessoas destacadas que se colocam em favor da candidatura, é plausível considerar a tese do efeito que eles podem vir a ter dentro de um processo eleitoral. As pessoas destacadas exercem influência sobre outras dentro dos segmentos sociais a que pertencem. Nessa direção, Gabriel Tarde (19???: 247) sinalizava para a existência de uma “irradiação dos exemplos de cima para baixo”, levando as pessoas a considerarem a opinião daquelas que costumam ter como as mais destacadas de seu meio ou que, pela posição que estas possuem, acabavam exercendo uma força persuasiva irresistível sobre as demais. Born Thomassen & Arpad Szokolczai (2011: 53) pensam que tais personagens têm “a capacidade de criar objetos de contestação e agitar o público de forma incontrolável”. Tal processo ocorre no caso de Odair Cunha. Cada apoio é apresentado como portador de uma posição destacada dentro de cada meio em que o candidato deseja se fazer representante, na qual isso poderia passar a contar positivamente na medida em que conseguissem converter sua notoriedade em adesão para o candidato.

Por isso que quanto mais apoio um candidato consegue receber, maior a chance dele conseguir transferir para si a influência do apoio recebido. Nesse sentido, reconhecer quem é quem no conjunto de apoiadores de um candidato dá inteligibilidade para a dinâmica das redes sobre as quais a trama das candidaturas se desenvolve. Para Jeremy Boissevain (1987), existe um fluxo no estabelecimento de vínculos que podem formar alianças temporárias úteis. Para ele, “as relações interpessoais são estruturadas e influenciadas, no modo através do qual indivíduos – vistos como empreendedores sociais – procuram manipulá-las para atingir metas e resolver problemas, e na organização e dinamismo das coalizões que constroem para atingir seus fins” (Boissevain, 1987: 197). Essa prática exerceria algum tipo de impacto sobre as formas de promoção, ideologia e conflito que, no caso das eleições, aparece no momento em

que os vínculos somados podem possibilitar ou sugerir uma conduta ou movimento a ser executado.

As eleições inauguram para um candidato um tempo de tensão permanente, porque é necessário ganhar votos e por consequência tirá-los de alguém, e em que perder votos é dá-los a alguém, colocando em xeque as chances de eleição. Nesse sentido, é plausível pensar que as “as pessoas em conflito entre si ganhavam, não tanto porque estivessem certas, ou seja, porque apresentassem os argumentos moralmente mais fortes ou defendessem valores mais importantes que os seus oponentes, mas porque tinha acesso a aliados mais influentes capazes de exercer pressão sobre seus rivais e aliados” (Boissevain, 1987: 198-99). As eleições dependem desse jogo de alianças, na medida em que o candidato precisa dos outros, sendo-lhe “impossível satisfazer seus próprios interesses a não ser que leve as outras pessoas em consideração e, portanto, possa demonstrar que sua ação os beneficia de algum modo” (Boissevain, 1987: 200). Por isso, mostrarei as alianças estabelecidas de alguns segmentos com Odair Cunha.

4.5.1 Apoiadores na RCC

Os clérigos do catolicismo carismático que se colocaram em favor de Cunha foram Frei Rinaldo, diretor da TV Século XXI e Pe. Eduardo Dougherty, um dos precursores do catolicismo carismático no Brasil e fundador da TV Século XXI.

Conheço Odair Cunha e tenho admiração por ele, pelo que faz na política [...] é um homem de Deus, um homem que está lá no meio político representando os interesses da cidadania, dos interesses do cidadão e acima de tudo com os padrões éticos e morais (Frei Rinaldo, diretor da TV católica Século XXI).

[Odair] tem a vocação de defender os valores da Igreja ali, no Congresso Nacional, o trabalho que ele tem feito vai continuar, eu não tenho dúvida, ele tem ajudado muito a TV Século XXI, a nossa expansão, conseguindo mais canais de televisão aí em Minas Gerais (Padre Eduardo Dougherty, fundador da TV Século XXI e um dos precursores da RCC no Brasil).

Ambos apoiadores são do estado de São Paulo e o efeito que se espera ter, ao acionar a notoriedade deles para produzir adesões, está no fortalecimento da imagem do candidato

enquanto alguém ligado à RCC. Frei Rinaldo e Pe. Eduardo Dougherty têm visibilidade nacional e seus nomes são reconhecido dentro do catolicismo carismático, o que ajudaria a levar o nome de Odair Cunha para regiões de Minas Gerais onde o candidato não seria muito conhecido, ou onde precisaria de um apoio mais significativo para ter sua capacidade representativa reconhecida. O lugar deles, na RCC, torna a candidatura de Cunha reconhecida em qualquer lugar em que haja catolicismo carismático, sobretudo para o caso de Dougherty, e em qualquer lugar em que a TV Século XXI se faça presente, para o caso de Frei Rinaldo. O apoio de Frei Rinaldo ajuda, ainda, a evidenciar o vínculo do candidato com um setor específico do catolicismo carismático, o rádio-televisivo. Este setor tem demandado constante auxílio da esfera política. Sinais de rádio e televisão são sempre requeridos, sendo a esfera parlamentar federal um facilitador para a liberação daqueles.

Lázaro Praxedes e Ironi Spuldaro, ambos do Conselho Nacional da RCC, Adriano Ventura, membro da RCC e vereador pelo PT de Belo Horizonte, e Tânia Araújo, coordenadora do Ministério Fé e Política da RCC/MG, são alguns dos notáveis que se colocam em favor de Odair Cunha, desde dentro do movimento carismático.

Odair Cunha tem mostrado através de todo o mandato que ele é um homem íntegro, que tem se envolvido com causas sociais, é um pregador da palavra de Deus – é um homem que está disposto a semear a cultura de Pentecostes (Lázaro Praxedes, Conselho Nacional da RCC).

É possível mudar a realidade de Justiça, de Leis de Morte de opressão que tem sido colocado sobre o nosso povo [e] Odair é uma pessoa que está com a Renovação Carismática, comprometido com os nossos projetos (Ironi Spuldaro, Conselho Nacional da RCC).

Odair é um bom representante dessa nova safra de políticos coerentes, competentes, com a verdade do Evangelho, com a transformação social (Adriano Ventura, vereador de Belo Horizonte (MG) e membro da RCC em Minas Gerais).

O trabalho do Odair é algo que enobrece porque ele consegue conciliar trabalho de fé – como ser cristão, como uma pessoa que acredita no amor de Deus – e ao mesmo tempo, ele trabalha em prol do ser humano [...] Odair não é uma pessoa totalmente ligada a fé nem totalmente ligada a política [...] nenhum dos dois tirou ele do caminho ao qual ele foi chamado, que é: trabalhar para o ser humano, trabalhar em prol de um mundo melhor para a humanidade [...] porque ele consegue equilibrar esses dois lados, ele consegue passar esse amor do ser humano – tanto do contexto da fé quanto no contexto da ação e de transformação de uma sociedade (Tânia Araújo, coordenadora do Ministério Fé de Política da RCC em Minas Gerais).

No que tange ao apoio de Adriano, a vantagem é dupla: insere Odair Cunha junto a um público do catolicismo carismático belo-horizontino, por conta da notoriedade de Adriano junto a este segmento, que se prova inclusive pela vereança por ele exercida; e inserção, também, junto a segmentos que conhecem o trabalho de Adriano na Câmara de Vereadores e que não frequentam a RCC. Já os apoios de Lázaro, Ironi e Tânia trazem consigo um respaldo da própria hierarquia da RCC para a candidatura de Odair Cunha. Entretanto, esses apoios tendem a significar mais um argumento de autoridade do que um apoio “oficial” da RCC à Odair Cunha. Esse apoio, contudo, pode culminar em adesão por parte dos membros da RCC, que conhecem os personagens e reconhecem o lugar de onde estão falando, bem como o lugar que ocupam.

4.5.2 Apoiadores na esfera política nacional

Os apoios vindos da esfera política, ministerial e parlamentar, são também significativos. Aqui se destacam os nomes do Ministro do Turismo Luiz Barreto (SP), dos deputados do PT João Paulo Cunha (SP), José Genoíno (SP), Henrique Fontana (RS) e Maurício Rands (PE). Todos eles não são eleitores em Minas Gerais, mas são solidários e estimuladores ao desejo de Odair Cunha em se reeleger. Dentro de seu estado, o apoio do candidato a vice-governador, Patrus Ananias (PT), também é significativo.

Odair Cunha é um candidato que se destacava como ser humano, uma pessoa humana, aberta para ouvir os companheiros, sempre dialogando, [...] uma pessoa que trás valores humanos, cristãos importantes para a vida política que a gente leva, ao mesmo tempo sendo alguém responsável pela unidade da bancada de seu partido e do governo e com grande capacidade na área técnica [...] enfrentando Direito e Economia, todas tarefas designadas ao Odair, quer seja na área do Direito, quer seja na área da Economia, ele pegou, tratou bem, deu conta do recado e mostrou que é um grande deputado (João Paulo Cunha, deputado federal (PT/SP)).

O Odair é um companheiro que tem a bondade, a competência e a rebeldia no sentido de inovar, de buscar o novo, e pra mim foi uma experiência muito positiva a convivência com o Odair, porque ele sempre contribui, ele sempre tem solução, ele sempre dá caminhos e é dessa maneira que a gente faz a política: com carinho, com amor, com convicção, com sonho, com paixão e Odair representa isso (José Genuíno, deputado federal (PT/SP)).

É um formador de opinião, ele foi relator de uma série de matérias decisivas, no apoio ao governo do presidente Lula ele é um dos deputados de linha de frente [...] se eu fosse você e tivesse votado no Odair, teria muito orgulho: o Odair é um amigo, é gente, é alguém comprometido com aquilo que eu chamo de boa política, a política que transforma nossa vida numa vida melhor [...] uma pessoa humana [...] que trás valores cristãos importantes para a vida política que a gente leva, [...] tem bondade, competência e rebeldia, fazendo a política com carinho, com amor, com convicção, com sonho, com paixão [...] procurando transformar nossa vida numa vida melhor (Henrique Fontana, deputado federal, PT/Rio Grande do Sul (RS)).

Cunha é um grande deputado, incansável em fazer reivindicações para o estado de Minas; não me deixa esquecer um minuto a importância de Minas, tem uma presença frequente em todos os Ministérios, aqui no turismo também, têm apresentado um conjunto de emendas muito importantes para o desenvolvimento do Turismo de Minas Gerais (Ministro do Turismo Luiz Barreto).

Muitos dos projetos que nós aprovamos aqui na Câmara dos Deputados, estratégicos para o desenvolvimento nacional, ao crescimento com inclusão, com distribuição de renda, tiveram a digital do deputado Odair Cunha (Maurício Rands, deputado federal, PT/Pernambuco (PE)).

A medida provisória que o presidente encaminhou para a criação do programa Bolsa Família e o Odair foi designado como relator da matéria, demonstrando muita competência, muita dedicação e a partir daí ele começou a ser considerado um dos deputados mais atuantes, presentes, competentes da Câmara dos Deputados (Patrus Ananias, candidato a vice-governador do estado de Minas Gerais).

A notoriedade que estas personagens ocupam junto a esfera política nacional e estadual fortalece a candidatura de Odair Cunha, sobretudo porque os apoiadores marcam uma identidade com o governo petista, que foi, em 2010, um recurso político precioso¹¹. Tal recurso acionado, por conta do lugar ocupado pelos apoiadores, torna possível uma visualização de Odair Cunha para além da sua capacidade de se fazer presente nas cidades mineiras. Quem vê naquelas personagens uma notoriedade respeitável, por conta do lugar que ocupam na cena política nacional, talvez possam assimilar a sugestão de voto que aqueles fazem.

4.5.3 Apoiadores na esfera local

¹¹ Um imaginário de vínculo governista, muito positivo durante aquele escrutínio, fez com que aqueles que a ele estivessem atrelados, conseguissem uma maior familiaridade junto aos segmentos que compartilhavam o referido imaginário.

Em uma outra direção, há um conjunto de apoios ao candidato vindos de uma esfera política local, prefeitos e vereadores, todos esses, diga-se de passagem, oriundos da própria região do candidato, o sul de Minas Gerais. Aqui se destacam Mauri Palus (Guaxupé), Vanderlei de Andrade (São Tomás de Aquino), Paulo de Tarso (Pains), Roberto Silva (Campanha), Gilmar Labanca (Muzambinho), Admilson Ferreira (Campanha) e Darci Paiva (Careçu).

Apoio Odair Cunha pela dedicação e força de vontade do deputado em auxiliar e trabalhar pelas causas sociais, pela maneira de conduzir e a insistência por ética, por ideologia, por transparência e por sinceridade (vereador da cidade de Guaxupé (MG) Mauri Palus).

Em nossa cidade, tá muito ótimo, tá ótimo demais, tem ajudado nós bastante e pela sua humildade e sinceridade e sua grandeza (Vanderlei Andrade, vereador da cidade de São Tomás de Aquino (MG)).

Odair Cunha tá colocando ética na política, é o que tá faltando pra gente: uma ética na política nacional; e a gente vê que é uma pessoa de bem, uma pessoa honesta, uma pessoa ética; e é disso que a gente precisa, principalmente de jovens; a gente vê que é um jovem deputado tentando melhorar e vai conseguir bastante melhorar a condição de vida da nossa população (Paulo de Tarso Faria, vereador de Pains (MG)).

Hoje, 3º secretário da Câmara e também, a referência junto a muitos ministros e até mesmo à própria presidência, porque sempre tem referências a temas de grande relevância [que] são entregues ao Odair para que ele possa relatar quando não estava na mesa e hoje, na mesa, ele representa o Partido dos Trabalhadores, toda bancada, não só de Minas, mas também, a bancada nacional do Partido dos Trabalhadores. Isso credencia para continuar representando a nossa região, representando Minas Gerais e principalmente a cidade da Campanha, que tem todo um carinho especial e uma gratidão muito grande por tudo que o Odair tem feito pela nossa cidade: sendo nosso verdadeiro interlocutor em Brasília (Roberto Silva, prefeito de Campanha (MG)).

Eu tenho percebido que o deputado, ele é atuante, e na nossa região, eu vejo assim: ele atua de forma efetiva aqui na nossa região, então, essa é a minha opção, eu tenho acompanhado o trabalho dele; por isso o apoio, por isso tô aqui pra apoiar e dizer pra ele que, realmente, em Muzambinho nós vamos apoiá-lo com toda a força para fazer, inclusive, majoritário em Minas (Gilmar Labanca, vereador de Muzambinho (MG)).

Recentemente ele [Odair Cunha] arrumou uma Emenda pra compra de uma patrol, 500 mil reais, e arrumou mais 400 mil reais pra infraestrutura da minha cidade e é disso que a gente precisa – deputado comprometido com o povo – por isso que eu o apoio (Admilson Ferreira, vereador da cidade de Campanha (MG)).

Apoio o Odair pelo que ele vem desenvolvendo na nossa cidade, como a emenda pelo poliesportivo na nossa cidade, mais uma emenda que tá chegando agora para o hospital [...] um deputado muito atuante e que tá presente com o povo em toda região [...] então a gente vê que é um cara conhecido da nossa região, por isso que a gente apóia ele pra essa candidatura de 2010 (Darci Paiva, vereador de Careagu (MG)).

Esses apoiadores colocam Odair Cunha dentro de um cenário de visibilidade e de conquista de adesões, na medida em que são personagens notáveis de diversas cidades do Sul de Minas Gerais. Eles podem influir positivamente, em favor do candidato, conquanto sua notoriedade canaliza uma massa de votos capazes de eleger o candidato.

4.5.4 Os apoios como reciprocidade

As chances de cada candidato em se eleger estão ligadas tanto ao lugar que ocupam os declarantes, quanto àquilo que eles falam em relação ao candidato, fatores que, potencialmente, podem ajudar na agregação de votos em todas as candidaturas. Uma vez que cada candidato assimila os apoios recebidos, ele tende a assimilar as necessidades dessas redes e se prontifica como canalizador da vontade delas, fazendo desta a sua própria. Diante do cenário de concorrência que marca as eleições, este comportamento de assimilação das causas dos apoiadores em suas próprias é fundamental. Mesmo que o candidato concorde com elas e as assimile em sua ação política, ele precisa evidenciar isso, o que ocorre quando apresenta a seu favor os apoios, como um sinal de aproximação das demandas dos segmentos a que esses últimos pertencem.

Na medida em que se aproxima de tais demandas, cada candidatura vai produzindo um sistema de trocas, fulcral para adequação e a conquista de adesões. Com isso, eles criam dispositivos de penetração no público/eleitorado pretendido, personificando crenças e desejos destes. Nesse sentido, cada candidato pode se colocar como benfeitor para determinado segmento, selar algum compromisso em relação a determinados valores, assumir promessas em relação à infraestrutura e a reformas na organização do Estado, possibilitando a conquista de adesões que podem contribuir para o sucesso da candidatura nas urnas.

Nesse sistema de trocas, o apoio que é dado o é pela capacidade retributiva do próprio candidato, mostrando sua inserção num complexo jogo de obrigações em que dar, receber e

retribuir (Mauss, 2001) marcam algumas das condições para a adesão. Quando um apoio é declarado, este coloca em movimento a lógica de que o candidato está comprometido com o apoiador e certamente com aqueles de quem este é porta-voz. O fato de ter o candidato trazido ou produzido algum benefício para determinado segmento da qual faz parte o declarante, justifica a situação de apoio e o princípio de dádiva que o sustenta. Isto acaba garantindo e dando provas de que o candidato está atrelado a esse sistema de troca, podendo prolongar a rede de benefícios, conquanto continue recebendo apoio e vice-versa. Existe uma relação forçada de dependência entre as partes envolvidas, já que para conseguir apoio o candidato precisa continuar beneficiando e para continuar tendo o benefício, o apoiador necessita continuar apoiando. Essa dinâmica produz tensões, por conta da reciprocidade das obrigações delimitadas que, desfeitas, acabam gerando desagregação e o esfacelamento da rede estabelecida.

Esse sistema de trocas, diga-se de passagem, evidencia um compartilhamento legível de aspectos que fortalecem a capacidade representativa de cada candidatura. Tal cenário é possível uma vez que há um processo de “fluxo molecular de crenças e de desejos” (Deleuze & Gatarri, 1996), que são propagados e repetidos intensivamente por cada um dos apoiadores. Uma vez que um personagem resolve declarar seu apoio em favor de um ou outro candidato, o que ele pretende é poder fazer eco a uma demanda que considera como reconhecível. O apoiador pretende ampliar o reconhecimento desta demanda transmitindo-a para aqueles que se submetem a ouvi-lo ou o reconhecem como um falante respeitável. Nesse contexto, o candidato é a personificação de tais demandas, já que aceita receber o apoio e colocá-lo a seu favor.

4.5.5 Os apoios como *brokerage*

Diante disso, uma primeira direção possível de ser observado na candidatura de Odair Cunha, com bases nas falas de seus apoiadores, é a sua atividade de *brokerage*¹². Esta postura se dá quando os apoiadores levam para a cena política as necessidades de seus grupos de

¹² De acordo com Mische (2008:138), uma relação de *brokerage* é geralmente descrita como o envolvimento entre setores que, através de determinadas situações, criam formas de colaboração e aliança. Nesse léxico, o *broker* é o sujeito que recebe um ganho pessoal por conta da sua capacidade de ligar setores que estariam estruturalmente desconectados. É nessa acepção que penso que Coradini (2001) faz uso do termo, que na sua obra se coloca como subexplorada, do ponto de vista conceitual.

origem (Coradini, 2001), fazendo do candidato um defensor em potencial das suas causas. Enquanto *broker*, Odair Cunha se comporta em pelo menos duas direções: em favor do catolicismo carismático; em favor de demandas de sua região de origem.

Para a primeira direção, os apoiadores salientam que Odair Cunha estaria na política ao mesmo tempo em que não pertenceria a ela. Para parte destes apoiadores, o candidato seria uma personagem diferente dos encontrados na maioria da cena pública representativa, colocando em evidência que o candidato está na política para fazer outra coisa, como ajudar as causas de cunho cristão. Esse cenário atravessa a candidatura aqui explorada. A conduta de *broker* tende a fazer sentido quando Odair Cunha assume ou é colocado em função de assumir necessidades orgânicas da instituição à qual se vincula religiosamente. Defender e pregar princípios religiosos no Congresso, privilegiar concessões em benefício da evangelização e comprometer-se com o projeto civilizacional católico e/ou católico carismático, sinalizam para uma apropriação de produtos doutrinários, prática comum de candidatos oriundos desse segmento (Coradini, 2001). Por outro lado, o transporte para a cena política de valores cristãos, salvaguardando a esfera política, implica em uma apropriação de uma empresa moral que se coaduna com uma moral cívica (Coradini, 2001). Isto se mostra nas passagens em que Odair Cunha é colocado como baluarte da ética e da conduta idônea, preocupado com as transformações sociais e tendo como foco o cuidado com o próximo, ou se prontificando a ser um defensor de princípios que os apoiadores julgavam serem plenamente aceitos.

Essa atitude procuraria atender demandas particulares, envolvendo a busca de apoios oriundos de seus vínculos religiosos originais, ou de vínculos com outros segmentos que foram estabelecidos ao longo da trajetória política do candidato e que dão eco àquelas demandas. Essa situação coloca em movimento o que Luiz Roberto Cardoso de Oliveira (LCO, 2002) chama a atenção, a respeito daquilo que leva a identificação dos atores sociais com suas comunidades imediatas, em detrimento da comunidade maior que os engloba. Isto, para o autor, assumindo a problemática proposta por Roberto Da Matta, seria fruto de uma ênfase cultural que coloca a maioria das expressões de consideração em uma relação direta com o mundo da casa, em oposição ao mundo da rua (LCO, 2002). Mas isso não significa uma despreocupação desses atores com a sociedade dos cidadãos no que tange a direitos individuais e cidadania, como não deixa de sinalizar Cardoso de Oliveira (LCO, 2002). A demarcação de um pertencimento comunitário considera a própria esfera política na qual se está querendo inserir. Esta esfera é levada em conta e, muitas vezes, acaba sendo usada para complementar o argumento inicialmente marcado pelo vínculo comunitário.

Tal situação é acentuada quando levamos em conta que a *brokerage* se dá dentro de um terreno multiposicional, na medida em que a candidatura ultrapassa seus vínculos originais e estende sua ação para grupos cujas demandas tendem a ampliar a ação do candidato na esfera política. Entretanto, apesar de se constituir sobre um terreno multiposicional, a candidatura de Odair Cunha não se faz enquanto um projeto totalmente desarticulado, uma vez que se procura estabelecer uma relação simétrica entre as bases relacionadas. O exemplo de Odair Cunha aponta para isto quando da produção de um modelo de candidatura cuja meta é atender as necessidades da coletividade ou daqueles que possam intermediar esse atendimento. Nesse sentido, atender demandas locais ou de comunidades específicas, desde que justificadas como direcionadas para o benefício das pessoas, é uma prática válida.

4.5.6 Os apoios e o saber-fazer da política

Uma segunda direção possível na candidatura de Odair Cunha, a partir da observação das falas de seus apoiadores, tem a ver com a associação dele a uma legitimidade pautada no saber-fazer, que imprime ao candidato características técnicas e/ou de mediação política. Essa posição produz identidades estratégicas, que são “construídas e reconstruídas ao longo da campanha, tendo por referência o espaço político percorrido, que passa a constituir o escopo das biografias [,] símbolos de credibilidade difundidos como espécies de passaporte para a vida política” (Barreira, 2009: 147). Nessa direção, a apresentação da candidatura envolve a objetivação da eficácia política, pautada na presença “de um argumento baseado na eficácia como prova irrefutável de competência [em que] experiência e competência são valores dotados de forte eficácia simbólica” (Barreira, 2009: 147). O saber-fazer, então, coloca-se como *conditio sine qua non* para a condição de representante, obrigando o candidato a lançar mão de tudo que apreendeu do

[...] *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de certa linguagem e de certa retórica política (Bourdieu, 1989: 169).

A candidatura de Odair Cunha procura se legitimar sobre um argumento de autoridade calcado na experiência, ter sido parlamentar ou relator de processos parlamentares, demonstrando um conhecimento de causa e habilidades desenvolvidas, que coroariam o candidato como um sujeito familiarizado com o funcionamento da política. Apelar para esse tipo de legitimidade opera como uma forma de se produzir um prestígio, que está inscrito no próprio exercício de determinada atividade, como as citadas, por exemplo. Isso se constituiria, por um lado, “como operador de entrada na política”, e por outro, “como recurso estratégico para validar legitimidade construída no interior do próprio campo político” (Lemenhe, 2006: 254). Assim, produzir prestígio como um tipo de capital político (Coradini, 1999; Villela & Marques, 2002), seria útil para a produção das candidaturas carismáticas, que se assemelhariam mais a uma atividade racionalizada sobre um saber legitimamente reconhecido como político do que uma cruzada religiosa sobre o campo político.

4.5.7 Os apoios e as redes entre religião e política

A terceira direção da candidatura de Odair Cunha está ligada à produção de dispositivos de articulação entre religião e política. Essa articulação foi marcada sempre que possível pelos seus apoiadores, uma vez que, ao mesmo tempo em que a candidatura se aproximava de uma esfera mais propriamente religiosa, ela se aproximava de uma esfera mais especificamente política. Em muitas oportunidades essas esferas atravessaram-se, a religião dando sentido para a política e a política significando a própria ação religiosa. Por conta disso, vale levar em consideração a qualidade de transferência de sentido entre as duas esferas que a candidatura de Odair Cunha articulava, facilitando o entendimento sobre como estas duas dimensões da vida sociais são associadas.

Nesse cenário, dois movimentos precisam ser acompanhados: o da religião para a política e o da política para a religião. Porém, tais movimentos não se baseiam simplesmente no reconhecimento de dispositivos de uma esfera que possam servir para a outra. Há uma tensão nessas passagens que é preciso assimilar. Se a religião necessita da política, ela terá que assimilar essa esfera para que possa se tornar inteligível politicamente, o que implica incorporar muitos de seus códigos. O risco que ocorre nesse processo é de perder o horizonte religioso de vista, já que a incorporação da política pressupõe um comportamento mais pluralista, oposto a um comportamento particularista que a esfera religiosa, como qualquer

outra esfera específica da vida social, demanda. A solução está no fato de que elementos religiosos podem ser travestidos em elementos políticos, servindo de forma protética para a política mesma, o que não faz desses elementos mais políticos e menos religiosos, ou o contrário. Essas são situações provisórias voltadas para a produção de inteligibilidade. O mesmo ocorre quando da passagem da política para a religião. Nesse caso, é preciso travestir uma dimensão mais pluralista dentro de uma dimensão mais particularista, no qual o risco de reduzir a proposta diante das demandas específicas de grupos e movimentos é diluído com a solução protética que associa parcialmente as duas esferas divergentes em seus princípios. No que tange as passagens da religião para a política o desafio é ser particularista dentro do pluralismo, sendo a conduta pluralista dentro do particularismo o desafio das passagens da política para a religião.

Esse cenário indica uma situação que não está relacionada com a questão de homologias entre campos, nos quais os envolvidos buscam pontos de referência, principalmente simbólicos, em campos alheios aos seus, visando uma transmutação de valores que possam produzir inteligibilidade¹³. O modo como as passagens entre religião e política ocorrem tem mais a ver com a abordagem sobre a relação entre ator-rede (Law, 1992; Latour, 2001). Para esta perspectiva, as relações sociais seriam compostas por redes heterogêneas, que, por sua vez, seriam as responsáveis pela geração de efeitos que são denominados de pontualizações¹⁴, como os parâmetros das agências reguladoras, comportamento de candidaturas políticas e elaboração do jornalismo político, para usar meus próprios exemplos. De acordo com John Law (1992: 3), a tarefa aí seria a de “caracterizar estas redes em sua heterogeneidade e explorar como é que elas são ordenadas segundo padrões para gerar efeitos”. Para que isso ocorra, é importante levar em conta referências que consigam traduzir as passagens que se dão entre as redes que se conectam com um determinado ator, por ele e através dele. Segundo Bruno Latour (2001), a referência que se evidencia nesse cenário é aquela que ele chama de circulante.

Isso significa que aquilo que é feito entre religião e política envolve menos a passagem da realidade para a representação do que os meios utilizados para a sua consecução. Aquilo que é realizado, nesse sentido, ganha importância na medida em que permite ver o modo

¹³ Para a compreensão da ideia de homologias entre campos ver Bourdieu (1998) e Boltanski (1973).

¹⁴ Conforme a perspectiva de Law (1992: 5), as pontualizações seriam formas provisórias de ordenamento das redes. Para ele, “a pontualização é sempre precária, ela enfrenta resistência, e pode degenerar numa rede falha. Por outro lado, recursos pontualizados oferecem uma forma de se utilizar rapidamente das redes do social sem ter que se envolver com complexidades intermináveis. E na medida em que esses recursos pontualizados estão incorporados nos esforços de ordenamento, eles são então performados, reproduzidos dentro das redes do social e ramificados através delas”.

como cada representação (signo/forma) é fabricada, vista desde a realidade (coisa/matéria) da qual os envolvidos partem. O que se quer com isso é mostrar a existência de uma constância, que existe ao longo da série de transformações, que ocorrem na relação entre coisa/matéria e signo/forma, cruzando-os em sua liminaridade. Tal constância traz consigo a vantagem de perceber pormenores que se colocam entre os agentes relacionados, fugindo do modelo bipolar e orientando a análise para “aquilo que circula ao longo da cadeia reversível de transformações” que se colocam aos envolvidos (Latour, 2001: 88).

Na acepção de Latour (2001: 88), a cada etapa dessas relações vão se perdendo propriedades que se pode ganhar em outras etapas, tornando as transformações “compatíveis com os centros de cálculo já instalados”. Contudo, a referência que se tem aqui é a instável, já que o que se quer não é “avançar de duas extremidades fixas para um ponto de encontro estável localizado no centro”, mas sim avançar “do meio para as extremidades, que vão sendo continuamente empurradas para mais longe” (Latour, 2001: 89). Essa cadeia de transformações se torna importante porque permite a produção de um fluxo infinitesimal de possibilidades, apesar disso não eliminar a atenção com o fato de que “cada etapa é matéria para aquilo que a sucede e forma para aquilo que a precede” (Latour, 2001: 91). Acrescenta-se a isso, tal como vem sendo sugerido, que a compreensão dos arranjos implica em olhar para seu destino sem negligenciar seu meio.

Em vários de seus apoios, sobretudo religiosos, Odair Cunha é colocado como um representante do Evangelho. Ser portador de tal tarefa em princípio se coloca em contraposição à esfera política, que desconsidera a ação religiosa como atividade legítima em seu interior. Contudo, a validade de tal posição passa ser aceita na política a partir do momento em que o Evangelho possa se articular com a “transformação social”, em que o ser cristão na política se justifica na medida em que o candidato se coloca inclinado “a trabalhar em prol do ser humano”. Uma vivência cristã e os seus valores articulados em torno do cuidado para com o outro, podem levar o candidato a desejar transformar a vida social e trabalhar em benefício dos outros, agindo dentro daquilo que lhe exige a religião e a política.

Esse comportamento geraria um efeito-militância a partir da vivência religiosa, que também se reflete na defesa de Odair Cunha como empenhado em fazer “nossa vida numa vida melhor” porque embebido de “valores cristãos importantes para a vida política que a gente leva”. Fica visível uma continuidade entre religião e política, que também pode ser visualizada a nível local. Palavras como sinceridade, ética, dedicação diluem, certamente, qualquer impressão clientelista que possa transparecer nas falas que apontam Cunha como um facilitador de emendas, seja para compra de ambulância, seja para fazer ginásios e hospitais,

etc. Este sentido clientelista acaba por ser dessubstancializado e convertido em uma forma de cuidado para com as pessoas que o elegeram representante.

As redes sob as quais o candidato procura se sustentar o direcionam para situações em que a substancialização é difícil, tornando impossível a compreensão de um movimento permanente que não o multiforme. Entretanto, já que estamos diante de uma candidatura que se faz entre a religião e a política, qualquer clivagem levará em conta certa continuidade, ou um princípio de não contradição, entre as duas esferas. Continuidade e não contradição, diga-se de passagem, feitas de modo sempre parcial, em que parcial é compreendido como incorporação do outro ao modo de quem o incorpora, e no qual quem incorpora leva em conta a qualidade de quem está sendo incorporado. A candidatura de Odair Cunha possui pontos que vão oscilar entre uma base religiosa a outra não religiosa, provando que a orientação religiosa de fundo, que motiva a inclinação de quadros pertencentes às igrejas para a participação política, acaba tornando adjetivos como honestidade, ética e cuidado, entre outros – produzidos desde a arena religiosa –, múltiplos ao longo da produção da candidatura, na medida em que ampliadas para arena política. Para o caso do candidato analisado, guardadas as proporções, está-se diante de um cenário que mimetiza valores religiosos e valores políticos, no qual elementos de uma esfera se friccionam e se reinventam no interior da outra, tal como aponta Marcelo Camurça (2005). Para este autor, a fricção entre códigos pressupõe uma incorporação criativa desses códigos um pelo outro, seja quando o religioso deseja transformar a política, seja quando o religioso deseja melhorar a política, ainda mais se se pensa que tais transformações ou melhoramentos levam em conta o que na política pode ser salvo e o que na religião serve para a política.

Além das ideias de honestidade, ética e cuidado, apesar desses posicionamentos poderem indicar um programa minimalista, há outros contornos que devem ser levados em conta. Aquelas ideias ganham um *status* autônomo a seu vínculo cristão e passam a poder indicar um zelo pelo bem comum, a preocupação com as necessidades sociais e materiais locais, com as demandas da administração pública, com os anseios por infraestrutura das populações que representam. Na candidatura citada, honestidade, ética e cuidado vão sendo colocados como fruto de suas vivências religiosas, mas acabam servindo para um mimetismo com a esfera política, confundido seu sentido anterior. Nesse particular, se são os valores cristãos que são colocados como um vetor importante para o voto, só o são se consubstanciados com o princípio político do cuidado, da integridade das coisas públicas e das pessoas. Se forem princípios políticos como representatividade e idoneidade os vetores,

esses só o são se também consubstanciados com valores religiosos, como o amor ao próximo e seus correlatos no decálogo bíblico.

5 RECURSOS SIMBÓLICOS E ESTRATÉGIAS DE AGREGAÇÃO NA CANDIDATURA CARISMÁTICA PARA O SENADO

5.1 A TRAJETÓRIA DE MIGUEL MARTINI

Miguel Martini exercia o cargo de deputado federal e estava filiado ao Partido Humanista Solidarista (PHS) quando se lançou a uma das duas vagas ao Senado pelo estado de Minas Gerais, em 2010. Era a candidatura única, naquele momento, da Coligação “Minas no Rumo Certo”, composta pelos Partidos PTN/PRTB/PHS/PTC/PRP/PTdoB. Seu número de inscrição era 313 (31 era o número de registro de seu partido e 3 o número escolhido pelo próprio candidato, de modo aleatório, em uma escala de 0 a 9). Com 55 anos, já havia sido, por três mandatos consecutivos, deputado estadual em Minas Gerais (1995-99; 1999-2003; 2003-07). Na eleição de 2010, Martini entrou na disputa para o Senado contra duas fortes coligações, que acabaram monopolizando a disputa: de um lado, a coligação “Somos Minas Gerais” (PP/PDT/PTB/PSL/PSC/PR/PPS/MN/DEM/PSB/PSDB/PSDC), encabeçadas pelo ex-governador de Minas Gerais, Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e pelo ex-presidente do Brasil e ex-governador de Minas Gerais, Itamar Franco, do Partido Popular Socialista (PPS); e de outro lado, a coligação “Todos Juntos por Minas”, (PT/PRB/PCdoB/PMDB), encabeçadas pelo ex-prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, do Partido dos Trabalhadores (PT), e por Zito Vieira, do Partido Comunista do Brasil (PC do B)¹.

Esse quadro de composição das candidaturas que se lançariam ao pleito de 2010, poderia, entretanto, ter sido diferente. A opção de Martini se lançar como nome exclusivo de uma coligação não foi sua primeira opção. De acordo com informações de um de seus assessores, ele estava cotado para encabeçar, junto com Pimentel, a coligação “Todos juntos por Minas”, mas uma decisão interna do PT fez com que Zito fosse o escolhido para a tarefa, no lugar de Martini – decisão tomada às vésperas da abertura do registro oficial das candidaturas. As razões da recusa por Martini não foram explicitadas abertamente pela direção do PT, mas é certo que sua postura mais conservadora ao nível de questões como os

¹ Em Minas Gerais, o número de candidatos ao Senado chegou a 11 nomes. Além das cinco candidaturas mencionadas, se candidataram, sem coligação: Marilda Ribeiro e Mineirinho, pelo PSOL; Rafael Pimenta, pelo PCB; Efraim Moura e José João da Silva, pelo PSTU; Vera Zatti, pelo PCO.

direitos reprodutivos das mulheres e o casamento gay, se comparados com as posições hegemônicas no PT, fez com que Martini ganhasse desprestígio. Além do mais, o PC do B já era parceiro do partido de Pimentel de longa data, possuindo forte identificação ideológica com ele, o que também deve ter pesado em favor do nome de Zito. Mesmo com essa situação desfavorável, Martini resolve se lançar ao Senado. Ele já estava se preparando para a disputa, pois, até o descarte de seu nome como o segundo na coligação encabeçada pelo PT para o Senado, estava convicto de que seria o escolhido. O nome de Martini era politicamente mais conhecido em relação à Zito, que, até então, tinha uma carreira política no âmbito parlamentar muito inexpressiva. Soma-se a isso, a confiança que o candidato tinha na sua eleição, não só por causa de um processo de discernimento que o encorajou a assumir a disputa, mas também pelo apoio prévio do catolicismo carismático que recebeu de modo oficial².

Ao final do escrutínio, Martini somou quase 275 mil votos, o que lhe rendeu a quinta posição da disputa. Zito conseguiu aproximadamente 1,5 milhão de votos, enquanto Pimentel recebeu cerca de 4,5 milhão. Os senadores eleitos foram Aécio Neves, com 7,5 milhão de votos, seguido por Itamar Franco, com 5,1 milhão³. Olhando para as principais cidades do estado (Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ribeirão das Neves, Ipatinga, Governador Valadares, Montes Claros, Juiz de Fora, Uberlândia e Uberaba), Martini se manteve sempre na 5ª posição. Isto só não ocorreu na cidade de Juiz de Fora, onde ficou em 6º, perdendo o 5º lugar para Rafael Pimenta, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), posto que este era radicado nessa cidade da Zona da Mata de Minas Gerais⁴.

No que tange à sua campanha, longe de querer avaliar a relação entre seu desempenho eleitoral e estratégia utilizada, o que será levado em conta é: 1) como um tom melodramático atravessou seu horário político na televisão, na medida em que enfatizava, de modo performático, um conjunto amplo de bandeiras, que se articulavam dentro de um espectro do que vai demarcar como “valores”, veiculando elementos que pudessem contagiar aqueles que

² Esta confiança do candidato foi relatada por um assessor de Martini. Para este, Martini estava ciente que estava fazendo aquilo que Deus havia revelado para ele, a partir do qual a campanha e as articulações políticas seriam apenas um detalhe. Sobre o apoio da RCC, o presidente Nacional do Ministério Fé e Política, Sérgio Zavaris, apontou, no evento da Comunidade Javé Nissi (ver Capítulo 2), o nome de Martini como candidato certo ao Senado e cujo apoio seria integral e exclusivo no interior do movimento carismático.

³ Os demais candidatos não obtiveram mais do que 119 mil votos: Marilda Ribeiro, 53.663; Mineirinho, 16.958 votos; Rafael Pimenta, 21.432 voto; Efraim Moura, 13.339 votos; José João da Silva, 6.794 votos; Vera Zatti, 6.679 votos.

⁴ Em relação à totalidade da disputa ao Senado, e olhando para os votos nas maiores cidades do estado, nota-se uma forte presença do nome de Aécio Neves, que só não ganhou na cidade de Uberaba (onde a diferença para Pimentel foi de apenas 6 mil votos). Os 2º e 3º lugares oscilavam entre Pimentel e Itamar. Itamar foi segundo em Ipatinga, Juiz de Fora e Governador Valadares. Pimentel, que ganhou em Uberaba, foi segundo em Uberlândia, Montes Claros, Belo Horizonte, Ribeirão das Neves, Betim e Contagem. Zito, por sua vez, ficou em quarto em todas estas cidades.

estavam ouvindo e assistindo seu programa. 2) Como uma poética social se configurou durante parte de sua campanha, usando como recursos a produção de essencialismos, nostalgia estrutural e iconicidades. Esse processo se deu não só durante seu programa eleitoral na televisão, mas também em suas entrevistas nas mídias impressa e televisiva, nas quais Martini procurou defender sua perspectiva política e seu plano de ação, caso fosse eleito, além de ali ter procurado responder as indagações dos jornalistas, tentando defender suas posições, que eram consideradas como conservadoras. 3) Como vínculos e direções múltiplas vão ganhando contorno na campanha de Martini diante de sua relação com diversos segmentos sociais, uma vez que, do ponto de vista de seus apoiadores, ele se mostrava como representante à altura desses últimos e capaz de canalizar suas crenças e desejos. Com essas matrizes de entendimento, a ideia de que a política do catolicismo carismático se dá a partir de uma situação multiposicional pode ser retomada. Esta situação será visualizada em cada um dos momentos selecionados para exemplificar como a candidatura de Martini ao Senado se realizou.

5.2 A TOADA MELODRAMÁTICA NA PROPAGANDA ELEITORAL GRATUITA

O uso da televisão enquanto recurso para fabricação de adesões políticas é fortemente utilizado no período eleitoral. Candidaturas de todos os níveis procuram, através da TV, mobilizar adeptos por meio das causas que veiculam. Acreditam que, a partir dessa esfera, sua mensagem penetrará fortemente no imaginário do eleitor. Entretanto, a recepção do que é veiculado dependerá de situações culturais específicas, uma vez que a mobilização nas eleições é múltipla. Se o candidato endereça uma informação/proposta para o eleitor, este também possui demandas que desejam ser endereçadas. A decisão do voto vai depender do ajustamento entre esses universos de fabricação de demandas. Diante disso, uma campanha televisiva constitui-se como uma estratégia produzida a partir da correspondência de demandas, um ajustamento entre aquilo que o eleitor deseja – ou do que se acredita que ele deseja – e aquilo que o candidato pode proporcionar diante disso⁵.

⁵ Esta ideia se sustenta pelo fato de que as candidaturas contam com recursos de capitalização de demandas que são sempre parciais. O candidato pode encomendar uma pesquisa para fazer um levantamento daquilo que o eleitorado deseja; ele pode consultar seus assessores para saber dos problemas que as localidades possuem, diante daquilo que chega aos gabinetes e diretórios do candidato distribuídos territorialmente; ele pode conversar com pessoas em período de pré-campanha e considerar seus anseios como aqueles que devem ser endereçados.

De uma perspectiva antropológica, a televisão, enquanto mídia, “não seria simplesmente uma arena passiva pela qual são conduzidas as diferenças sociais e políticas” (Herzfeld, 2001: 311). Ela teria uma “força performativa”, uma vez que cria, refrata e reflete eventos da vida social. Nesse sentido, não apenas é agenciada pelos dramas sociais, mas também os agenciaria. Canaliza e é canalizada por denúncias, acusações, desejos por transformações e mudanças, etc. Por conta disso, acumularia questões e problemáticas ao mesmo tempo em que criaria outras, nas quais fato e ficção teriam sua distância borrada (Herzfeld, 2001), na medida em que a realidade passa a conviver com a forma como ela é vista na televisão. Isso levaria a pensar esse veículo de comunicação mais como um “texto cultural” (Abu-Lughod, 1997: 114), que “nos força a pensar sobre ‘cultura’ não como um sistema de significado ou como um modo de vida, mas como alguma coisa cujos elementos são produzidos, censurados, pagos e transmitido através e para além das fronteiras de uma nação” (Abu-Lughod, 1997: 121). Por ser um texto, seguindo Lila Abu-Lughod (1997: 122), a televisão “é uma tecnologia extraordinária para romper fronteiras [pois capaz de] intensificar e multiplicar os encontros entre os modos de vida, sensibilidades e idéias”. Contudo, mesmo que a condição de existência da televisão tenha que passar pelo polifônico, o conteúdo que é veiculado procura demarcar uma linguagem que se pretende comum, exibindo elementos que possam afetar os espectadores como um todo, já que a diversidade cultural que lhe é atravessada só pode ser compreendida dentro da unidade cultural de quem assiste determinada programação.

Na televisão, a política é um dos elementos que a atravessa. Por conta disso, a presença da política ali se coloca como um texto cultural. Para esta questão, James McLeod (1999) traz contribuições sugestivas. O autor, olhando para o caso estadunidense, parte do princípio de que a abertura do ciclo eleitoral, que vai da eleição à posse, suscita um momento de desarticulação e rearticulação metafóricas (McLeod, 1999). Essa experiência liminar faria com que, por meio de uma dinâmica performática, fosse produzido um texto ao redor de um sociodrama, que poderia envolver temas diversos como valores familiares, raça, pontos de vista, realidade econômica, natureza do universo, conduta moral, entre outros. Para McLeod (1999: 360), esse cenário seria marcado por uma mitologia simbólica que lidaria com

As informações que chegam ao candidato a partir destas três esferas são sínteses de demandas, pelas quais o candidato vai ter que escolher quais levará em conta diante da capacidade de grandeza que elas podem possuir. É certo que não se pode acolher todas as demandas, há uma questão de coerência que é fulcral para a fabricação de uma campanha. Mudar o sentido escolhido durante o processo eleitoral é sinal de inadequação. O texto de Goldman & Cruz da Silva (1999), sobre as justificações de como uma eleição é perdida, e o texto de McLeod (1999), sobre o fracasso da empreitada de George Bush contra Bill Clinton nas eleições estadunidenses de 1992, dão respaldo para minha assertiva.

questões de todas as ordens, “designados e organizados para criar consumo em massa, orquestrado por efeitos quantitativos”. A intenção disso, dentro da cena política, é operar uma simbologia que seja aproximada da crença do eleitorado. Nesse sentido, tudo aquilo que é colocado em cena no processo político liminar serve para ser “reengajado, reexaminado, reconstruído e reintegrado dentro de novas sínteses”; assim, o texto desenvolvido “fornece os meios simbólicos através dos quais aqueles valores são testados, examinados e reivindicados pelo eleitorado [...] conduzindo miticamente expressões oriundas das relações econômicas e sociais” (McLeod, 1999: 361).

Na televisão, os candidatos elevam essa dinâmica exponencialmente. Nela se dá a extensão de sua campanha. Conforme Wayne (*apud* McLeod, 1999), as campanhas transformaram-se em produções televisivas, nas quais comícios e discursos são encenados como eventos de mídia, bem como as entrevistas ao vivo. Além disso, a propaganda política investe no reforço de imagens positivas e negativas de candidatos e partidos, que são usadas nas campanhas. Dessa forma, através da TV, os candidatos são projetados sobre o eleitorado, na medida em que tentam convencê-los por meio de forte propaganda. Por outro lado, ficam sujeitos à minuciosa avaliação, feita nas ruas pelas pessoas, ou na própria mídia, por jornalistas, analistas e outros candidatos (McLeod, 1999). Nesse ínterim, para que a empreitada seja exitosa, o recurso melodramático é utilizado, e o texto cultural do sociodrama ganhará tons ainda mais fortes e penetrantes.

O melodrama, de acordo com Abu-Lughod (2003), tem como sentido último a resolução de um determinado problema, a partir do qual lições morais e emotivas são utilizadas para atingir o fim almejado. Por meio de uma individualização dos sentimentos, o melodrama procura produzir uma determinada possibilidade de adesão, que pode ter como consequência uma ação coletiva, na medida em que são estruturas de sentimentos, como motivação, engajamento, angústia, sensibilização, aqueles a serem mobilizados, sendo individuais em sua assimilação, mas coletivos em sua proliferação. Como acontece nos programas de cunho eleitoral, muitas das inserções procuram levar em conta “uma colocação forte”, fazendo uso de uma “‘estrutura de sentimento trágica’ e uma sensação de que os personagens são ‘vítimas das forças que estão além do seu controle’” (Abu-Lughod, 2003: 81). Isso é marcado pelo tipo de narrativa empreendida, o *close* da câmera sobre determinadas ações, as mensagens subliminares que procura projetar, colocando o espectador diante de imagens articuladas o suficiente para mexer com sua imaginação. Dramatizando a consciência do espectador, o que nos coloca diante de uma situação de mudança da subjetividade, o melodrama não é uma forma desvairada de projeções sentimentais aleatórias, mas constituídas

sobre fórmulas convencionais, acionando elementos reconhecíveis do cotidiano das pessoas, tornando gestos e palavras em atos inteligíveis (Abu-Lughod, 2003).

5.2.1 O programa eleitoral de Miguel Martini: “Minas a favor do Brasil”

Tal panorama se faz presente na candidatura de Martini. O candidato, assim como os demais pretendentes ao senado, ganhou o direito de ter algumas dezenas de inserções durante o horário eleitoral gratuito, que foram ao ar as segundas, quartas e sextas-feiras, entre os dias 17 de Agosto e 30 de Setembro de 2010. Esses programas tinham duração de 15 minutos. Um terço deste tempo estava dividido igualmente entre os candidatos participantes, e os outros dois terços, divididos proporcionalmente à representação dos partidos dos candidatos na Câmara dos Deputados. A propaganda dos candidatos ao Senado ocorria em dois blocos: no rádio, das 7h40 às 7h50 e das 12h40 às 12h50; na televisão, das 13h40 às 13h50, e das 21h10 às 21h20. Durante esses horários, Martini obteve 50 segundos de programa (VÍDEO 1; VÍDEO 2; VÍDEO 3; VÍDEO 4; VÍDEO 5; VÍDEO 6), dando-lhe uma visibilidade midiática limitada, se comparadas às candidaturas de Aécio, Itamar, Pimentel e Zito, que ocuparam a maior parte do horário eleitoral. Além desse espaço, cada candidatura tinha o direito de incluir 12 inserções de 30 segundos ao longo do período de campanha (VÍDEO 7; VÍDEO 8; VÍDEO 9; VÍDEO 10). Em todas segundas, quartas e sextas, havia seis minutos de inserções para as candidaturas ao senado, que eram veiculadas, igualmente, durante blocos de audiência (das 8h às 12h; das 12h às 18h; das 18h às 21h; das 21h às 24h)⁶. Cada candidatura poderia ter, no máximo, 3 inserções de 30 segundos em cada bloco de audiência. Nesses espaços, Martini procurou levantar suas bandeiras de forma clara e direta. Falou de valores ligados à família e à vida, bem como procurou se exibir como um candidato diferente, ético e compromissado com a população.

Martini fabricou sua candidatura, durante o horário eleitoral na televisão, de acordo com a seguinte estrutura: algumas palavras vão sendo contornadas em azul, produzindo a frase “Minas a favor do Brasil” (nome da coligação do candidato), enquanto, ao mesmo tempo, uma voz feminina, de modo suave, fala “Começa agora o programa Minas a favor do

⁶ Somadas, o horário eleitoral obrigatório e gratuito com as inserções dentro dos blocos de audiência, Aécio e Itamar obtiveram aproximadamente 6 min. e 49 seg. de inserções ao longo dos dias estipulados para a propaganda ao Senado. Pimentel e Zito adquiriram cerca de 4 min. e 26 seg. Os demais candidatos tiveram inserções que variavam de 42 seg. a 48 seg.

Brasil”, que se segue com a exibição do nome de Miguel Martini sob um fundo branco, em caixa alta, no qual o nome Miguel ficava contornado em vermelho e o sobrenome Martini colorido de vermelho. Entre os dois nomes, um sobreposto ao outro, figurava a palavra senador, do lado direito do nome Miguel, e o número 313, do lado esquerdo do nome Martini, ambos grafados em azul. Ao mesmo tempo em que esta imagem é exibida um rápido coro exclama “313”.

Em seguida, o foco muda para alguém vestindo uma camisa branca sob um pano de fundo igualmente branco, mas que não se confunde com a camisa do interlocutor, com os dizeres “Sou a favor do Brasil”, com a palavra “sou” escrito em vermelho e “a favor do Brasil” escrito em azul. Essa pessoa expressa “sou a favor da [algum tema da campanha]”. Em cada uma dessas inserções se encontra a seguinte disposição em relação a quem fala o quê: um jovem branco, com a barba por fazer, expressa “eu sou a favor da dignidade”; um jovem negro diz “eu sou a favor da ética”; uma mulher idosa afirma “eu sou a favor dos princípios”; um jovem de aproximadamente 18 anos ressalta “eu sou a favor da transparência”; o mesmo jovem afirma “eu sou a favor da renovação”; e uma mulher grávida, acariciando sua barriga, com um anel (aliança) no dedo anelar esquerdo, exclama “eu sou a favor da vida”.

Na sequência a câmera centra-se em Martini e vai abrindo o foco em relação a ele, até fazer aparecer, atrás do candidato, a palavra que é o tema do programa do dia. Martini aparece em pé, trajando terno e gravata ou, às vezes, apenas roupa social e gravata, e argumenta sobre algum feito seu ou projeto que pretende defender. Martini não fala mais do que 22 segundos. Enquanto fala, do seu lado esquerdo, no canto do vídeo, aparece a frase “coordenador do Ficha Limpa”, tema que vai carregar como o carro-chefe da campanha o tempo todo. Na sequência, o programa exhibe entrevistas com duas ou três transeuntes comentando sobre o tema que foi tocado por Martini em sua fala. Essas entrevistas acontecem em vários pontos de alguma cidade, podendo se ver pessoas transitando normalmente ao fundo de quem fala.

No canto direito, embaixo, também se exibia a frase “coordenador do Ficha Limpa”. Enquanto isso, a frase “o senador do Ficha Limpa é Martini 313” era cantada por um coro feminino. Em outros programas, o encerramento era mudado pela frase “vote Martini” e o coro “313”, tendo como fundo a palavra senador, em azul, seguida pela palavra Miguel, contornada em vermelho, tendo abaixo de ambos o nome Martini, em vermelho, e, do lado deste, o número 313, em azul. Abaixo do nome Martini se podia ver a frase “Minas a favor do Brasil”, em caixa alta e em azul. Na parte inferior da tela ficava escrito “acesse (em vermelho) afavordobrasil.com.br (em azul)”, que era o site da campanha de Martini ao senado.

No que tange as inserções ao longo do dia, os 30 segundos que Martini possuía para exibir suas propostas eram estruturados do seguinte modo: fala-se ou representa-se alguma questão, relacionada à candidatura de Martini, num rápido espaço de 25 segundos. Rapidamente muda-se o foco para as palavras Ficha Limpa, uma sob a outra, grafadas em cinza. Na sequência, é exibida a imagem do candidato sentado à frente de um fundo branco, com roupa social e gravata, com uma das mãos sobre o joelho. Ao seu lado esquerdo estava escrito, de forma forte e marcada, “senador Miguel Martini 313”, no qual senador (escrito em azul) e Miguel (contornado de vermelho) ocupavam a mesma linha, tendo o nome Martini, também em vermelho, situando-se abaixo do nome Miguel, logo abaixo do nome Martini, figurava o número 313, em azul. No canto direito, embaixo, também se exibia a frase “coordenador do Ficha Limpa”. E, enquanto isso, a frase “o senador do ficha limpa é Martini 313” era cantada por um coro feminino.

Nas inserções ao longo do dia, encontramos a seguinte organização. Em uma dessas inserções (VÍDEO 7), a candidatura de Martini enfatizou o fato dos grandes jornais e programas de televisão só mencionarem os nomes de três candidatos ao senado (Aécio, Itamar e Pimentel). Um homem negro, de terno cinza, sob uma mesa, muda de posição pequenos cubos, contendo em cada uma os números 1, 2 e 3, fazendo alusão aos três referidos candidatos ao senado, os quais eram quase que exclusivamente mencionados na mídia. Enquanto mudava os cubos de posição, o homem falava “olha bem, mexeu pra cá voltou pra lá, tá aqui, tá ali e agora tá lá, tá em primeiro, tá em segundo, tá em terceiro, vamos lá, preste atenção, quem vai ganhar?”. O foco da câmera abre, o homem negro está falando de dentro de uma TV. Ao lado desta TV, aparece um homem, de camisa social azul clara e calça jeans, que argumentava “estão querendo que você acredite que só existem três candidatos ao Senado, abra os olhos”.

Em outra ocasião, aparece uma mulher passando, com um ferro de passar roupa, uma camisa azul clara sob uma tábua (VÍDEO 8). Enquanto executa esta tarefa ela diz:

Você já reparou que toda eleição é uma lavagem de roupa suja? Ficam lá, o sujo falando do mal lavado. Mas eu não me engano. Político pra mim tem que ter passado limpo. Se tiver uma manchinha, não serve. Ainda bem que criaram o Ficha Limpa. Agora não tem mais esse negócio de colarinho branco não. Sujou, tem que dar conta.

Em algumas frases, ela passa a mão sobre a camisa, como em “Político pra mim tem que ter passado limpo”, ou sobre o colarinho, enquanto dizia “Agora não tem mais esse negócio de colarinho branco não”.

Outra inserção ao longo do dia trouxe Martini, em pé a frente das palavras ficha limpa, em que a palavra ficha se situava em cima da palavra limpa (VÍDEO 9). Trajando camisa social e gravata ele enfatizava:

Sabe quem foi o responsável pelo Ficha Limpa? Você. Foi pelo seu desejo de mudança e de milhões de brasileiros que o país deu um importante passo contra a corrupção e a impunidade. Eu tenho o maior orgulho de ter coordenado o projeto até sua aprovação final. Parabéns a todos que acreditaram e participaram. E você que não pôde participar, junte-se a nós para que possamos continuar esse importante trabalho no Senado Federal.

Por fim, uma inserção de 16 segundos também pôde ser observada, tratando especificamente do tema do aborto e da vida (VÍDEO 10). Uma voz feminina enfatiza: “eleitor, se você é a favor da vida e da família e é definitivamente contra o aborto, junte-se a nós. No dia da eleição, digite 313 para Senador. Seu voto pode salvar milhares de vidas”. Enquanto isso, desenhos representando o eleitor colocando um voto na urna, seguidos de uma família com 4 pessoas segurando um coração vermelho, de um bebê ao lado de uma mamadeira, de uma multidão segurando cartazes num estilo de protesto, da urna eleitoral digitando-se 313 e de uma família de 4 pessoas, na qual a mulher se encontra grávida, vão ganhando evidência.

5.2.2 A ênfase melodramática no marketing político de Miguel Martini

Visualmente, pensando em termos de marketing político, a campanha televisiva de Martini não difere das características utilizadas por outras candidaturas. As sequências articuladas, abertura da propaganda, seu desenvolvimento e encerramento, encontram-se presente na maioria das campanhas. A utilização de cores com tons leves, a formatação sintética da informação, o modo claro como os pontos são trabalhados, a exibição de pessoas e falas que servem como ponte para o discurso do candidato, bem como a harmonia simples de coros e jingles, coloca Martini condizente com o processo político-midiático de seu tempo. Aqui, o candidato se converte em produto que concorre com outros da mesma natureza,

dentro do que se pode reconhecer como um mercado em que os bens políticos são os objetos de troca. Se, por um lado, essa é a forma mais efetiva de produção de campanhas eleitorais, por outro, esse tipo de produção faz com que o candidato seja reconhecível como alguém que está na disputa por votos. Por isso que “uma campanha política consiste numa troca entre candidatos e eleitores em que o candidato se coloca no mercado de eleitores e emprega as modernas técnicas de marketing [...] a fim de maximizar a ‘aquisição’ de votos” (Scotto, 2004: 185).

Entretanto, é preciso considerar que isso se deve ao fato de que, usando estratégias similares, o acesso ao eleitor pelos candidatos se dá dentro de um mesmo sistema cognitivo. Além do mais, soma-se a isso que o eleitor não é um agente passivo, uma vez que também busca os candidatos sobre os quais seus votos serão depositados. Esses candidatos são encontrados dentro de um universo linguístico comum, atuando dentro de uma esfera de sentido que é inteligível a todos. Na época das eleições, sabe-se quem é e quem não é político a partir da forma como se apresentam na esfera pública, seja por conta da forma como está vestido, pelo modo como fala ou pelo comportamento que desenvolve. Essa adequação recíproca, vista pelo lado do candidato, é um trabalho sobre sua imagem, que tenta uma adaptação dele ao imaginário e anseios do eleitorado desejado, fabricando um clima de intimidade entre eles (Scotto, 2006).

Se os candidatos são iguais por um lado, não o são por outro. A diferença entre eles está no que é endereçado por meio da campanha pela televisão, no que é importante para estabelecer a distinção entre Martini e os demais candidatos. É aqui que um tom melodramático pode ser percebido, na medida em que o candidato procurar exibir suas sínteses dos problemas cotidianos, mostrando aquilo que ele acredita ser o mais importante. Desse modo, agencia questões, as representa, dá soluções, aponta caminhos. Entretanto, isto não se dá fora do plano do concreto. Aquilo que veicula é retirado do próprio cotidiano da qual também faz parte. Com isso, tenta fazer das questões que levanta caixas de ressonância, que se propalariam junto aos eleitores que assistem aos programas, na medida em que neles encontrassem eco. Assim, o recurso utilizado é o da apelação a temas públicos que tem como intenção sensibilizar o espectador-eleitor, pela comoção ou indignação que aqueles temas poderiam acentuar.

Os temas da dignidade, ética, princípios, transparência, renovação e vida servem como exemplo. Martini parece procurar chamar atenção para temáticas que sempre aparecem no período eleitoral. A ética na política e a transparência no trato na coisa pública são elementos ressaltados pelos eleitores nas ruas, pelas mídias em geral e pelos candidatos como um todo.

No Brasil, existe um imaginário de negativização da política representativa por conta dos escândalos envolvendo o segmento parlamentar, no que tange aos desvios e/ou ao mal uso de verbas públicas e corrupção. Diante desse cenário, a questão da renovação é sempre permanente, um anseio por colocar no parlamento pessoas que realmente possam representar a população e que não estejam articuladas com a estrutura política vigente. Distanciar-se desta concepção de política é de suma importância para não ser comparado ou taxado como alguém que é parte dela, que é considerada viciada. Martini apela para essas dimensões, na medida em que evidencia e se coloca como um candidato que é diferente.

Por outro lado, Martini tentava chamar a atenção também para outras questões mais específicas. A dignidade, os princípios e a vida são questões endereçadas na sua campanha, mas que não são costumeiramente tratadas na cena política. As mídias não tratam destes temas e são raros os políticos que levantam tais bandeiras de forma direta. O aparecimento dessas temáticas tentava sensibilizar o eleitor para elementos que Martini, talvez, acreditasse estar guardado no âmago das convicções políticas dos mineiros. Isto porque os conectava com o universo da família, para ele portadora de características essenciais para a formação da pessoa humana. Ao elencar esses temas em sua campanha televisiva, Martini certamente apelava para o mito da “força da tradicional família mineira”⁷. Com isso, ao abordar dignidade, princípios e vida, Martini falava a partir e para um campo de sensibilidades certamente cognoscível.

No que tange as inserções ao longo dos blocos de audiência, Martini procurou fazer eco ao cenário de parcialidade das mídias mineiras, que só enfatizavam as candidaturas de Aécio, Itamar e Pimentel ao senado, deixando de lado ou dando pouco destaque às demais candidaturas. Teatralizou este cenário, apelando para a falta de compromisso das mídias, e alertando para o fato de que estas estavam procurando enganar o eleitor acerca do panorama da disputa, pois articuladas com as forças hegemônicas da política. A ênfase no fato de que o eleitor pode estar sendo enganado teve em vista alertá-lo e/ou despertar nele uma indignação com a forma como o processo político estava sendo conduzido, reduzindo a chance do eleitor conhecer outros candidatos e propostas.

Em relação às duas inserções dedicadas à questão da Ficha Limpa, tanto na dramatização da questão quanto no diálogo empreendido por Martini através da televisão, a

⁷ A campanha de Aécio e Itamar também procuram se fazer dentro deste mito da força da tradicional família mineira. Em uma das suas inserções, Aécio toma café com Itamar e dele escuta conselhos, metaforizando uma relação vertical e hereditária (velho para novo), que seria constitutiva deste mito. Em outra inserção, Aécio exibe sua ligação com seu avô, Tancredo Neves, marcando com ele uma continuidade para além do laço político, marcada pelo respeito e a admiração, outra marca daquele mito.

intenção era falar de um tema difundido no cotidiano, sobretudo por meio das mídias. Várias polêmicas apareceram às vésperas da eleição em relação à data da validade da lei, se ela valeria a partir de 2010 ou apenas a partir de 2012. Alguns políticos, que sofreriam o efeito da lei, entraram com recursos junto ao poder judiciário tentando arrolar a validade dessa apenas para a próxima eleição. Essa iniciativa foi vista como mais uma forma dos políticos tentarem burlar as leis do país, proporcionando comentários críticos de especialistas e analistas políticos em vários programas na televisão, bem como nas colunas dos jornais e em outras mídias. Com isso, virou trunfo político marcar a fidelidade e a legalidade da lei para as eleições de 2010, fazendo com que candidatos como Martini se distanciassem de uma negativização certa, ao pugnares pela sua imediata aplicação.

O tema da vida nas inserções dentre os blocos de audiência foi fortemente dramatizado, fazendo eco a uma série de situações públicas que envolviam a discussão sobre a legalização do aborto. A composição da família, nucleada, o lugar da criança nela e o cuidado que esta inspira, bem como os protestos que irrompem em contraposição à legalização do aborto, são os elementos acionados. Nesse sentido, Martini se ajustava a práticas que se faziam presentes, tanto culturalmente quanto politicamente. Culturalmente, por conta do peso que a família ainda tem no interior do imaginário mineiro⁸ e da sensibilidade que aflora nas pessoas quando diante da criança nos seus primeiros anos de vida. Politicamente, por conta do efeito-militância que o aborto produziu em alguns grupos levando-os a se engajarem em passeatas e abaixo-assinados, estando estes atrelados ou não a alguma religião.

5.2.3 O uso de símbolos e a mobilização dos sentimentos

Para que as disposições melodramáticas alcançassem algum êxito, a campanha de Martini ganhou um tom alegórico, marcado por uma proliferação, exploração e manipulação de símbolos e de sentimentos. Estes servem para detectar o processo político no qual Martini está inserido, na medida em que se conhece igualmente a aplicação desses símbolos e sentimentos dentro do processo político mesmo (Kertzer, 2001). Nessa direção, símbolos e sentimentos serviriam para gerar agregação, socialidades compostas em torno de opiniões sobre o mundo e como este deve ser, bem como em articulação com aquilo que o mundo

⁸ Pesquisas realizadas por Tavares (2004) e Camurça (2008) demonstram o peso da família no imaginário dos mineiros, a partir de investigações quantitativas e qualitativas com jovens secundarista do estado.

coloca a disposição para ser simbolizado e sentimentalizado. Na esfera política, sobretudo a eleitoral, essa expressão simbólica e sentimentalista pode ser encontrada em momentos diversos em que o candidato e o eleitor se encontram. Nessas ocasiões, aquelas expressões têm uma função política, sensibilizando a opinião pública e/ou produzindo demandas e pressões dirigidas às instituições públicas. Nesse jogo, símbolos e sentimentos são transfigurados procurando proporcionar um espaço de sensibilidade que possa ser compartilhado (Barreira, 2001).

Martini faz isso, apelando para questões da ordem da sensibilidade que possam agregar pessoas, uma vez que mobilizam sensações passíveis de gerarem agregação, tais como são as imagens veiculadas nos vídeos que acentuam determinados compromissos do candidato com segmentos coletivos, permitindo notar a existência de uma “gestão racional dos sentimentos que se manifesta tanto em momentos de controle e retração, como em situações de expressão radical das emoções” (Barreira, 2001:104). Esses sentimentos acabam dando “sentido a uma espécie de lógica capaz de transitar do pessoal ao genérico e universal” (Barreira, 2001: 107). Na medida em que os programas exibidos são emocionalmente expressivos,

[...] conectados com dimensões sociais fundamentais da vida social [,] os sentimentos afirmam princípios, restituem dimensões de moralidade a partir de situações diferentes, sendo, por conseguinte, não só expressão inusitada ou decorrência natural dos acontecimentos, mas ações construídas no cotidiano que fazem o próprio mundo social (Barreira, 2001:112).

Nesse cômputo reside a eficácia política dos sentimentos, “na medida em que provocam impacto, visibilidade e ações variadas na esfera pública”, sustentada por um “registro simbólico onde se situa a esfera dos constrangimentos universais, promotora de formas variadas de legitimidade”, cujos “apelos oriundos de situações dramáticas incitam formas de adesão fundadas em discursos performativos” (Barreira, 2001:113).

Dessa forma, podemos ver como a imagem de Martini vai ganhando visibilidade a partir das disposições simbólicas pelas quais seu nome vai sendo objetificado, mobilizadas por uma tônica sentimentalista. Isso tudo se dá pela televisão e no modo como seus programas são realizados, uma forma eficaz de proliferação da mensagem que se deseja transmitir. Os tipos humanos que são exibidos em cada um dos programas de Martini e a relação deles com algum tema exemplifica o tom simbólico e sentimentalista que vem sendo marcado.

Os jovens, expressando cor, idade e estilos diferentes, a mulher idosa e a mulher casada grávida estariam representando setores que colocam na esfera pública determinados anseios. Os jovens são colocados a falar de dignidade, ética, transparência e renovação, colocando Martini como articulado com o setor juvenil, sobretudo no que tange a ideia de renovação. Este tema tem sido propalado no discurso juvenil quando envolvidos na atividade política, pois próximo à ideia de mudança, que é jargão comum dentro desse segmento. A mulher idosa introduz a ideia de princípios, o que poderia produzir uma forte dimensão simbólica e sentimentalista situada ao redor da valorização de bases tradicionais. A mulher grávida e sua fala sobre a questão da vida estão certamente criando uma dimensão que articula maternidade e vida.

Um tom sentimentalista emerge na própria associação entre juventude e renovação que Martini poderia representar, bem como no peso das palavras dignidade, ética e transparência junto à opinião pública. Estas palavras também teriam, nos jovens, uma associação sentimentalmente significativa, uma vez que representariam demandas de uma geração de eleitores emergentes e que é afeita à ideia de que ela é a responsável pelas transformações sociais e políticas. O tom sentimentalista também está presente na imagem de uma mulher idosa quando pede por princípios. Sua experiência, metaforizada em suas rugas e cabelos brancos, daria a esta personagem a capacidade de transportar a mensagem. O mesmo ocorre na imagem da mulher casada grávida demandando por vida, que ao mesmo tempo transportaria a mensagem simbólica e sentimentalista em torno da família, já que representa ao mesmo tempo as figuras da esposa e da mãe.

A inserção sobre o panorama eleitoral, tal como estava sendo coberto pela mídia, foi uma daquelas exibidas ao longo do dia. Nela procurou-se salientar que existiria outra opção, para além das três candidaturas ao Senado que vinham ganhando destaque na mídia. Aqui, a dimensão simbólica e sentimental se dava na veiculação do modo como a mídia tentava ressaltar a existência de apenas três candidaturas para o senado. A propaganda procurava dizer que a ênfase dada aos três candidatos referidos seria uma forma de esconder do público outros projetos para o senado, sendo Martini um deles. Diante disso, sugeria que o espectador-eleitor tivesse a atenção voltada para esta trama de intransigência que procurava enclausurar aqueles que tinham nas mídias fonte de informação, já que apresentavam um cenário parcial da disputa para o senado. Nessa medida, o nome de Martini ganhava espaço, convidando o espectador-eleitor a conhecê-lo como um dos outros nomes que disputavam as duas vagas para o senado. A própria mensagem de que o eleitor estava sendo enganado poderia servir como um contraste na medida em que coloca os candidatos das mídias, de um

lado, e Martini de outro, polarizando a disputa entre aqueles que são metáforas da fraude contra aquele que seria a metáfora da transparência.

Quando abordado o tema da Ficha Limpa, as duas exposições, com seu tom simbólico, procuravam enfatizar o tema, em um dos casos, utilizando-se de uma metáfora e de sua encarnação; e, no outro caso, apresentando o responsável pelo projeto. Em ambos, a imagem de Martini envolvia a Ficha Limpa, tendo, em uma das inserções, um pedido explícito de apoio. A ideia de limpeza é trazida no programa em que uma mulher passa uma peça de roupa, sugerindo que um candidato deve trazer consigo uma história de retidão em sua ação pública concomitante com a clareza nas suas ações. A ideia de “passado limpo” se articula com a ideia de “passar a limpo”, essencial para a atuação política, conforme a cena procura indicar. A simbologia do crime de colarinho branco, metáfora da corrupção política, entra para apresentar a ideia da Ficha Limpa como uma forma de poder solucionar esse problema. Martini, em outro dos programas citados, compartilha com os espectadores-eleitores o sucesso da referida lei, apesar de se posicionar na dianteira desta, fazendo-se porta-voz de um desejo popular, quando se coloca como o viabilizador do mesmo.

Ao tratar da questão do aborto, outro programa exibido de forma rápida ao longo do dia, procurou sensibilizar o público com um jogo de imagens desenhadas, nas quais o discurso contrário à prática era evidenciado e no qual Martini despontava como defensor do referido discurso. A partir de vários símbolos, convocava-se todos aqueles que estavam em desacordo com a questão do aborto a se juntarem a Martini, a voz insurgente no Senado, para fazer com que tal lei nunca entrasse em vigor. A inserção procurava mobilizar, ao mesmo tempo, frases de efeito e imagens, como símbolos que pudessem colocar em movimento um tom caricatural antiaborto, na medida em que explora a questão da família e sua existência monogâmica e fraternal. Em conjunto com os símbolos – que marcavam a gestação (metaforizado na mulher grávida) e o cuidado com o filho nascido (metaforizado na mamadeira) como um *continuum* do sistema familiar –, procurava criar um mecanismo de demonstração da existência de uma rede em defesa da vida (metaforizado nas pessoas protestando) que pudesse contagiar o espectador-eleitor. Com isso, procurar mobilizar sentimentos em relação à indignidade perante o aborto.

5.3 INTIMIDADE CULTURAL E A CANDIDATURA DE MARTINI

A campanha de Martini revela uma intimidade cultural que pode muito bem servir para ampliar a compreensão de sua candidatura e o sentido multiposicional que ela toma. A ideia de intimidade cultural tem a ver com a demarcação, no tecido social, de “valores que os indivíduos e grupos consideram como ‘seus’, e que eles devem, ao mesmo tempo, seguir e apresentar aos demais” (Goldman, 2008: 150). Esses valores geralmente partem do “reconhecimento daqueles aspectos da identidade cultural que [...] fornecem aos iniciados a sua garantia de socialidade comum” (Herzfeld, 2005: 17-18). Isto irromperia, na esfera pública, com a capacidade de “tomar a forma de demonstrações ostensivas [...] que proporcionam aos cidadãos um sentido de orgulho desafiador em face de uma moral mais formal ou oficial” (Herzfeld, 2005: 18). Como consequência, esse processo seria o responsável pela fabricação de “estereótipos autoaplicados”, que são exprimidos pelos iniciados, muitas vezes à custa do seu próprio coletivo (Herzfeld, 2005).

Na medida em que é apresentada em público, esta postura estereotipada que as pessoas se aplicam por conta dos valores que desejam disseminar coloca em circulação uma poética social. Esta leva em conta “a possibilidade, imanente à própria linguagem e à própria cultura ou sociedade, de ‘comentar’ as mensagens no momento mesmo em que elas são emitidas, jogando assim com os códigos – digam eles respeito aos valores ou às posições” (Goldman, 2008: 151). Com isso, “as pessoas tentam transformar a vantagem passageira numa condição definitiva [ligando] a escassa poética do cotidiano a grandes dramas da pompa e da historiografia oficiais” (Herzfeld, 2005: 46). Para que tal empreitada tenha êxito, as pessoas acabam tendo que colocar em evidência uma série de essencialismos. Estes essencialismos são um tipo de estratégia que os atores sociais utilizam na fabricação de suas interpretações e justificações da vida cotidiana, implicando na “fusão de imagens com a realidade experimentada”, produzindo, por conta disso, versões sobre os acontecimentos (Herzfeld, 2005: 158).

A candidatura de Martini saiu às ruas de várias cidades mineiras, e seus posicionamentos ganharam espaço na mídia do estado. Entretanto, o volume desta presença pública e midiática, comparados com as campanhas de Aécio, Itamar, Pimentel e Zito, foi baixo. Dentro de um cenário de visibilidade reduzida, Martini procurou sempre, de modo enfático, marcar suas posições em relação ao tema da Ficha Limpa⁹, ao qual se fazia vincular como um dos articuladores. Também trazia à baila valores religiosos, que defendia

⁹ A Lei da Ficha Limpa ou Lei Complementar nº. 135 de 2010 é uma lei constitutiva da legislação brasileira que foi emendada à Lei das Condições de Inelegibilidade ou Lei Complementar nº. 64 de 1990. Ela torna inelegível por oito anos um candidato que tiver o mandato cassado, renunciar para evitar a cassação ou for condenado por decisão de órgão colegiado (com mais de um juiz), mesmo que ainda exista a possibilidade de recursos.

convictamente. Ainda marcava uma oposição em relação ao cenário das pesquisas eleitorais, que acusavam sua derrota.

Quando Martini tratava da Lei da Ficha Limpa, nas ruas e nas mídias, ele essencializava a questão, falando tanto da sua composição jurídica quanto política. A lei enfrentava uma controvérsia acerca da sua validade para o pleito daquele ano, sofrendo com uma série de ações por parte de candidatos que certamente sofreriam as consequências dela, se efetivada sua aplicação imediata. Em entrevista ao jornal impresso Correio de Uberlândia (em 17/09/2010), quando perguntado sobre esta questão, respondeu que acreditava na validação imediata da lei.

Primeiro, quando fizemos o projeto, nós discutimos com a OAB, com juristas, o Ministério Público. Tecnicamente nos acercamos quanto à constitucionalidade dessa lei. Posso assegurar que ela é constitucional. Segundo, foi uma lei de iniciativa popular. Então ela tem a pressão da sociedade. O Congresso ficou 17 anos e não regulamentou o artigo 9º da Constituição, foi preciso que a sociedade se mobilizasse. Isso dá a garantia de que não tem mais retrocesso nesse sentido. O que vai acontecer é que o Brasil será politicamente um antes do Ficha Limpa e outro depois do Ficha Limpa. E a partir de agora muda o comportamento do representante no Legislativo ou do administrador. Ainda que não tenha sido pego agora, o agente político pode ficar pendurado. Desde que seja condenado por um órgão colegiado ele estará fora de concorrer, podendo ficar oito anos sem participar do processo eleitoral. A lei veio para ficar, pode até ser aprimorada, mas não acredito em retrocesso. E nem a sociedade aceita.

O essencialismo, aqui, está expresso no recurso ao prestígio de instâncias jurídicas como fiadoras da lei, consultadas antes de ser levada à votação. Acrescido a isso, é criado outro essencialismo, no que tange ao processo que levou à crença na validade imediata da lei, haja vista a existência de uma pressão popular que teria sido a responsável pela canalização do projeto e que igualmente a tornaria irreversível. Com isso, Martini chega a apontar para uma cisão que se produziria no âmbito político, marcando uma época anterior ao projeto e outra posterior.

A dimensão jurídica da lei volta a ganhar evidência na entrevista de Martini ao Jornal MG-TV¹⁰. Quando perguntado sobre se “essa lei vai pegar ou já pegou” o candidato respondeu:

¹⁰ O MG-TV é um programa da Rede de Televisão Globo no estado de Minas Gerais. Na época das eleições, o programa realizou entrevistas com todos os candidatos ao senado no estado. A ordem das entrevistas, segundo o programa, foi definida por sorteio, e cada candidato era sabatinado pela apresentadora do programa por cerca de 6 minutos.

Já pegou, e isso é irreversível; agora, as liminares é do Estado de Direito que nós estamos. Porém, nós fizemos o Ficha Limpa de uma maneira muito segura; de forma que aquele candidato que entrar com recurso, o processo dele que o impediu de concorrer, passa a ter prioridade no julgamento. Em segundo lugar, independente do momento em que sair esse resultado, se ele for condenado, mesmo tendo tomado posse, ele é caçado. Portanto, se ele é inocente, ele vai recuperar seus direitos; se ele é culpado, ele vai perder, independente do momento que isso ocorrer.

Martini assegura, com isso, o poder de eficácia da lei pelo fato de que ela tem respaldo constitucional, justificando pretensos atentados contra a aplicação da mesma como um dispositivo inerente ao estado de direito, universal para todos. Para evitar algum artifício e arrolamento da sua aplicação, Martini assegura que a lei dá prioridade a todos aqueles que se julgarem injustiçados por ela, podendo desde recuperar o direito perdido até perdê-los pelo prazo determinado legalmente.

O mesmo processo de essencialização ocorre quando da divulgação de pesquisas, nas quais o nome de Martini não chega a 1% das intenções de votos entre os mineiros. Na entrevista concedida ao Correio de Uberlândia, Martini retrucou o resultado das pesquisas de forma enfática.

Veja bem. A última pesquisa que saiu foi antes do dia 12. Depois disso eu já melhorei, fiz debates. Segundo ponto: tenho certeza absoluta que hoje nós não temos mais que 80% das pessoas decididas a votar para senador. Então quero dizer que é muito difícil as pesquisas alcançarem o real em relação a senador. 90% dos mineiros não sabem que vão votar para dois senadores; 80% deles não tem definição do candidato – eu estou fazendo essa pesquisa. Então quando se diz que o Aécio tem 67% - de 20% dá 12% e não dá para eleger. O Itamar teria 44%, de 20% dá 8% e também não dá para eleger. Se me colocarem nessa margem de 1% não tem a mínima relação com a realidade. Pra se ter uma ideia eu tenho cerca de cinco mil pastores e três mil padres trabalhando para mim no Estado. Isso é um processo que, a partir do dia 20, começa a aparecer. Eu vou ganhar essas eleições e tenho convicção plena disso. Eu comecei minha campanha no dia 15 de agosto. O Aécio é candidato desde o ano passado. O Pimentel esteve na mídia o tempo inteiro com aquela confusão toda de que queria ser governador, depois senador. E o Itamar é um ex-presidente da República que virou papagaio de pirata do Aécio Neves. Então é normal que as pessoas se lembrem que eles são candidatos. Agora, à medida que nosso pessoal começou a trabalhar nas bases e começa a mostrar que somos candidatos, a adesão é muito grande. Tenho certeza de que vamos chegar e pode me cobrar isso no dia 4 de outubro.

Martini produz uma inferência estatística própria. Essencializa as interpretações dos números na medida em que divide as pesquisas em duas: uma que corresponde aos 20% dos

eleitores, que crê estar decidida sobre o seu voto; outra que diz respeito a 80% dos eleitores, que ainda não decidiram sobre em quem votar. Diante da primeira, nenhum candidato estaria garantido, pois na realidade as percentagens absolutas não ultrapassariam os 12%. Na segunda, o flanco estaria aberto, e é sobre ela que dizia estar confiante de sua eleição. Além disso, justifica os resultados baixos em relação ao seu nome devido ao fato de que sua campanha foi iniciada em 15 de agosto e que, a partir daquele momento, contando com a ajuda de milhares de pastores e padres, esse percentual se elevaria. Por fim, argumentou sobre a visibilidade dos candidatos Aécio, Itamar e Pimentel, que se dava há mais tempo, o que justificaria eles despontarem nas pesquisas, o que seria revertido logo que saísse em campanha.

Outra dimensão essencialista aparece em torno da questão da unidade das igrejas cristãs, que Martini afirmava existir em relação ao seu nome. O candidato considerava isto por conta dos apoios, que acreditava receber, dos segmentos evangélico e católico, especialmente o carismático. Assumido como membro da Renovação Carismática, Martini procurou demonstrar convergências entre suas bandeiras e os valores defendidos pelas agremiações religiosas cristãs.

Especialmente a nós cristãos, que estamos comprometidos com a vida, a família e os valores morais e éticos do Evangelho. No Congresso Nacional, temos lutado unidos; evangélicos e bons católicos, precisamos nos manter unidos e ampliar o número daqueles que, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, vão defender as nossas bandeiras. Venho alertando ao povo evangélico brasileiro que são muitas as propostas de leis em tramitação no Congresso Nacional e que são muitas políticas públicas em execução que afrontam diretamente a vida, a família e a liberdade religiosa. Cito como exemplo, o Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que estabeleceu metas a serem alcançadas no Congresso Nacional: aprovação do aborto, legalização da união entre homossexuais, legalização de adoção de criança por homossexuais, legalização da prostituição, retiradas das Bíblias e símbolos religiosos de todas as repartições públicas, o divórcio via internet.

Eu fui convocado pelas igrejas para assumir a candidatura ao Senado para ser um representante que defendesse as bandeiras que são comuns das igrejas católica e evangélica: serviço à família e valores morais e éticos do Evangelho. Diante das graves ameaças a isso, eu aceitei a convocação.

Estes fragmentos de entrevistas, concedida a um portal de notícias na internet e ao Jornal Correio de Uberlândia, respectivamente, demonstram a fabricação de uma ideia de unidade cristã respaldada na afinidade de bandeiras, por um lado, e um histórico de lutas em comum, por outro lado. Manter os laços políticos aproximados seria importante, na

perspectiva de Martini, para que as causas de cunho moral pudessem ser defendidas a partir do fortalecimento da representação cristã no Congresso. Católicos e Evangélicos são colocados como possuindo uma causa comum, que vem sendo traçada ao longo dos anos. Esta causa comum, seguindo Martini, é o motivo da sua convocação, pois mediador entre esses segmentos.

5.3.1 O recurso da família como nostalgia estrutural

A poética social da campanha de Martini ganha também um contorno de “nostalgia estrutural”. Este termo, no glossário de Herzfeld, significa a “representação coletiva de uma ordem edênica – um tempo antes do tempo” (Herzfeld, 2005: 193). Nesse sentido, a pureza originária buscada é sustentada por uma “saudade de um tempo de perfeito equilíbrio social” (Herzfeld, 2005: 200). A partir daí, estratégias são produzidas para converter a nostalgia estrutural em prática, visando à recuperação do passado idealizado, para com isso evitar o colapso da sociedade (Herzfeld, 2005). Entretanto, esse procedimento estaria longe de devolver a sociedade à sua conjecturada unidade original, mas apenas traduziria “a Palavra original numa Babel de ‘palavras de honra’ pragmáticas” (Herzfeld, 2005: 229). Isto se dá quando o tema da família ganha publicidade na candidatura de Martini.

[...] no Senado Federal falta um senador para levantar a bandeira da família mineira e da família brasileira, pois nesta legislatura houve um número pequeno de senadores defendendo a causa das famílias (Entrevista ao Portal da Internet).

Faço questão de deixar isso muito claro. Eu tenho uma visão de que a sociedade parte do fortalecimento da família, da preservação da vida e dos valores morais e éticos. Eu fui o coordenador, articulador e aprovei o projeto da Ficha Limpa. Uma sociedade sem esses princípios, sem esses valores, é falso qualquer desenvolvimento. Pode ter um progresso econômico, mas a sociedade não progride, não se desenvolve no aspecto global. Não somos contra pessoas. Respeito profundamente todo homossexual, mas dizer que dois homens vão constituir uma família, um matrimônio, aí já é demais. Essa é minha luta, mais no sentido de defender a família que propriamente ser contra eles (entrevista ao Jornal Correio de Uberlândia).

[...] se a gente considerar a sociedade brasileira, especialmente a mineira, ela é uma sociedade conservadora. Nós conservamos princípios, valores, conceitos, verdades e é isso que sustenta uma sociedade. Dizer que é progressista nesse sentido – em que você não valoriza a família, em que você não valoriza a vida, em que você não valoriza princípios e valores – isso é depor contra a sociedade: nesse sentido nós podemos dizer que somos conservadores. Agora, nós avançamos na medida em que percebemos que a sociedade culturalmente, ela progride, ela se desenvolve; e nós não vamos interferir no crescimento cultural, no desenvolvimento cultural. Mas nunca abrindo mão de princípios e valores fundamentais, do contrário nós teremos uma sociedade esfacelada. Nós que somos historiadores sabemos disso: sociedades todas que não preservaram esses princípios, esses valores se deterioraram com muita facilidade (entrevista ao MG-TV).

Esta família, de que fala Martini, coloca em movimento uma nostalgia estrutural em torno do mito da “força da tradicional família mineira”. Este mito se sustenta pela ideia que, em Minas Gerais, essa instituição se constituiria enquanto um espaço no qual “se reproduzem valores e costumes religiosos, mesmo considerando-se as atuais transformações na esfera familiar e a tradição sincrética que atravessa o campo religioso brasileiro” (Tavares, 2004). Essa força faria dela uma esfera a ser preservada pelos próprios mineiros, que a convertem em instituição sagrada fulcral para o estabelecimento de laços sociais elementares. Esse mito se evidencia na posição de Martini, pela disposição formativa no que tange a moral e os valores que acredita que ela carrega consigo. Aqui, a família é apresentada como fundamental para o desenvolvimento humano. Portanto, diante disso, o candidato se diz conservador desta instituição, pela importância que ela possui como horizonte normativo para a sociedade. Para o candidato, a família seria o pilar da vida das pessoas, elemento imutável no que tange a importância e centralidade que teria para a vida delas.

Por conta desse valor da família que defende, Martini evidencia posições claras acerca do casamento homossexual e do aborto, reforçando a questão da tradição. Isso pode ser compreendido a partir de pontos da entrevista ao MG-TV. Quando perguntado sobre a questão do casamento gay, ele respondeu:

Nós respeitamos profundamente o homossexual: cada um tem a escolha que quiser; ele faz da sua vida, do seu corpo, o que ele quiser. Nosso problema não é contra o homossexual, o nosso problema é em defesa da família – para nós, família é um homem, uma mulher que se unem para, enfim, o crescimento da prole e uma estabilidade emocional e psíquica para a formação daquele novo ser humano – isso é família. Dizer que dois homens ou duas mulheres constituem uma família, pra mim, pra nós, isso é uma agressão à família; nada a ver com sua escolha, sua opção sexual, que quer viver da maneira que você quiser [...] mas dois homens vão viver de maneira estável, garantida pela Lei, isso é uma ofensa ao matrimônio, ao casamento; é contra isso que nós somos... nós lutamos: somos contra a união de homossexuais, somos em defesa da família, porque ela é que dá o suporte necessário para uma sociedade se desenvolver.

[...]

Isso aí existe, o matrimônio, na lógica da procriação, de gerar uma estrutura familiar. Dois homossexuais podem se amar, podem viver juntos, não tem problema nenhum – essa é a escolha deles. Mas dizer que o Estado reconhece como uma família como a outra família... imagine as crianças, né? E eles querem também adotar crianças... imagine no dia das Mães, pra qual dos dois vai? Dia dos pais, para qual dos dois vai? Então, essa é a confusão que pode gerar na cabeça da criança e por isso ela precisa ser protegida também.

Quando indagado se o aborto é uma questão de saúde pública, sua resposta foi a seguinte:

Isso é uma falácia! Isso é um discurso do ministro Temporão, isso é um discurso que vem lá de fora do país.... o aborto é um caso de assassinato mesmo, não é de saúde pública não! E aí eles super-dimensionam esses números do aborto para dizer: “já que todo mundo faz, vamos legalizar”. Então, isso é mentira! No Brasil nós estamos se... oficialmente não existe porque é clandestino, mas pelas repercussões que dão nos hospitais em consequência do aborto clandestino praticado, a média é entorno de 50 mil – é um número alto mas não é 1 milhão como eles estão dizendo. E o que nós precisamos não é aprovar o assassinato daquela criança... imagina, que nem uma mulher com 4, 5 meses dizer, “não quero mais essa criança”, vai lá e mata; é uma vida que este dentro dela, está certo? Então, e um detalhe: os abortos clandestinos estão caindo em média, 10% ao ano no país; então, não é um problema de saúde pública não, saúde pública é o ministro da saúde, por exemplo, gastar dinheiro comprando gel para dar para a comunidade gay, por exemplo, dizendo que ela vai ter mais conforto na relação anal e não dar gel para as mulheres fazer o pré-natal. Então, o que as mulheres e as famílias precisam é de suporte, de apoio do governo – não dizer que é um problema de saúde pública, dizer que agora nós vamos matar aquela criança porque é um problema de saúde pública.

Apesar de aceitar a opção sexual das pessoas e do arranjo amoroso que lhe seria inerente, como sendo algo que acredita ser de opção individual de cada um, Martini reluta em considerar a união homossexual como uma formação familiar, com direitos e deveres assegurados por lei. O candidato visualiza a família nos seus moldes sacramentais cristãos e não vê a possibilidade de se considerar ou propalar uma ideia contrária. Nesse sentido, sua posição é defensiva em relação à família, que deveria ser salvaguardada dentro do universo da lei. Esse problema se ampliaria, de acordo com o candidato, na possibilidade desta noção de família estendida possibilitar a adoção de crianças por casais homossexuais. Enfatiza seu repúdio a essa questão, colocando sua preocupação com a formação da criança. Para ele, a formação desta seria problemática, na medida em que, sendo adotado por casais homossexuais, passaria a não ter referências identitárias definidas, no que tange a sexualidade, e de diferenciação de papéis (pai, mãe, etc.). O mito da tradicional família mineira aparece aqui na ideia de que ela tem a função de orientar a vida dos filhos a partir de um universo de papéis sociais distintos, cabendo ao pai e a mãe agir de determinada maneira, de acordo com uma natureza que lhes seria intrínseca.

Por conta disso, o aborto é repudiado, já que representaria uma quebra do ciclo da formação familiar. Para Martini, o aborto não seria uma situação de saúde pública. Saúde pública seria a preocupação com a família. Para Martini, o estado deveria dar suporte à família, não inviabilizar sua existência. Nesse sentido, o candidato procurava acusar o então Ministro da Saúde acerca dos números divulgados em relação aos abortos realizados irregularmente no país, que seriam altos, mas não na proporção divulgada. Além disso, marcava a incapacidade do Ministério da Saúde em facilitar a realização de pré-natais das gestantes, já que gastava mais dinheiro com gel para casais homossexuais do que com elas. Estes argumentos recolocam a importância da instituição familiar como referência para o estado, enquanto uma política pública que deveria ser assumida, o que mais uma vez evidencia a nostalgia estrutural em torno da família, que, apesar de ser pertencente ao universo do privado, poderia influenciar o universo do público – tal como reza o mito da força da tradicional família mineira.

5.3.2 A dimensão icônica da propaganda eleitoral

Retomando seu programa eleitoral, sua poética social se desdobra numa iconicidade, que se faz evidente nas bandeiras que Martini pretende defender. O termo iconicidade está relacionado com a capacidade que tem um ícone em representar, por semelhança, o mundo objetivo, ou de ser a imagem de um objeto real. Aqui “estamos a falar, não de coisas permanentes, mas de processos pelos quais a permanência e a existência objetiva são alcançadas” (Herzfeld, 2005: 130). Assim, o uso das coisas e sua aceitação, são as condições necessárias para que a iconicidade se desenvolva. Desse modo, a iconicidade trata, por exemplo, em reconstruir formas arcaicas a partir de expressões culturais modernas, apelar para a ideia de um mundo corrompido, reconstruindo textos originais, construir afirmações de similaridades entre modernidade e tradição, todas elas baseadas em ideias literalistas sobre o conteúdo cultural (Herzfeld, 2005).

A iconicidade da campanha de Martini aparece, primeiramente, nos temas que defende em cada programa do horário eleitoral gratuito. Cada programa eleitoral de Martini traz similaridades com temas correntes na vida social brasileira, tais como valores, ética, princípios, etc., veiculados na mídia e nos movimentos sociais. O caráter de iconicidade desses temas se deve ao fato deles serem dispostos como os que devem ser debatidos e colocados na dianteira do processo político, ganhando força na visibilidade televisiva, por meio do programa eleitoral gratuito. Além disso, são somados outros vetores dentro dessa dinâmica nominada de iconicidade, como pessoas sendo colocadas como porta-vozes das demandas emergentes. Elas podem se conectar ao imaginário do espectador, que nelas reconhecesse alguma legitimidade, na medida em que aqueles personagens coadjuvantes do programa de Martini são apresentados como a voz da população que clama e deseja ver tais temas debatidos. Ademais, o próprio Martini vai sendo apresentado como o porta-estandarte desses temas, por sua vontade e seu compromisso com eles ao longo de sua carreira política. Nesse caso, é sua ação que se converte em iconicidade, já que se faz aparecer como parte daqueles que desejam transformações e que, ao mesmo tempo, é capaz de levar a frente medidas para tal fim.

Quando Martini apresenta, em sua campanha televisiva, o tema da dignidade como pano de fundo, ele se inclina a falar sobre sua atividade no setor da saúde, na qual se preocupa em marcar a necessidade de atender de forma respeitosa as pessoas doentes (VÍDEO 1). O descaso do setor em relação a isso é apresentado nas entrevistas veiculadas, que afirmavam que “o atendimento hospitalar no Brasil, em geral, é dividido em camadas sociais”; “ele [o atendimento hospitalar] devia ser mais organizado e ter mais respeito com o cidadão”; e “eu não sei se ele [o atendimento hospitalar] é digno – porque eu creio que nem todo mundo tem o

mesmo acesso”. Nesse caso, Martini se coloca como alguém que pode contribuir para transformar a saúde em um lugar no qual passe a imperar a dignidade e o respeito. Imprimindo um tom eminentemente caritativo que, apesar de ter uma motivação que talvez seja religiosa, porque a caridade é um tema próprio desse universo, o argumento de Martini tende a se confundir com a obrigação do próprio dever político, de cuidar das pessoas que representa. Isso fica evidente no argumento colocado por ele em seu programa sobre dignidade:

AHá sete anos sou presidente do Instituto Mário Pena. Uma obra dedicada ao tratamento e prevenção do câncer. Só no ano passado foram mais de 1 milhão de procedimentos, cerca de 650 mil gratuitos. Para nós, mais importante do que tratar um paciente, é tratá-lo com dignidade e respeito. Porque dignidade é uma palavra que só ganha sentido quando é colocada em prática.

Aqui, Martini se apresenta como um político preocupado com as pessoas portadoras de uma doença e que precisam do serviço público, gratuito, para resolverem seus problemas de saúde. Ao falar que é presidente de uma entidade, que esta atende gratuitamente as pessoas e que os atendimentos devem ser dados com dignidade e respeito, acaba atravessando a fronteira do propriamente religioso e entra no terreno do direito cívico-humanista, uma vez que ser atendido em sua enfermidade com a devida atenção é um direito reconhecido por lei.

A incursão do tema da ética faz Martini valorizar este princípio como fundamento da vida pública e, para tanto, dá como exemplo do projeto Ficha Limpa, que coordenou (VÍDEO 2). Esses fundamentos são transferidos como condição de possibilidade para ser senador, a partir das expressões dos entrevistados em seu programa eleitoral, quando ressaltavam: “do Senador eu espero respeito”; “eu espero dignidade, eu espero compromisso”; “sinceridade também e trabalho, né, que é o mais importante”. Nessa inserção televisiva, Martini se consubstancializa com essas características, mostrando-se inclinado para a ética pública, que se expressa na fusão que faz de uma atividade parlamentar com o projeto que ajudou a aprovar.

A ética é uma exigência da convivência social. Do mais simples ao mais importante, todos devemos agir com ética. Na vida pública, porém, a ética é indispensável. Fico feliz de ter coordenado o Projeto Ficha Limpa, que elimina os maus candidatos. A lei já foi aprovada, agora é a sua vez. Na hora de votar, não deixe que decidam por você. Vote com ética.

É importante frisar que, neste programa de Martini sobre ética, a ação de campanha política é substituída por uma ação de aconselhamento, em afinidade com muitos dos anseios relacionados à ética na política veiculados nas mídias e compartilhado pelas pessoas de uma forma geral.

Isso ocorre de modo similar quando Martini procura veicular o tema da transparência, quando salienta mais uma vez o tema da Ficha Limpa (VÍDEO 3). Os argumentos como “com a Ficha Limpa vai ser bem melhor, né?”; “eu espero que com o Projeto Ficha Limpa, que acabe com a corrupção”; “agora vai ser mais transparente [...] as pessoas vão conhecer o candidato melhor”; servem para justificar a imagem de transparente do candidato, porque se tem a Ficha Limpa é porque se é transparente. Martini, sobre a transparência, afirmava:

Você já pensou que todas as coisas erradas normalmente são feitas às escondidas? Na vida pública, a transparência é uma exigência. Tenho muito orgulho de ter coordenado, até a aprovação final, o Projeto Ficha Limpa. Um instrumento que faltava, para afastar da vida pública brasileira, todos aqueles e aquelas que, no exercício do poder, não foram transparentes. Agora é com você. Na hora de votar, vote em quem seja transparente.

Por um lado, essas duas inserções (da ética e da transparência) estão em consonância com princípios republicanos, no que tange à preocupação com a qualidade dos representantes, inclinando Martini para uma posição de aconselhador. Por outro lado, quando toma a aprovação de lei numa dimensão pessoalista, Martini deixa de aconselhar e se converte em um defensor de sua causa, fazendo campanha sobre si mesmo. Isso se deve ao fato de que projeta para o público que, como candidato, uma vez que foi o coordenador da Ficha Limpa, poderia estar imune à falta de ética e ser detentor de transparência, alçando-o à condição de bom representante.

Outra incursão levou a cabo o tema dos princípios e, neste caso, Martini tomou partido de forma enfática sobre o que é ter princípios, quando estabelece a família como ponto de referência (VÍDEO 4). Nesse programa a fala de um jovem ecoa: “se um cidadão, ele observa violência dentro da família, ele tende a externalizar essa violência para a sociedade”. Ou seja, a família, como princípio da vida coletiva, é evidenciada, e Martini é colocado como o sinalizador desta bandeira, pois a tese do candidato encontra eco na fala do jovem. Martini, neste contexto, sinaliza:

aA família é a célula-mãe da sociedade. Se a família vai bem, a sociedade vai bem. É na família que aprendemos os princípios que orientam toda nossa vida. Sou de uma família de nove irmãos, com dois padres e uma freira. Apesar de termos sido criados numa favela, lugar de risco social, todos somos do bem. Tudo isso foi possível porque temos uma família cristã. Se queremos uma sociedade sadia, temos que proteger a família.

Para o candidato, é uma família cristã, ou pelo menos nos moldes cristãos (monogâmica e heterossexual, subentende-se), que dá suporte para uma sociedade moralmente positiva.

Quando o tema da vida é abordado, Martini assume a bandeira contrária à descriminalização do aborto, convocando os simpatizantes desta causa a se juntarem a ele, na defesa no nascituro (VÍDEO 5). Seu argumento articula-se com as expressões “o aborto é tirar a vida”; “é um atentado contra a vida [...] não acho legal essa concepção de liberar o aborto não”. Diante disso, Martini se coloca na esteira da criminalização, fazendo eco a uma parte da sociedade que deseja manter o aborto como crime, o que os depoimentos pretendem sinalizar, desejando, por conta disso, tomar a frente desse processo.

Querem legalizar o aborto no nosso país. Em 16 de julho passado, foi assinado em Brasília um compromisso com a ONU, de aprovar o aborto no Brasil. Você sabia que, de [19]73 até hoje, mais de 2 bilhões de crianças foram assassinadas pelo aborto? Há 16 anos defendemos a vida no Parlamento. Combatemos o aborto e criamos o Estatuto do Nascituro. Precisamos continuar essa missão ocupando uma vaga no Senado. Para isso, quero convocar você a se unir a nós nessa luta.

Apesar de estar implícito o pertencimento religioso do candidato neste programa, o fato do aborto ter lugar cativo dentre as bandeiras levantadas por coletividades que não são necessariamente religiosas em orientação, permite o enquadramento de Martini dentro de um jogo de reivindicações que não se situam somente em um espectro religioso, como os dos carismáticos, pelos quais Martini também se faz representante.

Quando o tema de fundo de sua campanha é a renovação, Martini não poupa críticas à situação que vigorava no senado, quanto à corrupção, escândalos e má aplicação do dinheiro público (VÍDEO 6). Esse imaginário é reforçado pelos depoimentos: “ganham muito bem para fazer muito pouco”; “é um mau exemplo, vamos assim dizer”; “não fazem o que deveria ser feito”. Martini, nesse contexto, quer se projetar como alguém imune a esse cenário, já que sua crítica encontra ressonância em alguns depoimentos, nos quais chega, inclusive, a se

identificar com aqueles que criticam o senado, sendo uma parte deste e desejoso, como eles, por uma modificação do quadro na qual se encontra a referida instância representativa.

O Senado Federal tem sido palco de graves denúncias da mídia. O que é ainda mais grave é que nada tem sido feito para mudar. É hora de renovar. De dar total transparência aos atos ali praticados. Acabar com os diversos cargos e diretorias que só aumentam as despesas com os altos salários e que pouco, ou nada, produzem. Para isso é preciso renovar. Eleger candidatos comprometidos com essas mudanças. E que tenham vontade e coragem de lutar. Pense nisso.

Nesse caso, Martini se coloca como o *continuum* de uma demanda popular que deseja uma condução idônea da esfera política.

Dentro dessa dimensão icônica apresentada na candidatura de Martini no horário eleitoral gratuito, chama a atenção uma moralidade produzida sobre uma aproximação dos universos religioso e político, que ganha cores na medida em que o desdobramento de uma honra compartilhada, oriunda do aspecto ético promovido pela campanha do candidato, enquanto horizonte a ser atingido, ganha inteligibilidade. A ideia de ética, na antropologia, pressupõe um “acordo em torno de normas e valores” que “se orientam por uma perspectiva universalista” (RCO, 1996: 18). De acordo com o pensamento de Roberto Cardoso de Oliveira (RCO, 1996: 35) – produzido sobre a influência de Otto Apel –, independentemente da coletividade na qual esta ética venha a subsistir, ela estaria permanentemente vivendo sob uma “validade lógica dos argumentos formulados no interior dessa [coletividade] [que] pressupõe necessariamente um acordo intersubjetivo entorno de regras explícitas ou tacitamente admitidas”. Isso acontece quando a própria coletividade produz argumentos que reconhecem o dever de todos em agir em conformidade com as regras e as normas que o consenso estabeleceu (RCO, 1996). Nesse sentido, a campanha de Martini, tal como mostrada, produz uma dimensão ética, apresentando um volume de atos agregados que referendam o compartilhamento de princípios intersubjetivamente aceitos, dando indícios de um consenso e do reconhecimento da validade do que estava sendo veiculado.

Os cidadãos estão representados, no programa de Martini, pelos transeuntes coadjuvantes da campanha. Eles trazem suas reivindicações e seus pontos de vista sobre determinadas questões. Cada fala carrega consigo uma ideia de consenso, pelo menos quanto

à existência de um problema, como são nos casos da ética na política, da transparência na condução da coisa pública, na renovação de um cenário político desgastado por um estigma de corrupção, na defesa da vida – que sofreria abusos pela intransigência do estado –, nos princípios – que são corroídos pela perda de valores e declínio da credibilidade de instituições tradicionais –, na dignidade como condição para uma existência humana e cidadã plena. Esse é o universo ético que a campanha de Martini procura marcar, chamando a atenção para certa universalidade dessas crenças que, consensuadas, passam tão perto da religião quanto da política, encontrando entre elas aproximações e, por conta disso, ajudando a moldar uma conduta a ser exigida do político, se este quer ser representante da coletividade que tem este universo ético por princípio.

Essa ética desdobra-se numa honra, socialmente produzida, e vai ser aí que a figura de Martini buscará ganhar evidência, enquanto representante legítimo do universo ético político-religioso, que foi produzido no seu programa eleitoral. A ideia de honra é pautada na reciprocidade entre conduta e valores, que vão orientar a posição do candidato dentro da sua coletividade. Isso “requer coerência entre subjetividade e externalidade, entre consciência, sentimento e comportamento [nos quais o honrado] é aquele que logra ser reconhecido por uma trajetória bem-sucedida na afirmação dos valores últimos que seu pertencimento lhe legou” (Teixeira, 1998: 31). Por esse caminho, a ideia de decoro tem lugar cativo, imprimindo à personalidade política um aprisionamento “à totalidade a que pertence e perante a qual responde; um tipo de pertencimento que articula responsabilidade individual qualificada à identificação entre indivíduo e grupo social” (Teixeira, 1998: 36). Ambas têm como imprescindível “que em todas as circunstâncias da vida cotidiana o sujeito tenha uma conduta digna, não [sendo] possível postular meia honra [e meio decoro] – em apenas uma esfera social – pois a honra [e o decoro] rejeita[m] a fragmentação do sujeito [já que] trata-se sempre da mesma pessoa” (Teixeira, 1998: 47).

Entretanto, há uma hierarquia de valores e regras de conduta que são levadas em conta. Existe uma permanente “avaliação dos princípios fundamentais em jogo e das alternativas de ação correspondentes” (Teixeira, 1998: 48), que não deixam de serem levadas em conta quando da definição de um posicionamento honrado e decoroso. Há nisso uma precedência ética, enquanto consenso sobre conduta e valores probos, que condiciona a ação política honrada e decorosa. Nesse cenário, ganha corpo “um dado sistema de valores em que o bom exercício da função política tem sido reduzida ao não recebimento de vantagens materiais ilícitas” (Teixeira, 1998: 74), ao mesmo tempo em que

[...] o sucesso em ação dependeria da sua capacidade de atualizar, em sua performance, os valores centrais à sua inserção [trazendo] para a análise, simultaneamente, convicções íntimas e realizações, intenções e reconhecimento social, ação no mundo e representação do mundo, biografia individual e evento (Teixeira, 1998: 153).

A forma como Martini se relaciona com os elementos éticos produzidos em torno dos consensos na transparência, ética, princípios, vida, renovação e dignidade elabora um sistema de honra em que sua conduta fica orientada de modo particular a cada uma destas esferas consensuais. Na dignidade, a ética pressupõe um reconhecimento da necessidade de um bom atendimento no setor da saúde. Isso exige uma honra pautada no atendimento eficaz dessa necessidade na medida em que se conhece a demanda e se luta por ela, como é o caso de Martini e sua posição de pessoa dedicada ao tema, por conta de sua liderança dentro de uma instituição de atendimento à saúde. A ética da ética, na política, constitui-se pela aceitação de uma posição comprometida com as pessoas, na qual a condição honrosa depende do agir com zelo e probidade. Isso Martini procura ser quando se coloca como o responsável por consolidar o projeto da Ficha Limpa, seu selo de comprometimento com as pessoas.

Quando a questão se dá sobre o plano ético da transparência, o combate à corrupção é troféu, o que é carimbado com a necessidade de ser ficha limpa. Nesse caso, a honra depende do fato do candidato se colocar em uma posição de pureza política, na qual a mácula é aceleradora da desonra. Aqui, Martini se posiciona de modo a ser visto como um dos primeiros, como político, a exigir um passado limpo para a pessoa que quer pleitear um cargo público representativo, provando isso com a ênfase de que foi um dos responsáveis pela lei que inviabiliza a candidatura de pessoas com corrupção comprovada. A ética, dentro da esfera dos princípios, articula-se com uma dimensão tradicional que coloca a família como a ponta-de-lança da organização coletiva. Nisso a honra depende da assunção da família como valor de referência, o que produz, na candidatura de Martini, um efeito de comprometimento com esse núcleo elementar de socialidade, enquanto exigência para o melhoramento da vida coletiva.

Na esfera da vida, a ética se resume à criminalização do aborto, na qual a honra correlata se dá pela aceitação dessa bandeira na cena política. Por conta disso, Martini apresenta sua luta de quase duas décadas pela manutenção do aborto como crime, bem como uma convocação ao protesto daqueles que rejeitam esta prática. Por fim, na renovação, só se tem um universo ético por conta da oposição à intransigência dos políticos para com seus eleitores, na medida em que se coloca que eles pouco fazem. O componente honorífico está

diretamente ligado ao afastamento dessa imagem do político que não faz o que deveria fazer. Nesse particular, Martini se coloca em uma posição de acusação contra as mazelas praticadas no Senado, por um lado, e de exigência por retidão e minimização do gasto parlamentar, por outro.

Esse sistema de honra, analisado a partir de seus dispositivos éticos, circunscreverá um universo moral que será marcado por um reconhecimento da responsabilidade embutida na própria ação política da pessoa que quer ser um representante. A moralidade, nesse âmbito, tem a ver com a existência de uma ação proba, baseada em princípios, pelos quais uma meso-esfera, que trabalha sobre a ideia de uma ética da responsabilidade como artifício recursivo, incorpora os valores morais particularistas (questões íntimas) da micro-esfera com os valores universalistas (questões vitais humanas) da macro-esfera (RCO, 1996: 69-71). Essa ética da responsabilidade (Weber, 1974; RCO, 1996; Teixeira, 1998) considera o fato de que a consciência das consequências é levada em conta quando se pretende algum fim político, convivendo, entretanto, com as convicções e paixões (ética das convicções), que participam também da prática política.

A questão do cuidado com o próximo, expresso nas esferas da dignidade, da vida e dos princípios, tem, por um lado, uma forte inclinação religiosa, conquanto defenda a família como pilar da vida social e a caridade como inclinação necessária para a valorização da pessoa humana. Esta perspectiva é afim com um universo de convicções orientadas pela religião que norteiam a prática política de Martini. Por outro lado, estas mesmas esferas igualmente se inclinam para uma dimensão propriamente política, quando a família se coloca como estrutura elementar de socialidade ou quando a caridade passa a se confundir com um direito de acesso a bens de subsistência básicos inalienáveis e que devem ser respeitados.

Já a questão do compromisso com o eleitor induz Martini a produzir um conjunto de inserções ligadas à lisura com o trato das coisas públicas e a mudança das atuais formações legislativas corrompidas, que se aproxima muito de um imaginário político que tem demandado este tipo de comportamento. Nisso reside uma situação de responsabilidade que se converte em um permanente movimento da candidatura, uma vez que as convicções propriamente ditas, sobretudo aquelas orientadas religiosamente, são colocadas em segundo plano, em benefício do compromisso responsável, uma vez que as mensagens procuram galgar uma disposição à universalidade.

5.4 A JUSTIFICAÇÃO DO APOIO POLÍTICO

A produção da candidatura de Martini para o Senado encontra, nas propagandas e campanhas nas ruas e nas mídias, um elemento curioso para sua justificação enquanto proposta política viável. Ao lado do próprio candidato, aparecem outros personagens que estão a demonstrar apoio a ele e a sua proposta. Estabelecem com sua presença um pacto de confiança, falando, ao mesmo tempo, para e pelo segmento social a qual pertencem. Isso se dá virtualmente, fotografando-se ao lado do candidato ou aparecendo em alguma propaganda filmada ou gravada em defesa dele, ou presencialmente, andando com ele nas ruas e no interior de determinado agrupamento, ou, ainda, compondo o palanque dos comícios com ele. Quando se colocam a falar, falam daquilo que o candidato fez e/ou poderá fazer pelo segmento a qual o apoiador pertence. A razão desse comportamento está na necessidade da candidatura política se fazer razoável o suficiente para ser escolhida como a preferida dos eleitores, sendo a adesão de apoios a melhor forma de se fazer ouvida, pela visibilidade que isso acarreta.

Martini visualiza em sua campanha para o senado três planos de apoio: as de lideranças renomadas do catolicismo carismático nacional e regional; a de lideranças de alguns setores evangélicos; e as de católicos carismáticos, clérigos e leigos, cuja inserção se inscreve a nível local. Ao que parece, somar em favor do candidato nomes de referência serve para demonstrar a visibilidade dessa candidatura, tornando-a aceitável para determinados segmentos. Nesse sentido, quanto mais abalizado o apoio conseguido, maior a chance de ganhar projeção e sucesso dentro do segmento na qual pretende se inserir. Sem o reconhecimento daqueles nomes de referência, a eleição ao cargo pretendido parece ficar cada vez mais distante. Por isso que esses apoios afloram durante as eleições e acabam sendo utilizados pelo candidato enquanto um recurso para produzir adesão. Dentro dos segmentos, o candidato tem disponibilizado para si uma constelação de declarações, cuja visualização é perceptível em suas propagandas nas ruas e na internet, bem como dentro dos próprios espaços a que pertenciam os declarantes.

Obter um leque de apoios a uma candidatura é uma das condições para viabilizá-la (Palmeira & Heredia, 2006). Fazer isto é importante pelo fato de que “na hora de votar, as pessoas acompanham a facção a que pertencem ou em quem votam as pessoas com quem tem compromissos (com que estão comprometidas e/ou com que se sentem comprometidas)” (Palmeira & Heredia, 2006: 48). Nesse contexto, os vínculos estabelecidos são a prova de que o candidato está no caminho certo, uma vez que estes vínculos, sobretudo com aquelas pessoas destacadas, dão um indício de que ele está em condição de ser aceito por parte do eleitorado do segmento com a qual flerta. Isso se deve ao fato de que o eleitor, segundo Max

Weber (1974: 73), “procura o nome do notável que lhe seja familiar [,pois] desconfia do homem que lhe é desconhecido”; conhecendo-o, “a ele se apega firmemente”.

Diante desse cenário, composto por pessoas destacadas que se colocam em favor da candidatura, é plausível considerar a tese do efeito de agregação de votos que eles podem vir a ter dentro de um processo eleitoral. As pessoas destacadas exercem influência sobre outras, dentro dos segmentos sociais a que pertencem. Nessa direção, Gabriel Tarde (19???: 247) sinalizava para a existência de uma “irradiação dos exemplos de cima para baixo”, levando as pessoas a considerar a opinião daquelas que costuma ter como as mais destacadas de seu meio ou que, pela posição que estas possuem, acabavam exercendo uma força persuasiva irresistível sobre as demais. Para Born Thomassen & Arpad Szakolczai (2011: 53), esses notáveis tem “a capacidade de criar objetos de contestação e agitar o público de forma incontrolável”. Isto ocorre no caso de Martini. Cada apoio é apresentado como portador de uma posição destacada dentro de cada meio no qual o candidato deseja se fazer representante, o que poderia passar a contar positivamente na medida em que conseguissem converter sua notoriedade em adesão para o candidato.

Por isso que, quanto mais apoio um candidato consegue receber, maior a chance dele conseguir transferir para si a influência do apoio recebido. Desse modo, reconhecer quem é quem no conjunto de apoiadores de um candidato dá inteligibilidade para a dinâmica das redes sobre as quais a trama das candidaturas se desenvolve. Segundo Jeremy Boissevain (1987), existe um fluxo no estabelecimento de vínculos que podem formar alianças temporárias úteis. Para o autor, “as relações interpessoais são estruturadas e influenciadas, no modo através do qual indivíduos – vistos como empreendedores sociais – procuram manipulá-las para atingir metas e resolver problemas, e na organização e dinamismo das coalizões que constroem para atingir seus fins” (Boissevain, 1987: 197). Essa prática, então, exerceria algum tipo de impacto sobre as formas de promoção, ideologia e conflito que, no caso das eleições, aparecem no momento em que os vínculos somados podem possibilitar ou sugerir uma conduta ou movimento a ser executado.

As eleições inauguram para um candidato um tempo de tensão permanente, porque é necessário ganhar votos e, por consequência, tirá-los de alguém, logo, perder votos é dá-los a alguém, colocando em xeque as chances de eleição. Desse modo, é plausível pensar que

[...] as pessoas em conflito entre si ganhavam, não tanto porque estivessem certas, ou seja, porque apresentassem os argumentos moralmente mais fortes ou defendessem valores mais importantes que os seus oponentes, mas porque tinha acesso a aliados mais influentes capazes de exercer pressão sobre seus rivais e aliados (Boissevain, 1987: 198-99).

As eleições dependem desse jogo de alianças, na medida em que o candidato precisa dos outros, sendo-lhe “impossível satisfazer seus próprios interesses a não ser que leve as outras pessoas em consideração e, portanto, possa demonstrar que sua ação os beneficia de algum modo” (Boissevain, 1987: 200).

5.4.1 O apoio de lideranças religiosas

No plano de apoios oriundos de lideranças renomadas do catolicismo carismático nacional e regional, em favor de Martini, evidenciam-se: Marcos Volcan, presidente nacional da RCC; Pe. Eduardo Douguert, um dos precursores do catolicismo carismático no Brasil e fundador da TV Século XXI, que possui orientação católica e carismática; Sérgio Zavaris, coordenador nacional do Ministério Fé e Política da RCC; Rogério Rosa, coordenador estadual da RCC em Minas Gerais e Tasto Coutinho (Tatá), fundador da Comunidade Javé Nissi, localizada na cidade de Pouso Alegre, no sul de Minas Gerais. Desses apoios, apenas Rogério Rosa e Tatá são eleitores no estado de Minas Gerais e, por isso, seus votos a Martini são tão garantidos quanto seus apoios. Entretanto, as outras três personagens têm para candidatura de Martini, como também o tem o apoio de Tatá e Rogério, um peso significativo.

Conheço Miguel Martini há muito tempo: eu não sei se são trinta anos ou mais – conheci quando era muito mais jovem. Eu acredito que pessoas cheias do Espírito Santo têm que estar na ativa. E na ativa também em política, não há dúvida que Deus dá uma vocação sim, para cristãos católicos, comprometidos com a Igreja, cheios do Espírito Santo, ser ministros de Deus lá na política. Eu estou incentivando, abençoando, exaltando para que seja o grande sucesso, sim, lá no Senado. Sabe que muitas pessoas falam mal dos políticos? Sabe por quê? Porque os bons, pessoas excelentes não estão ali. E nós cristãos temos que orar pela política e apoiar a eleição dos nossos queridos para a vida (Pe. Eduardo Douguert, precursor da RCC no Brasil e diretor da TV Século XXI).

Se o movimento contribui para a eleição do Martini, para nós será uma grande vitória – não só para ele como senador, mas para nós também como

Renovação Carismática Católica. É importante o movimento se unir para eleger o senador, porque a partir disso, com certeza o movimento vai ser respeitado pela força que tem (Rogério Rosa coordenador da RCC em Minas Gerais).

O povo mineiro tem uma forte tradição política e merece ser representado à altura: o candidato Miguel Martini tem se destacado no cenário político por sua postura totalmente coerente com os valores cristãos que defende. Sabemos que existem hoje no Brasil grupos utilizando falsos argumentos para tentar convencer a sociedade brasileira de que o aborto é necessário em nosso país. Miguel Martini ao contrário, tem se posicionado firmemente contra tal proposta. No nosso Hino Nacional, proclamamos que nossa pátria é mãe gentil – uma mãe gentil não mata seus filhos – portanto, não podemos aceitar nenhum tipo de iniciativa que afronte a vida, principalmente de inocentes indefesos. Homens e mulheres de boa vontade são chamados a se mobilizar e impedir que a descriminalização do aborto seja aprovada em nosso país, por isso precisamos de políticos que tenham bom senso e disposição contra tais iniciativas e que façam valer a vontade da grande maioria dos brasileiros que é contra tal crime. Numa eleição temos a oportunidade de escolher quem vai nos representar: é preciso que sejam pessoas idôneas, comprometidas com a vida em todas as fases. Miguel Martini tem assumido publicamente esse compromisso; como senador da república ele será também a voz de todos os brasileiros, representando especialmente o estado de Minas Gerais, como toda dignidade que o povo merece (Marcos Volcan, presidente do Conselho Nacional da RCC).

eEu conheço o Martini há muito, muito tempo. Conheço Martini desde a época da ofensiva nacional, quando ele foi coordenador de Minas, do estado de Minas Gerais; é um companheiro de lutas há muito tempo. Acompanho Martini desde a época que ele foi candidato pela 1ª vez: quando ele saiu candidato apoiado pela Renovação Carismática de Minas Gerais. Eu lembro dessa reunião, estava presente nela. Sempre fui, assim, um apoiador: acho ele um homem sério, um homem comprometido com a doutrina social da igreja; as bandeiras que ele tem levantado – desde a época de deputado estadual, também deputado federal – são bandeiras coerentes com a sua fé, coerentes com a doutrina social da Igreja, coerentes com o pensamento da Igreja, por isso eu sempre apoiei o Martini. Agora, nessa aventura dele, no sentido de fé, de confiança de ser indicado para o Senado, dentro de um processo de discernimento que eu acompanhei – sempre apoiei Martini e apoio agora também nessa candidatura ao Senado, já que precisamos no Senado de homens do porte dele: homens que são capazes de discernir a vontade de Deus, seguir o Evangelho, seguir a orientação da Igreja e, sobretudo, homens de testemunho de vida, de santidade, honestidade, de coerência: por isso Martini é meu candidato para o Senado. Falar que a vida, a defesa da vida contra o aborto; a defesa da união legítima de marido e mulher, contra essa opção estranha de casamento de pessoas de mesmo sexo; essa questão da defesa da vida também, na pesquisa das células tronco embrionárias - isso tudo são questões que estão vinculadas ao evangelho, são vinculadas até ao velho testamento: ‘Não matarás’. Portanto, Martini, defendendo esses valores, não está defendendo valores ultrapassados, está defendendo valores atuais (Tatá, coordenador da RCC).

É um momento de se lançar redes mais ao fundo e nós percebemos que esse chamado pro Martini se reveste de toda uma noção de Deus, na medida em que, de fato, ele se coloca à disposição da Igreja, tendo o histórico de trabalho já de 16 anos como deputado e que permitem, por esse histórico e pela sua participação dentro daquilo que são a defesa das causas que a Igreja tem como mais importantes – a defesa da vida, a defesa dos valores que constituem a doutrina social da Igreja, como um bem muito importante para nós. A gente, a Renovação entende que é preciso que nós não nos calemos nesse momento em que uma participação cívica ela é demandada na medida em que nós não podemos nos silenciar: omissão também é um pecado. Portanto, nós começamos a fazer uma incursão nessa leitura do cenário político, mas também da política pública, da inserção junto à nação brasileira, do modelo de país que nós queremos para os nossos filhos, para as futuras gerações; e de uma maneira que nós possamos construir uma grande nação. E entendemos que valorizar as instituições democráticas que hoje estão estabelecidas é tentar participar, em todos os níveis, em especial, nesse momento, que através da candidatura do candidato ao senado, do Miguel Martini, nós buscamos a presença de um cristão, de um testemunho dentro de uma cadeira do Senado possa também colocar não só o valor daquilo que nós professamos enquanto Igreja, mas também a importância de uma instituição como é o Senado. Nós vimos aí no passado muitas questões sendo colocadas em relação à desvalorização de algumas instituições por motivos diversos, mas que nós entendemos que pessoas passam e a gente precisa valorizar a instituição, valorizar os mecanismos democráticos que estão postos para um Estado de Direito - como é o que nós atualmente temos - e dessa forma, fazer com que a participação seja a via mais expressiva de valorizar a democracia e valorizar aquilo que nós temos de mais caro que são os valores cristãos (Sérgio Carlos Zavaris, coordenador do Ministério Fé e Política da RCC).

Pe. Eduardo Douguert e Tatá fazem parte da história da RCC desde que esta foi transladada dos Estados Unidos para o Brasil. Esta notoriedade coloca Martini favorecido por um apoio por demais abalizado. Pe. Douguert tem uma visibilidade nacional e seu nome é reconhecido dentro do catolicismo carismático, devido tanto ao seu pioneirismo na fundação da RCC no Brasil quanto ao seu protagonismo na criação da mídia católica televisiva no país (Souza, 2005; Carranza, 2011). Essa sua condição privilegiada o ajudaria a levar o nome de Martini para regiões de Minas Gerais nas quais o candidato não seria muito conhecido, ou nas quais precisaria de um apoio mais significativo para ter sua capacidade representativa reconhecida. Tatá, com visibilidade mais local, por sua vez, poderia com seu apoio fortalecer o nome de Martini junto às dezenas de casas de formação que a comunidade – que Tatá fundou – tem no sul de Minas Gerais, que, pelo que é propalado, somariam quase 40 mil adeptos.

As falas dessas personagens apontam para Martini enquanto o baluarte de uma presença de militante católico no senado que, segundo eles, deve ser utilizado como espaço de canalização de um imaginário católico e católico carismático. Ambos apoiadores mencionam

o contato de longa data com o candidato como recurso para produção de confiabilidade, certamente por conta do lugar de onde falam. A salvação da política por políticos cristãos é tematizada em Douguert, na medida em que os vocacionados, enquanto personificação das pessoas de bem, passam assumir seu lugar na esfera política. Em Tatá, os valores cristãos são valores atuais que não devem deixar a pauta pública, sendo esse o compromisso que ele diz ser o de Martini.

Os apoios de Marcos Volcan, Sérgio Zavaris e Rogério Rosa são também tão singulares quanto os apoios de Douguert e Tatá. Eles representariam o aval “oficial” do próprio catolicismo carismático à candidatura de Martini. Isso porque existe uma resolução de 2009 acerca das eleições de 2010, que dá à direção nacional da RCC o monopólio de decidir sobre as candidaturas majoritárias a nível estadual e nacional¹¹. Por conta disso, Martini talvez se considerasse, nas eleições de 2010, o candidato da RCC ao senado. Nessa medida, é certo que contava com uma pressão sobre grupos e comunidades, coordenações e ministérios, a aderir seu nome e a buscar, diante dessa sugestão colocada pela hierarquia do movimento, fortalecer a adesão de seu nome junto aos fiéis. Enquanto nome exclusivo, que receberia o apoio da hierarquia da RCC, Martini talvez estivesse apostando todas as suas fichas em uma transferência de votos quase que automática dos carismáticos para sua candidatura ao senado, diante da notoriedade dos declarantes e daquilo que ela poderia estar representando.

As falas desses apoiadores sinalizam para uma convocação do eleitor para a participação política, visando assumir uma posição de defesa dos valores cristãos e de compromisso com a vida. Para Volcan, isso seria signo de idoneidade política, personificada na figura de Martini. Ao defender a vida, nesse cenário, Martini estaria fazendo eco à voz da maioria, segundo Volcan. Nesse caso, o princípio democrático da representação ganharia espaço, amalgamando religião e política. O mesmo se daria quando da ênfase na defesa da vida enquanto algo expresso no hino nacional, entrelaçando religião e civismo.

A pretensa presença de Martini no senado toma igualmente outras duas direções. Por um lado, tal como Rogério Rosa apontava em seu apoio, a conquista da vaga ao senado pelo candidato demonstraria a força política da própria Renovação Carismática. Por outro lado, tal como sinalizava Zavaris, a presença de Martini na referida casa expressaria tanto a defesa de um estado de direito que favoreceria os valores cristãos quanto a valorização do Senado enquanto instituição pública e democrática.

¹¹ Sobre esta resolução e seu lugar na atividade política do catolicismo carismático ver o Capítulo 3 desta tese.

5.4.2 A busca por uma unidade cristã

Martini também encontrou apoio no segmento evangélico. Desses apoios, por um lado, Martini encontrou respaldo para sua candidatura no interior do “Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política” (FENASP) (ANEXO 6); por outro lado o candidato recebeu apoio de um pastor da Igreja Batista Getsêmani. A carta continha os seguintes elementos:

É nossa obrigação testemunhar o brilhante trabalho, em sintonia com a Frente Parlamentar Evangélica, do Deputado Miguel Martini – PHS/MG, que agora é convocado a concorrer a uma vaga no Senado Federal – Senador pelo Estado de Minas Gerais. Por esse motivo, solicitamos ao(a) Nobre Pastor(a) que mobilize suas forças no sentido de apoiá-lo, para que tenhamos no Senado Federal, mais um valente defensor dos nossos direitos.

[...]

O Deputado Miguel Martini quer e precisa estar no senado, na próxima legislatura para ser o senador da família mineira e da família brasileira, pois nesta legislatura tivemos um número pequeno de senadores defendendo nossas bandeiras e mesmo assim, lembrem-se, que o divórcio instantâneo passou naquela Casa de Leis com muita facilidade e o PLC 122/2006 só não foi aprovado por conta das pressões externas, pois no Senado pouquíssimos senadores se opuseram a ele.

[...]

Os evangélicos precisam saber que na próxima Legislatura o palco de todas as lutas em defesa da vida, da família e da liberdade de religiosa será o Senado Federal e necessitamos contar naquela Casa de Leis com ousadia, a coragem e com o preparo do Deputado Miguel Martini.

[...]

Registramos que em pesquisas recentes detectamos que são poucos os candidatos ao Senado reconhecidos como pró-vida e pró-família que terão a oportunidade de se elegerem no Brasil, ao contrário do Deputado Miguel Martini que tem muita chance de ser eleito senador pelo povo cristão de Minas Gerais. Assim, precisamos nos unir com este objetivo e garantir uma cadeira em defesa da vida, da família e da liberdade religiosa no Senado Federal. Os cristãos do Brasil contam com a Igreja Evangélica de Minas Gerais. Deste modo, o FENASP - Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política recomenda aos pastores e aos líderes evangélicos de Minas Gerais que apoiem o Deputado Miguel Martini nas próximas eleições para o Senado Federal¹².

Já o apoio da Igreja Getsêmani foi colocado do seguinte modo pelo seu pastor:

O Candidato ao Senado, Deputado Miguel Martini, tem pautado sua atuação política, sempre em busca de uma sociedade mais justa e fraterna, pondo em prática os princípios do cristianismo na atividade política, lutando a favor da vida e família brasileira. Há vários projetos de leis tramitando no Congresso Nacional que vão de encontro a palavra de Deus; a liberação do aborto, o infanticídio, a PLC 122 conhecida como a lei da mordaca, e o PNDH-3 que representa uma ameaça à vida, à família, à igreja e à sociedade brasileira. Por isso, como candidato, pastor, pai e avô, apoio a candidatura do Deputado federal Miguel Martini ao Senado, pois o conheço há mais de 20 anos e sua atuação parlamentar sempre foi pautada na defesa da vida e dos valores cristãos, e acredito que seremos muito bem representados. Precisamos de Miguel Martini no Senado. Contamos com suas orações, seu apoio, seu voto (Pastor Jorge Luis Coelho Linhares – Igreja Batista Getsêmani).

O FENASP é uma entidade que reúne lideranças e parlamentares evangélicos, articulados, segundo eles, em torno da defesa das igrejas e da nação brasileira. A carta emitida por esta instituição em favor de Martini marca uma aproximação deste com o setor evangélico, que se converteria em um manancial de votos para o candidato, conquanto os pastores aceitassem a indicação de seu nome. Esta carta, certamente circulada entre as igrejas evangélicas do estado, faz um apelo em favor de Martini, na condição de detentor de uma trajetória parlamentar condizente com as bandeiras levantadas pelo Fórum. Alerta para a situação negativa do senado em relação aos temas defendidos pelos evangélicos, ao mesmo tempo em que Martini é colocado como um político em que se pode confiar.

O pastor Jorge Linhares era Presidente da Igreja Batista Getsêmani, em Belo Horizonte/Minas Gerais, havia 28 anos. Presidia o Conselho de Pastores do Estado de Minas Gerais (CPEMG) e a Associação de Escolas Cristãs de Minas Gerais. Além disso, sua notoriedade estendia-se ao campo religioso literário, uma vez que já havia escrito 215 livros, alguns deles traduzidos para o inglês e o espanhol, como “Bênção e Maldição” e “Águia ou

¹² Esta carta foi assinada pelo Pastor Wilton Acosta, presidente Nacional do FENASP.

Galinha”. Receber o apoio de tal personagem reforçaria, ainda mais, a ligação de Martini com os evangélicos, na medida em que a notoriedade do pastor parecia se fazer presente para além de sua igreja em particular. Sua reconhecida ligação junto aos demais pastores, bem como dentro do centro educacional cristão ou junto a leitores de sua obra, fortalecem aquela ligação. A fala do Pastor Jorge coloca Martini em sintonia com princípios já comuns ao seu universo de pertencimento religioso, reforçando sua figura enquanto um baluarte da causa cristã no senado. Por fim, seu compromisso com a família e a vida no âmbito da política foi destacado como sendo de longa data.

5.4.3 O apoio das bases

Nos apoios vindos de católicos carismáticos, clérigos e leigos, cuja inserção se inscreve a nível local, Martini tem a seu favor Giovanni Ignácio, coordenador da RCC de Toledo/MG, da Diretora da APAE de Bueno Brandão/MG, e do padre José Raimundo, da diocese dessa mesma cidade. Esse plano de apoio marca outra direção para a candidatura de Martini.

O que eu admiro na pessoa do Miguel Martini é a sua consciência de cristão, sua consciência de cristão naquilo que é convicção dele, a convicção dele de ser um testemunho pra gente no meio do cenário político (Giovane Ignácio, coordenador da RCC em Toledo/MG).

Nos ajudou muito, entrou com a sua colaboração, nós, que já o admirávamos pelos patamares que ele defende: de ética, seus projetos sociais que tanto precisamos de mais políticos engendrando por esse caminho, que tornem os rumos do país mais dentro da ética, se preocupem mais com as atitudes sociais (Pe. José Raimundo. Diocese de Bueno Brandão/MG).

A APAE de Bueno Brandão deve muito ao deputado Miguel Martini. Nós o admiramos muito e estamos com ele nesta campanha. A gente estava até desanimado. Quando eu conheci o deputado, primeira vez que eu lhe falei, para outras pessoas junto com ele, no microfone, foi dessa maneira que eu me dirigi a ele: que quando já estávamos desanimados de encontrar alguém em quem pudéssemos confiar e que entendesse a nossa língua – a nossa língua de católico – essa preocupação dele de defesa da vida que é outro ponto, que a gente admira. Que eu já trabalhei com pastoral familiar, é muito importante e infelizmente a sociedade está perdendo o valor que deve ser dado realmente à instituição ‘família’, e com esse deputado, nós viemos resgatar esses valores. Fez uma diferença muito grande, porque nós víamos

aquelas paredes em pé, quando o padre José Raimundo assumiu aquela obra e quis terminar vendo que as crianças num outro prédio completamente sem condições, a gente olhando aquelas paredes que foram levantadas já anteriormente pelas gestões anteriores, aquela dificuldade; a gente tava vendo que aquilo ia ruir e não tinha fim. Foi quando o Pe. José Raimundo, buscando apoio do deputado nos consegui essa ajuda e nós fizemos aí a conclusão, pelo menos dos pavimentos – dois pavimentos - que puderam abrigar os alunos (Sônia de Fátima, diretora da APAE de Bueno Brandão/MG).

Os apoios locais representam o outro lado da tentativa de Martini em se projetar, de forma eficaz, por sobre o eleitorado mineiro. Ele procurou realizar uma peregrinação pelo interior de Minas Gerais e aí, através de uma rede de vínculos do catolicismo carismático, tentou se fazer presente junto a população local. A estrutura tradicional da Igreja Católica, os grupos de oração carismáticos e alguma entidade beneficente ou assistencial católica eram os meios buscados para se fazer visível, procurando aí os notáveis pelos quais o candidato pudesse se projetar. Martini procurou desenvolver uma campanha que contasse com a valorização de seu nome junto à comunidade paroquial e caritativa das cidades mineiras que visitou, sobretudo porque seu histórico de ação era forte nestas esferas.

As falas destes apoiadores reforçam a figura de Martini enquanto alguém que presta eficientemente serviços, sobretudo na área caritativa. Esta prática, diga-se de passagem, é fruto de sua prática religiosa, que o sensibiliza para um olhar mais perto daqueles que tem alguma necessidade. Além disso, a ideia de que Martini vai portar-se como um testemunho cristão no senado não deixa de ser levado em conta, o que faz dele um porta-voz dos segmentos religiosos que ele deseja representar.

5.4.4 As direções do apoio a Miguel Martini

A candidatura de Martini, diante desses dados explanados, ao transportar para a cena política valores de cunho cristão, coloca estes como salvaguardas da própria política e da sociedade que a abriga. Por conta disso, a religião produziria uma ação infrapolítica, “um espaço simbólico em que os atores têm a sensação de agir com base numa estrutura fundamental de sentido, que configura um mundo comum a todos” (Miranda, 1999: 255). Nesse sentido, a participação política pode se desdobrar ou para circulação de uma ideia de empresa moral, “concebida como ‘políticas’, que se aproximam das definições da moral

cívica em voga, e que se objetivam socialmente na atuação em diferentes esferas” (Coradini, 2001: 124), ou para uma apropriação de “seus ‘produtos’ doutrinários ou, então, mais diretamente dirigidos a noções como ‘família’, práticas religiosas, e assim por diante” (Coradini, 2001: 124).

Por um lado, o candidato coloca em movimento, pelos seus apoios, elementos reconhecíveis na esfera pública política e que são parte do universo religioso da qual se projeta para política, como a já mencionada ética na condução da vida e uma ideia de bem comum, ambas essencializadas como católicas. Estes elementos encontram ressonância na esfera política e podem passar aí a ganhar sentido. Uma das consequências desse processo no qual a religião motiva a conduta pública é a figuração daquilo que Max Weber (1974: 84) chamou de ética da responsabilidade, pela qual o político “não se sente em condições de onerar terceiros com os resultados de suas próprias ações, na medida em que as pôde prever”. Isso aumenta a confiabilidade sobre o candidato, demonstrando que o político é dotado de previsibilidade e, por consequência, de responsabilidade, sendo por isso reconhecido como competente, sério, digno de confiança, “pronto a desempenhar com constância e sem surpresas nem traições o papel que lhe cabe na estrutura do espaço de jogo” (Bourdieu, 1989: 172). Essa ética ganha cor quando os apoiadores do candidato procuram ressaltar o compromisso que ele tem com o bem comum, por conta da pertença religiosa, já que inclinado para cuidar do próximo. Essa dimensão reaparece quando o candidato passa a ser visto como a solução para a falta de compromisso dos políticos junto aos seus representados, por ter uma conduta ética em sua formação, que seria a carta de apresentação de uma conduta decorosa na política.

Por outro lado, a esfera política é espaço de conquista de benefícios legais para a esfera religiosa, na medida em que o candidato é apresentado como facilitador de projetos que beneficiam a religião, canalizando-as, tal como os benefícios em relação a concessões, emendas, leis, vetos, entre outras. Ao contrário da ética da responsabilidade, que Martini estaria produzindo, conquanto inclinado a fazer de sua formação religiosa um colaborador em uma esfera política plural, aqui o que se tem é o que Weber chamou de uma ética de convicção. Esta ética perfaz todo político que “só se sente responsável por fazer que a chama das [suas] intenções puras não seja sufocada”, sendo a ação de reanimá-la permanentemente “o propósito de seus atos bastante irracionais [se comparados à ética da responsabilidade], julgados à luz de seu possível êxito” (Weber, 1974: 84). A defesa de valores considerados como cristãos são um exemplo dessa ética das convicções que Martini chegava a representar, conforme salientaram seus apoiadores.

6 O JORNALISMO POLÍTICO DO CATOLICISMO CARISMÁTICO: O CASO CANÇÃO NOVA

6.1 O SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CANÇÃO NOVA

O Sistema de Comunicação Canção Nova, apesar de possuir uma programação majoritariamente religiosa, dedicou parte de seu horário e espaço para tratar do tema das eleições de 2010, seja divulgando notícias e reportagens na televisão, seja cobrindo e transmitindo o debate organizado pelas Redes de Comunicação de inspiração católica. Durante os quase 120 dias que compuseram o período oficial de campanha para os cargos majoritários e proporcionais do país, vários conteúdos ligados a temas vinculados a algum acontecimento do escrutínio foram divulgados e replicados na mídia cançonovista. A veiculação de notícias em relação às eleições de 2010, que ocorreu a nível televisivo, ganhou um tom mais de cobertura política do que uma simples referência à sua existência. Por um lado, esses conteúdos procuraram sintonizar o público da Canção Nova com o processo eleitoral em voga, por outro, procuraram marcar um jeito católico de expressão do voto.

Nessa medida, olhando amiúde para os conteúdos veiculados pela Canção Nova durante o processo eleitoral, é possível visualizar alguns cenários que podem servir para pensar o modo como essa mídia retroalimentou o processo político brasileiro. Sobre sua cobertura televisiva, é preciso levar em conta que suas notícias ganhavam um contorno performático dentro de toda programação, especialmente durante o telejornal “Canção Nova Notícias”, procurando informar e/ou formar o espectador que visitava essa mídia. Nesse sentido, a procura por informar seu telespectador sobre os fatos e acontecimentos do pleito andou junto com tentativas de formá-lo dentro de princípios que oscilavam entre o político e o religioso. Para tanto, reflexões acerca de determinados processos de ordem política que se davam durante aquele período, bem como os posicionamentos do episcopado brasileiro, foram divulgadas.

Ora, a necessidade de informar/formar o eleitorado é uma das características presentes nas mídias de uma forma geral. Explicar o funcionamento do jogo eleitoral, como proceder nas eleições, que princípios que o eleitor deve levar em conta na escolha de seu representante, o que pode fazer e o que não pode fazer um candidato, qual o lugar do representante coletivo

na arena política, são aspectos presentes na lógica de qualquer cobertura eleitoral. A Canção Nova vai nesse tom e abre sua programação televisiva para uma poética informativa e formativa. Para tanto, convida especialistas, exhibe reportagens, divulga informativos e emite *flashes* sobre determinados acontecimentos, como se fosse uma mídia não religiosa. Como veremos, a diferença é que esta veiculação, em seu noticiário, de aspectos seculares da cobertura política convive, em certos momentos, com aspectos religiosos – quando, por exemplo, representantes da Igreja Católica são convidados a darem sua opinião acerca dos acontecimentos recorrentes do período.

6.2 A NOTÍCIA DO PONTO DE VISTA SÓCIO-ANTROPOLÓGICO

A notícia, em uma acepção sócio-antropológica (Tuchman, 2002; Motta, 2002; Mendes, 2011), se constituiria como uma forma pela qual a realidade é conhecida, como “um sistema simbólico singular onde se fundem e se confundem realidade e ficção, estimulando o imaginário do leitor/telespectador a recriar mundos possíveis, descortinando horizontes e transgredindo as fronteiras das realidades” (Motta, 2002: 65). Na medida em que uma notícia é veiculada, ela produz uma representação coletiva, incidindo sobre aqueles que a veem ou a leem uma matriz de entendimento da realidade (Travancas, 2010). Por outro lado, é importante frisar que o processo de produção da notícia não se constitui no limbo. Ele se deve à captação e narração de fatos de dentro dos processos sociais mesmos, que são reconfigurados dentro de uma intertextualidade que produzirá, para a notícia, um sentido do social (Motta, 2002: 66). Mesmo que tal sentido seja manipulado, já que feito por alguém e para alguém, há uma simbiose por trás da notícia que a configura enquanto uma realidade plausível. Aquilo que é veiculado acaba sofrendo as consequências da relação estabelecida entre jornalistas e fontes, fazendo com que, na maioria das vezes, o ponto de vista destas seja incorporado no ponto de vista daqueles (Darnton, 1990). Isto não significa, entretanto, que o acontecimento relatado seja veiculado na sua integralidade. Ele é apenas uma metáfora deste acontecimento, que é produzido a partir de um ato compartilhado entre o jornalista e o fato com o qual está envolvido (Tuchman, 2002).

Nessa direção, apesar de sua pretensão à totalidade, as notícias nada mais seriam do que fragmentos, “recortes limitados do real produzidos conforme os cânones profissionais do jornalismo” (Motta, 2002: 66). Diante do emaranhado de fatos que atravessam o fluxo da vida

cotidiana, uma filtragem é realizada, levando em conta “critérios que determinarão quais destes fatos serão vistos como notícias e, conseqüentemente, divulgados” (Travancas, 2010: 95). Assim, toda notícia estaria ancorada em algum critério de classificação, em uma taxonomia compartilhada igualmente por todos que se colocam em torno dela, fazendo da notícia um mapa da realidade para seus leitores e espectadores, sintonizadas, diga-se de passagem, com aquilo que seu público possui em matéria de interesses, objetivos e perspectivas (Travancas, 2002; 2010). É claro que a decisão acerca do que será veiculado demanda um processo que esbarra no subjetivo, posto que a escolha do que será noticiado é sempre realizada por alguém ou por um pequeno grupo, no caso, os editores. Porém, essa subjetividade dos editores sofre “a interferência de fatores como os imperativos econômicos e políticos, as narrativas sociais e a cultura jornalística” (Mendes, 2011: 285), produzindo um *corpus* noticioso, fruto de fronteiras borradas entre o editorial e o comercial (Travancas, 2010). Nesse sentido, as limitações impostas pelas interações favorecem uma especialização sobre públicos, os consumidores do produto jornalístico.

A produção da notícia, nesse ínterim, acaba sendo feita dentro de um circuito fechado, uma vez que o noticiário “é escrito sobre e para as mesmas pessoas” (Darnton, 1990: 82). Haveria um reconhecimento recíproco entre aqueles que estão lendo ou assistindo a notícia com o conteúdo noticiado, o que acabaria garantindo certo grau de objetividade ao noticiário como um todo (Tuchman, 2002: 94). Tal objetividade, para os fabricantes das notícias, forneceria as provas de que o que é veiculado, mesmo tendo passado por um processo de filtragem, encontra ressonância na totalidade do real. Ou seja, aquilo que é veiculado o é por conta de sua considerada importância para todos os que leem ou assistem o noticiário de uma determinada mídia. Fazendo isso, o noticiário forma a opinião daqueles que estão face-a-face com ele, “um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de juízos [...] respondendo a problemas colocados” (Tarde, 2005: 63). Tal processo acaba fazendo com que os debates cotidianos se pautem nas diretrizes dadas no noticiário, fazendo destas, caixas de ressonância consideráveis¹. Em contrapartida, esta mesma opinião que foi disseminada por uma notícia é retroalimentada por novas notícias, que não deixam de levar em conta, sem dúvida, a forma como aquela primeira notícia foi recebida e disseminada.

Na Canção Nova, diante do fato de que seu público é um público católico e católico carismático, olhar para seu noticiário é considerar que ele é feito levando em conta a

¹ Tanto Tarde (2005), quando fala da conversação, quanto Tuchman (2002), quando fala da construção social da notícia, consideram que a notícia serve muito mais como uma orientação sobre o que será discutido pelas pessoas que com ela tiveram contado, do que um acoplamento da forma como ela será debatida diante da forma como ela foi transmitida.

especificidade de seus interlocutores. Isto levaria a crer na existência de uma cobertura política respaldada, pura e simplesmente, por valores religiosos, na qual toda a eleição ganharia um sentido orientado por questões cujo interesse se encontraria, quase que exclusivamente, no âmago da instituição religiosa à qual pertence. Cada notícia, nesse sentido, seria a voz da própria Igreja Católica, que ressoaria sobre um público que não só desejaria ter acesso a esse tipo de informação, mas também seria capaz de propalá-la. No entanto, é difícil acreditar que o público que assiste à TV Canção Nova esteja orientado apenas por esta mídia, como fonte de informação. Diante disso, a Canção Nova parece perceber que possui diversos concorrentes em matéria de informação geral oferecida para seu público, levando-a a produzir, portanto, muitas notícias que ganham, em sua mídia, um tom para além do especificamente religioso. Os católicos e católicos carismáticos são também vistos como interessados em notícias que informam a respeito dos acontecimentos sobre coisas que se passam ao redor deles, para além do puramente religioso. Por conta disso, no caso das eleições de 2010, a Canção Nova seria igualmente capaz de disseminar notícias de cunho especificamente político, como a cobertura do cotidiano das candidaturas presidenciais e comentários acerca do panorama político brasileiro, fazendo com que ela colocasse à disposição dos seus telespectadores e internautas outras informações que estes pareciam demandar.

Dessa forma, como veremos, é possível inferir que a Canção Nova opera a fabricação de seu noticiário dentro de um campo pautado pelo que o jornalismo chama de objetividade. Este campo pressupõe o emprego de determinadas rotinas e procedimentos na elaboração de um fato para que possa ser considerado noticioso (Herrero & Rodrigues, 2006), fazendo da atividade da Canção Nova, quando da veiculação de seu material para informação e formação do telespectador ou do internauta, um produto jornalístico. Tais rotinas e procedimentos envolveriam técnicas de coleta de informações, familiaridade com a linguagem da mídia em que a notícia será veiculada, estilo de exposição das informações, etc. (Darnton, 1990; Tuchman, 1993). Isso faria da objetividade um ritual estratégico, conquanto encontre na forma, no conteúdo e nas relações interorganizacionais da produção de seu noticiário um procedimento para evitar a perda de credibilidade em relação ao que veicula (Tuchman, 1993).

A forma de uma notícia se constitui nas expressões utilizadas para exemplificar um processo noticioso, assim como na ênfase na fala de um informante ou entrevistado, o que daria veracidade ao conteúdo noticiado. Seu conteúdo implicaria em encarar um fato como algo que é reconhecível no cotidiano, fazendo disto uma realidade simplesmente adquirida

pelo jornalista, que ressoaria sobre ele. Já as relações interorganizacionais são os vínculos que o jornalismo adquire com determinadas instituições que possuem alguma legitimidade quando se está abordando algum assunto. Quando é colocada “no ar”, a notícia acaba por ser legitimada porque é expressa por aqueles que são considerados como os portadores da realidade tal com ela se deu (Tuchman, 1993).

A Canção Nova age a partir de uma crença na objetividade que rege o mundo jornalístico, no sentido do ritual estratégico mencionado anteriormente. Isso se justifica pelo fato de que todo o noticiário desta mídia está respaldado em um procedimento que envolve forma, conteúdo e relações interorganizacionais, bem como em um princípio de reciprocidade entre produtores e receptores da notícia. Logo, a subjetividade da produção da notícia parece estar contida em benefício de uma conduta objetiva. Contudo, é claro que essa prática de busca pela objetividade não elimina o fundo subjetivo que a precede. O modo como são feitas as filtragens provam o peso subjetivo presente em uma mídia como a Canção Nova.

Por um lado, a Canção Nova faz um jornalismo religioso, não deixando de marcar que é uma empresa a serviço da evangelização, mas, por outro lado, também faz um jornalismo político, enfatizando temas políticos que considera essencial. Se o público que assiste sua programação tem valores católicos, e se ele crê ser coparticipante de uma igreja que o transcende, veicular informação de interesse religioso tem aí sua objetividade passível de ser comprovada. O público que vê a Canção Nova reconhece os códigos que estão veiculados, compreende-os e assume-os como opinião. Mas se seu público orienta sua informação por outras mídias, tal veiculação de posições doutrinárias tende a parecer subjetivo. Assim, o resgate da objetividade se encontraria na veiculação de informações mais gerais acerca do escrutínio, o que traria para o público da Canção Nova notícias que este, em princípio, teria que buscar em mídias seculares.

Tal objetividade pode ser expressa quando um programa especial de cobertura eleitoral é produzido ou quando reportagens sobre este processo são veiculadas, possibilitando um diálogo com as nuances do processo eleitoral e da representação política, que igualmente se fazem presentes no imaginário do eleitor. As informações veiculadas podem ser encontradas quando se liga um canal de TV durante um telejornal, quando se abre um jornal para ler as notícias sobre as eleições ou quando se faz uma busca na internet de conteúdos específicos. Nesse sentido, a Canção Nova estaria produzindo uma notícia em consonância com o imaginário que as mídias acreditam ser a do eleitor. Isso se deu também na cobertura e transmissão que a Canção Nova fez do debate promovido pelas redes de comunicação católicas, já que parte dos temas abordados, e o tipo de expectativa criada, estavam presentes

nas coberturas e nas pautas de outros debates dos canais de comunicação brasileiros, bem como debatidos nos programas televisivos sobre política naquele período. Ademais, proliferaram questões de cunho mais religioso, tais como o aborto, a família, a liberdade religiosa, a ética, a moral, entre outros, ao gosto de seu público que sofria o impacto de um imaginário católico.

Outra marca dessa objetividade estaria no fato de que as notícias da Canção Nova procuram um respaldo científico e teológico para suas veiculações. Evitando apresentar apenas um olhar, a Canção Nova busca balancear suas reportagens com opiniões de pessoas oriundas de setores distintos, por mais que estas possam confluir para o mesmo lugar. Mesmo que a Canção Nova selecione o que quer que os seus espectadores assistam ou leiam no seu site, a extensão da notícia favorece um acesso a vários argumentos e problemas reconhecíveis, mantendo uma situação de objetividade. Aliás, esta objetividade se faz presente uma vez que aqueles que são colocados a falar transmitem um ar de autoridade, que transcende ao próprio ato noticiado, tornando a notícia em si algo legítimo só por veicular a posição de alguém credenciado no que se refere ao tema apresentado, seja este vindo da esfera secular ou da esfera religiosa.

Além da perspectiva da notícia de um ponto de vista conteudista e de suas interações com o plano do concreto, cabe levar em conta também, na análise do noticiário da Canção Nova, o seu conteúdo performático ao longo das eleições de 2010. Assim, três passos podem ser seguidos como forma de pensar seu caráter performático (Motta, 2002): 1) as notícias seguem determinados *frames*, articulados com um modelo de jornalismo profissional. Isso se dá porque elas têm por intenção produzir reações de sentido, tais como seduzir, informar, convencer, reter. Portanto, faz-se necessário, dentro da investigação proposta, “identificar a estratégia organizativa do texto enquanto notícia, encontrar a atitude organizativa que prevê determinadas operações que recorre a certos instrumentos ou opções textuais para atingir os seus objetivos” (Motta, 2002: 73). 2) Por outro lado, a notícia se constitui dentro de uma linguagem, em termos de flexão e entonação do que é falado. Por conseguinte, torna-se basilar “a análise textual [enquanto] um movimento indutivo de mergulho nos elementos que constituem a sintaxe narrativa do texto, uma busca das pistas de ficcionalidade” (Motta, 2002: 73). 3) Por fim, a notícia desvela uma alma com uma gramática profunda, articuladora de metáforas, ideologias e mitologias. Assim, faz-se mister um trabalho de interpretação, pelo qual se dá a procura “por padrões imagéticos, temas morais predominantes, recorrências e ressonâncias, matrizes de matizes éticos e estéticos, arquétipos, a presença do *mytho*” (Motta, 2002: 74).

No plano televisivo, uma mirada sobre os programas especiais a respeito das eleições, bem como acerca das reportagens exibidas durante o “Canção Nova Notícias”, permite compreender esta performance. O mesmo ocorre com a cobertura e transmissão do debate eleitoral promovido pelas Redes de Comunicação católicas. A Canção Nova não se furta em produzir um jornalismo político dentro de uma perspectiva profissional. Possui um “Âncora”, que faz a ligação entre a apresentação do que será noticiado e a própria notícia. Seus repórteres seguem dentro da moda jornalística, aparecem falando de um fato ou simplesmente narrando o fato sem aparecer. A filmagem é direcionada para imagens que servem para ilustrar o fato narrado ou para alguém que está concedendo uma entrevista, exclusiva ou coletivamente. A linguagem usada oscila entre a descrição de um acontecimento à marcação de uma posição em relação ao que um determinado acontecimento deve ser, produzindo aquilo que foi chamado de ficcionalidade da notícia. Essa trama, observada em seus desdobramentos, acaba por tornar possível a visualização do sentido que a notícia desejou alcançar, a gramática profunda da notícia, que possibilita a compreensão em relação ao que está motivando a produção do fato noticiado.

No âmbito da cobertura do debate eleitoral, se não é o “Âncora” do jornal que faz a ligação entre a informação sobre a realização do debate e as informações específicas do mesmo, que é dada por outro jornalista, é uma abertura rápida ao longo da programação que o faz, alertando o telespectador que se estará falando do debate em si. O jornalista fala *ao vivo* de algum fato referente ao debate ou entrevista alguém que estará diretamente ligado a ele, seja no que tange à sua organização, seja em relação ao seu funcionamento. No debate em si, existe um mediador que exerce a função em termos normais dos debates políticos, ou seja, mediando o sorteio e direcionando as perguntas, as respostas, réplicas e tréplicas. Os blocos são organizados por dinâmicas de exposição de posicionamentos livres e conjunto de questões, abertura e encerramento, que envolve mediador e candidatos. Há uma ficcionalidade da condução de todo esse processo, que está atrelada à importância do debate e aos temas que ali vão ser discutidos, cuja linguagem é demarcada pelos jornalistas e mediador. Os conteúdos levantados, por sua vez, colocam a gramática profunda da cobertura do debate político em evidência, revelando alguns motivos que justificariam as escolhas feitas pela cobertura como um todo.

6.3 O TELEJORNAL “CANÇÃO NOVA NOTÍCIAS”

No plano televisivo, quatro momentos devem ser destacados quando da cobertura do processo eleitoral de 2010 pela Canção Nova: a produção de um especial sobre as eleições, chamado “Fique por dentro”, que consistia em reportagens curtas sobre curiosidades a respeito das eleições, com um tom informativo; a fabricação de reportagens sobre questões ligadas ao cenário político, sobretudo acerca da questão eleitoral; uma cobertura dos acontecimentos antecedentes ao debate promovido pelas redes católicas; e a transmissão do debate em si. Os dois primeiros momentos se deram principalmente durante o telejornal “Canção Nova Notícias”, o terceiro durante *flashes* na programação da TV, e o quarto durante um horário combinado previamente entre a mídia e os presidenciáveis².

6.3.1 O quadro “Fique por Dentro”

O quadro “Fique por Dentro – Eleições 2010”, possuía uma abertura específica, utilizada para demarcar sua existência excepcional dentro do telejornal “Canção Nova Notícias”. Logo após o quadro ser anunciado pelo Âncora, a tela ganha várias fotografias de pessoas votando na cabine da urna eletrônica sobrepostas em um fundo azul. Na sequência das fotografias, uma urna eletrônica era colocada em evidência sobre o mesmo fundo azul. No lugar da urna em que o eleitor teria que visualizar as informações sobre um candidato aparece um mapa do Brasil com as cores da bandeira nacional. A urna, então, dá lugar à própria bandeira nacional, que é apresentada tremulando no fundo do vídeo. Por cima dela aparecem os dizeres “Fique por DENTRO”, em cores brancas. Depois e abaixo destas palavras, escreve-se “Eleições 2010”, também grafadas em branco. Durante essa sobreposição de imagens, tocava-se uma música instrumental, dando ritmo ao que era exibido. Ao final da abertura, inicia-se a reportagem. Cada reportagem apresentava a opinião de pessoas que transitavam nas ruas das cidades onde a reportagem era produzida, além da opinião de especialistas. O jornalista responsável pela reportagem aparecia ora narrando os acontecimentos ora apresentando diretamente as informações sobre eles.

Enquanto ritual estratégico, esta abertura evidencia uma forma muito similar àquelas encontradas nas mídias seculares em geral. O modo como ela se insere na programação coloca em destaque o fato de que o que se vai ser noticiado é o processo eleitoral. A abertura é um

² Este quarto momento será analisado de modo particular, no Capítulo 7 desta tese.

momento de passagem entre uma programação geral constitutiva do telejornal “Canção Nova Notícias” para uma programação específica, que se fez ao longo das eleições de 2010. Uma série de símbolos marca esta passagem, como as fotografias das pessoas votando, a urna eletrônica com o mapa do Brasil colorido com as cores da bandeira nacional, a bandeira do Brasil tremulando no fundo do vídeo, sobre a qual o nome do programa será grafado. A música ouvida era utilizada para criar um clima de expectativa sobre o telespectador – como muitas das vinhetas vistas e ouvidas em telejornais, como os da Rede Globo, por exemplo. Esses símbolos contribuem para projetar o telespectador para um momento de informação e/ou formação política, já que recorta e indica o que será tematizado dentro do próprio programa. O tom de reportagem, a partir daí, começa a se fazer evidente. A especialização, marcada nas primeiras cenas de cada inserção, prova essa toada profissional que sustenta o que será exibido enquanto uma notícia televisiva, já que indica um responsável pela imagem, imprime uma narração, apresenta o repórter, explora os elementos que vão servir para exemplificar a trama que se quer apresentar e dá voz a outras pessoas que vão corroborar a veracidade da trama exibida, sejam estes detentores de alguma autoridade sobre o assunto discutido ou não.

Em um desses programas tratou-se do tema da Ficha Limpa (VÍDEO 11). De baixo para cima, filmam-se pessoas transitando por uma rua. Depois o *close* da câmera muda para uma situação horizontal, filmando os transeuntes de corpo inteiro. A jornalista, oculta, começa a falar sobre essa filmagem: “um milhão e seiscentos mil eleitores, um milhão e seiscentas mil assinaturas, noventa por cento delas recolhidas por comunidades ou paróquias da Igreja Católica”. Enquanto fala, a imagem é cortada em direção a uma pessoa empurrando um carrinho com milhares de folhas – os abaixo-assinados da Ficha Limpa –, que são filmadas e fotografadas por outros repórteres. Um *close* é dado em vários carrinhos enfileirados, contendo milhares de papéis como aqueles da imagem anterior. Na sequência se exibem imagens em movimento de pessoas assinando folhas (abaixo-assinado) sobre uma mesa que estava disposta em uma rua. Depois aparece a imagem de um clérigo falando em frente a uma calçada junto com outras pessoas, que usavam ou terno e gravata ou uma camiseta branca com a estampa fazendo alusão ao Projeto Ficha Limpa. Atrás do clérigo, encontrava-se um banner que continha a propaganda do referido projeto.

A imagem é cortada para um cientista político (Ricardo Caldas) – cujo nome e função são apresentados no rodapé do vídeo dentro de uma faixa azul que se iniciava com uma logomarca da Canção Nova –, que comenta a iniciativa do projeto de lei e as razões para sua efetividade: “não é fácil reunir e levantar um milhão de assinaturas, então você tem que ter uma pessoa disposta a perder o tempo dela para fazer isso e eu não tenho esse tempo para parar e recolher essas assinaturas, a senhorita não tem, a senhorita não tem (fala isso olhando para as repórteres). Agora, se você consegue uma instituição que está disposta a bancar isso, o projeto pode ir para frente. Foi o que aconteceu, então nós temos que ter esses atores na sociedade civil dispostos a participar e isso pode fazer a diferença”. Junto ao microfone da Canção Nova pode-se visualizar gravadores de rádios e um microfone de outra emissora. Destes, apenas o da “Rádio 2” pôde ser identificado.

A imagem volta, então, para o plenário da Câmara dos Deputados, mostrando o momento da entrega das milhões de assinatura, quando o presidente da referida casa e outros deputados receberam os abaixo-assinados levados, simbolicamente, por crianças e pelos articuladores do projeto. No plenário, um clérigo fala, tendo ao seu redor os deputados referidos e outros articuladores do projeto. Em seguida a reportagem destaca as reuniões nas quais o projeto fora discutido na Câmara dos Deputados, bem como o momento de sua aprovação no Congresso. A narração atravessa as imagens: “entregues ao Congresso em forma de projeto popular, as assinaturas se transformaram em Lei da Ficha Limpa. Foram apenas oito meses de tramitação até sua aprovação quase que unânime de Deputados e Senadores”. Isto exibido, uma entrevista rápida com Dom Dimas, secretário geral da CNBB à época, cujo nome e função são apresentados no rodapé do vídeo, é exibida: “nas semanas anteriores à votação, as mensagens através do twitter e de email foram milhões. No Senado eu achei interessante que o projeto Ficha Limpa passou por unanimidade e eu vi senadores indo ao plenário dizendo desde o começo ‘eu sou contra esse projeto, mas como o povo quer eu voto a favor’”.

A repórter ganha evidência, tendo a Basílica de Brasília como pano de fundo. Enquanto fala, seu nome (Helen Bernardes) é mostrado no rodapé do vídeo, bem como a cidade de onde está falando (Brasília): “esta não é a primeira vez que a Igreja se une a movimentos no combate a corrupção no Brasil. Em 1997 também ajudou a recolher assinaturas para o projeto que tornou crime a compra de votos e o uso da máquina administrativa em período eleitoral. O projeto foi aprovado e se tornou lei. E o resultado: mais de seiscentos políticos caçados até agora, entre eles Prefeitos, Deputados, Senadores e até Governadores”. Após sua fala, uma entrevista com Daniel Seidel, então Secretário da

Comissão Justiça e Paz da CNBB, é veiculada. O secretário fala: “entre uma eleição, uma iniciativa popular e outras várias medidas moralizadoras foram tomadas, por exemplo, com a proibição de showmícios, a proibição de distribuição de brindes, camiseta, quer dizer, tudo isso são aprimoramentos da democracia que foram feitos em um clima aonde a sociedade quer dar um basta no abuso do poder econômico”.

Debates entre deputados no momento da discussão do projeto, um aperto de mãos entre os articuladores do projeto e políticos, uma mirada sobre o plenário da Câmara dos Deputados com os deputados em atividade, tomam lugar, enquanto a repórter continua a narrativa: “isso mostra que sem dúvida a Ficha Limpa está apenas no começo, uma lei que nas eleições deste ano já barrou mais de duzentos candidatos que têm pendências na justiça, a grande maioria por corrupção e improbidade administrativa em cargos públicos”. Dom Dimas volta a ter sua fala e imagem projetada: “a Ficha Limpa, nas próximas eleições de 2012, quando ela vai regulamentar também a eleição lá nos municípios com os Vereadores, né, com os Prefeitos, ela vai envolver um número muito maior, centenas de vezes maior do que aqueles que estão sendo agora envolvidos”.

O foco agora é dado sobre um computador, em que o portal da Ficha Limpa está acessado, e em que também pode-se visualizar algumas características do site. A narração continua: “e mesmo que não saia do papel, para muitos candidatos a ideia da Ficha Limpa se transformou em arma nas mãos de muitos eleitores, basta um clique na internet para saber tudo, a vida pregressa, processos em andamento e até sentenças judiciais”. Rapidamente a reportagem muda de tema e, mostrando a mesma tela de computador, digita-se o site www.brasilemaborto.com.br, o qual o telespectador é convidado a acessar para saber dos candidatos que são contrários a esta prática. A narração segue com a mudança de foco: “mais um clique e o eleitor tem acesso também ao cadastro de pessoas que se comprometem a lutar contra o aborto, é o movimento Brasil Sem Aborto, que elencou candidatos que tem compromisso assumido com a defesa da vida”. O *close* agora se dá sobre Lenise Garcia, presidente do Movimento Brasil sem Aborto, que tem atrás de si um cartaz com a propaganda “A vida depende de seu Voto” em evidência, bem como a imagem de uma urna eletrônica com o rosto de um recém-nascido ocupando a tela da urna que é reservada para a imagem dos candidatos. Ela fala: “a gente vê que cada vez mais o fato de um candidato ser ou não a favor do aborto, ser alguém que defende a vida, é um ponto crucial que o eleitor leva em consideração na hora de dar seu voto”.

Por fim, enquanto a repórter segue sua narração – “tantas iniciativas nos ajudam a entender que a democracia no Brasil caminha, e caminha a passos largos, basta que cada um

faça a sua parte” –, a imagem volta aos carrinhos conduzindo as assinaturas e depois para um homem que assina o abaixo-assinado sobre uma mesa colocada em uma rua, tendo a ajuda de outro homem, que era o responsável pela fiscalização. A imagem do bispo com outras pessoas ligadas ao projeto, como foi supracitado, ganha mais um *close*, seguida de imagens de protestos a favor do projeto Ficha Limpa e contra o aborto, pessoas com vassouras na mão e baldes com água lavando as escadas do Congresso. Com essas imagens, a reportagem é finalizada.

O programa observado marca uma tentativa de justificar como o tema apresentado, a Lei Ficha Limpa, fruto de uma demanda popular, foi mobilizado, entretanto, pela Igreja Católica. As pessoas nas ruas se transformam em assinaturas que, coletadas pela iniciativa da Igreja Católica, se converteram em lei. Estas assinaturas são levadas ao Congresso Nacional, onde seu impacto é revelado pelas fotografias ou filmagens realizadas por repórteres, convertendo o tema em um registro do jornalismo político. A fala de um cientista político, que dá entrevista para diversas emissoras, é destacada, e isso é utilizado para marcar um argumento de autoridade em relação ao acontecimento e em relação à legitimidade da ação empreendida pela Igreja Católica, cuja atuação é louvada. O Congresso ganha a cena e as minúcias da aprovação da lei, que passou pelo recebimento dos abaixo-assinados – levados por crianças – no plenário, sua discussão e aprovação, são marcados por imagens. A narração discorre sobre os fatos e o bispo católico é posto a falar, dando detalhes do processo, de sua mobilização no campo da internet e no Congresso. A repórter fala, então, da atuação da Igreja Católica na política, tendo atrás de si a Basílica de Brasília. Esse jogo de imagens colocaria em evidência a conexão entre religião e política, já que a Igreja Católica também faz parte do cenário brasileiro, como extensão de sua presença na paisagem arquitetônica da capital.

Complementando a fala da jornalista acerca da ação dos católicos na política, o secretário de uma Comissão da CNBB é colocado a falar, reforçando o argumento da jornalista pela autoridade de sua função. A narração discorre a respeito dos avanços que a lei poderia trazer e, mais uma vez, o bispo católico é chamado em depoimento. Já que a iniciativa foi do catolicismo, ninguém melhor que alguém de sua hierarquia para falar da importância da lei para o processo eleitoral. Tal são os avanços nessa área, que recursos são mostrados como maneiras de se fortalecer uma cultura de Ficha Limpa. A internet é apresentada como um espaço a partir do qual o eleitor poderia consultar a vida dos candidatos, bem como um meio para acessar outras informações de interesse dos católicos, como um site no qual os candidatos desfavoráveis ao aborto são apresentados. O site é apresentado e a responsável por ele é colocada a explicá-lo a partir de signos – como o banner atrás dela – que permitem

convertê-la em alguém que, de fato, é parte de um movimento. Por fim, a jornalista ressalta, em outro plano de imagem, que a ampliação da democracia se coloca sob a responsabilidade de cada um. Contudo, a imagem seguinte explora tal responsabilidade individual com iniciativas gestadas no seio da Igreja Católica.

Esse ritual estratégico, por outro lado, também possui uma gramática profunda, que se faz dentro de um jornalismo profissional e de uma textualidade ficcional. Alguns elementos podem evidenciar certo jeito católico de fazer jornalismo político, que usa artifícios modernos de organização e exibição de imagem nas transmissões televisivas para colocar em movimento elementos da tradição católica da qual faz parte. Mesmo quando um cientista político é colocado a falar, seu discurso é recortado para sublinhar o valor da ação desenvolvida pela Igreja Católica. Seu bispo e secretários de seus setores também ganham voz, mostrando que a presença católica na política é incisiva, apesar de usar artifícios modernos como abaixo-assinados e sites da internet para maximizar o acesso a informações. Nesse âmbito, a Igreja Católica teria uma participação política difusa, não estando em Brasília apenas como uma peça arquitetônica, mas também dentro de instâncias como o Congresso Nacional, fazendo-o agir em defesa de princípios que consegue mobilizar junto à população brasileira. Além disso, a condução das assinaturas ao Congresso, realizada por crianças, coloca em movimento a ideia de pureza do ato, que se personifica nesta fase da vida, ponto tipicamente cristão. Contudo, tal ação se compõe como multiposicional, já que a ideia de futuro, também personificada nas crianças, pode se converter em recurso imagético, conectando a Lei Ficha Limpa não só com a pureza, mas também com a salvaguarda de princípios de comportamento político para gerações do amanhã.

Outro programa do quadro “Fique por dentro” que vale ser mencionado tratou da questão do voto (VÍDEO 12). A abertura foi seguida pela narração da repórter sob imagens de Brasília, suas ruas, seus monumentos, sobretudo aqueles ligados à política (Congresso Nacional, Palácio do Planalto, Explanada dos Ministérios e Memorial JK) e também à religião (Catedral de Brasília e Igreja de São Francisco): “Brasília não tem praia, não tem mar, e a paisagem por aqui é bem diferente das cidades consideradas turísticas, mas quem visita a Brasília dos traços modernos de Oscar Niemeyer, mundialmente conhecidos, se surpreende”. Uma visitante ganha voz, ao mesmo tempo em que é identificada (Daniela Vidal – administradora), ela fala da importância de se conhecer Brasília: “tem que vir, todo mundo

tem que vir aqui pelo menos uma vez, para dizer que foi ver onde todo mundo trabalha, aonde é a base de tudo”. A narradora toma a palavra, e, concomitantemente, novas imagens da cidade e sua arquitetura ganham espaço no vídeo: “e não é só a arquitetura que gera curiosidade não. O palácio Nereu Ramos oferece diariamente visitas guiadas aos turistas. O Palácio é este mesmo, mais conhecido como Congresso Nacional, símbolo da forma de Estado adotado pelo país, o Federalismo. Entrar aqui é entender como funciona o Senado e a Câmara dos Deputados”.

Ao mesmo tempo que a narração prossegue, o foco da câmera muda para o interior do Congresso Nacional, exibido vazio, e sendo observado por alguns visitantes. Na sequência, visitantes ao redor da maquete da Praça dos Três Poderes são mostrados, tendo entre eles uma “guia” que os fala. A câmera foca na maquete, depois nos corredores do Congresso Nacional. Pessoas visitando o interior do prédio são exibidas. Estas imagens são sobrepostas pela filmagem dos deputados em atividade dentro da Câmara dos Deputados. Outro visitante ganha a palavra enquanto é identificado (Daniel Vidal – administrador), que fala de sua visita ao prédio: “pra mim, poder vir ver coisas que a gente sempre viu pela TV e nunca pôde participar, tá certo?, então para nós é interesse isto aqui”. A narração volta: “entre tantos conteúdos, uma foto e outra, é possível trazer a mente muitas recordações”. Mais visitantes são filmados, percorrendo os corredores da Câmara ou tirando fotos junto a esculturas de seu interior, na medida em que transcorre a narração.

Em seguida, aparece a repórter, tendo ao fundo a imagem noturna do Congresso Nacional. Ela fala enquanto é identificada (Helen Bernardes – Brasília): “e já que aqui estão aqueles que nós elegemos, nada mais democrático do que também poder opinar e participar das decisões que afetam a nossa vida”. Ganha lugar uma fala de Dom Dimas, de dentro de seu escritório: “em Brasília, nós assistimos todas as semanas, sobretudo terças e quartas, que são os dias mais decisivos no Congresso Nacional, nós assistimos mobilizações vindas de todas as partes do país, de todas as categorias, defendendo os projetos de lei de seus interesses. Aí você vê tribos indígenas, povos indígenas se mobilizando, cadeirantes se mobilizando, aposentados, bancários, sindicalistas de todas as categorias”. Findada sua fala, a narradora retoma a palavra: “A própria Igreja Católica também sai às ruas. Todo o ano se mobiliza contra a aprovação de projetos que ferem o direito a vida, como a legalização do aborto”. Ao mesmo tempo várias imagens de manifestações em relação à Ficha Limpa e à manutenção da criminalização do aborto ganham espaço. Um homem, identificado como Daniel Seidel, secretário da Comissão de Justiça e Paz da CNBB à época, é colocado para falar: “e o Congresso Nacional é permeável destas pressões democráticas populares que a sociedade tem

direito e até muitos casos dever, porque se não houver manifestação, quem vai ficar sabendo que essa demanda existe na sociedade?”. A imagem retorna para o plenário do Congresso Nacional, exibindo os deputados no exercício de suas atividades. Pessoas votando, o mesário registrando o eleitor ou redigindo uma justificativa de voto, ganham cena. A narração se dá em meio a estas imagens, finalizando a reportagem: “por isso estar atento ao candidato e as suas decisões depois de eleito é tão importante. Votar e participar ativamente é direito e dever de todo brasileiro”.

Esta notícia apresenta Brasília a partir de um conjunto de imagens que evidenciam sua arquitetura moderna, que está presente nas instituições políticas e religiosas da cidade. Estes traços são aqueles que marcariam a cidade e seria sua principal atração. Contudo, a proeminência do lugar que Brasília representa politicamente no imaginário das pessoas é sobrepujada. Isso se prova e ganha legitimidade nos dizeres de visitantes que são colocados a falar na reportagem, bem como no giro de imagens sobre pessoas transitando no interior do Congresso Nacional. Ora, seu interior é nominado, como uma forma de apresentar que ali não seria um lugar qualquer, mas que tem uma especificidade por deter uma nomeação, importância e especificidade explicitada na narração. Diante do Congresso, a jornalista ressalta que aquele é um espaço onde as pessoas elegem os que ali trabalham, bem como um local de canalização de demandas. Esta existência democrática do Congresso é reforçada com a opinião de um bispo católico, que fala das mobilizações de todas as ordens que ali podem ser evidenciadas. Por conta disso, a jornalista narra a Igreja Católica como uma das demandantes de processos no interior daquela casa, mostrando imagens relacionadas à Ficha Limpa e à criminalização do aborto. Trazendo a opinião de um secretário da CNBB, a notícia reforça o Congresso como espaço de pressões democráticas por essência. Faz isso para, em seguida, chamar a atenção da participação popular por meio de uma narração e de imagens ligadas ao voto, colocando este último como direito e dever do brasileiro.

Como gramática profunda, esta notícia coloca em movimento um lugar relativo da religião na política, uma vez que ela é apresentada como parte de um processo político de reivindicações que é inerente à própria esfera política brasileira. A Igreja Católica reconheceria o Congresso como um lugar de canalização de demandas, onde as suas seriam apenas mais uma. A fala de autoridades ligadas àquela instituição católica representaria essa assertiva. Aliás, o interesse por Brasília e o que ela representa a nível político também é colocado em movimento, para além de uma curiosidade turística por sua arquitetura. Nesse sentido, a Canção Nova convida o telespectador a conhecer o modo como funciona o Congresso, já que é por lá que os rumos do país passam.

Em outro programa do especial do jornal “Canção Nova Notícias” sobre as eleições, cujo tema abordado foram as novidades para a eleição de 2010 (VÍDEO 13), a abertura foi procedida pela imagem de um homem idoso tocando uma sanfona, tendo ao seu lado outro homem, mais jovem, tocando uma zabumba. Eles tocavam a introdução da música “Asa Branca”. Ao fundo deles, lojas e pessoas transitando. A repórter começa a narrar sobre essas imagens: “A música fala da esperança do nordestino por dias de chuva. Esperança que nunca acaba, como a do senhor Valtinho. Saiu do sertão e veio para Brasília em busca de uma vida melhor”. O foco se inclina ora para um ora para o outro músico, a câmera corta para o rosto ou os instrumentos deles quando tocavam. A repórter coloca o microfone próximo à boca do músico, identificado como “Valtinho do Acordeom”, músico de profissão (nome e função evidenciados no rodapé do vídeo). Ele fala sobre as eleições, com um tom de voz perceptivelmente nordestino: “Preparado para votar? Preparado sim, ta na minha cabeça o meu candidato, não posso revelar não, né”. A narração é retomada: “Não pode não, Seu Valtinho, voto é secreto, é preciso esperar até domingo, quando 135 milhões de brasileiros devem comparecer as urnas”. A imagem incide sobre os dois músicos novamente, que continuam tocando e, agora, também dançando.

A narração continua enquanto se introduz uma imagem de pessoas transitando pelas ruas, focados de forma horizontal. Por cima, uma imagem de jovens conversando e/ou andando em uma escola é apresentada. A reportagem apresenta uma estudante, que iria votar pela primeira vez. Segundo a repórter: “2 milhões e 400 mil são jovens entre dezesseis e dezessete anos, que não são obrigados a votar, eleitores de primeira viagem, como Mariana, que pela primeira vez tem a chance de garantir o seu próprio futuro”. A jovem estava em sua casa, sentada no sofá com título de eleitor na mão e vestia uma camisa rosa com uma imagem de Nossa Senhora estampada na frente. Após o *close* sobre a jovem sentada no sofá e depois sobre sua face, que expressava um ar de felicidade, a voz é dada a ela, que comenta sobre a experiência de votar pela primeira vez e a diferença que isso pode fazer para ela e para seu país. O nome dela aparece no rodapé do vídeo (Mariana Celestino – estudante): “Meu voto pode fazer a diferença e é tanto que ele vai poder me ajudar, que quando passar esses quatro anos, ele vai ficar quatro anos no cargo, tal, ele vai mudar, eu vou crescer, vou ter vinte e um e isso vai me ajudar”.

A repórter aparece, falando em frente a um calçadão, tendo jovens ao fundo conversando e pessoas transitando normalmente. Ela é identificada (Helen Bernardes – Brasília): “e se para uns o voto significa uma possibilidade de vida melhor no futuro, o que dizem aqueles que estão do outro lado do ciclo da vida? É o caso de pelo menos nove milhões de eleitores que estão acima dos setenta anos. Para eles o voto também é facultativo, mas muitos têm motivos de sobra para exercer a cidadania”. O foco muda, então, para um homem idoso/negro que fala para a repórter. Ele está falando de uma ponte e tem, ao fundo de si, os prédios da região central de Brasília. Ele é identificado (João Batista de Lima Filho – aposentado). Sua fala é sobre a importância de votar, mesmo não sendo obrigado a fazê-lo por conta da idade já avançada (mais de 70 anos). Pessoas transitam atrás dele enquanto fala: “Eu tenho que exercer minha liberdade, tá entendendo, exercer o poder de voto, é por isso que a gente vota mesmo apesar de não ter mais a obrigatoriedade do voto”.

Uma imagem com pessoas votando em cédulas de papel é exibida enquanto a repórter continua a narrar: “e para quem fez parte da era da cédula de papel, votar em uma pequena máquina significa ter acesso a tecnologia”. Aparece a urna eletrônica e alguém treinando nela. Um idoso afirma “eu acho que o mais seguro é o eletrônico”. Fala essas palavras e nem chega a ser identificado. Na sequência, concomitante à narração, que fortalecesse a opinião do idoso exibida na cena anterior, ganha lugar a imagem de um homem, vestindo terno e gravata, dentro de um escritório e com a urna eletrônica na mesa, tendo seus gestos e indicações para a urna igualmente exibidos pela reportagem: “exatamente, o diretor de tecnologia do tribunal regional eleitoral do Distrito Federal explica por que”. Este homem ganha a palavra, é identificado (Ricardo Negrão – Secretário de Tecnologia TRE/DF). Ele fala da segurança e confiabilidade da urna eletrônica: “Uma urna eletrônica não guarda em que o eleitor votou. No caso algum candidato ou alguma pessoa diga ao eleitor ‘ah, vota no fulano que a gente sabe se você votou ou não’, a urna eletrônica depois não me dá o resultado não, a urna eletrônica não guarda em quem o eleitor votou né, o voto é secreto, ele é do eleitor”. Durante a fala, o *close* alterna entre a imagem da urna e a do entrevistado.

A repórter retoma a narração: “E com a urna eletrônica é possível conhecer o candidato eleito em apenas horas, uma tecnologia que não para de evoluir. O voto biométrico é o futuro. O eleitor poderá ser identificado através das digitais e neste ano os eleitores de sessenta municípios brasileiros vão testar a tecnologia. Outra novidade é o voto em trânsito: eleitores que se cadastraram vão poder votar para presidentes se estiverem fora de seu domicílio eleitoral. A dica esse ano é levar ainda a velha e boa cola com os números dos candidatos. Tudo anotado. Uma boa democracia para você”. Ao mesmo tempo o foco é

transferido para a urna eletrônica, focada e exibida no vídeo de modo panorâmico. Uma simulação é feita na urna que se estava filmando. Em seguida, pessoas fazendo o cadastramento biométrico são exibidas, sob vários ângulos e focando diversos tipos de pessoas que faziam o cadastramento, dando uma amostra de todo o procedimento, desde a coleta das digitais ao seu registro no computador. O foco muda mais uma vez, e agora evidencia pessoas caminhando por uma rua, o *close* começa de baixo para cima, depois muda para horizontal e volta novamente para um ângulo de baixo para cima. Sobrepõem-se a essas imagens a de uma mulher votando em uma cabine eleitoral, depois uma idosa repetindo este ato, a imagem de uma fila na qual pessoas esperavam para votar e por fim a de um homem de meia idade digitando suas opções na urna. A narradora se despede e a câmera volta a focar nos músicos do início da reportagem. O sanfoneiro ganha mais uma vez a voz: “se alguém pensar, tem que escolher direitinho para a gente não errar mais, e pedir a Deus também para louvar esses candidatos aí que a gente votar ele pelo menos ele faça por a gente, e não vai mais roubar não, pelo amor de Deus”. A reportagem é encerrada com o os músicos tocando a mesma música que tocavam quando do início da notícia.

Como ritual estratégico, a notícia coloca um homem comum em evidência, que mesmo não tendo nascido na cidade onde mora, não negligencia a importância do seu voto. Importância esta que será levada a cabo por outros milhões de brasileiros, conforme a narração. O ato do homem que fala que sabe seu voto e que não o revelará é uma metáfora do que acontecerá em poucos dias, quando o voto de todos, somados, serão revelados. Diante disso, a notícia ressalta que vários segmentos irão às urnas, sejam os mais jovens, sejam os mais velhos, mesmo não tendo, nesses casos, a obrigação de votar. A fala de pessoas desta faixa etária é veiculada, nas quais estes justificam o porquê vão votar, enfatizando a importância de tal ação. Isso faria do voto algo que atravessaria todo o tecido social brasileiro, independentemente da obrigatoriedade desse ato. Imagens de pessoas votando vão se tornando frequentes, como modo de reforçar a mobilização que a ação possibilita. Os avanços no que tange a tecnologia de depósito e contagem de votos são narrados e mostrados, da urna de papel ao voto biométrico, passando pela urna eletrônica e pelo voto em trânsito. A segurança do procedimento eletrônico é reforçada com a fala de um secretário do TRE, que marca o caráter secreto e confidencial do voto eletrônico. O pedido do sanfoneiro encerra a notícia, com votos de que a política possa ajudar pessoas como ele, fazendo eco a uma demanda do bom uso da política.

Com efeito, a gramática profunda dessa notícia está na personificação do voto contida na fala do sanfoneiro, que mostra o desejo de converter sua situação em uma situação melhor

através da política. Esse lugar positivo da política também ganha eco na fala da jovem e do velho, expressas como signos da vontade e da liberdade das pessoas. Nesse sentido, o voto se desprende da sua existência obrigatória e ganha um *status* de compromisso, o passaporte para transformações e segurança em um futuro próximo. Entretanto, a fala da jovem, que é mostrada portando uma camisa com um signo religioso, talvez possa estar soando como uma convocação daquele setor para as urnas, mas também como a demonstração de que a juventude católica é uma juventude consciente de suas responsabilidades políticas. Há, ainda, uma gramática profunda no que tange a valorização da tecnologia do voto, na medida em que o voto eletrônico é colocado com o mais seguro, evidenciado não só na fala de um homem idoso, mas também pelo secretário do TRE. Com isso, a notícia marca um caráter de reconhecimento geral da legitimidade da prática, já que vai do reconhecimento de seus provedores àqueles não alfabetizados com as tecnologias computadorizadas. Contudo, práticas antigas não são abandonadas, como a sugestão da “cola” com os nomes do candidato, que se converte em uma forma de acelerar a votação, sobretudo por parte dos eleitores mais velhos.

6.3.2 As reportagens no telejornal “Canção Nova Notícias”

Por sua vez, as reportagens sobre o processo eleitoral eram veiculadas dentro da pauta do próprio telejornal, conforme aconteciam com as demais notícias. Informações sobre o escrutínio eram as preferidas pelo noticiário da Canção Nova, tratando de temas que passavam pela Ficha Limpa, o voto em trânsito, a escolha de candidatos, a memória do eleitor em relação às eleições anteriores, entre outras. Vou tomar como exemplo, aqui, as reportagens sobre a escolha de candidatos.

Uma das reportagens sobre o voto é iniciada com um *close* sobre pessoas transitando em uma rua (VÍDEO 14). A pergunta que o narrador faz – “Você já escolheu o seu candidato?” – é respondida por vários transeuntes, cujas imagens são veiculadas, mas sem identificação no rodapé da imagem – homem/adulto/branco: “não, ainda não”; mulher/adulta/branca: “já”; homem/meia idade/pardo: “sim”; homem/velho/pardo: “estou em dúvida”; homem/meia idade/branco: “tô em dúvida só senador”. Esse processo dá lugar para a entrevista com uma psicóloga social, Lúcia Rangel, cujo nome e função são exibidos no rodapé do vídeo. Ela fala tendo ao fundo estantes repletas de livros. Está sentada e tem sobre a

mesa um livro, com suas mãos colocadas de forma paralela a ele. Entre sua mão esquerda e o livro figura uma caneta. Ela fala sobre a dúvida do eleitor em votar: “a grande dúvida ainda permanece para a eleição proporcional, ou seja, para o senado, para deputados federais e deputados estaduais”.

A câmera foca em pessoas transitando em alguma rua. O narrador retoma a palavra para si: “boa parte do eleitor brasileiro já parece sinalizar para importância dessa boa escolha”. Pessoas são entrevistadas e dão sua posição sobre a escolha dos representantes – homem/adulto/branco: “é para a pessoa saber quem vai tá governando o país, as cidades, o estado, tudo isso é importante”; mulher/adulta/branca: “a gente tem que escolher o melhor”; homem/velho/negro: “é muito importante porque não é comprar voto, né. Chega lá, nêgo dá uma coisinha, comprou voto. Tem que pensar muito bem pro amanhã, né, mais tarde, para não ser prejudicado, né”. A narração é retomada ao mesmo tempo em que a imagem da psicóloga é exibida mais uma vez: “para essa psicóloga social a consciência de cada eleitor amplia na medida em que ele exercita o direito de votar”. Após algumas filmagens sobre ela e sobre a sala onde ela estava com o repórter, a psicóloga ganha voz outra vez: “aqui no Brasil nós tivemos até recentemente uma ditadura militar, onde não havia voto. A minha geração foi votar para Presidente da República com mais de quarenta anos de idade”.

O repórter aparece no vídeo e fala enquanto é identificado no rodapé (Pedro Teixeira – Taubaté – SP). Atrás do repórter, pode-se observar pessoas caminhando em uma rua da cidade onde ele está: “o Brasil se prepara para ir às urnas no próximo dia três de Outubro. Nessas eleições serão preenchidos os cargos executivos e também legislativos. No entanto, cinco por cento dos quase cento e trinta e seis milhões de eleitores que irão as urnas ainda permanece indecisos. Qual seria o critério para escolher corretamente os próximos candidatos?”. O foco volta para a psicóloga, que dá dicas para escolher um candidato: “conversar com amigos, entende, conversar, entrar na internet, a internet tem muita informação, entrar no site dos partidos e se ele [eleitor] não achar um candidato, por exemplo, para ele votar, como um Deputado Federal, ele tem a opção da legenda”. O narrador assume de novo a palavra, enquanto o vídeo mostra alguns transeuntes: “valorizar o voto é valorizar o próprio dinheiro, afinal de contas, quem paga o salário dos políticos é o próprio contribuinte”. Por fim, a fala de um destes é veiculada, concluindo a notícia – homem/velho/pardo: “tem que saber escolher, se não sabe, fica do jeito que esta, você entendeu, ou pior”.

A notícia apresenta a configuração de um processo de dúvida presente no momento da decisão sobre em quem votar. Esta dúvida é exibida pelas entrevistas com passantes em uma rua, que respondem se escolheram ou não os candidatos. Esse espírito de dúvida é

referendado pela fala de uma psicóloga social, que trata a dúvida dentro do campo da normalidade, sobretudo no que tange à eleição proporcional. O lugar de onde fala certamente confere a ela um saber-fazer que legitima sua opinião. A dúvida atingiria 5% dos eleitores brasileiros, segundo o repórter, fruto talvez da ausência de critérios, que são, por sua vez, sugeridos pela psicóloga. Por outro lado, a dúvida não implicaria, segundo a reportagem, uma desconsideração da importância do voto, o que encontra eco nas falas de outros transeuntes entrevistados, que valorizam o voto, sinalizando para sua relevância. Levar essa prática a sério seria, na visão da narração, uma valorização do dinheiro de cada um, já que é daí que saem os salários dos representantes políticos.

A dimensão utilitária do voto se apresenta enquanto gramática profunda de algumas cenas da notícia, sobretudo na correlação entre a valorização do voto e a valorização do dinheiro. O telespectador é convidado a pensar dentro desta tônica, para além de um dever puramente cívico. Já que é o eleitor quem paga, é ele que deve escolher a quem ele vai pagar. Além disso, a dúvida sobre em quem votar correlacionada a uma falta de maturidade, também se coloca presente, justificada pela ausência de uma democracia plena de longa data – e não pela ausência de consciência política por parte do eleitor. É a falta de hábito que poderia causar a dúvida, não o menosprezo pela política. A consciência política do eleitor, nesse sentido, é colocada como algo presente e, para aqueles que ainda têm dúvidas, o remédio sugerido é a informação.

Outra reportagem a respeito do voto (VÍDEO 15) se inicia com a imagem de pessoas caminhando sobre a calçada de uma cidade: “a responsabilidade de escolher os futuros governantes é grande e será dividida entre milhões de brasileiros este ano mais uma vez. Por isso mesmo é necessário toda atenção para exercer este direito democrático”. Em seguida, o foco recai sobre um homem que é identificado pela narradora como sendo um cientista político (Jairo Pimentel – Cientista Político): “para este cientista político alguns cuidados precisam ser tomados”. Sentado junto a uma mesa redonda dentro de uma ampla sala e próximo da jornalista, o homem ganha a palavra. Ele fala sobre o tema abordado: “o eleitor precisa prestar atenção sobre os limites que o cargo oferece para o candidato. Não adianta um candidato prometer que vai construir uma ponte sendo que a atribuição do cargo dele não é construir ponte, é fazer leis. Uma segunda dica é em relação ao que o candidato fez no

passado, se ele cumpriu as promessas que ele fez no passado. Terceiro ponto que eu daria como dica é saber se o candidato é coerente no seu discurso”.

O foco muda, então, para outro homem, que a narração também identifica como sendo cientista político, e que é filmado enquanto conversa com a jornalista, sentado à mesa de um escritório: “para este outro cientista político, Rafael Cortez, o eleitor em 2010 está mais atento e embora a maioria ainda tenha o grau de instrução baixo, há mais interesse político este ano”. Seu nome (Rafael Cortez – Cientista Político) aparece no rodapé do vídeo, assim que ele começa a ter sua fala exibida: “acho que o eleitorado brasileiro é um eleitorado mais maduro em função da participação das eleições, especialmente as eleições presidenciais, que ganham bastante destaque no eleitorado, que está cada vez mais apto a melhorar suas escolhas. Existem novas ferramentas, a internet, a televisão, que permitem que o eleitor faça boas escolhas. E o eleitorado formado basicamente pelas classes mais baixas está cada vez mais envolvido na política, na medida em que percebe que o dia a dia deles é afetado pelas decisões dos governantes”.

Muda-se o foco e a câmera, agora, é voltada para um homem apresentado como sociólogo, e que é mostrado conversando com a jornalista nos corredores de um prédio: “já para este sociólogo, o eleitor precisa ficar mais atento, saber mais sobre seus candidatos e se interessar mais sobre política”. Quando ganha a voz, comenta o tema em questão ao mesmo tempo em que seu nome é exibido no rodapé do vídeo (Francisco Borba Neto – Sociólogo): “o eleitor brasileiro está cada vez mais amadurecido, ele está mais consciente da necessidade de enfrentar a corrupção, da necessidade de fazer os seus direitos valer. Porém, acho que o grande desafio do eleitor brasileiro para essa eleição é fazer um voto solidário, porque ainda continuamos necessitando de grandes mudanças sociais, de mudanças que ajudem a melhorar a vida das pessoas mais pobres, mais necessitadas, e isso exige um voto muito consciente e muito comprometido com o bem comum”.

Na sequência, a jornalista ganha visibilidade, com seu nome exibido no rodapé do vídeo, junto com o lugar em que se encontra (Renata Vasconcelos – São Paulo). Ao fundo se podem ver pessoas transitando em alguma das ruas da cidade referida, enquanto ela fala: “para diminuir este problema e preparar melhor os eleitores para o voto, a pastoral de Fé e Política tem promovido debates constantes e um dos assuntos mais comentados nas reuniões com as comunidades é sobre corrupção eleitoral. O objetivo é conscientizar o cidadão que não basta eleger, é preciso fiscalizar a conduta de quem foi eleito durante todo o pleito”. A imagem muda de lugar, a narração continua: “a coordenadora do movimento Carmen Cecília é otimista quanto ao perfil do eleitor em dois mil e dez. Ela acredita que o projeto da Ficha

Limpa, por exemplo, ajudou na preparação do eleitor para o voto”. A mulher que a narradora diz pertencer ao grupo de Fé e Política ganha evidência. Após uma panorâmica sobre seu perfil, sua voz ganha lugar: “há realmente uma consciência que ainda acreditamos que não seja suficiente para grandes mudanças, mas está servindo de alerta para os políticos que também estão mudando. É esse o mais importante”. A notícia finda com essa fala.

Esta notícia procurou levar a cabo a atenção do eleitor na hora de votar. Para tanto, convida e exhibe uma série de autoridades em matéria de eleição para explicar ao telespectador questões relativas ao voto e o que deve ser levado em conta na hora de votar. Falando a partir de cenários distintos, as opiniões passam pelo significado e limites dos cargos políticos, o compromisso dos candidatos ao longo de sua carreira pública e sua coerência. A maturidade do eleitor também é exaltada, que vai avançando ao longo do tempo na medida em que o leque de informações e mobilizações vai aumentando. Nesse sentido, o eleitor é colocado como mais consciente e compromissado com as mudanças sociais. Por sua vez, a repórter, para remarcar o tom de atenção que o eleitor deve ter diante de seu voto, aciona uma coordenadora da pastoral de Fé e Política. A repórter julga que esta pastoral tem promovido debates que visam esclarecer o eleitor, especialmente sobre o tema da corrupção e da fiscalização dos candidatos. Na sequência, menciona o tema da Ficha Limpa, na qual a fala da coordenadora da pastoral mencionada serviria para tornar legíveis as assertivas da jornalista, já que versa sobre as mudanças que estão ocorrendo aos poucos na arena política por conta da Lei.

Na medida em que a atenção sobre o voto aparece como o epicentro da notícia, as opiniões dos especialistas reforçam a formação de uma racionalização em torno dele, já que procuravam esclarecer os limites que se deveriam reconhecer sobre a função dos políticos. Estes deveriam fazer leis, não operarem dentro de uma ordem clientelista. Além disso, o peso da consciência do voto ganha a cena, na contramão de um senso comum que acredita na incapacidade volitiva das pessoas, no que tange a escolha de seus representantes. Tal consciência melhorada seria fruto da informação e da melhoria dos mecanismos democráticos. No mais, a compreensão do voto enquanto algo que atinge a realidade de cada um, fazendo com que as pessoas levem isso em conta quando da confirmação de seus preferidos no dia da votação, acaba se dirigindo menos para um voto útil do que para um voto de compromisso coletivo. Por fim, uma dimensão formalista do voto se revela, diante do fato de que a consciência do eleitor é feita a partir de uma formação política realizada por grupos como a pastoral Fé e Política, que procurava formar o eleitor a partir de debates públicos, bem como a Ficha Limpa, que reduziria a possibilidade de candidatos com passado sem probidade de se candidatarem e receberem o voto dos eleitores.

Uma reportagem mencionando a memória do eleitor também foi exibida durante as reportagens do telejornal “Canção Nova Notícias” no período eleitoral, em 2010 (VÍDEO 16). O narrador faz uma pergunta, “Você conseguiria lembrar o nome de um ministro?”, que é direcionada a transeuntes que não conseguem respondê-la – homem/jovem/negro: “não”; mulher/meia idade/branca: “não me lembro”; homem/adulto/pardo: “também não”. A imagem recai sobre um homem, que o narrador identificaria como cientista político. Sentado em uma poltrona, este fala sobre o tema: “os ministérios são funcionários do presidente. Então, ninguém fala que o ministério da saúde, o ministério da educação implantou algum projeto. Todo mundo fala que o presidente ou o governador ou que o prefeito implantou um projeto”. O *close* incide sobre parlamentares e ministros no exercício de seu ofício, ao mesmo tempo em que o narrador retoma a palavra: “Bem, se o ministério é o presidente que escolhe, então todo mundo se lembra em quem votou para senador ou deputado, certo?”. A imagem volta a exibir as ruas, onde as pessoas filmadas afirmam não se lembrarem em quem votaram nas últimas eleições, dando suas justificativas para isso: homem/meia idade/branco: “nossa, nenhum”; homem/velho/branco: “me perdoe viu, não vou lembrar não”; homem/jovem/branco: “não vou lembrar não”. O narrador segue sua fala enquanto um calçadão com transeuntes é mostrado: “E desculpas não faltam”. Algumas pessoas têm suas respostas veiculadas – homem/meia idade/branco: “não acompanho”; homem/jovem/branco: “não tenho curiosidade por política não, não perco meu tempo não”; homem/velho/branco: “a gente assiste mais ou menos política e vê tanta coisa errada que as vezes a gente fica desiludido, sabe”. O calçadão movimentado é exibido mais uma vez. No rodapé desta filmagem aparecem dados estatísticos sobre a memória do eleitor que o narrador comenta: “Uma pesquisa recente revela que a memória do eleitor brasileiro anda mesmo ruim. Quase metade dos pesquisados da classe A e B não sabem sequer o nome de um só ministro. A situação piora nas classes C, D e E. Em média, 30% das pessoas não sabem”.

O repórter ganha espaço, falando a frente de pessoas que transitavam por alguma rua: “Responda rápido: Você consegue se lembrar em quem votou da última vez, tanto para senador como para deputado? Se não, você também faz parte da maioria do povo brasileiro que, por diversas razões, não consegue acompanhar ou fiscalizar as ações do seu candidato. Mas existe uma explicação bastante plausível para este tipo de problema. O cientista político explica que os motivos estão ligados à nossa formação cultural”. O comentário do repórter

ganha sustentação junto a fala do cientista político, cuja imagem o procede: “Se você pensa hoje em alguém que sai do Brasil para ir para o Japão, os Estados Unidos, ou outro lugar, ninguém fala 'eu vou pra lá pra entrar na política, pra participar', mas 'eu vou pra lá pra ficar quietinho na minha'. Então quem veio pra cá também veio com esse pensamento”.

O narrador retoma a palavra na medida em que a imagem passa do cientista político para a imagem de um jovem assinando seu comprovante de votação, seguida da imagem da simulação de voto realizada por alguma pessoa: “Para ele, a única solução de melhorar a memória do brasileiro está em promover eleições para cargos legislativos depois da escolha do presidente e do governador”. Na sequência é o cientista político que assume a fala, veiculada junto com sua imagem: “Para que você possa realmente discutir melhor com a população e a população possa participar melhor de uma forma mais relevante, da discussão dos deputados e dos senadores”. Por fim, a imagem recai sobre os passantes, sobre a qual o narrador fala antes de encerrar a matéria: “Enquanto isso não acontece, só resta exercitar a memória e torcer para não ter feito a escolha errada. Pra não ter que repetir o erro”.

A falta de memória do eleitor é corroborada com várias falas de transeuntes que dizem não saber o nome de ministros e nem daqueles em quem votaram para o cargo de deputado e senador. Isto é mostrado depois de modo numérico, e, então, o problema ganha um patamar de generalização. Como modo de explicar estes lapsos, cientistas políticos são chamados para explicar, justificando o esquecimento tanto pela pessoalidade conferida na fabricação dos projetos quanto pela importância dada às eleições majoritárias, que colocam em segundo plano as eleições proporcionais. Soma-se a isso o próprio desinteresse do eleitor, visto nas entrevistas e na fala do cientista político, que julga tal fato ser culpa de uma formação cultural na qual o privado tem preponderância sobre o público.

É aí que reside a gramática profunda desta notícia, já que a acusação sobre o esquecimento do brasileiro é colocada sobre o plano cultural mencionado. A política seria algo remoto por se tratar de uma coisa que se distancia da vida privada, e, portanto, desvalorizada e menosprezada. Nesse sentido, as instituições são apresentadas como tendo um peso secundário, na medida em que são personagens que são vistos como articuladores de projetos, não a totalidade das instituições da qual fazem parte. Um caráter individual da fabricação de projetos ganharia preponderância sobre o coletivo. Por outro lado, a solução dada se encontra na supervalorização das eleições, que deveriam ser feitas de forma mais frequente e por segmento, o que faria do cidadão um votante mais acostumado com as funções e sentidos dos cargos que tem que eleger.

6.3.3 A cobertura do debate eleitoral na mídia cançãovista

Uma reportagem sobre os debates eleitorais (VÍDEO 17) foi iniciada com a narração: “muito mais que medir forças políticas os tradicionais debates têm função social. Mas o que pensa o brasileiro sobre isso?”. Esta narração se dá de modo paralelo à exibição de imagens dos principais candidatos envolvidos na disputa eleitoral de 2010 (Dilma, Serra e Marina). Estes eram mostrados em algum pronunciamento ou debate público. A imagem muda para transeuntes de uma rua. Alguns deles ganham imagem e voz, respondendo à indagação colocada pela narradora – *mulher/adulta*: “eu acho importante tá sabendo o que eles têm para oferecer para a gente né, para não votar errado como sempre”; *mulher/jovem*: “eu observo o jeito que eles se saem para responder as perguntas, para ver se eles estão preparados para assumir aquele cargo”. A narração prossegue: “em época de eleições os candidatos precisam falar ao maior número possível de eleitores e são nos veículos de comunicação que eles encontram essa possibilidade, seja no rádio, na TV ou na internet. A presença das figuras públicas se intensifica nessa época do ano e o eleitor se sente no dever de saber o máximo possível dos candidatos”. Enquanto isso, uma rua com bandeiras de candidatos são exibidas. Depois, uma rua com pedestres é mostrada em um *close* dado de baixo pra cima. Na sequência, as imagens dos candidatos exercendo atividades políticas são recolocadas, uma sobre a outra.

A repórter ganha evidência, falando a frente de uma rua movimentada, na medida em que é identificada no rodapé do vídeo (Natália Jael – São José dos Campos – SP): “o período eleitoral pode ser considerado o melhor momento para que o eleitor tome conhecimento de alguns fatos políticos e tente responder algumas perguntas como, por exemplo, onde estamos, para aonde vamos e o que queremos para o nosso país. Assim, as campanhas se tornam mediadoras do contexto eleitoral brasileiro e os debates se tornam decisivos, pois eles permitem o confronto direto entre os candidatos. Que os eleitores ouçam as ideias de cada um e avaliem principalmente a solidez das propostas”.

Disso, o foco altera para uma estação de transporte público, por onde pessoas transitam. Depois foca-se em uma rua e, em seguida, em uma seção eleitoral, na qual uma mulher digita seu voto. O *close* passa para uma praça em que a repórter conversa com um homem, que será identificado no rodapé do vídeo como José Expedido da Silva – Jornalista. Uma narração se coloca sobre estes fatos: “o Brasil possui cerca de cento e trinta e cinco milhões de eleitores, são pessoas que vão exercer no dia três de outubro o direito de todo

cidadão, a escolha, e José Expedito sabe bem o que é isso. Ele acompanha em todas as eleições os encontros entre os candidatos. Para ele o diferencial de cada um é sempre revelado durante um debate”. José Expedito ganha a palavra e um *close* exclusivo sobre sua imagem: “ali o candidato tem que expressar com mais profundidade, com mais verdade, aquilo que realmente ele pretende fazer”. A narradora retoma a fala: “quando assiste aos encontros, ele procura analisar bem o comportamento dos candidatos, se eles falam bem, se gaguejam, se são preparados para falar ao vivo na TV e principalmente se são coerentes”. Concomitante a isso se dá a mudança de foco para os candidatos em atividade política. A imagem volta para o jornalista entrevistado na cena anterior, bem como o monopólio da voz: “eu não gosto de perder nenhum debate, porque em cada debate você consegue aprofundar um pouco mais a sua visão, o seu conhecimento naquilo que o candidato defende”.

A imagem de um homem apresentado como cientista político sobrepõe-se a esta última, e é mesclada com imagens de pessoas votando na cabine eleitoral e de pessoas transitando em uma calçada. A narração ocorre por sobre estas imagens: “para esse cientista político um debate tem a função de tornar público temas que não estão presentes nas campanhas políticas e no horário eleitoral da TV. Assim, o formato pode ajudar o eleitor a descobrir como as ideias dos candidatos vão resolver os problemas enfrentados pelo país”. O *close* retorna para o cientista político, identificado no rodapé do vídeo como Antônio Carlos Peixoto – Cientista Político. Em seguida, ele ganha voz: “diga ao eleitor em um debate, aquilo que o candidato acha que é possível realizar, não enrola, não vem com demagogia”.

A visão de um Bispo entra comungando com a opinião precedente. Sua imagem é exibida enquanto a narração ainda é realizada: “uma visão compartilhada também pela Igreja Católica. Para o Bispo da diocese de Lorena, Dom Benedito Beni dos Santos, a Igreja não pode se omitir no processo eleitoral”. Em seguida o bispo assume a palavra, sendo identificado no rodapé da imagem: “a Igreja não é sujeito político, a Igreja colabora no plano ético, no plano moral, como disse, e indica, procurando formar a consciência dos eleitores para que se possa votar bem, votar de um modo consciente, procurando sempre os melhores candidatos”. O *close* é relocado sobre as ruas ocupadas por passantes. A narração prossegue sobre estas imagens: “no debate da próxima segunda estarão em pauta temas de grande relevância para os cristãos. Para Dom Beni a participação de eleitores e de candidatos no debate pode ser decisiva na avaliação eleitoral”. A imagem do Bispo é recolocada e ele volta a falar: “se não houvesse esses debates, o voto seria um pouco anônimo, mas havendo o debate então o eleitor vai conhecer melhor os candidatos, para que ele possa fazer do voto uma arma de promoção do bem comum”. Sua fala encerra a reportagem.

O lugar dos debates como uma esfera importante para a decisão do voto é colocado em evidência na notícia, e é roborizado pelos passantes que dizem pautar sua decisão levando em conta a confrontação de argumentos entre os candidatos. Tal visão leiga é complementada pela visão de um jornalista, apresentado como especializado em debates políticos. Adensando os argumentos em relação à função dos debates, um cientista político é colocado a falar, e, na sequência, um bispo, que vem para reforçar a posição do cientista. Tudo isso é feito para evidenciar o debate que a Canção Nova promoverá em breve, alçando-o a um lugar de relevância, como o é todo debate presidencial, já que pode influenciar a decisão do eleitor. Como gramática profunda, o debate é visto como um reconhecimento público, levando os candidatos a perceberem nele uma arena decisória significativa. Os debates são considerados importantes porque as pessoas e os especialistas dizem isso. Assim, a Canção Nova aciona um imaginário reconhecível para legitimar sua ação e forçar a participação dos presidenciaíveis. Negligenciá-lo, ao que parece, seria privar o eleitor de maiores esclarecimentos e subsídios para escolher o candidato certo.

Durante o “Canção Nova Notícias” ocorreu, ainda, uma “ponte”, *ao vivo*, com uma repórter que estava cobrindo o debate (VÍDEO 18). A tela é dividida em dois, ficando do lado direito do vídeo a apresentadora do telejornal e, do lado esquerdo, a repórter. Se a primeira fala a partir do cenário do telejornal, a segunda fala de dentro do local onde o debate aconteceria. A Âncora do telejornal conduz a ponte: “últimas informações. Boa noite Liliane”. O foco fecha na repórter, que é identificada no rodapé do vídeo (Liliane Borges – São Paulo). Ela fala sobre os preparativos do debate: “Olá Luciane. Estamos nos retoques finais aqui no Teatro Santa Marcelina. O cenário já está pronto, as luzes já estão sendo testadas agora, o áudio também, tudo para levar ao telespectador um debate sério que poderá ajudá-lo na hora de votar, pois ele ouvirá as intenções de cada candidato com perguntas diferenciadas”. Enquanto fala, o *close* muda sobre o palco do debate, de cima para baixo. O foco volta para a repórter, que chama um homem para falar sobre o debate. Ele é identificado como o jornalista Rafael Leal, identificação que se verá no rodapé do vídeo. Ele é entrevistado pela repórter: “estou aqui com o Jornalista Rafael Leal que participará fazendo perguntas a estes candidatos. Boa noite Rafael, o evento, que já é um marco não somente para as TVs Católicas, mas também para todos os cristãos do nosso país, porque será um debate diferenciado”. Enquanto o jornalista responde, um panorama do auditório, ainda vazio, é dado pela câmera, para depois

retornar sob a imagem do jornalista falando: “com certeza Liliane, a nossa população aqui no país é estimada em setenta e três por cento da população que se diz católica, ou seja, o Brasil é o país com maior número de católicos no mundo, uma oportunidade como essa, um debate como esse, servirá pra grande esclarecimento de assuntos polêmicos né. Você pode, por exemplo, aí citar questões do aborto, da eutanásia, do PNDH³, ou seja, questões que a população quer saber e que, de repente, vai contribuir muito na hora de escolher o candidato. Então, você que tá acompanhando aí pela TV Canção Nova não perca daqui a pouquinho. A expectativa já está grande aqui, as pessoas já estão chegando. Então, às dez horas da noite não perca essa oportunidade de clarear ainda mais o seu voto”. A repórter agradece o jornalista pela fala, a câmera corta nela mais uma vez, enquanto tece um comentário acerca do debate: “obrigada Rafael. Será o momento também de grande comunhão eclesial, porque várias pastorais estarão aqui presentes, podendo fazer também as suas perguntas, será uma grande festa que levará ao eleitor ao esclarecimento de como votar, em quem votar, nas questões vitais para o nosso país. Você não pode perder, às nove e vinte e cinco, nós esperamos você. Eleições dois mil e dez, o seu voto consciente”. A imagem muda para os Âncoras do jornal. Um deles agradece a participação da jornalista, desejando sorte a ela e a seus colegas envolvidos no debate: “obrigado Liliane. Um bom trabalho pra todos aí em São Paulo”.

Em outra ponte referente ao debate (VÍDEO 19), um jornalista lê *ao vivo* uma nota explicativa da candidata Dilma se desculpando por não poder participar do debate naquela noite. A leitura foi feita por um jornalista de dentro da Redação da Canção Nova. Este comenta que as direções das duas emissoras, Canção Nova e Aparecida, receberam do comitê da candidata Dilma Rousseff uma carta. Esta é lida integralmente pelo jornalista, cuja cópia segura em uma das mãos:

³ O PNDH-3 apresenta as bases de uma Política de Estado para os Direitos Humanos. Estabelece diretrizes, objetivos estratégicos e ações programáticas a serem trilhados nos próximos anos. A definição operacional de sua implementação, com estabelecimento de prazos, será garantida por meio de Planos de Ação a serem construídos a cada dois anos, sendo fixados os recursos orçamentários, as medidas concretas e os órgãos responsáveis por sua execução. O PNDH-3 é estruturado nos seguintes eixos orientadores: Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil; Desenvolvimento e Direitos Humanos; Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades; Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência; Educação e Cultura em Direitos Humanos; Direito à Memória e à Verdade.

Prezados senhores, com todo respeito e admiração que temos pelas emissoras católicas que hoje realizam o debate presidencial, vimos reinterar nossas desculpas pela ausência da candidata Dilma Rousseff neste debate, diante da necessidade de um equilíbrio entre as diversas atividades de campanha, entre debates, contato com o povo nas campanhas de rua e outros eventos, e diante da proposta da CNBB da realização de um debate. Havíamos proposto a secretaria geral da CNBB a unificação dos debates no campo da Igreja Católica. Não tendo sido possível tal unificação, não tivemos como atender as duas demandas, já que havíamos confirmado a presença de nossa candidata no debate que será promovido por aquela entidade. Reafirmamos que a nossa ausência nesse debate em nada significa menosprezo por essa iniciativa e muito menos a recusa a apresentar com clareza e transparência nossas propostas à respeito de temas de interesse da comunidade católica no Brasil. Neste sentido, na última quinta-feira realizamos proveitosa visita a presidência da CNBB, ocasião em que nos comprometemos em manter um diálogo permanente e aberto com a Igreja Católica, aprofundando as parcerias que no campo social já realizamos no atual governo, com as diversas iniciativas pastorais católicas. Esperamos que possamos nos encontrar no debate promovido pela CNBB em Setembro, que com a cobertura cada vez mais importante das emissoras católicas será de grande importância e proveito para o processo eleitoral. Aceitem senhores a renovação de nossa estima e respeito. Comitê da candidata Dilma Rousseff.

A imagem do repórter é substituída pela imagem do auditório onde seria realizado o debate, enquanto aquele lia a carta, de tom explicativo. O *close* sobre o auditório evidencia freiras sentadas na primeira fila do auditório, clérigos nas segundas e terceiras filas, e outras pessoas distribuídas nas demais fileiras. A câmera retorna o foco para o jornalista, enquanto este continuava a leitura da carta. O repórter termina de ler a carta e comenta a mesma: “é nota oficial enviada aos dois grupos, Canção Nova e Aparecida”. Em seguida, comenta a respeito do debate propriamente dito e encerra sua inserção: “pois bem, já se aproxima o início do debate. Mais uma vez nós temos o panorama, o nosso auditório está praticamente completo neste instante e ainda continuam chegando convidados especiais”.

De fato, clima de debate é fabricado desde a primeira ponte com os jornalistas responsáveis por fazerem a cobertura do mesmo. O lugar onde ele será realizado e um pouco dos bastidores do acontecimento são exibidos no vídeo. Na primeira ponte, um jornalista é chamado a falar um pouco sobre o evento, no qual o peso católico do mesmo é ressaltado. Na segunda ponte, a leitura da carta de justificativa de ausência da candidata Dilma é lida na íntegra, ocupando quase todo o tempo da inserção. O que estas inserções revelam relaciona-se com a passagem de um ambiente de debate político convencional – expresso nos primeiros momentos em que a jornalista aponta que o debate será sério e poderá ajudar o eleitor, o que é a tônica buscada por outros debates –, para um debate de fundo religioso. Este fundo religioso do debate emerge quando um jornalista é colocado a falar, mencionando a relevância dos

temas a serem debatidos para a comunidade católica e cristã. Isso é mostrado, ainda, na ênfase dada ao diálogo que os candidatos estabelecerão com as pastorais, que estarão presentes no debate, não só como observadoras, mas também como interlocutoras. Entretanto, esse clima de debate religioso é relativizado quando o debate é dimensionado, na sequência, para um sentido de rito público, no qual o eleitor poderá tirar suas conclusões e depois decidir.

Outra reflexão relaciona-se a carta lida *ao vivo*. A ausência de Dilma pode ter sugerido aos telespectadores carismáticos certo desinteresse ou mesmo um amedrontamento por parte da candidata diante de temas de interesse católico. Isso não deixou de ser potencializado, sobretudo quando enfatizaram que temas importantes estavam ali sendo tratados, e que cada um dos candidatos deveria deixar claro ao eleitor o que pensavam sobre tais temas. Entretanto, ao mesmo tempo, a carta divulgada antes do início do debate pode ter deixado transparecer algum grau de compromisso da candidata para com a Igreja Católica, já que, na carta, fazia-se menção ao compromisso já estabelecido com a CNBB para a participação em um debate que esta instituição programara para breve. Se, de fato, os carismáticos levam em conta o respeito à hierarquia católica⁴, a ausência de Dilma e a divulgação da nota, na qual expressava seu compromisso em debater com a CNBB, talvez tenha soado positivamente entre eles, ou minimizando o sentimento crítico inicial proveniente da ausência da candidata no debate.

⁴ A reflexão empreendida por Carranza (2000) mostra como este respeito é valorizado dentro do catolicismo carismático.

7 O DEBATE ELEITORAL NA MÍDIA CATÓLICO-CARISMÁTICA: CONTINUIDADES E ESPECIFICIDADES EM RELAÇÃO À MODA JORNALÍSTICA

7.1 A ORGANIZAÇÃO DO DEBATE

A Canção Nova, dentro da produção de seu jornalismo político, também procurou organizar e transmitir um debate entre os presidenciáveis nas eleições de 2010. Este debate, que foi realizado de modo conjunto com a TV Aparecida, foi o primeiro a ser organizado dentro do universo do jornalismo católico¹. O debate foi ao ar no dia 23 de Agosto. Contando com os candidatos José Serra, do PSDB, Marina Silva, do PV, e Plínio Sampaio, do PSOL, o debate se dedicou a levantar temas ligados diretamente à doutrina social e à posicionamentos da Igreja Católica, por um lado, e temas de interesse geral, por outro. A cobertura do encontro entre os candidatos teve duração de aproximadamente três horas, podendo ser dividido em três partes: preparativos do debate, contendo entrevistas com jornalistas e autoridades religiosas presentes no auditório da universidade católica Santa Marcelina em São Paulo, onde o debate foi realizado; o debate propriamente dito, que durou cerca de duas horas; e entrevistas com os candidatos ao final do evento.

Por volta das 21h30min (horário de Brasília) do dia 23 de Agosto, a Canção Nova inicia a cobertura direta do debate. As imagens projetadas mostram o auditório e o palco no qual se dará o confronto. Nessas imagens já se podia ver o movimento do público, que se acomodava para assistir o evento. Entre notícias rápidas sobre o acontecimento e expectativas a respeito dele, os repórteres da Canção Nova procuravam entrevistar pessoas presentes no auditório onde o encontro entre os candidatos se configuraria. Esses entrevistados teciam suas opiniões acerca do que o debate representaria e que tipo de discussão eles esperavam ver. De acordo com os repórteres da Canção Nova, que faziam a cobertura do debate, e as pessoas que eles entrevistavam antes do início do evento, a proposta do mesmo era “questionar os candidatos”, sobretudo em relação aos temas ligados a vida, como o aborto, a eutanásia, o Plano Nacional de Direitos Humanos III (PNDH3) e as pesquisas com células-tronco

¹ Em outro momento, a Canção Nova, bem como as demais emissoras de inspiração católica e o portal de internet UOL, retransmitiu, ao vivo, o debate organizado pela CNBB, que foi ao ar no dia 23 de Setembro e contou com a presença dos candidatos Dilma, Serra, Marina e Plínio.

embrionárias. Com isso, um dos entrevistados cogitou a ideia de poder “influir na opinião do eleitorado”, pelo menos do eleitorado católico, já que ambas emissoras, por serem declaradamente católicas, possuíam um público amplo oriundo desse setor. Ademais, outros entrevistados expuseram ideias marcando a possibilidade do debate servir para que os candidatos “apresentassem suas propostas”, fazendo dele um “ato de ação política”, contribuindo para “a educação política do povo”.

Uma personagem do *staff* da Canção Nova, quando entrevistada, argumentou que “fazer política é fazer evangelização”, por isso a pretensão era poder “esclarecer e proporcionar ao eleitor a oportunidade para avaliar quem melhor poderá governar o país” e, ao mesmo tempo, “educar o povo para a vida política e para a vida cristã”. O entrevistado acreditava estar fazendo do eleitorado católico um eleitorado que “vota consciente”, que “vota direito”, que “conhecesse o que pensa cada candidato” e que “vota sério”. Outro entrevistado, também parte do *staff* da Canção Nova, afirmou que o importante era ver o que os candidatos pensavam a respeito da defesa da vida e como planejavam dar uma “vida em abundância para o povo”, que seria um princípio ligado ao primeiro ponto. Nesse sentido, teriam relevância, segundo ele, temas como “família, vida, meio ambiente, ética, bom uso de recursos públicos”, permitindo com que, no debate, despontasse a vitória da vida. É para parte dessa direção que se coloca a entrevista com um diretor do IPEA, presente no debate, que mencionava os temas da “distribuição de renda, melhoria logística e desenvolvimento” como merecedores de atenção especial.

O debate tem início às 22 horas. A câmera foca no centro do palco, filmando os emblemas das TVs Canção Nova e Aparecida. Paulatinamente, o foco abre em direção aos oratórios no qual se encontravam os candidatos e o mediador do debate, postados de pé. O cenário está montado, dando o ar de debate eleitoral, tendo inclusive, ao fundo dos participantes, um grande painel onde se pode ver escrito “Eleições 2010 – debate”. No centro do palco está o mediador e, em ambos os lados deste, os candidatos. A sua esquerda se situam os candidatos Marina Silva e Plínio Sampaio e a sua direita o candidato José Serra e um oratório vazio, em que deveria estar a candidata Dilma Rousseff. Em cada oratório se encontra o nome do candidato. O foco fecha no mediador, que aguarda ganhar voz. Afixado em seu oratório estão os emblemas das TVs que organizavam o debate. Ele começa a falar, enquanto, no canto inferior do vídeo, aparece seu nome, dentro de uma faixa que se estendia ao término da logomarca “Eleições 2010 – debate”. O mediador é apresentado como Padre César Moreira, diretor Geral da TV Aparecida.

Este padre foi o escolhido para assumir a responsabilidade de controlar o fluxo das perguntas e direcionar respostas, réplicas e tréplicas dos candidatos, não trajando no debate sua vestimenta convencional, mas terno e gravata, alinhando-se à moda dos mediadores de debate. Tomando a palavra, o padre-mediador agradece os ouvintes, telespectadores e internautas, bem como ao público presente no teatro. A câmera realiza um panorama da plateia, na qual religiosos e leigos podem ser muito bem contrastados, com feiras católicas num primeiro plano, seguidas de bispos e padres num plano intermediário e leigos nos demais lugares. Quando o padre-mediador fala da presença do arcebispo de São Paulo, Cardeal Dom Odilio Scherer, a câmera foca sobre este, dando-lhe visibilidade. O mesmo acontecendo na menção da carta de apoio da CNBB ao debate, quando a câmera exhibe o bispo Dom Geraldo Lyrio, que presidia, na época, a referida instituição. O padre-mediador procura explicar a razão de ser do debate, para, em seguida, explicar a dinâmica do mesmo. Para o mediador, a proposta do debate era “levar os candidatos a um público que não tem acesso a ele, [...] um público dirigido – cristão-católico”. Desse modo, enfatizou que a intenção era ajudar esse público a “conhecer pessoas e ideias”, e não apenas “conhecer palavras”, fazendo do debate mais “uma conversa” do que um debate propriamente dito. Além disso, salienta que mais de 200 emissoras católicas (de rádio e televisão) estavam retransmitindo o debate, o que levaria a conversa com os candidatos a um público de aproximadamente 100 milhões de ouvintes e telespectadores.

O foco volta-se ao padre-mediador, que continua a apresentação, realiza, então, novo panorama sobre a plateia, e depois retorna para o padre-mediador. Quando isso se dá, ele apresenta os candidatos, primeiro Marina, depois Plínio e depois Serra. O *close* da câmera recai sobre cada candidato na medida em que eram referenciados. O padre-mediador aproveita o momento e menciona o nome de outros candidatos envolvidos na disputa presidencial, tendo as fotografias dos mesmos, seu nome e partido, apresentadas na tela, enquanto a narração transcorria. Eles eram colocados como não tendo representatividade na câmara dos deputados, e por isso, é bom frisar, sem a obrigatoriedade de serem convidados para a participação nos debates². Ao fim desta apresentação, o padre-mediador menciona a carta enviada pela candidata Dilma, justificando sua ausência do debate³. Enquanto justifica a ausência da candidata, um *close* é dado sobre o oratório em que ela deveria se posicionar.

² Os candidatos mencionados eram: José Maria Eymael, do Partido Social Democrata Cristão; Ivan Pinheiro, do Partido Comunista Brasileiro; Levy Fidelis, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro; Rui Costa Pimenta, do Partido da Causa Operária; e Zé Maria, do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados.

³ O conteúdo desta carta foi apresentado no Capítulo 6 desta tese.

Logo após este prólogo, o padre-mediador passa à explicação do funcionamento do debate. 1º bloco: um tema geral a ser respondido por todos, acrescido de um tema específico dirigido a cada candidato, que será sorteado, e que ocasionará uma pergunta do padre-mediador e do candidato que a responderá. As respostas devem ser dadas em no máximo dois minutos. 2º bloco: perguntas dirigidas por jornalistas de jornais católicos e laicos (três perguntas de cada jornalista, e cada uma a um candidato diferente). 3º bloco: perguntas dirigidas por coordenadores de pastorais (a pastoral que fará a pergunta será escolhida por sorteio). 4º bloco: temas específicos dirigidos a cada candidato (com pergunta e respondente feita mediante sorteio), mais um tema geral, no qual se perguntará ao candidato como ele resolveria um dado problema e, por fim, um espaço para as considerações finais. Nos 2º e 3º blocos, um candidato é sorteado para responder e outro para comentar a resposta, tendo ambos o direito de réplica e tréplica. Respostas, comentários, réplicas e tréplicas oscilariam entre um a três minutos.

No 1º bloco (VÍDEO 21), após ter explicado o seu funcionamento, o padre-mediador colocou aos candidatos presentes uma pergunta sobre a importância ou não do presidente da república acreditar em Deus, haja vista, segundo ele, que o Brasil foi colonizado/formado a partir de um povo de religião cristã e por ser esta religião parte constituinte do brasileiro. Seguindo o sentido horário, por sugestão do padre-mediador, as respostas foram dadas por Serra, Plínio e Marina, respectivamente.

Após os candidatos responderem esta pergunta, sortearam-se os candidatos e os temas que eles teriam que responder na sequência. O primeiro candidato sorteado foi Marina e o primeiro tema foi o da Reforma Agrária. De acordo com o padre-mediador, a reforma agrária é um ponto em que a Igreja Católica é muito favorável. Nesse sentido, a pergunta versava sobre a posição da presidenciável em relação à posição da Igreja Católica nessa área, sobre como o governo deveria se relacionar com o MST e o que ela entendia por ocupação e invasão. O segundo candidato sorteado foi Plínio e o tema sorteado para ele foi o da presença de símbolos religiosos em lugares públicos. A questão versava sobre o fato de que a presença daqueles símbolos em repartições públicas era justificada porque, apesar do Estado ser leigo, a Constituição que o regia tinha sido promulgada sob a proteção de Deus. O padre-mediador queria saber, nesse sentido, o que o candidato pensava sobre isso. O terceiro e último candidato a falar foi Serra, e sua pergunta tratou de economia. O padre-mediador direcionou a pergunta ao candidato indagando se o controle da inflação deveria ser feito baseado no corte do consumo e no aumento de juros. O padre-mediador queria saber se o candidato aceitava esse tipo de conduta ou não.

No 2º bloco, um jornalista de cada mídia faz três perguntas e um candidato é sorteado para responder e outro para comentar (VÍDEO 22). Nesse momento encontramos um variado conjunto de temas, alguns estritamente religiosos, outros não. O candidato Plínio foi sorteado para responder a pergunta, sendo Serra o sorteado para comentar. O jornalista da Canção Nova, de nome Rafael Leal, perguntou primeiramente sobre a lei da criminalização da homofobia, a qual, segundo o repórter, ia de encontro ao direito de liberdade de expressão, pois contentora de dispositivos que desautorizavam a Igreja Católica e seus devotos de se pronunciarem contra tal tipo de relação, o que seria um “impedimento do livre pensamento”, concluiu. O mesmo jornalista ainda fez uma pergunta sobre a posição dos candidatos em relação ao aborto. Sabendo que a candidata que responderia sua questão era Marina, que acabara de ser sorteada, mencionou a posição ambígua da candidata que, apesar de se dizer “evangélica militante”, na voz do repórter, defendia um plebiscito para resolver o problema. Nesse sentido, menos que uma pergunta, o repórter queria indagar a candidata sobre qual seria de fato sua posição sobre o aborto. Logo após a fala de Marina, Plínio é sorteado para comentar. A última questão do jornalista da Canção Nova é sobre prevenção da AIDS, que seria respondida por Serra, tendo Marina como comentadora. Nesta pergunta, o jornalista apresentou um relatório homologado pela ONU, onde esta reconhecia que o início da vida sexual tardia e a fidelidade conjugal seriam armas eficazes para combater a proliferação da doença. Desta forma, desejava saber se o candidato, se eleito, patrocinaria ou não materiais norteados pelas conclusões do relatório.

Finalizada as perguntas do jornalista cançãonovista, o padre-mediador agradece a participação do mesmo, sorteia o respondente (Plínio) e comentador (Serra) da questão seguinte e passa a palavra para outro jornalista, ligado à TV Século XXI (também de inspiração católica), que realiza a primeira de suas três perguntas. Nesta, o jornalista identificado como Martin Andrada, interroga Plínio sobre a democratização dos meios de comunicação, enfatizando a criação de um conselho fiscalizador dos mesmos e se esta pretensa fiscalização não poderia acarretar em um tipo de censura. A segunda pergunta é dirigida à Serra, sorteado ao final do ciclo da pergunta anterior. Marina, por uma questão lógica já explicada, seria a comentadora. O jornalista queria saber a opinião do candidato acerca das últimas pesquisas de intenção de voto e se o quadro era reversível. A terceira pergunta do jornalista da TV Século XXI, tangia a questão da violência, indagando a candidata Marina sobre como ela resolveria o problema. Dentro da lógica deste bloco, Plínio se converte em comentador. A pergunta foi feita mencionando as posições da candidata em

relação ao projeto da política pacificadora nas favelas e da crítica que fazia ao projeto de Serra acerca da criação de um Ministério de Segurança Pública.

Por fim, um terceiro jornalista, ligado ao Jornal Estado de São Paulo (José Maria Mayrink), realizou suas perguntas, logo após o padre-mediador sortear o candidato Serra como o respondente da vez e Plínio como o comentarista. A primeira questão do jornalista versou sobre a posição do candidato em relação a projetos como o trem bala, as grandes hidrelétricas, como Belo Monte, e a transposição do rio São Francisco, uma vez que esses projetos, segundo o jornalista, causariam grandes impactos ambientais. Além disso, queria saber, ainda, se o impacto ambiental dessas obras preocupava o candidato. A segunda pergunta do jornalista, que foi direcionada a Plínio, tendo Marina por comentarista, dizia respeito à viabilidade de um projeto de mudança radical do social, preconizada, sobretudo, por Plínio. Em sua última pergunta, o jornalista queria saber se “é possível governar com independência, sem favores e corrupção”, fazendo, com isso, uma crítica às alianças estabelecidas em prol da governabilidade. Pela lógica do debate, Marina é a respondente e Serra o seu comentarista.

No 3º bloco, as perguntas vieram de pastorais católicas, sorteadas dentre as existentes (VÍDEO 22). A primeira pastoral sorteada foi a Pastoral do Menor, ficando a cargo de Dom Leonardo Pereira a incumbência de direcionar a pergunta para um candidato a sua escolha. O bispo pergunta para Serra a posição do candidato em relação à redução da maioria penal, um tema com o qual a Pastoral disse estar preocupada. O padre-mediador sorteia Marina como a candidata que vai comentar a fala de Serra. A segunda pastoral sorteada foi a da família. Raimundo Leal, coordenador nacional da referida pastoral, ao tomar a palavra, indica Marina como a respondente. Sua pergunta procura enfatizar que vários são os projetos tramitando no congresso que estão voltados contra a família e a paz social (legalização do aborto, casamento homossexual, lei da homofobia, etc.), e por isso gostaria de saber a posição da candidata em relação ao PNDH3 (se o aplicaria ou o reveria), o que a candidata entendia por família e vida, e quais as políticas que tinha para a família, visto que esta, segundo a pastoral, seria “um recurso para a pessoa e para a sociedade”. Diante dos dispositivos lógicos do debate, Plínio é o candidato que comenta a resposta de Marina. A terceira pastoral sorteada foi a carcerária, e a resposta tinha que ser de Plínio e o comentário de Serra. O padre João Silveira, coordenador nacional da pastoral, ganha voz e pergunta ao candidato se ele, sendo eleito, manteria o atual sistema carcerário ou se investiria em outro – e, nesse caso, em qual –, e pergunta também quais as formas que o candidato achava pertinentes para a redução do crime.

No 4º bloco, o mediador sorteia o candidato e depois o tema que este responderá (VÍDEO 23). O primeiro presidenciável sorteado foi Marina e o tema sorteado para ela foi o da habitação. O padre-mediador indaga a candidata sobre sua avaliação a respeito da política habitacional, no que esta estava certa e no que estava errada. O segundo candidato sorteado foi Plínio e o tema para ele determinado foi o da agricultura. O padre-mediador perguntou para ele sobre o porquê da contradição entre aumento dos recordes de produção e manutenção da fome no país. O último candidato a responder é Serra e o tema sorteado foi o do aborto. O padre-mediador relatou as discussões sobre a realização de um plebiscito, colocando uma reflexão ao candidato sobre se o que pode ser legal necessariamente seria moral.

O padre-mediador coloca agora para os candidatos, dentro desse bloco, uma última questão, intitulada “como você resolveria o problema”. O problema dizia respeito à questão da educação religiosa, indagando aos candidatos acerca de como o resolveriam, já que, segundo o padre-mediador, mesmo estando na Constituição (inserido dentro do conteúdo do ensino fundamental), ela não estaria devidamente regulamentada. A ordem das respostas foi a mesma do primeiro bloco: primeiro Serra, depois Plínio e por fim Marina. Terminada esta seção de respostas, o padre-mediador se encaminha para realizar o último ato do debate, onde os candidatos teriam dois minutos para suas considerações finais. O padre-mediador agradece a presença dos presidenciáveis e organiza a disposição das falas, que agora seguiria o sentido inverso daquele do início do bloco: primeiro a candidata Marina, depois Plínio e por fim Serra.

O padre-mediador assume a palavra pela última vez, agradece aos candidatos e a seus assessores, bem como ao trabalho feito pelas TVs Canção Nova e Aparecida, as demais emissoras envolvidas, à direção da Faculdade Santa Marcelina e aqueles que ajudaram na construção do debate. Agradece também aos jornalistas presentes, às pastorais e a toda plateia presente e aos telespectadores. Conclui sua fala dizendo que “a participação na eleição seja um testemunho de nossa crença na democracia pela qual todos nós fazemos corresponsáveis, boas eleições para todos!”. A câmera que focava o padre-mediador vai ampliando o foco para dar visibilidade a todo o palco, onde os candidatos se cumprimentam e assessores tomam o palco juntamente com a equipe de produção do debate. Nesse momento final, é possível ainda perceber o arcebispo de São Paulo e o presidente da CNBB caminhando em direção aos candidatos, no sentido de cumprimentá-los.

Enquanto se dava o processo de encerramento do debate, um repórter ganha cena. Ele, identificado como Ronaldo Silva, no rodapé do vídeo, faz uso da expressão “eleições 2010, seu voto consciente” para, em seguida, comentar que certamente o debate contribuiu para

ajudar o eleitor a decidir. Agradece a todos que estiveram acompanhando o debate e afirma que os repórteres das emissoras envolvidas já estavam a postos para conversar com os candidatos. Comenta ainda que o auditório está cheio de pessoas querendo falar com os presidenciáveis. O repórter passa a palavra aos repórteres que entrevistarão os candidatos. A câmera foca o auditório em seu todo e depois se dirige para uma das repórteres, que está com o candidato Serra. Ela pergunta para o candidato sobre a avaliação dele do debate, que, segundo a jornalista, foi o primeiro no âmbito das emissoras católicas. A repórter passa a palavra para Francine Padilha, que estava com Marina. A repórter pergunta sobre avaliação da candidata do que ela chamou de “debate diferenciado”. Marina responde a pergunta, elogiando o evento. A repórter chama agora outro repórter, Lauro Amaral, que pergunta acerca das impressões de Plínio sobre o debate que “reuniu as emissoras católicas”. A palavra volta mais uma vez para o repórter que iniciara o ciclo de entrevistas, e que encerra a cobertura do debate, agradecendo aos ouvintes e telespectadores.

7.2 O DEBATE POLÍTICO COMO TEATRO

De acordo com o ponto de vista de uma antropologia da política, um debate eleitoral teria por função o ato de “informar o eleitor a respeito das propostas, ideologias e posições dos candidatos, assim como obrigá-los a se manifestar sobre certo número de temas e questões tidos como importantes” (Goldman, 2006: 215). Por conta disso, o debate eleitoral acaba tendo em vista a possibilidade de poder influir sobre o eleitor, levando este a votar a partir de uma avaliação que ele faz dos candidatos em debate. Entretanto, o voto só ocorre por conta da justaposição dos interesses e valores do eleitor com aqueles que os candidatos lhes apresentam (Goldman, 2006: 215). Assim, já que o fim desse ato eleitoral é o próprio eleitor, os debates acabam funcionando “como espaços e momentos destinados à manifestação de força política e eleitoral [,] força que pode residir na capacidade retórica do candidato, na forma como enfrenta, encurrala ou ridiculariza seus oponentes, ou mesmo em sua capacidade de converter o debate em verdadeiro ato eleitoral” (Goldman, 2006: 215).

Tal como visto no debate da Canção Nova, pelo menos duas ordens de formação do voto foram apresentadas: por um lado, as posições colocadas pelas próprias emissoras que fabricaram o debate; por outro lado, as respostas e reações dos candidatos presentes em relação àquilo que lhes era colocado. As emissoras procuraram colocar questões aos

candidatos presentes que pudessem fazer com que o público que os assistia visualizasse o que pensavam os presidenciáveis em relação a temas ligados ao universo cristão e católico. Não só perguntas advindas do padre-mediador do debate, mas também de jornalistas ligados a mídias católicas ou a pastorais da Igreja Católica, mostravam essa inclinação mais religiosa do debate. Ao mesmo tempo, tanto o mediador quanto as pastorais, igualmente colocavam questões que estavam voltadas mais para a esfera secular do que para a religiosa, alinhando-se com as questões colocadas por um jornalista de um jornal secular. Os candidatos, por sua vez, procuravam assimilar as questões, aceitando algumas, mudando outras e, em poucos casos, não respondendo a algumas. Frente aos outros candidatos, cada um procurava se distinguir, colocando-se como um bom respondente e capaz de estabelecer uma relação dialogada com os problemas e setores envolvidos nas questões e por meio das questões.

Comparando o debate eleitoral com os comícios, Márcio Goldman pensa que tais atos políticos permitiriam visualizar não apenas as propostas e respostas diante de determinadas questões, mas também acusações, chances de falar para um público mais amplo, pedidos de voto, entre outras coisas. Desse modo, a cada fala de um candidato, o que parece importar mais é a força contida na retórica do argumento do que o próprio conteúdo ou a informação real contida numa intervenção (Goldman, 2006). Nessa medida, já que funcionam como se fossem comícios, os debates eleitorais têm uma existência que se pode chamar de solene (Palmeira & Heredia, 2010), em que a fala é monopolizada por aqueles que ganham o direito de fazerem uso dela, dada sempre por um mediador. A mutualidade existente nesses espaços acaba por ser limitada, já que aquilo que vai ser falado segue um roteiro predeterminado por aqueles que organizam o comício ou o debate, uma vez que elegem os temas que serão apresentados e sobre os quais os candidatos apresentarão suas respostas e perguntas. Entretanto, é claro que os debates são mais interativos que os comícios, já que há uma troca de perguntas e respostas, apesar de se situarem dentro de uma estrutura previamente acordada.

De acordo com Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (2010: 50), “nos comícios, como em outras formas de interação entre um orador e um público, está em jogo uma representação, no sentido teatral, uma espécie de jogo público entre mostrar-se (ao público) e reconhecer-se (nos que falamos)”. O mesmo parece acontecer com os debates eleitorais, em que os envolvidos também encenam uma pose que desejam não só mostrar, mas também serem reconhecidos por conta daquilo que apresentam. Apesar do diálogo produzido pelos debates ser certamente diferente daquele produzido pelos comícios, existe uma semelhança no que tange à relação bipartida existente em ambos os atos políticos. Isso se dá pelo fato de que aqueles que estão participando, no palanque ou do debate, colocam-se em oposição àqueles que não estão

participando da sua composição. Nesse sentido, dois coletivos diferentes estariam se contrapondo, “um palanque reunindo indivíduos que tem em comum a atividade política, o ‘fazer política’, e um público composto por excluídos do palanque e internamente heterogêneo” (Palmeira & Heredia, 2010: 62). Se a posição e a composição dos primeiros envolve a “palavra formal do discurso”, a dos segundos envolve o âmbito da “informalidade do comentário ‘de pé de ouvido’” (Palmeira & Heredia, 2010: 62).

No debate da Canção Nova, o mediador, quando inicializa o evento, coloca em evidência o fato de que ali os candidatos apresentarão suas propostas para um público que o assiste pela televisão, um público que chegaria, na visão do mediador, a aproximadamente 100 milhões de cidadãos. Os candidatos se dirigem para as câmeras e falam como se estivessem diante de cada um dos eleitores que os assistem, mas também se dirigem para a plateia presente, como que discursando para ela. Nesse sentido, divide-se o debate nos dois polos citados acima, aqueles que falam e aqueles que assistem. Um microcosmo disso pode ser visto no próprio cenário no qual o debate se deu: um anfiteatro lotado e caracterizado por um silêncio quase que absoluto representava a massa de pessoas que se contrastava com os falantes no palco. Entretanto, em alguns momentos, diante de determinadas colocações, aplausos, murmúrios e risos podiam ser ouvidos, o que é passível de ser estendido para o universo dos telespectadores do debate, que certamente comentavam e se mobilizavam diante de algumas situações, tal como se podia ver no *twitter*, no qual internautas sintonizados na página do debate discorriam seus rápidos comentários no transcorrer do evento⁴.

Além da divisão que os debates e comícios suscitam, esses espaços teatrais têm em suas formas um processo de agregação de questões produzidas no cotidiano e que acabam por encontrar aí alguma ressonância (Palmeira & Heredia, 2010: 62). Mesmo que as questões a serem debatidas e/ou apresentadas tenham sido definidas com antecedência, não é no limbo que estas foram elaboradas e filtradas. Refletem determinados anseios e demandas que estão em circulação no cotidiano das pessoas e que, por isso, podem ser performatizadas. Cada pergunta feita ou cada resposta dada pode acabar levando à expressão de “certo estado de disputa e provocando alterações de tom, forma, sequência e mesmo conteúdo” (Palmeira & Heredia, 2010: 64). Tal processo, diga-se de passagem, não apenas ocorre internamente na teatralidade dos atos desenvolvidos nos debates e comícios, mas acaba por contaminar o cotidiano coletivo pela própria política, já que se o cotidiano acaba influenciando sobre o que se

⁴ A Canção Nova havia disponibilizado a *tag* #debatetvcatolica em sua conta na rede social Twitter. Nesse espaço era possível encontrar pelo menos 9 mil postagens durante o período do debate.

dará no palanque, este igualmente influencia as reações que se darão na recepção das posições sobre o próprio cotidiano (Palmeira & Heredia, 2010).

As eleições de 2010 trouxeram à baila uma série de controvérsias religiosas⁵, fato que se mostrou presente no debate da Canção Nova. Aborto, pesquisas com células-tronco embrionárias, liberdade religiosa e ensino religioso ganharam lugar em muitos momentos do confronto entre os presidenciáveis. Outros temas, indiretamente pertencentes ao universo religioso, também foram levantados, já que a questão carcerária, agrária e ambiental também tem lugar de discussão dentro do universo cristão-católico. Além disso, temas de cunho mais secular não deixaram de se fazer presentes, como o da economia, impacto ambiental de grandes obras, clientelismo político, entre outros, que também pesaram na composição da agenda do debate na Canção Nova. Desse modo, percebe-se como a Canção Nova, em seu debate, foi receptáculo de uma série de problemáticas advindas da esfera coletiva. Ali performadas, os temas foram endereçados e colocados em discussão. Na medida em que se discutia, as respostas e posições ressoavam sobre o público, como foi dito a pouco, servindo como retroalimentador das controvérsias fabricadas desde o âmago da vida coletiva, seja religiosa ou secular.

Nesse debate, um jogo dramático se mostrava em evidência, fazendo o debate funcionar como um teatro, colocando em movimento modos de agir e pensar que demonstram diferenças e possibilidades diante de situações colocadas desde o cotidiano, transfigurados no mediador, candidatos e perguntadores. A trama política que se dá no debate eleitoral tem a ver com a tentativa de produzir um tipo de aceitação que é resultante de “ilusões da ótica social” (Balandier, 1982: 6), uma vez que é o imaginário que é explorado, enquanto demiurgo da realidade. A razão disso se deve ao fato de que o poder político “só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e de sua organização em um quadro cerimonial” (Balandier, 1982: 7). Os debates eleitorais assim se conformam, haja vista que são considerados como parte daquilo que costumeiramente se chama de festa da democracia, um espaço de liminaridade no qual o monopólio do poder do Estado conquistado por um grupo em pleitos anteriores, fica suspenso.

Por essa razão, aquilo que Georges Balandier (1982: 41ss) chama de “inversão” tem lugar cativo. O antropólogo francês pensa que todo processo político necessita da contestação como forma de instituir a legitimidade do ato que determinada ação precede, já que a “inversão da ordem não é a sua derrubada, dela é constitutiva, ela pode ser utilizada para

⁵ Para esse debate consultar: Oro & Mariano (2009); Magalhães (2010); Werneck Vianna (2011); Machado (2012); Vital & Lopes (2013).

reforçá-la” (Balandier, 1982: 41). Como toda situação de interregno, debates eleitorais podem ser pensados como o caos que contrainventa a ordem. Dessa forma, quando um conjunto de perguntas é disponibilizado para serem respondidas, estas estão a falar sobre um modo de gestão política que deveria ser considerado. As próprias respostas, réplicas e trélicas, também sinalizam para isso. As bases da política, tal como vinham sendo organizadas, são questionadas, mostrando sua incapacidade de instaurar o consenso, abrindo espaço para que problemas não resolvidos ou negligenciados ganhem destaque e se coloquem disponíveis na busca de respostas. Motivados por esta busca, os candidatos tentam fabricar respostas e as colocarem como mais viáveis diante de outras.

Pelo lado dos candidatos, enquanto um microcosmo do que Balandier (1982) chama de “teatrocracia”, os debates eleitorais colocam em evidência a tríade que conforma a dramaturgia política: surpresa, ação e sucesso. A surpresa ocorre por conta da inesperada emergência de determinada pergunta, que pode ser feita aleatoriamente pelo mediador, candidatos e perguntantes ou sorteada dentro de uma gama de possibilidades. Mesmo que estas possibilidades sejam previstas pelos envolvidos, isto não inviabiliza o desejo de contar com a sorte e evitar determinadas situações que uma dada questão pode colocar. A ação, por sua vez, deve-se, no debate eleitoral, à performance de execução das respostas que são endereçadas, bem como na fabricação de réplicas e trélicas, além da capacidade de saber performatizar um problema, reagindo à indagações ou endereçando-as aos demais postulantes do cargo em voga. Por fim, o sucesso se deve à própria satisfação do candidato de ver sua resposta bem enquadrada dentro da pergunta recebida, sem rodeios ou tergiversações, ou do embaraço que sua pergunta ocasionou ao seu concorrente, que não só desconversou aquilo que foi colocado, mas também deu margem para uma réplica ou trélica bem sucedida. O sucesso também pode ser encontrado pelos candidatos nos aplausos recebidos ou nos risos diante dos sarcasmos que fabrica.

Nessa direção, a “arte da persuasão, do debate, da capacidade de criar efeitos que favoreçam a identificação do representado ao representante” (Balandier, 1982: 8), ganha primazia no teatro político. E, já que estamos dentro de coletividades marcadamente pluralistas, como bem enfatiza Balandier (1982: 12), “a polissemia assegura interpretações múltiplas de audiências diferentes”, fazendo da posição política uma posição ambígua, que se justifica mais pela performance, corporal e verbal, dentro de um regime fortemente grandiloquente, do que uma coerência lógica. Contudo, seria ingênuo acreditar que o regime da vez na política contemporânea é aquele pautado no governo do bem falar, pura e simplesmente. O desempenho dos falantes é aureolado por questões de domínio técnico, do

saber-fazer tecnicamente orientado. Balandier (1982: 12), nessa direção, afirma que o poder político “necessita de uma comunicação calculada [que] procura efeitos precisos [e que] deve sua existência política à apropriação da informação, dos ‘conhecimentos’ exigidos para governar, administrar e para exercer o domínio”. Por conta disso, “o que se impõem desde logo é o fato da apresentação espetacular da vida social não se separar de uma representação do mundo, de uma cosmologia traduzida em obras e em prática” (Balandier, 1982: 14). Os debates eleitorais, portanto, são o lócus de exacerbação desses comportamentos, nos quais oponentes se digladiam encouraçados com perguntas e respostas repletas de elementos técnicos, mobilizados pela via do discurso que chamam de político, demarcando o que não foi feito, o que precisa e vai ser feito e como isso será feito.

Concomitante ao desenvolvimento do debate, sua teatralidade vai ganhando um contorno extremamente ritual, desdobrando-se no duplo sentido que o termo tem na antropologia: “como atos essencialmente repetitivos que pontuam certos momentos da atividade privada ou pública”; e “como escopo simbólico de atos e falas dentro de um contexto mais geral” (Abélès, 1989: 127). No primeiro caso, o debate político se conforma como um ritual de consenso (Abélès, 1989), pautado em procedimentos esperados dentro do cerimonial constituinte do debate eleitoral. A fala cerceada por um tempo pré-estabelecido, a ordem das falas, quem se dirige a quem, caracterizam esse momento do debate. No segundo caso, o debate se desdobra em um ritual de combate (Abélès, 1989), marcado por condutas que fogem ao protocolo, improvisações diante da realidade com a qual se defronta. Isto se dá quando questões colocadas dentro da normalidade do debate são utilizadas para atacar o modo de governo vigente ou os que pretendem entrar em vigência.

A transmissão do debate se converte num teatro, que se evidencia desde o primeiro ato encenado, quando a fala dos repórteres demonstra um clima de ansiedade por saber o que vai acontecer no evento, o que tem eco nas entrevistas veiculadas, que igualmente mostram os entrevistados excitados pelos acontecimentos que se sucederão. O ambiente teatral se justifica, ainda, com a própria ação do mediador em explicar o que é o debate, o que ele representa, qual a tônica que projeta e quais as perspectivas que nele se atravessam. Além disso, chama a atenção, dentro desse cenário, um triplo processo de validação daquilo que se está veiculando. Os jornalistas legitimam o processo de situação de debate político toda vez que se convertem em seu porta-voz, já que o fato deles aparecerem como os mediadores dos acontecimentos possibilitam a existência do debate enquanto dotada de objetividade. Para trazer um ar de debate e mobilizar as expectativas eles colocam parte do *staff* da Canção Nova fala, permitindo que quem o veja consiga perceber que um debate diferente está realmente

acontecendo. Entretanto, o debate não seria apenas de temas católicos, é também algo para além dessa esfera, já que um personagem como o diretor do IPEA é colocado a falar e apresentar suas expectativas. No entanto, esse deslocamento é relativo, já que os temas que esse personagem comenta podem muito bem encontrar ressonância no imaginário cristão e católico.

Por seu lado, a narrativa do debate residia na preocupação que se dava em, ao mesmo tempo, formar opinião dentro dos marcos do jogo democrático – na medida em que encaravam o debate como “um ato de ação política” – e salvaguardar um lugar nas candidaturas para a discussão da validade de princípios católicos e, dessa forma, ajudar na constituição de um sentido para o voto católico. Mesmo que a formação política pretendida estivesse voltada para a afirmação de uma política pró-cristã, destacar a opinião de candidatos sobre temas diversos pode ter contribuído para ampliação da arena política a partir da qual candidaturas são constituídas, explicitando o sentido de debate de ideias, que a democracia consolidou contemporaneamente. Nas entrevistas que precederam o debate, encenou-se o interesse em contribuir para “a educação política do povo”, “esclarecer e proporcionar ao eleitor a oportunidade para avaliar quem melhor poderá governar o país” e, ainda, “educar o povo para a vida política e para vida cristã”, desejando fazer do eleitorado católico um eleitorado que “vota consciente”, que “vota direito”, que “conhecesse o que pensa cada candidato” e que “vota sério”. Assim, encena-se um *continuum* entre religião e política, uma vez que é a própria vivência religiosa que possibilitaria a formação política comprometida com a cidadania, agindo a Canção Nova, e as demais mídias católicas envolvidas, de maneira similar às outras mídias, que promovem debates trazendo a cena uma formação cidadã, responsável e comprometida com o processo político.

7.3 CONSENSO E CONFRONTO NO DEBATE ELEITORAL CANÇÃONOVISTA

A forma do debate realizado pelas mídias católicas não destoa radicalmente de muitos outros debates vistos na mídia de uma forma geral, na medida em que se pode perceber que existe uma ordem na disposição das questões, tal como existe no controle da fala e do tempo para que as questões possam ser endereçadas, respondidas e discutidas. Os temas a serem debatidos são sorteados, bem como o são as pastorais que endereçarão questões. Porém, os jornalistas que fazem as perguntas e os conteúdos das perguntas, que se escondem atrás do

tema, estão mais próximos do subjetivo do que a objetividade aparente em uma mirada rápida sobre o funcionamento do debate. Isto se deve ao fato de que o tema religioso tende a despontar em detrimento de outros temas, não religiosos, fazendo do debate um debate mais religioso que político. Por outro lado, a posição de jornalista talvez conferisse credibilidade ao que seria perguntado, bem como o sentido variável das questões colocadas pelas pastorais, que tenderam a uma compreensão mais universal de problemas, que, em uma primeira ordem, seriam religiosos. As perguntas dos jornalistas, de jornais religiosos e seculares, estiveram em um mesmo tom, apelando para uma questão mais jurídica dos problemas, mesmo que temas religiosos estivessem latentes no caso do jornalista da Canção Nova. O mesmo acontecia com as perguntas feitas após o sorteio do tema para debate. Questões de fundo religioso foram colocadas no registro da legalidade, revertendo o sentido do debate para um campo mais próximo do jurídico, o que também ocorreu com a pergunta geral ao final do 4º bloco.

Os temas abordados no debate veiculado pela Canção Nova colocam em proeminência os princípios pelos quais os carismáticos e setores católicos achavam que o poder político deveria estar atrelado, marcando, entretanto, em alguns casos, um contraste com a esfera política laica. O argumento explorado na abertura do debate acerca da constituição do povo brasileiro enquanto estritamente cristão coloca em uma dimensão anti-moderna a ligação entre religião e política. Apesar da crença que o Estado tem sobre a sua condição laica, os carismáticos veem no exercício da fé cristã, como a crença em Deus, um elemento importante para a condução da vida política do país, apontando para o fato de que um país de povo cristão deveria ter líderes cristãos. A posição do mediador do debate representa isso, quando ele endereça aos candidatos a pergunta sobre a importância ou não do presidente da República acreditar em Deus, na medida em que o Brasil foi colonizado/formado a partir de um povo de religião cristã e por ser esta religião parte constituinte do brasileiro.

Nas respostas, Serra é o que mais segue o roteiro prescrito para esta cena, já que aceita a ideia de acreditar em Deus como uma condição para governar. Plínio não responde a pergunta, preferindo questionar a posição de Dilma – talvez porque sua trajetória no interior da Igreja Católica fosse conhecida. Marina, por sua vez, apresenta os dois lados da moeda. Para ela, a crença em Deus não seria algo obrigatório para governar, mas poderia ajudar. Serra parecia querer produzir aquilo que foi chamado de “efeito preciso” da performance política, já que adéqua seu discurso ao público com o qual interage, pois sua presença busca se constituir pelo signo do consenso. Nesse sentido, colocando a crença Deus como chave para o governo político, fornece uma resposta que procura correspondência com o que estava sendo apregoadado pela pergunta do padre-mediador. Plínio também atua numa direção parecida com

a de Serra. Ao falar de Dilma, candidata ausente, enquanto alguém indefinida sobre temas religiosos controversos, ele planta a dúvida sobre a candidata, produzindo uma intervenção que o leva a obter aplausos do público, indício de uma fala de sucesso. Plínio está estabelecendo uma situação de “consenso”, à sua maneira, com a pergunta endereçada, já que capta o imaginário de indagação da fé dos candidatos e o usa para criar dúvidas sobre a fé de Dilma. Por outro lado, o candidato estabelece uma situação de “combate”, mantendo um tom de afrontamento em relação à candidata da situação, Dilma, por conta da sua ausência, recurso que ele explorará ao longo de todo o debate. Marina, por sua vez, demarca-se da questão endereçada. Se a pergunta queria fazer os candidatos encenarem uma submissão da política à fé cristã, Marina coloca a segunda como um lugar complementar, mas não decisório, como pressupunha a pergunta do padre-mediador.

Na sequência do debate, o Estado racional-legal, como espaço da legalidade, é tencionado com uma ideia de moralidade como princípio para aquele. Nesse sentido, deveria o Estado ser mais moral do que legal, em que, certamente, os costumes prevaleceriam sobre os procedimentos, o que, de certa forma, expressa uma ordem do direito mais comunitarista. É nesse sentido que a presença de símbolos religiosos em repartições públicas (Bloco 1) e a regulamentação do ensino religioso (Bloco 4) ganham espaço como responsáveis pela chancela moral no Estado. A manutenção de crucifixos nessas repartições e a introdução do tema da religião nos currículos escolares passariam a representar atos cívicos densamente carregados de moralidade, já que a comunidade que o Estado expressa é arraigadamente cristã.

A questão dos símbolos religiosos em repartições públicas aparece no 1º bloco como algo que marca a identidade do próprio Estado, uma vez que o padre-mediador salientava que apesar do Estado ser leigo, a Constituição que o regia tinha sido promulgada sob a proteção de Deus, o que justificava a presença daqueles símbolos em repartições públicas. Plínio, que respondeu a questão, assume uma situação de consenso diante da posição contrária e de combate em relação à posição defendida pelo padre-mediador. Nesse sentido, o candidato defende um Estado laico, em que a religião se colocaria do lado de fora, em matéria de símbolos. Critica um lastro de cristandade embutido na pergunta, já que a composição da vida coletiva, para ele, é multifacetada. Assim, inverte a inversão colocada pelo padre-mediador, apontando para a ideia do Estado laico, resguardando seus espaços representativos de ordem coletiva de quaisquer influências particulares, no caso, a religião.

Já a educação religiosa, reconhecida no debate como subsídio moral, surge no 4º bloco, quando o padre-mediador indaga sobre a necessidade de se regulamentar uma

disciplina que estava prevista na Constituição, mas que ainda não possuía um critério legal definido. Todos os candidatos respondem a questão, mas não entram em desacordo entre si. Ao contrário, estão mais próximos da forma como o ensino religioso estava sendo configurado do que da demanda colocada na pergunta, de regularizar a questão. Eles também colocam o estudo do religioso como algo importante para a formação juvenil, aproximando-se da ideia de que a matéria deve estar presente, apesar de todos eles acreditarem que isto deveria se dar de modo opcional. Marina ainda usa um recurso técnico, ao falar que a Lei de Diretrizes e Base se pronuncia sobre o fato e que era a favor do modo como o ensino religioso era ali tratado, como opcional nos currículos escolares. Serra aproveita para chamar a atenção de se converter uma matéria opcional em um problema, na medida em que se instaura um regime de ensino religioso multiconfessional, que produziria um contingente amplo de professores para lidarem com uma mesma matéria. Plínio, por seu lado, vê a religião como matéria de estudo, convertendo-a em algo a ser tratada como um fenômeno humano, desligado de uma dimensão estritamente doutrinária.

Em uma crescente de contraste com uma visão de Estado laico, veiculou-se, no decorrer do debate, um posicionamento mais conservador dos carismáticos e de alguns setores católicos, contrários a perspectivas que vislumbravam transformações mais incisivas dentro do tecido social. Isso estaria expresso tanto nos questionamentos que foram colocados – como na questão acerca do espaço existente, hoje, para uma transformação radical do social, uma vez que se afirmava que o que vinha sendo feito estava dando certo (2º bloco) –, quanto em uma preocupação velada sobre os resultados das pesquisas eleitorais – que até então apontavam para uma irreversibilidade do quadro, no qual a candidata do PT liderava (2º bloco). Em relação ao primeiro ponto desse momento mais conservador dos católicos e carismáticos, cabe observar que o movimento carismático católico tem pouca inclinação para transformações radicais, quando contrastado com o imaginário e conduta dos católicos das CEBs e da Teologia da Libertação, por exemplo. Isso faz da Renovação Carismática um reduto quase certo para ideários políticos centrados em sugestões de reformas paliativas em detrimento de grandes rupturas da organização social, política e econômica. Nesse sentido, a visão de socialismo de Plínio levantava dúvidas. Em relação ao segundo ponto, é importante frisar que havia uma má vontade de parte dos carismáticos para com alguns posicionamentos não declarados ou mal colocados por Dilma, em relação ao que chamavam de “a defesa da família e da vida”. Tanto na TV Canção Nova quanto em inúmeras listas de discussão na internet ligadas ao catolicismo, especialmente o carismático, vincularam-se mensagens e vídeos onde a petista era taxada de “abortista”, o que certamente ocasionou um desprestígio

da candidata junto a esse setor. Isso expressa, sem dúvida, um retrocesso no que tange às bases constituintes da democracia que a própria Renovação Carismática desejava assegurar, fazendo o debate de ideias e o direito de resposta resvalar para o terreno da calúnia e difamação.

Ao que parece, a pergunta direcionada para Plínio, em relação à possibilidade de transformações em um país em que as mudanças estavam acontecendo, encontrou em sua resposta uma reação. O candidato respondente marcou sua defesa pelo socialismo democrático, acusando o capitalismo financeiro. Nesse sentido, o candidato se opõe ao roteiro colocado no debate acerca do tema, confronto que será marcado, inclusive, no seu embate com Marina, que comentava sua resposta. Esta candidata, por seu lado, sugere um modelo econômico mais conciliatório, que não aposta na ruptura como uma solução viável, ao contrário de Plínio, que vê a política como contradição permanente e que deve ser levada a cabo ao seu máximo. Apesar de Marina se aproximar mais do roteiro colocado, conduzindo sua resposta dentro de marcos realistas, Plínio não deixou de ter sua ação conduzida com algum êxito. Ao criticá-la, o candidato encontrou na plateia uma ressonância a seu ato, dado que a plateia ri das críticas feitas à Marina e à sua política conciliatória. Para ele, a candidata propõe uma solução mágica para o Brasil, na medida em que não enfrenta os dilemas e contradições inerentes ao país.

Na contramão de um processo crescente de reafirmação das políticas sobre o corpo mais liberalizantes, o debate da Canção Nova enfatizava uma política social respaldada na família e na pessoa humana quando inseria temas como a criação de um programa de combate a proliferação da AIDS, por meio de campanhas que valorizassem a fidelidade conjugal e o início tardio da vida sexual, a redução da maioridade penal, o aborto e a revogação do PNDH-3.

Esta perspectiva mais conservadora emergiu durante o 2º bloco, quando os presidenciáveis foram sabatinados acerca da validade da produção de cartilhas pelo governo que viessem a reconhecer que o início da vida sexual tardia e a fidelidade conjugal seriam armas eficazes para combater a proliferação da AIDS. Serra, que respondeu a questão, e Marina, que a comentou, procuraram se situar de modo favorável ao reconhecimento dos valores familiares como importantes para a orientação das condutas. Serra chegou a se dizer favorável ao uso da proposta colocada pela pergunta, ação que Marina não considerou. A justificativa de Serra se alicerça nos números que trazia em relação ao percentual de mães adolescentes e de mulheres portadora da AIDS. Ele aproveita o tema para se confrontar com o governo Lula e o modo como este estaria agindo diante do tema da prevenção, que ocorria

diferente do modo que fizera, quando era Ministro da Saúde. Marina, em sua tréplica, confronta-se com a própria pergunta colocada, bem como com Serra, salientando o perigo do que chamou de “satanizações”, levando a generalizar problemas cuja existência perpassaria por muitos detalhes.

A questão da redução da maioria penal emerge no 3º bloco, no qual uma pastoral católica se coloca contra esta possibilidade, uma vez que se vê preocupada diante de um projeto em curso para sua aplicação. Serra e Marina, respondente e comentador, respectivamente, assimilam o roteiro colocado pela pastoral, se colocando contra a redução da maioria penal. Porém, Serra justifica sua posição diante de um duplo aspecto, pessoal, por um lado, e de conhecimento de caso, por outro, enquanto Marina menciona a falta de oportunidade como um problema a ser levado em conta. Ao mencionarem a questão do menor infrator, a sugestão de Serra é ampliar o tempo de cárcere daqueles que cometem crimes mais graves, enquanto Marina atenta para o cuidado como forma de reinserção. Serra fala, em sua réplica, de suas obras em relação ao setor juvenil, e Marina aponta números para justificar o descaso com o jovem na área educacional.

No 3º bloco, o tema da defesa da vida, sobretudo no que tange ao PNDH3, ganha evidência. A pastoral se inclina a querer saber dos presidentiáveis sobre os vários projetos que estariam voltados “contra a família e a paz social”, desejando conhecer, em relação ao PNDH3, a posição dos candidatos e se o aplicariam ou o reveriam. Também gostariam de saber o que cada candidato entendia por família e vida, e quais as políticas que tinham para a família, visto que esta, segundo a pastoral que indagava, seria “um recurso para a pessoa e para a sociedade”. Marina responde criticando o modo apressado com que temas delicados são tratados, o que teria se passado tanto no governo de Lula quanto no de Fernando Henrique. Em sua resposta, Marina considera a família e a liberdade de expressão como pontos importantes que deveriam ser resguardados, produzindo uma afinidade com a pergunta endereçada. Plínio comenta a resposta de modo contrário, dizendo não ver problema no modo como o PNDH3 foi organizado, se confrontando, ao que parece, com as posições da Igreja Católica, que vê, no plano referido, um conjunto de complicações e desdobramentos possíveis contra a sua posição e fé.

Por fim, outra controvérsia é colocada em discussão quando o padre-mediador introduz a questão do aborto (4º Bloco), questionando as sugestões para a realização de um plebiscito para selar o fim da discussão, mas que poderia não estar condizente com uma moralidade que, subentende-se, confrontar-se-ia com um imaginário católico, que assume o tema da defesa da vida como algo irrevogável, e, sobretudo, porque esse imaginário recobriria grande parte da

cidadania brasileira. Serra é o presidenciável que respondeu a esta pergunta. Ele se coloca contra o aborto e se diz contrário a um plebiscito. Nesse momento, adere ao discurso encenado, exibindo seu histórico de militância, por exemplo, contra a pena de morte, quando este tema se convertia em uma possível ação plebiscitária. Assim, colocava-se contra um dispositivo de democracia direta, pela possibilidade desta se converter em uma ditadura da maioria simples e, portanto, aproximava-se da Igreja Católica, que rejeitava a possibilidade de levar o tema do aborto ao crivo popular.

7.4 AS TEMÁTICAS DO DEBATE: CENTRALIDADE CATÓLICA?

Ao contrário das situações anteriores, no que tange a posição de setores católicos e dos carismáticos, existem maneiras destes aceitarem a política moderna, como se pode observar no transcorrer dos temas no debate. Nesse sentido, uma afirmação que se pode fazer é que, apesar de acentuarem que debateriam temas ali ligados a princípios religiosos (defesa da vida, da família, dos símbolos religiosos e da educação religiosa), outros temas não religiosos (habitação, agricultura, economia, violência e meio ambiente) também apareceram, embora alguns deles terem tido uma motivação cristã de fundo. Isso reflete o interesse dos carismáticos e de setores do catolicismo em procurarem colocar seu ponto de vista em tudo, discutindo e fazendo propostas para todos os âmbitos, religiosos ou não, produzindo, assim, um *continuum* com os anseios tematizados no tempo da política pelas outras mídias, bem como pelos movimentos sociais de uma forma geral. Nesse particular, não apenas fazem uso de um argumento de autoridade religiosa para justificarem sua posição em relação a determinadas questões, mas também argumentos históricos, constitucionais e técnicos para corroborarem suas assertivas.

Em relação ao conteúdo de pauta do debate, se, por um lado, estava explícita a defesa dos princípios religiosos cristãos, por outro, estava igualmente explícito o tema da melhora da vida das pessoas. É claro que existe, para os promotores católicos do debate, uma relação intrínseca entre parte de ambas as dimensões, pelo qual melhorar a vida das pessoas significaria resguardar princípios religiosos, como a integridade da família e da religião expressados na ética, no interesse pelo bem comum e no cuidado do outro. Apesar disso, cabe relatar que o melhoramento da vida das pessoas toca no fundo de questões estruturais, que o debate proposto pelos carismáticos não negligencia, como as práticas de contenção da

inflação a custo do sacrifício dos contribuintes, impacto ambiental de grandes obras, os projetos paliativos em relação à violência e criminalidade, ou a redução da maioridade penal, entre outras.

Os temas debatidos não só colocaram questões que os carismáticos e católicos achavam que deveriam compor a agenda dos candidatos, mas também princípios aos quais achavam que o poder político deveria se nortear. Quando tocavam no tema da habitação, da reforma agrária, da economia e da agricultura, os carismáticos e católicos estariam enfatizando uma maior distribuição de renda, que poderia entrar na plataforma dos presidenciáveis. Em relação à habitação, tema colocado no 4º bloco, indagaram aos candidatos, por meio do mediador do debate, acerca da atual política habitacional, no que nela estava certa e errada. Marina responde a esta pergunta acentuando sua posição crítica em relação à política habitacional. Cita números e indica os problemas que se converteram em lugar comum nesse quesito, como a ocupação de encostas e a falta de saneamento básico. No mesmo patamar, colocava suas soluções de como pensar a mobilidade urbana e a valorização do meio ambiente. Suas respostas, destarte, situavam-se dentro de uma agenda de problemas reconhecíveis e que, na ordem do discurso, seriam solucionados à maneira referida pela candidata. No caso da agricultura, a questão ponderou a contradição entre crescimento da produção agrícola e a não erradicação da fome, solicitando aos presidenciáveis a refletirem sobre tal questão. Plínio, o respondente, não reluta em acusar o capitalismo pelos problemas no setor, salientando a necessidade de uma reforma agrária radical. Cita exemplos de maus tratos aos trabalhadores por parte do segmento latifundiário e, assim, procura se colocar ao lado daqueles que concordam com a reforma agrária, como setores da Igreja Católica, que ele menciona. Culpabiliza o lucro, sugerindo que só a ruptura com o capitalismo pode melhorar a vida das pessoas, como no caso do campo, no qual a distribuição de terras melhoraria suas condições e o abastecimento urbano. Quando da abordagem da reforma agrária, 1º bloco, o mediador enfatizou ser um ponto que a Igreja Católica era muito favorável. O mediador perguntou sobre a posição do presidenciável em relação a ela e o que o candidato entendia por ocupação e invasão, distinção que o próprio mediador salientou ter um lugar comum no seio da Igreja Católica. A respondente Marina salienta que seria preciso pensar a democratização da terra, mas não chega a defender uma posição conclusiva. Cita casos de distribuição de terras no Acre e ações da Pastoral da Terra, como forma de mostrar seu vínculo com o setor mais do que lhe apresentar uma solução concreta. No que tange à economia, o mediador direcionou uma pergunta de ordem técnica, indagando aos candidatos se o controle da inflação deveria ser feito baseado no corte do consumo e no aumento de juros. Serra, que

responde à indagação, se coloca na posição de especialista. Acusa o governo atual de elevar a taxa de juros, aumentar os impostos e de investir pouco em infraestrutura, propondo uma ação reversa como modo de maximizar o crescimento.

Algumas perguntas do debate (Bloco 2) estariam colocando na arena política o tema da liberdade, tanto ao colocarem a questão da lei da homofobia quanto ao colocarem no debate a questão da proposta democratização dos meios de comunicação atrelada com um programa de fiscalização dos mesmos. Na questão da lei da homofobia, o jornalista que direcionava a pergunta afirmava que tal lei estava indo de encontro com o direito de liberdade de expressão, pois continha dispositivos que desautorizavam a Igreja Católica e seus devotos de se pronunciarem contra tal tipo de relação, sendo um “impedimento do livre pensamento”. Plínio e Serra se posicionam em defesa do direito dos homossexuais, colocando-se na contramão do ato do perguntante. Por outro lado, defendem igualmente o direito das religiões se pronunciarem livremente sobre a questão. Ademais, a questão da liberdade aparece, ainda, quando o assunto é a democratização dos meios de comunicação, que, por um lado, estaria atrelada à criação de um conselho fiscalizador dos mesmos, fiscalização esta que, segundo o jornalista que fez a pergunta, poderia acarretar em um tipo de censura. Plínio se coloca como favorável a criação de um sistema de fiscalização, como forma de inviabilizar o monopólio e defender a liberdade de expressão. Já Serra se diz receoso com a questão apontada por Plínio e acaba se inclinando a defender uma maior liberdade dos meios de comunicação.

Além disso, o tema do meio ambiente também ganha lugar. As perguntas colocavam em destaque o peso do impacto ambiental de grandes obras e se esse era o risco a ser assumido pelo Brasil na sua plataforma de desenvolvimento. O jornalista que endereça a pergunta enfatizava que projetos como o trem bala, as grandes hidrelétricas e a transposição do rio São Francisco causariam grandes impactos ambientais, querendo ouvir dos presidentiáveis se estes concordavam que o impacto ambiental dessas obras preocupava. Serra e Plínio, que participam do ciclo de respostas e comentários, se colocam contrários à forma como essas obras estavam sendo pensadas pelo governo federal. Contudo, Serra olha mais pelo lado do lugar a partir do qual o investimento viria. Para ele, se fossem recursos derivados do setor privado, não haveria problema algum na implementação de obras como o trem bala, por exemplo. Ele acredita que o investimento público deveria ir para obras de melhoria urbana, como a construção de linha de metrô, que favoreceriam muito mais pessoas. Plínio procura ressaltar que as obras citadas favoreceriam apenas o setor capitalista e por isso não teriam viabilidade, chegando inclusive a afirmar que essas obras serviriam como

“bolsa empreiteiro”. Ademais, citando o caso da transposição do rio São Francisco, coloca-se solidário à posição de Dom Cappio, que militava contra tal projeto.

Por fim, o debate coloca ainda o tema da política limpa, independente e sem corrupção, que evidencia um posicionamento dos carismáticos com as tendências de moralização da gestão pública e de ética na condução da mesma. Isso se faz presente quando um jornalista questiona se “é possível governar com independência, sem favores e corrupção”, fazendo uma crítica às alianças estabelecidas em prol da governabilidade. A respondente Marina afirma ser contra o clientelismo político que se dá na hora de se compor uma equipe de governo. Nesse sentido, afirmou que comporia seu governo com os melhores quadros dos partidos, independente desses serem de sua base ou não. Nesse ínterim, aproveitou para enfatizar a ideia de uma política que denominou com “p” maiúsculo, na qual uma visão mais holista da política se faria presente, já que desconsidera o trato da política nos seus contornos marcados por polarizações. Serra, ao comentar a resposta de Marina, coloca-se na mesma linha dessa e acaba se mostrando como alguém que sabe fazer este tipo de conciliação, uma vez que disse ter composto seu ministério, na época do governo Fernando Henrique, com quadros do PT, que fazia oposição ao governo da qual ele fazia parte. Serra aproveita ainda para criticar o que chamou de loteamento político feito pelo governo atual, o que, na visão dele, teria ocasionado o padecimento de vários órgãos do Estado.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho demonstrei como a relação entre catolicismo carismático e política se constituía dentro de uma situação a qual denominei de multiposicional. Tal opção se deu por conta do interesse em ver de perto o modo como os católicos carismáticos fabricavam suas práticas e ações políticas em face de suas opções religiosas. Quanto mais próximo desse universo político e religioso, maior é a complexidade apresentada, o que distancia a análise de generalizações e explicações definitivas. Nesse sentido, o rastreamento das articulações efetuadas na prática dos carismáticos se converteu em ferramenta eficaz que tornou possível apresentar um panorama horizontal do envolvimento do catolicismo carismático com a política, especialmente durante o período eleitoral.

Partindo do ponto de que o que deveria ser rastreado era o modo como o catolicismo carismático fabricava sua prática política, procurei selecionar casos que melhor representavam as evidências de uma “situação multiposicional”, encontradas na vivência que tive com o catolicismo carismático durante aproximadamente sete meses. Desse modo, serviram como exemplos a fabricação de seu Ministério Fé e Política, as candidaturas para cargos legislativos e a cobertura política feita por uma das mídias do catolicismo carismático. Olhadas a partir de dentro, esses segmentos proliferavam elementos que desconfiguravam qualquer tentativa de estabelecer um perfil homogêneo para esse setor do catolicismo, o carismático; esse olhar também solapava qualquer tipo de análise que levasse em conta apenas temas como a alienação política ou ausência de engajamento como cidadão. Assim, quanto mais próximo das ações dos atores que compunham a cena política do catolicismo carismático, maior era a necessidade de propor uma avaliação mais condizente com os desdobramentos que se davam em suas tramas.

Nessa medida, o uso de recursos advindos de antropologias e sociologias, como as das organizações, da política e das notícias, teve lugar importante. Haja vista que essas argumentações se colocaram como matrizes de inteligibilidade, eficazes na tradução de muitos processos que ocorriam na relação entre catolicismo carismático e política, e ainda pouco utilizadas nas referências que até então vem compondo o sistema de explicação dessa relação. Seguindo tais referências, levei em consideração a organização política, as candidaturas e a mídia carismáticas como setores que dialogam e tencionam com as esferas na

qual estão inseridas, e não como segmentos isolados e detentores de um comportamento alienígena.

Vejam os casos do Ministério Fé e Política, instituição do catolicismo carismático voltado para a organização política do movimento. Levando-se em conta sua teleologia, fomentada pelas diretrizes da religião católica, seria certo afirmar a existência de um projeto claro de organização política, que converteria tal segmento em um bastião da reconquista da Igreja Católica sobre a cena pública, seja pelo lado dos benefícios materiais, seja pelo lado dos valores éticos e morais. Contudo, sua teleologia sofre o efeito de outras lógicas, mais próxima daqueles princípios propalados no âmbito do estado de direito e da democracia representativa, o que acabava trazendo, para o interior do próprio Ministério Fé e Política, elementos políticos variados. Isso fica claro já em sua Instrução Normativa, que apresentava, desde seus primeiros parágrafos, uma situação multiposicional, colocando, ao lado de cartas encíclicas, documentos episcopais e algumas normativas da Renovação Carismática Católica em matéria de política, outras posições, como a organização diante da política partidária, a valorização da participação cidadã e o compromisso cívico-patriótico.

Olhando para a articulação do Ministério Fé e Política ao nível diocesano, o multiposicional não só se mantém como se desenvolve de modo ainda mais curioso. Sérgio Zavaris, coordenador nacional do Ministério Fé e Política à época, procura apresentar a normativa da Renovação Carismática e, quando isso é feito, vê-se inclinado a colocar em movimento interpretações do conteúdo do documento, ampliando os horizontes cognitivos do mesmo. No afã de se fazer compreendido, Zavaris fabrica uma linguagem política que vai ser composta por elementos advindos das necessidades formadora, evangelizadora e fiscalizadora, que estariam impregnadas no documento do catolicismo carismático. Todos esses elementos, diga-se de passagem, são fundamentalmente multiposicionais. A formação ocorre dessa forma por conta das demandas de estímulo à participação dos vocacionados para a política, mas também para dar a eles uma condição de dominar o estilo político democrático e republicano. A evangelização é, ao mesmo tempo, apresentada como uma missão em defesa da Igreja Católica e como um compromisso com o outro, que se aproximaria de uma prática política comunitarista. A fiscalização se comporia como uma vigilância sobre aqueles que são despertados para sua missão no interior do movimento carismático, isto é, se de fato estão agindo em defesa das causas de inclinação cristã; ao mesmo tempo o decoro político e a ética pública são elencados como princípios a serem sempre mensurados na avaliação dos políticos, sobretudo através de organizações para-partidárias, que serviriam como instâncias observadoras daqueles.

O multiposicional não cessa de despontar quando, por exemplo, casos como os de Adonias, Joel e João Mauro são apresentados. Adonias dilui as fronteiras entre agrupamentos do interior do catolicismo ao revelar que sua formação política não vem só da Doutrina Oficial da Igreja Católica, mas também das reflexões realizadas pelo catolicismo carismático, do qual fazia parte, e do catolicismo de libertação. Ora, estes dois últimos eram vistos, no meio intelectual, laico ou eclesiástico, como instâncias em princípio díspares. Talvez esta formação ajude a explicar sua opção em apoiar candidatos com perfis diferentes, como o caso de Odair Cunha do PT e Miguel Martini do PHS. E também pode ajudar a explicar o fato de que, apesar de estar filiado ao partido deste último candidato, seja assessor do primeiro.

Mesmo que estes candidatos sejam ligados ao catolicismo carismático, seus nomes não são unânimes, pelo menos não no caso de Odair Cunha. Basta relembrarmos as posições de Joel para vermos como a decisão sobre um nome dentro do movimento carismático e do que deve ser o Ministério Fé e Política esbarra numa situação multiposicional. Nesse sentido, a inexistência de uma matriz vertical para justificação de apoio político acaba dificultando a homogeneidade das adesões. Aqui, o caso de João Mauro é emblemático. Ele acreditava se encaixar no perfil que dizia estar demandando o catolicismo carismático, mas no final não foi dado nenhum apoio claro em seu favor. Sua formação parecia ser aproximada com a de Adonias, já que ambos colocavam lado a lado a política do catolicismo carismático com a política do catolicismo de libertação. Contudo, outros elementos entraram em jogo e acabaram desconfigurando o apoio que João Mauro tinha como certo. Pode ser que uma aproximação apressada com o movimento carismático, ou um excesso de apresentação como sendo o representante afinado com as normativas propaladas na Renovação Carismática, colocaram-no em situação delicada junto ao movimento.

Ainda dentro da questão institucional, a apresentação dos políticos no encontro da Comunidade Javé Nissi permite argumentar que, paralelo à exibição e nomeação dos políticos presentes, seja em meio à plateia ou em cima do palco, o vetor religioso aparece em sua forma mais acabada. Isso se dá, especialmente, quando os políticos são convidados a ajoelharem-se no palco diante do público presente, para que possam receber uma oração. Se, por um lado, tal ato sinalizava uma consagração dos políticos presentes, convertendo essa ação em um passaporte para um apoio certo; por outro lado, o mesmo ato pode ser compreendido como uma forma de vigilância, dizendo para os políticos que a comunidade religiosa está atenta a quem eles são e que eles devem, portanto, serem corretos em suas atitudes quando à serviço junto a coisa pública. Além do mais, a oração deferida em favor dos políticos coloca a figura divina como um mediador da conduta pública, já que se pede a intercessão do Espírito Santo

para que aqueles representantes não se desviem de sua missão como cristãos e cidadãos, acrescentando o espiritual ao racional-legal.

O que se passa no nível institucional tem sua continuidade no âmbito das candidaturas para cargos legislativos. Em 2010, ao lado da já rotineira promoção de candidatos para deputado federal e estadual, somou-se, também, a promoção de um candidato ao Senado, que tentaria sua eleição pelo estado de Minas Gerais. Para a Câmara dos Deputados, além de Odair Cunha (PT-MG), o catolicismo carismático contava com nomes como Eros Biondini (PTB-MG), Salvador Zimbaldi (PDT-SP), Gabriel Chalita (PSB-SP) e Alessandro Molon (PT-RJ) – estes dois últimos ainda poderiam ter saído candidatos ao Senado, segundo afirmaram alguns carismáticos, fazendo com que o movimento dirigisse a eles apoio exclusivo. Nessa conjuntura de lançamento de candidaturas, apenas Martini não foi eleito. Tal cenário talvez esteja pautado na dificuldade deste último em tornar universalizáveis suas bandeiras, para que pudessem atingir o universo cognoscível dos mineiros, sobretudo porque o contingente de votos necessários para a eleição de um Senador chega à casa de alguns milhões. Entretanto, uma disputa que envolvia nomes notabilíssimos do cotidiano político do estado de Minas Gerais também pode ajudar a responder o insucesso de Martini, já que esses nomes são detentores de plataformas de ação política mais horizontais e passíveis de agregar, de modo mais eficaz, a simpatia do eleitorado.

Apesar disso, a candidatura de Martini não deixou de se esforçar em converter suas bandeiras em bandeiras reconhecíveis. Ele apostou na família e na ética pública como horizontes, na qual a primeira se aproximava fortemente daquela formação desejada pelo catolicismo e a segunda dos princípios salientados pela opinião pública em geral. Em seu horário eleitoral gratuito ou em suas entrevistas na mídia, produziu uma poética que pudesse levar ao telespectador a mensagem multiposicional que trazia consigo. Por um lado, defender a família, seus valores, sua dignidade. Por outro, enfatizar a questão da Ficha Limpa, mostrando ética e decoro. Na televisão fez uso de um tom melodramático, visível e audível, dentro de uma trama que envolvia símbolos que poderiam se converter em elementos de reconhecimento por parte do eleitor. Dentro desse processo, o que denominei de iconicidade serviu como matriz para compreender os tipos de questões colocados e o modo como essas eram colocadas para o eleitor-telespectador.

Dentro desse contexto de explicação melodramática e icônica não há como não ver posições que se atravessam. As essencializações que Martini fabrica passam por questões de ordem técnica e jurídica, cruzam questões de ordem estatística e vão até argumentos de unidade política entre os cristãos. Tudo isso é utilizado para justificar seus feitos e aumentar

sua competitividade no pleito, na medida em que tentava atingir o eleitorado. Além disso, procura sensibilizar o eleitor criando um ambiente nostálgico em torno da família e do lugar que esta ocupava na formação do ser humano. Em seu programa eleitoral, procura encenar a política tal como a via. Ele coloca em evidência os valores que gostaria de assumir, como a dignidade e a ética, além do respeito e dos princípios, e de enfatizar o tema da Ficha Limpa e tentar criticar a exclusividade que a mídia mineira vinha dando para Aécio, Pimentel e Itamar na disputa ao Senado, negligenciando seu nome. A cada bandeira que levantava, Martini não se eximia de se mostrar como seu ícone, seja pelas coisas que realizou concretamente na arena política, através de sua atividade parlamentar, seja pelas coisas que poderia realizar, por conta daquilo que acreditava ou teria capacidade de realizar.

A situação multiposicional presente nas aparições de Martini, nos jornais e nos programas eleitorais, encontra nas redes de apoio mais um espaço de sua justificação, o que também vai ocorrer com a candidatura de Odair Cunha. Apoiadores oriundos de diversos setores vão alargar as candidaturas mencionadas, para além do próprio catolicismo carismático, fazendo-os ligados a demandas de setores que vão do caritativo e outras igrejas cristãs, especialmente no caso de Martini, a setores envolvidos com a “grande” e a “pequena” política, particularmente no caso de Odair. As redes de apoio mapeadas fabricam as candidaturas, aureolando-as com uma existência multifuncional, já que apresentadas como facilitadoras de benefícios para elas. Contudo, conforme foi acentuado no capítulo acerca de cada um, em ambas as candidaturas existe uma tensão que precisa ser sanada por conta da incorporação de grupos múltiplos à lista de apoio do candidato. Não é possível sair aceitando apoios sem risco de deslegitimação, sendo necessário provar alguma continuidade entre as demandas de cada segmento apoiador. Essa justificação é realizada tanto no caso de Martini como no caso de Odair, seja na transmutação de valores, seja na conversão de comportamentos e demandas como inteligível a todos aqueles com quem se relacionam buscando apoio.

Por seu lado, a campanha de Odair igualmente se apresentou com uma existência multiposicional. Sua presença nas cidades da região sul do estado de Minas Gerais proporcionou um processo de focalização/transvaloração e nacionalização/paróquialização que se fez desde a agregação de pessoas nas inaugurações de comitês, na realização de comícios e reuniões, e nas atividades religiosas que participou. Esses processos culminaram no dia das eleições, rendendo-lhe o dobro de votos da eleição anterior e o levando a um terceiro mandado na Câmara dos Deputados. Para provar esse processo de adesão, sua ação em cada uma das cidades mencionadas foi lida como atividade ritual, envolvendo afamação e

carisma, como modo de ver melhor os desdobramentos dados de cidade em cidade. Em cada localidade ele procurou valorizar seus feitos e os feitos de outras pessoas que estavam ao seu lado. Com efeito, Odair também teve a seu favor elementos que justificavam o seu trabalho, a partir de opiniões advindas de políticos e lideranças de numerosos segmentos, passando pelo político e o religioso.

Partindo de uma perspectiva comparada, e, desse modo, cotejando estes candidatos com outros sem compromisso religioso, seria certo encontrar entre eles alguma similaridade. O tempo da política coloca para os que dele participam uma agenda comum de comportamentos e estilos que, muitas vezes, fazem com que eles sejam vistos como iguais. Mesmo que seja diferente o modo como endereçam questões, sua forma parece permanecer como algo estável. O tipo de enquadramento disponibilizado nos programas eleitorais, a maneira de responder às perguntas e o jeito de se comportar diante do eleitor nas ruas, só são diferentes em seu conteúdo. Agir de maneira diferente, fazendo uma campanha não convencional, talvez tornasse difícil de reconhecer que o falante é um candidato político que deseja convencer o público que o vê e o escuta. Isso posto serve, mais uma vez, para mostrar que candidaturas religiosas não se colocam de modo alheio ao político, pois se fazem desde seu interior. Esta fabricação não é só na forma visual, mas também de linguagem, no domínio do idioma da política, com seus códigos e dispositivos verbais que tornam o pretendente a candidato em alguém reconhecido como tal.

É essa similaridade que também se vê no caso da mídia. A cobertura política realizada pelo jornalismo da TV Canção Nova se configura dentro de um estilo que não é difícil de ser encontrado no interior de outros meios de comunicação. Eles estão como que irmanados na busca pela objetividade que rege o mundo das notícias, mesmo que, no fundo, seus conteúdos subjetivos ocasionem momentos de tensão. A Canção Nova não parece querer ficar para trás quando o assunto é veicular uma cobertura das eleições e, sendo assim, age em conformidade com os padrões jornalísticos vigentes. Não fazer isso poderia ocasionar a migração de seu telespectador para outras mídias, já que é difícil negar que eles não se interessam pelo tema da política, sobretudo num país onde o voto é obrigatório para todos os cidadãos que se encontram entre os 18 e 70 anos de idade. Entretanto, o religioso acaba atravessando o noticiário político na Canção Nova em muitos momentos, como outros segmentos acabam atravessando o conteúdo político de outras mídias. Esta subjetividade é uma constante dentro do jornalismo, se perfazendo como elemento tenso no cotidiano de toda ação de veicular um ato como noticioso.

É curioso observar a cobertura política realizada pela Canção Nova e ver que a moda e os jargões jornalísticos de um modo geral são assimilados sem nenhum problema. Não são apenas as reportagens que demonstram isso, com o tipo de recorte efetuado, a performance executada a partir de elementos narrados, citados e demonstrados através de imagens rapidamente sobrepostas. O debate político que a Canção Nova organiza entre os presidenciáveis também se dá dentro das bases do jornalismo secular. Mesmo que elementos do catolicismo carismático estivessem endereçados nas perguntas colocadas, outros temas emergiam e faziam eco a demandas políticas possíveis de serem escutadas em outras mídias. Além disso, a organização do debate em blocos, com perguntas que levavam os candidatos a produzirem resposta e depois lhes dando o direito de réplica e tréplica, se conformavam dentro das estruturas convencionais dos debates políticos no Brasil. Por outro lado, neste cenário, muito do que os candidatos ouviram e falaram oscilaram entre um debate estritamente político e um debate político travestido de um debate religioso.

Os candidatos presentes no debate, por sua vez, não pouparam esforços para tentar colocar suas propostas a partir e contra determinadas situações. Nesse sentido, o debate foi um ritual de consenso na medida em que as candidaturas se mostravam em acordo com os problemas existentes no país e/ou com as demandas que a Canção Nova colocava. Por outro lado, o debate foi um ritual de confronto, quando os candidatos entravam em desacordo sobre temas e situações a serem resolvidas, seja a partir daquilo que cada concorrente propalava, seja diante daquilo que a própria Canção Nova colocava para eles. Se a Canção Nova desejou realizar um debate para, com isso, tentar influenciar os candidatos a se inclinarem diante de um público católico que compartilharia princípios políticos afinados com a religião, tal empreitada foi relativa, porque os candidatos presentes, mesmo que reconhecidos como aproximados do universo cristão, não se deixaram levar por exigências pontuais da Igreja Católica, já que em muitos momentos modificavam o conteúdo e a intencionalidade de questões, como a liberdade religiosa, o ensino religioso e o aborto. Os candidatos se esforçavam para marcar uma distância com temas muito polêmicos e que pudessem colocá-los como firmemente afinados com a Igreja Católica, na medida em que levavam para a esfera do direito e da democracia representativa situações embaraçosas, conduzindo para além da religião a discussão de determinadas situações.

Dessa maneira, fica difícil postular uma avaliação vertical acerca da participação política dos católicos carismáticos, uma vez que sua composição é extremamente diversa, quando olhados em seus detalhes. Uma parte das análises correntes negligencia o fato de que os agrupamentos religiosos, como o catolicismo carismático, estão inseridos dentro da esfera

pública republicana e de suas ambivalências, movendo-se de um lado para o outro, dependendo das posições políticas que lhes são mais pertinentes. O universo evangélico sofreu com essa negligência nas ciências sociais da religião, tendo hoje, sua posição considerada dentro de um espectro político mais amplo. Talvez seja uma tese plausível o fato de que esta má vontade dos analistas se deva às primeiras opções que aqueles grupos religiosos tomaram na esfera política – mais ligadas ao que se convencionou chamar de conservadorismo político. Num país recentemente saído de um regime político fechado, onde a realização de uma ação cidadã pautada em valores democráticos e republicanos era o *topos* desejado, qualquer aproximação a forças mais tradicionais poderia ser visto como sintoma de atraso ou retrocesso político. Além disso, condutas políticas como as das Comunidades de Base Católicas, associadas a uma linha política vista como progressista, eram percebidas como o tipo ideal a ser alcançado, pois mais próximas, ao que me parece, aos desejos de transformação que pairavam na virada dos anos 1980 para os de 1990, quando evangélicos e carismáticos ensaiavam sua inserção político-partidária.

Contudo, e os analistas do universo evangélico provam isso, a relação com o mundo da política não é tão simples quanto parece. Não existe uma resposta mágica para os problemas que a relação religião e política trazem para a antropologia e a sociologia. Além disso, a própria esfera política vai colocando situações que precisam ser tematizadas pela religião, tal como situações da religião são tematizados na política, complexificando a própria ação de analisar. Já que inseridos na política, fica difícil para a religião não fazer outra coisa que não política, seja em nível de organização institucional, de candidaturas ou mídia. E já que o que se faz é política, mesmo que o vetor religioso possa estar presente de modo travestido, uma série de situações acaba tendo que ser levada em conta, como sua organização dentro de bases legais e éticas. Se isso é o que deve ser levado em conta, é equivocado reduzir a análise a um comportamento estritamente intransigente e “fora da cultura” por parte do catolicismo carismático.

REFERÊNCIAS

- ABÉLÈS, Marc. Rituel et communication politique moderne. **Hermés (ISCC/CNRS)**, p. 127-141, 1989.
- ABUD-LUGHOD, Lila. The interpretation of culture(s) after television. **Representations**, v. 0, Issue 59, p. 109-134, 1997.
- _____. Melodrama Egípcio: uma tecnologia do sujeito moderno?. **Cadernos Pagu**, v. 21, p. 75-102, 2003.
- _____. **Dramas of Nationhood: The Politics of Television in Egypt**. Chicago: University of Chicago, 2004.
- AGRIKOLIANSKY, Eric. Biographies d'institution et mise en scène de l'intellectuel – les candidatas au comité central de la LDH. **Politix**, nº 27, 1994.
- ALCADIPANI, Rafael & TURETA, César. Teoria ator-rede e estudos críticos em administração: possibilidades de um diálogo. **Cadernos EBAPE.BR**, , vol.7, no.3, p. 405-418, Set 2009.
- ALMEIDA, Heloísa Buarque de. **Telenovela, consumo e gênero: Muitas mais coisas**. Bauru: Edusc, 2003.
- BALANDIER, George. **O poder em cena**. Brasília: Unb, 1982.
- _____. **O Contorno – Poder e Modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1997.
- BARREIRA, Irllys. **Chuva de papéis**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.
- _____. Política, memória e espaço público: a via dos sentimentos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n.46, p. 97-117, 2001.
- _____. Entre mulheres: jogo de identificações e diferenças em campanhas eleitorais. In: BARREIRA, Irllys & PALMEIRA, Moacir (org.) **Candidatos e Candidaturas – enredos de campanha eleitoral no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2009.
- BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando “amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987.
- BOLTANSKI, Luc. L'espace positionnel - Multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe. **Revue Française de Sociologie**, XIV, (I), p. 3-20, 1973.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Ed. Diefel, 1989.
- _____. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- _____. La dinámica de los campos. In: **La distinción**. Madrid: Taurus, 1998.

BRAGA, Antônio. TV Católica Canção Nova: Providência e Compromisso X Mercado e Consumismo. **Religião & Sociedade**, v. 24, n.1, p. 113-123, 2004.

_____. Catolização do cotidiano, cotidianização dos catolicismo: mídia, novas práticas religiosas e individualidade entre telespectadores e ouvintes da rádio e TV católica Canção Nova. **Numem**, v. 8, p. 61-78, 2005.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Seria a caridade a “religião civil” dos brasileiros?. **Praia Vermelha**, nº 12, 2005.

_____. As muitas faces das Devoções: das romarias e dos santuários ao turismo, ao marketing religioso e aos altares virtuais. **Fragmentos de Cultura** (Goiânia), Goiânia, v. 16, n.3/4, 2006.

_____; et. alli. **Como é ser jovem em Minas Gerais**. Principia – Caminhos da Iniciação Científica – vol. 01, 2008.

_____. **Ciências Sociais e Ciências da Religião**. São Paulo: Paulinas, 2008.

_____. Tradicionalismo Católico e meios de comunicação de massa: catolicismo midiático. In: CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília; CAMURÇA, Marcelo. **Novas Comunidades Católicas**. Aparecida: Ideias e Letras, 2009.

CARRANZA, Brenda, **Renovação carismática católica: origens, mudança e tendências**. Aparecida: Santuário, 2000.

_____. **Catolicismo midiático**. Aparecida: Ideias e Letras, 2011.

CARRANZA, Brenda & MARIZ, Cecília. Novas Comunidades católicas: por que crescem?. In: CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília; CAMURÇA, Marcelo. (Org.). **Novas Comunidades Católicas**. Aparecida: Ideias e Letras, 2009.

CAVALCANTI, Maria Fernanda Rios & ALCADIPANI, Rafael. Organizações como processos e Teoria Ator-Rede: a contribuição de John Law para os Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, , vol.11, no.4, p.556-568, Dez 2013.

CHAVES, Christina de Alencar. **Festas da Política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: 2003.

COMERFORD, John Cunha. Leveling crowds. Ethnonationalist conflicts and collective violence in South Asia (Resenha). **Mana**, vol.4, no.1, p.180-183, Abr 1998.

CORADINI, Odaci. **Em nome de quem?**. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1999.

_____. Origens Sociais, mediação e processo eleitoral num município de imigração italiana. In: BARREIRA, Irllys & PALMEIRA, Moacir (org.) **Candidatos e Candidaturas – enredos de campanha eleitoral no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2009.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

DELEUZE, Giles & GUATARRI, Félix. Micropolítica e Segmentaridade. In: **Mil Platôs**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

FONSECA, Alexandre Brasil. Mídia, religião e política: a evangelização da campanha presidencial. **Logos**, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p. 186-207, 2004.

GEERTZ, Clifford. **Negara – O Estado-Teatro no século XIX**. Lisboa: Difel, 1980.

_____. Centros, reis e carisma. In: **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GERALDO, Pedro Heitor Barros. O senador e o bispo: as estratégias de construção identitária nas eleições municipais cariocas de 2004. **Religião e Sociedade**, vol.32, n.1, p. 97-129, 2012.

GOLDMAN, Márcio & CRUZ DA SILVA, Ana Cláudia. Por que se perde uma eleição?. In: GOLDMAN, Márcio. **Alguma antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: 1999.

GOLDMAN, Márcio. Cultural Intimacy (resenha). **Mana**, v. 4, n.2, 1998.

_____. Segmentaridades e movimentos negros nas eleições de Ilhéus. **Mana**, n.7, v. 2, pp. 57-93, 2001.

_____. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, n. 2, v. 46, p. 445-476, 2003.

_____. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**, vol.10, n.1, p. 161-173, 2006.

_____. **Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006b.

HERRERO, Pilar Pérez & RODRÍGUEZ, María Garrido. Antropología del periodismo: la observación no participante en una revista de alta gama. **Comunicación y pluralismo**, n. 1, p. 99-125, 2006.

HERZFELD, Michael. **Anthropology: Theoretical Practice in Culture and Society**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001, p. 311.

_____. **Intimidade Cultural**. Lisboa: Ed. 70, p. 17-18, 2005.

HUNT, Stephen. Betwixt and between: the political orientations of roman catholic neo-Pentecostals. **Politics and Religions**, n° 2, p. 27-51, 2008.

KERTZEL, David. The power o frites. In: **Ritual, politics and power**. New Haven: Yale University Press, 1988.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 64, v. 22, 2007.

KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. **As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política**. s/d, (mimeo).

LATOUR, Bruno & WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LATOUR, Bruno. Capítulo 2: Referência Circulante. In: **A esperança de Pandora – ensaio**

sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001.

LAW, John. Notes on the Theory of the Actor Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity. Published by the **Centre for Science Studies, Lancaster University**, Lancaster, 1992.

LCO [Luis Roberto Cardoso de Oliveira]. **Direito Legal e Insulto Moral**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. Uma carreira política e vários modos de legitimação. In: PALMEIRA, Moacir & BARREIRA, César. **Política no Brasil – visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 2006.

_____. A “modernidade” como emblema político. In: BARREIRA, Irllys & PALMEIRA, Moacir (org.) **Candidatos e Candidaturas – enredos de campanha eleitoral no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2009.

LIMA, Diana & WERNECK, Vinícios. A notícia política na mídia evangélica: o Mensageiro da Paz e a Folha Universal em perspectiva comparada. **Dados**, vol.55, n.1, p. 221-250, 2012.

LIPPI, Lúcia. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e Religião: A participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. Aborto e Ativismo religioso nas eleições de 2010. **RBCP**, n. 7, p. 25-54, 2012.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo & ORO, Ari Pedro (Org.). **Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Massangana, 2006.

MAGALHÃES, Raul. Brevíssimas reflexões sobre as rarefeitas distinções modernas entre política e religião. **Tempo & Presença**, ano 5, n. 22-23, 2010.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os circuitos dos jovens urbanos. **Tempo Social**, vol.17,n.2, p.173-205, 2005.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARIZ, Cecília . Pentecostalismo e Renovação Católica e Comunidade de Base: uma análise comparada. **Cadernos CERIS**, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 11, 2001.

_____. A Renovação Carismática Católica: uma igreja dentro da Igreja?. **Civitas** , Porto Alegre, v. 3, n.1, p. 169-186, 2003.

MARIZ, Cecília; MACHADO, Maria das Dores Campos. Progressistas e Católicas Carismáticas: uma análise do discurso das mulheres de Comunidade de Base na atualidade brasileira. **Praia Vermelha - Estudos de Política e Teoria Social**, Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 8-29, 2000.

MAPRIL, José. Geografias da virtude: Bons mulçumanos e as políticas da oração entre bangladeshis em Lisboa. **Religião e Sociedade**, v. 29 n. 2, p. 133-151, 2009.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: **Antropologia e Sociologia**. São Paulo: Cosac & Naif, 2001.

_____. A Prece. In: **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

MCLEOD, James R. The sociodrama of presidential politics: rhetorics, ritual, and power in the era of teledemocracy. **American Anthropologist**. v. 101, n. 2, p. 359-373, 1999.

MENDES, Gláucia da Silva. A construção da notícia sob uma ótica etnográfica: contribuições da antropologia para os estudos de jornalismo. **Comunicação & Sociedade**, v. 34, n. 2, p. 283-303, 2013.

MINISTÉRIO FÉ E POLÍTICA. **Ministério Fé e Política**, s/d. acessado em www.rccbrasil.org.br

MIRANDA, Julia. **Carisma, sociedade e política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

MISCHE, Ann. **Partisan Publics: Communication and Contention across Brazilian Youth Activist Networks**. Princeton: Princeton University Press, 2008.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Explorações epistemológicas sobre uma antropologia da notícia. **Revista Famecos**, n. 19, p. 65-80, 2002.

OFFERLÉ, Michel. Les figures du vote – pour une iconographie du suffrage universel. **Sociétés & Representations**, nº12, p. 108-130, 2001.

OLIVEIRA, Eliane. A ‘vida no espírito’ e o dom de ser “Canção Nova”. In: CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília; CAMURÇA, Marcelo. **Novas Comunidades Católicas**. Aparecida: Ideias e Letras, 2009a.

_____. Canção Nova, homens novos, mundo novo. In: GOMES, Edlaine de Campos. **Dinâmicas Contemporâneas do Fenômeno Religioso na Sociedade Brasileira**. Aparecida: Ideias e Letras, 2009b.

ORO, Ari Pedro & SCHOENFELDER, Roselene. A religião nas eleições 2006 no Rio Grande do Sul: o que há de novo?. **Debates do NER** (UFRGS), v. 10, p. 7-26, 2006.

ORO, Ari Pedro & MARIANO, Ricardo. Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul e no Brasil. **Debates do NER**, ano 10, n. 16, p. 9-34, 2009.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **RBCS**, São Paulo, v. 18, n.53, p. 53-69, 2003.

OZÁI DA SILVA, Antônio. Memória e História da Renovação Carismática Católica em Maringá (PR). **Revista Espaço Acadêmico**, nº 80, 2008.

PALMEIRA, Moacir & HEREDIA, Beatriz. O voto como adesão. **Teoria e Cultura**, v. 1, n. 1, p 35-58, 2006.

_____. **Política Ambígua**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: 2010.

PALMEIRA, Moacir. Os comícios e a política de facções. **Anuário Antropológico**, 94, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 31-94, 1995.

_____. Política ambígua. In BIRMAN, P., NOVAES, R. e CRESPO, S. (orgs.). **O mal à brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERj, 1997.

PEIRANO, Mariza. A análise antropológica dos rituais. IN: **O dito e o feito**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: 2002.

PEREIRA, Edilson. O espírito da oração ou como carismáticos entram em contato com Deus. **Religião e Sociedade**, v. 29 n.º. 2, p. 58-81, 2009.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. **Novos Estudos Cebrap**, nº89, p. 5-15, 2011.

PIETTE, Albert. **La religion de près – l'activité religieuse en train de se faire**. Paris: Éditions Métailié, 1999.

PINA, Christine. Religion et politique dans le “Renouveau charismatiques”: le cas de deux communautés françaises. **Religiologiques**, 16, p. 113-133, 1997.

_____. The City, the Countryside and Nature in the Discourse of Two Charismatic Revival Communities: Two Visions of Society and Politics?. **Social Compass**, 46(1), p. 85–99. 1999.

PINA-CABRAL, João. A Prece Revisitada: comemorando a obra inacabada de Marcel Mauss. **Religião e Sociedade**, v. 29 n. 2, p. 13-28, 2009.

PORTELLA, Rodrigo. Renovação Carismática Católica: relações, interferências e tensões. **Atualidade Teológica**, ano 15, n. 39, 644-657, 2011.

PRANDI, Reginaldo & VALENTIN, Fernando Farias. A renovação carismática e a política. In: PRANDI, Reginaldo. **Um sopro do espírito**. São Paulo: EdUSP, p. 171-118, 1998.

PRANDI, Reginaldo. Perto da magia e longe da política. In: PRANDI, Reginaldo; PIERUCCI, Antônio Flávio. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

PROCÓPIO, Carlos. Carismatismo Católico e Eleições no Brasil. **Ciencias Sociales y Religión**, v. 14, p. 79-99, 2012a.

_____. Religião e política: reflexões a partir do carismatismo católico. In: Luiz Mello; Dalva Borges de Souza; Jordão Horta Nunes; Flávio Munhoz Sofiati. (Org.). **Questões de Sociologia: debates contemporâneos**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2012b.

REESINK, Mísia. Rogai por nós: a prece no catolicismo brasileiro à luz do pensamento maussiano. **Religião e Sociedade**, v. 29 n. 2, p. 29-57, 2009.

RCO [Roberto Cardoso de Oliveira]. Primeira Parte. In: RCO [Roberto Cardoso de Oliveira] & LCO [Luís Roberto Cardoso de Oliveira]. **Ensaio Antropológico sobre Moral e Ética**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1996.

RIBEIRO DE OLIVEIRA, Pedro. A RC como agremiação religiosa. In: RIBEIRO DE OLIVEIRA, Pedro; et. alli. (org.) **Renovação Carismática Católica: uma análise sociológica, interpretações teológicas**. Petrópolis: Vozes, 1978.

ROTHBERG, Danilo & DIAS, Mariane Bovoloni. Religião, política e eleições na Folha Universal. **Intexto** (UFRGS), n. 27, p. 20-37, 2012.

SALAZAR, Carles. Prayer and Symbolisation in an Irish Catholic Community. **Etnográfica**, 12 (2), p. 387-402, 2008.

SANTOS, Livia Reis; DAVILA FILHO, Paulo. Cafeinando o mundo público: moralidade, política, representação e voto a partir da perspectiva de um grupo jovem evangélico. In: **XIII Simpósio Ibero-Americano de Ciência Política**, Juiz de Fora, 2013.

SCOTTO, Gabriela. **As (difusas) fronteiras entre a política e o mercado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_____. O “trabalho sobre a imagem” e outras atividades de marketing político no cenário eleitoral. In: PALMEIRA, Moacir & BARREIRA, César. **Política no Brasil – visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 2006.

SILVEIRA, Emerson José Sena da. Tradição e modernidade na renovação carismática católica: um estudo dos rituais, subjetividades e mito de origem. **Dissertação de Mestrado**. Juiz de Fora, 2000.

_____. O “pop” no espírito... In: PEREIRA, Mabel; CAMURÇA, Marcelo. **Festa e Religião: imaginário e sociedade em Minas Gerais**. Juiz de Fora: Templo Editora, 2003.

_____. ‘Terços’, ‘santinhos’ e versículos: a atual relação entre os carismáticos e a política”, **REVER**, p. 54-74, 2008.

_____. Tarô dos santos e heresias visuais: um catolicismo new age?. In: CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília; CAMURÇA, Marcelo. **Novas Comunidades Católicas**. Aparecida: Ideias e Letras, 2009.

SOUZA, André. **Igreja in concert**. São Paulo: Annablume, 2005.

STRATHERN, Marilyn. **Partial Connections**. Savage/Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1991.

TAMBAIAH, Stanley. Conflito etnonacionalista e violência coletiva no sul da Ásia. **RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 34, 1997.

TARDE, Gabriel. **As leis da Imitação**. Porto: Ed Res, 19??.

_____. **A opinião e as Massas**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

TAVARES, Fátima; et. alli. Crenças e pertencas, moral e sexualidade na Juventude mineira. **Numen**, v. 7, n. 1, 2004.

TEIXEIRA, Carla Costa. **A honra da política**. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1998.

THEIJE, Marjo de. **Tudo que é de Deus é bom**. Recife: Massangana, 2002.

THOMANSSEN, Borj & SZAKOLCZAI, Arpad. Gabriel Tarde as Political Anthropologist. **International Political Anthropology**, v.4, n.1, 2011.

TRAVANCAS, Isabel. Por uma antropologia da comunicação: a construção de um campo e suas pesquisas. **Ilha**, v. 10, n. 2, p. 113-132, 2002.

_____. Etnografia da produção jornalística – estudos de caso da imprensa brasileira. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 2, p. 83-102, 2010.

TUCHAMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINAS, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias, ‘estórias’**. Lisboa: Veja, 1993.

_____. As notícias como uma realidade construída. In: ESTEVES, J.P. **Comunicação e Sociedade**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

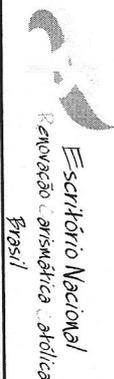
VILLELA, Jorge Mattar & Marques, Ana Cláudia. Sobre a circulação de recursos nas eleições municipais no sertão de Pernambuco. In: HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carlos & BARREIRA, Irllys. **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 2002.

VITAL, Christina & LOPES, Paulo Victor Leite. Capítulo 3. In: **Religião e Política – uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo, Cosac & Naif, 2009.

WEBER, Max. A política como vocação. In: **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1974.

WERNECK VIANNA, Luiz. **A modernização sem o moderno – análise de conjuntura na era Lula**. Brasília: Contraponto, 2011.



CONSELHO NACIONAL DA RCCBRASIL

INSTRUÇÃO N.º 01/2009, DE 11 DE OUTUBRO DE 2009.

Dispõe sobre Normas e Diretrizes para regulamentar a ação e os limites de atuação do Ministério de Fé e Política, durante o período das eleições.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA DO BRASIL, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO:

- I. a carta encíclica *DEUS CARITAS EST*, do Sumo Pontífice Bento XVI, que estabelece ser próprio dos fiéis leigos os quais, como cidadãos do Estado, são chamados a participar pessoalmente na vida pública, para promover o bem comum;
- II. a Renovação Carismática Católica (RCC), enquanto Igreja, "não pode ignorar a política, não apenas enquanto instrumento necessário de organização da vida social, mas sobretudo enquanto expressão de opções e valores que definem os destinos do povo e a concepção do homem (Doc. 40, CNBB)";
- III. o objetivo geral do projeto do MFP: "Evangelizar, formar e exortar a RCC a participar, com coragem e discernimento, da atividade política para gravar a lei divina na cidade terrestre" (Doc. 1, MFP);
- IV. a necessidade de implementar medidas institucionais de orientação ao acompanhamento da política partidária, principalmente relativas ao período eleitoral e a forma como se estabelecem as relações entre a instituição RCC e o mundo político;
- V. a necessidade de definir o escopo e os limites de ação do MFP, através de uma regulamentação dos direitos e deveres, no âmbito desta instituição, para atuação na política;
- VI. a responsabilidade da RCC que deve, continuamente e permanentemente, estimular e valorizar a participação cívica de seus membros na política, como ato de responsabilidade cívica e amor à nação brasileira;
- VII. a decisão do Conselho Nacional da RCCBRASIL que resolveu estabelecer estas diretrizes.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

Dos objetivos gerais, recomendações e conceitos

Art. 1º Esta instrução tem por objetivo reger os aspectos relacionados com acompanhamento do período eleitoral e a forma como se estabelecem as relações entre a instituição RCC e os vocacionados à vida pública.

§ 1º A presente instrução destina-se a todos os atos e ações da Renovação Carismática Católica através de seus organismos de conselhos: nacional, estadual, arqui-diocesano e diocesano.

§ 2º Para os efeitos desta instrução, entende-se por "acompanhamento do processo eleitoral" a postura adotada pela RCC ou que venha a ser adotada pelos conselhos das várias instâncias da RCC, com relação ao período de eleições e os candidatos ao pleito regido pelo Tribunal Eleitoral.

§ 3º Lembra que as ações conduzidas para implementar o objeto da presente instrução, devem ser feitas em unidade com o episcopado.

- I. Para tanto, é estimulado o diálogo permanente com o bispo local, inclusive, comunicando e buscando autorização, ainda que verbal e informalmente, antes do desenvolvimento das ações de acompanhamento do processo eleitoral naquela instância eclesial:

§ 4º Para melhor entendimento e unificação de terminologias, devem ser considerados os seguintes termos:

- I. **METODOLOGIA DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL** – refere-se ao sistema ou conjunto de regras e meios, dispostos convenientemente, de forma organizada e sistemática, para estabelecer uma maneira de fazer e o modo de proceder no tocante aos apelos (ou sua negativa) às candidaturas durante o período das eleições;
- II. **PROJETO DE METODOLOGIA** – refere-se ao documento escrito que registra a metodologia a ser adotada para um dado pleito eleitoral numa determinada região.
- III. **ESTÁGIO DE ACOMPANHAMENTO** – refere-se ao grau de maturidade para acompanhamento do processo eleitoral. Trata-se de etapa na qual aquele determinado conselho discerne sobre sua realidade, condições, experiência e estado de organização, naquele momento, para definir ações e realizar trabalhos.
- IV. **CRONOGRAMA DE AÇÃO** – refere-se ao planejamento das etapas de envolvimento de determinado conselho em cada pleito eleitoral. Um cronograma configura-se por uma tabela que disponha, em suas colunas, a relação de atividades e, em sua linha de cabeçalho, as datas de execução das mesmas atividades.

CAPÍTULO II

Das responsabilidades e competências

Art. 2º É responsabilidade de cada conselho, definido a seguir, discernir sobre a sua participação, ou não, para acompanhar o pleito eleitoral de sua competência, conforme se segue.

- I. **CONSELHO NACIONAL** – Presidente da República e Senadores;
- II. **CONSELHO ESTADUAL** – Governadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais;
- III. **CONSELHO DIOCESANO** – Prefeitos e Vereadores.

§ 1º Embora não se exima da responsabilidade de acompanhamento e supervisão, as instâncias superiores devem respeitar a autonomia de discernimento e gestão da instância subordinada, guardando o direito de intervenções para orientar e corrigir.

§ 2º Da mesma forma, as instâncias subordinadas devem procurar informar e fazer valer seus conhecimentos da realidade local nas instâncias superiores, através de seus representantes nestes conselhos.

- I. Traduz-se isto como uma ajuda para que o conselho em questão possa ter elementos que sirvam de base para os discernimentos sobre o pleito eleitoral de sua competência, contudo, não será permitida a participação destes mesmos representantes ou participantes durante o discernimento do conselho, momento este exclusivo do mesmo;

- II. Membros de um conselho superior serão sempre considerados membros natos dos conselhos subordinados, podendo neste caso se fazerem presentes durante suas sessões.

CAPÍTULO III

Da metodologia de acompanhamento do processo eleitoral

Art. 3º Cada instância de conselho, em sua esfera de atuação, tem a liberdade de definir a metodologia a ser adotada para o próximo pleito eleitoral.

§ 1º Esta instrução não impõe qualquer modelo de metodologia para acompanhamento do processo eleitoral.

§ 2º A RCC, através do MFP, poderá oferecer modelos de metodologias que poderão servir como exemplos.

Art. 4º Até o final do ano que antecede o ano de eleições, cada conselho, através de discernimento, manifestará sua decisão para o período eleitoral seguinte. Tal decisão deverá ser registrada e constar em ata assinada por todos os conselheiros.

§ 1º Compete ao próprio conselho em questão identificar o melhor momento para atuar neste campo.

§ 2º Todo conselho que optar por aprovar uma metodologia de acompanhamento do processo eleitoral deverá:

- I. Apresentar, por escrito, um Projeto de Metodologia que servirá de base para a implementação da metodologia pelo Ministério de Fé e Política, ligado a esse conselho;
- II. Aprovar este Projeto de Metodologia em reunião do conselho, registrando-o em ata;
- III. Anexar o Projeto de Metodologia à ata de reunião do conselho que tratou do assunto. Tal projeto deverá também ser assinado pelos membros do conselho atestando sua aprovação;

CAPÍTULO IV **Da evolução da metodologia ao longo do tempo e** **Da necessidade de um planejamento**

Art. 5º É importante ressaltar que a decisão do conselho, quanto a sua participação, ou não, no acompanhamento do processo eleitoral, bem como a metodologia a ser adotada, deve ser objeto de atualização periódica, isto é, a cada nova eleição.

Parágrafo único: Sugere-se como boa prática de gestão, a elaboração de um planejamento, no qual conste a construção de um cronograma que estabeleça o estágio de acompanhamento em que aquele conselho se encontra e os futuros estágios que serão perseguidos como etapas de um processo de amadurecimento do envolvimento político da RCC naquela região.

CAPÍTULO V **Do Estímulo ao discernimento do conselho**

Art. 6º Em conformidade com a vocação da RCC e todas as orientações estabelecidas no seio do movimento, recomenda-se que as decisões tomadas em conselho não sejam objetos de vontade humana, mas sim o resultado de oração, jejum, adoração, escuta e discernimento.

§ 1º Acima de tudo, recomenda-se prudência e responsabilidade para iniciar uma atuação no campo do apoio político.

§ 2º Muitas vezes, a antecipação de etapas ou desconsideração da vontade popular representa frustrações e desentendimentos irreparáveis, podendo levar a RCC local a retroceder na sua caminhada de maturidade política.

Art. 7º Qualquer que seja a decisão do conselho, deve-se ter em mente:

- § 1º Resguardar a autonomia do conselho;
- § 2º Observar a responsabilidade de contribuir para o bem comum;
- § 3º Respeitar o momento de amadurecimento e vocação daquela região.

CAPÍTULO VI **Do afastamento dos serviços na RCC**

Art. 8º Qualquer membro da RCC, que desempenhe posição de coordenação na RCC e seja candidato em eleições vinculadas ao TRE/TSE, deverá apresentar sua renúncia até cento e oitenta dias antes da eleição.

§ 1º A incompatibilidade do exercício de uma coordenação na RCC e a condução dos trabalhos de campanha é o critério principal que norteia a orientação para afastamento de que trata este artigo.

§ 2º A renúncia de que trata este artigo não inclui os trabalhos de pregação, quando solicitados por algum evento ou grupo de oração.

§ 3º Por outro lado, passadas as eleições, independente do seu resultado, não haverá nenhum impedimento na participação deste membro em serviços e atribuições na RCC, desde que seja resultado de novo discernimento.

Art. 9º Convides para assumir cargos de confiança, ainda que de caráter político, não configuram impedimentos para o exercício das atividades ou posições na RCC.

CAPÍTULO VII **Das Leis, candidaturas e mandatos políticos**

Art. 10º Todos os conselheiros e/ou membros do movimento devem observar a legislação eleitoral em vigor e as leis do direito brasileiro, estando as mesmas acima de qualquer determinação interna da RCC.

Art. 11º A RCC, desde que respeitada a legislação em vigor, poderá constituir um **Conselho de Mandato** para acompanhar as ações e os trabalhos conduzidos pelo mandatário.

CAPÍTULO VIII **Das Disposições Gerais**

Art. 12º Conforme estabelecido no I Fórum da Renovação Carismática Católica, a unidade, a identidade e a missão devem ser priorizadas em todas as ações do movimento, em especial no campo da política.

Art. 13º Os casos omissos serão dirimidos, em caráter de emergência, pelo Presidente do Conselho Nacional da Renovação Carismática Católica no Brasil, ouvido o coordenador nacional do Ministério de Fé e Política.

Art. 14º Havendo tempo hábil, o caso deverá ser levado oportunamente à apreciação do conselho nacional que deverá se pronunciar oficialmente a respeito do mesmo.

Art. 15º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Reunião do Conselho Nacional
Fortaleza/CE, 11 de outubro de 2009.

MARCOS DIONE UGOSKI VOLCAN
Presidente do Conselho Nacional da RCCBRASIL

ANEXO 2



IMAGEM 1

Encontro na Comunidade Javé Nissi
- Momento de Oração que precedeu a
pregação de Sérgio Zavaris -
Fonte: Comunidade Javé Nissi.



IMAGEM 2

Encontro na Comunidade Javé Nissi
- Pregação de Tatá, que precedeu a
pregação de Sérgio Zavaris -
Fonte: Comunidade Javé Nissi.



IMAGEM 3

Encontro na Comunidade Javé Nissi
- Momento de Interseção sobre Sérgio
Zavaris (ajoelhado) antes de sua pregação -
Fonte: Comunidade Javé Nissi.



IMAGEM 4

Encontro na Comunidade Javé Nissi
- Momento de Pregação de Sérgio Zavaris
em relação ao MInistério Fé e Política -
Fonte: Comunidade Javé Nissi.



IMAGEM 5

Encontro na Comunidade Javé Nissi
- Reunião com políticos e interessados no tema Fé e Política em momento de oração junto com Sérgio Zavaris / na segunda foto, do lado esquerdo, no fundo, está o pesquisador, trajando uma camiseta de cor verde -

Fonte: Comunidade Javé Nissi.



IMAGEM 6

Encontro na Comunidade Javé Nissi
- Sérgio Zavaris falando para políticos e interessados no tema Fé e Política -
Fonte: Comunidade Javé Nissi.

ANEXO 3



ANEXO 4



IMAGEM 5

Encontro na Comunidade Javé Nissi
- Tatá (esquerda da imagem) apresentando
Odair Cunha (direita da imagem) -

Fonte: Comunidade Javé Nissi.



IMAGEM 7

Encontro na Comunidade Javé Nissi
(Odair Cunha fazendo uma pregação).

Fonte: Comunidade Javé Nissi.



IMAGEM 6

Encontro na Comunidade Javé Nissi
- Odair Cunha proferindo uma oração -

Fonte: Comunidade Javé Nissi.

ANEXO 5



IMAGEM 1

- Odair Cunha (centro da foto) na inauguração de seu Comitê em Campos Gerais/MG / ao lado dele estão: o candidato a deputado estadual Professor Dimas (à direita da foto) e ao seu lado esquerdo o presidente do PT local, Vicente (à esquerda da foto) -

Fonte: Acessoria de Odair Cunha



IMAGEM 2

- Odair Cunha cumprimenta eleitores em potencial na cidade de Alfenas/MG durante uma caminhada pela cidade -

Fonte: Acessoria de Odair Cunha



IMAGEM 3

- Odair Cunha em comício na cidade de Boa Esperança / o candidato faz seu discurso em cima de uma caminhonete / ao seu lado está um telão onde sua imagem é exibida -

Fonte: Acessoria de Odair Cunha



IMAGEM 4

- Odair Cunha em comício na cidade de Nova Resende / o candidato faz seu discurso no palco ao lado de políticos locais -

Fonte: Acessoria de Odair Cunha



IMAGEM 5

- Odair Cunha durante o Encontro do Ministério Fé e Política da RCC em Varginha/ MG / o candidato está de camisa azul, do lado esquerdo da foto -

Fonte: Acessoria de Odair Cunha



FÓRUM EVANGÉLICO NACIONAL AÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Prezado (a) irmão (ã),

O **FENASP** - Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política, entidade que reúne líderes e parlamentares evangélicos de todo o país, vem denunciar as graves ameaças que pairam sobre a Igreja e a Nação Brasileira. Especialmente a nós cristãos, que estamos comprometidos com a vida, a família e os valores morais e éticos do Evangelho. No Congresso Nacional, temos lutado unidos; evangélicos e bons católicos, e precisamos nos manter unidos e ampliar o número daqueles que na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, vão defender as nossas bandeiras.

O FENASP tem alertado ao povo evangélico brasileiro que são muitas proposta de leis em tramitam no Congresso Nacional e que são muitas políticas públicas em execução que afrontam diretamente a vida, a família e a liberdade religiosa vide em nosso site www.fenasp.com. Como exemplo citamos que o Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, estabeleceu como meta a ser alcançada no Congresso Nacional:

1. Aprovação do abordo;
2. Legalização da união entre homossexuais;
3. Legalização de adoção de criança por homossexuais;
4. Legalização da prostituição;
5. Retirada das Bíblias e símbolos religiosos de todas as repartições públicas;
6. Controle da mídia (de maneira velada proibir que se evangelize pelos meios de comunicação).

Diante disso, é nossa obrigação testemunhar o brilhante trabalho, em sintonia com a Frente Parlamentar Evangélica, do Deputado Miguel Martini - PHS/MG, que agora é convocado a concorrer a uma vaga no Senado Federal - Senador pelo Estado de Minas Gerais. Por esse motivo, solicitamos ao (a) Nobre Pastor (a) que mobilize suas forças no sentido de apoiá-lo, para que tenhamos no Senado Federal, mais um valente defensor dos nossos ideais.

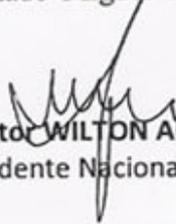
O Deputado Miguel Martini quer e precisa estar no senado, na próxima legislatura para ser o senador da família mineira e da família brasileira, pois nesta legislatura tivemos um número pequeno de senadores defendendo nossas bandeiras e mesmo assim lembrem-se que o divórcio instantâneo passou naquela Casa de Leis com muita facilidade e o PLC 122/2006 só não foi aprovado por conta das pressões externas, pois no Senado pouquíssimos senadores se opuseram a ele.

Os evangélicos precisam saber que na próxima Legislatura o palco de todas as lutas em defesa da vida, da família e da liberdade religiosa será Senado Federal e necessitamos contar naquela Casa de Leis com a ousadia, a coragem e com o preparo do Deputado Miguel Martini.

Registramos que em pesquisas recentes detectamos que são poucos os candidatados ao Senado reconhecidos como pró-vida e pró família que terão a oportunidade de se elegerem no Brasil, ao contrário do Deputado Miguel Martini que tem muita chance de ser eleito senador pelo povo cristão de Minas Gerais. Assim, precisamos nos unir com este objetivo e garantir uma cadeira em defesa da vida, da família e da liberdade religiosa no Senado Federal. Os cristãos do Brasil contam com a Igreja Evangélica de Minas Gerais.

Deste modo, o **FENASP** - Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política recomenda aos pastores e aos líderes evangélicos de Minas Gerais que apoiem o Deputado Miguel Martini nas próximas eleições para o Senado Federal.

Um abraço fraterno,


Pastor WILTON ACOSTA
Presidente Nacional do FENASP